

CAMILA ALVES HESSEL REIMBERG

**Crítica marxista do fascismo:
encruzilhadas do capitalismo e do direito**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2022

CAMILA ALVES HESSEL REIMBERG

**Crítica marxista do fascismo:
encruzilhadas do capitalismo e do direito**

Versão corrigida

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP
2022**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Reimberg, Camila Alves Hessel.
Crítica marxista do fascismo: encruzilhadas do capitalismo
e do direito / Camila Alves Hessel Reimberg.
São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2022. 237 f.
Orientador: Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro
Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo,
USP, Programa de Pós-Graduação em Direito – Filosofia e
Teoria Geral do Direito, 2022.
1. Fascismo. 2. Nazismo. 3. Nazifascismo. 4. Marxismo.
5. Autoritarismo. 6. Direito. 7. Economia. 8. Política.
9. Psicanálise.

Nome: REIMBERG, Camila Alves Hessel.

Título: *Crítica marxista do fascismo: encruzilhadas do capitalismo e do direito*

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Valdemar e Rosa – pai e mãe: ouro de mina.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas a quem devo agradecer pela conclusão deste trabalho; pela concretização de um projeto de vida; pela realização de um sonho. Entre tantas e tantos, Alysson Mascaro é, sem dúvida, quem merece minha gratidão mais entusiasmada.

Ao mestre Alysson, agradeço pelo abraço sempre fraterno, pelo olhar firme e encorajador, pelas palavras de apoio e direcionamento, pela compreensão com retardos e falhas, por descortinar um horizonte de vida para além da trajetória intelectual.

Ao Valdemar e à Rosa - papai e mamãe, incentivadores incansáveis, esteios em todos os instantes, testemunhas dos momentos mais relevantes do meu viver, amores que acalentarei para todo sempre.

Ao Ricardo e ao Rodrigo, meus maiores cúmplices. Para além dos vínculos biológicos, nossa irmandade me fortalece, me alegra, me dignifica.

Ao Rodolfo e ao Théo, meus sobrinhos adorados – gratidão pela esperança que representam e pela ternura com que enriquecem nossas vidas.

Às amigas e aos amigos que conquistei quando, com descomunal alegria, me tornei aluna do Prof. Alysson. Gratidão especial ao Silvio de Almeida, que me apoiou, torceu por mim e que, junto ao Camilo Caldas, muito nos inspira pela admirável trajetória acadêmica. Gratidão destacada, também, ao Patrick Mariano, com quem dividi angústias, dúvidas e motivações durante a escrita; à querida Thaís Yoshika, que me amparou tal como uma irmã em um momento crucial para o prosseguir da tese; e ao Júlio César Santos, cujas vibrações e demonstrações de carinho sinalizaram a certeza de que as renúncias para que eu aqui estivesse não seriam em vão. Gratidão ao Victor Barau, ao Lucas Balconi, ao Walter Pedrozo, ao Luiz Osório, à Taylisi Leite, à Danielle Blanchard, ao Pedro Davoglio, ao Fernando Pereira, ao Romulo Cassi, ao Cláudio Rennò, à Juliana Magalhães e a muitos outros integrantes de um grupo fraterno e coeso que só faz se expandir em torno de reflexões sofisticadas e emancipatórias de Alysson Mascaro.

À querida Gabriela Tasso, quem acompanhou e incentivou os primeiros e determinantes passos neste caminhar que se aproxima do fim – o doutoramento. Igualmente pelo incentivo, agradeço ao amigo Marcelo Semer, cuja companhia tornou ainda mais aprazíveis as primeiras e vespertinas aulas a que assisti na Faculdade de Direito da Universidade São Francisco.

Ao Reginaldo Gomes - jovem perspicaz, prestimoso e perseverante, que me auxiliou com determinismo e empenho admiráveis.

Às minhas sócias e longevas parceiras Luciana Takito e Aline Tivelli Bonetti, pelos aprendizados e expansões contínuos - em tantos aspectos, e há tantos anos.

À doce e dengosa Frida - quem mais esteve ao meu lado em muitas noites e fins de semana humanamente solitários, dedicados ao desenvolvimento da tese.

Aos meus ancestrais, cujas histórias de vida – marcadas por privações e exploração – propiciaram não só os privilégios de que desfruto desde sempre, mas sobretudo a “consciência” das injustiças seculares e a motivação para compreendê-las e transformá-las, a fim de que as próximas gerações vislumbrem um mundo menos desigual e menos sofrido.

Humildade dos propósitos, grandeza do projeto. Somente assim a grande história material se fará: passando por cima das ilusões politicistas que esperam que o povo se levante por conta própria, por cima das ilusões economicistas, que esperam que o capitalismo sucumba por si só, e por cima das paralisias dos que, em sabendo de tudo isso, não enfrentam o tempo.

Engenho e arte, sejam hoje ciência e revolução.

Alysson Mascaro, Sobre os centros socialistas

REIMBERG, Camila Alves Hessel. *Crítica marxista do fascismo: encruzilhadas do capitalismo e do direito*. 2022. 237 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RESUMO

Esta tese tem como objeto a crítica marxista do fascismo sob vertentes políticas, econômicas, jurídicas e psicanalíticas. Para tanto, com base na sistematização filosófica de Alysson Mascaro, autores marxistas são categorizados em duas unidades e três períodos. Nesse sentido, a primeira unidade reúne os temas fascismo, economia e política, apresentando análises precursoras, da Escola de Frankfurt e contemporâneas – “o novo marxismo”. A segunda conjuga fascismo e direito a partir da exposição de teorias do jurista russo Evguiéni Pachukanis e de debates atuais alinhados a elas. Então, orientado pela crítica marxista do direito capitaneada por Alysson Mascaro, este estudo compila reflexões do marxismo clássico, do ocidental e do contemporâneo, as quais discutem as categorias fundamentais da forma jurídica e da forma política, o debate da derivação e temas como o imperialismo e a formação social brasileira. De análises atuais à ascensão do nazifascismo e leituras posteriores à Segunda Guerra, diversas tentativas de compreensão do fascismo foram sopesadas. Em relação ao período clássico e contemporâneo aos fatos, consideraram-se discussões acerca da II Internacional e avaliações de Trotsky, Gramsci, Pachukanis, Bloch e Lukács. Do momento subsequente à Segunda Guerra, destacaram-se as reflexões dos frankfurtianos Friedrich Pollock, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Eric Fromm, Wilhelm Reich e Herbert Marcuse. Também são abordadas as digressões de Frank Neumann e, próximas a elas, as de Alfred Sohn-Rethel, além de terem sido igualmente contempladas nas pesquisas posteriores à derrocada do nazifascismo as avaliações de Charles Bettelheim e de Nicos Poulantzas. Por fim, a leitura de Pachukanis, a qual apreende o direito como forma social específica do modo de produção capitalista, apresenta-se como pressuposto à constatação de que o direito constitui o fascismo, argumento que Alysson Mascaro, entre outros autores, tem expandido e aprimorado no Brasil. Assim, além de apresentar um panorama de algumas das principais análises marxistas do fascismo em diferentes períodos, conforme a sistematização mascariana, este estudo intenta demonstrar que o direito – como forma do capital – é inábil para a derrocada do fascismo; está propenso a, em sentido contrário, ampará-lo.

Palavras-chave: Fascismo; nazismo; nazifascismo; marxismo; autoritarismo; direito, economia; política; psicanálise.

REIMBERG, Camila Alves Hessel. *Marxist critique of fascism: crossroads of capitalism and law*. 2022. 237 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ABSTRACT

This thesis has as its object the Marxist critique of fascism from political, economic, legal and psychoanalytic perspectives. Therefore, based on Alysson Mascaro's philosophical systematization, Marxist authors are categorized into two units and three periods. In this sense, the first unit brings together the themes of fascism, economics and politics, presenting precursor analyses, from the Frankfurt School and contemporary – “the new Marxism”. The second combines fascism and law from the exposition of theories by the Russian jurist Evguiéni Pachukanis and current debates aligned with them. So, guided by the Marxist critique of law led by Alysson Mascaro, this study compiles reflections from classical, western and contemporary Marxism, which discuss the fundamental categories of legal form and political form, the debate of derivation and themes such as imperialism and Brazilian social formation. From current analyzes to the rise of Nazi-fascism and post-World War II readings, several attempts to understand fascism have been weighed. In relation to the classical period and contemporary to the facts, discussions about the Second International and evaluations by Trotsky, Gramsci, Pachukanis, Bloch and Lukács were considered. From the moment after the Second World War, the reflections of the Frankfurtians Friedrich Pollock, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Eric Fromm, Wilhelm Reich and Herbert Marcuse stood out. The digressions of Frank Neumann and, close to them, those of Alfred Sohn-Rethel are also addressed, in addition to the evaluations of Charles Bettelheim and Nicos Poulantzas having been equally contemplated in the research after the fall of Nazi-fascism. Finally, the reading of Pachukanis, which apprehends the law as a specific social form of the capitalist mode of production, presents itself as a presupposition to the verification that the law constitutes fascism, an argument that Alysson Mascaro, among other authors, has expanded and improved in Brazil. Thus, in addition to presenting an overview of some of the main Marxist analyzes of fascism in different periods, according to the Mascarian systematization, this study intends to demonstrate that law – as a form of capital – is incapable of overthrowing fascism; is inclined, in the opposite direction, to support it.

Keywords: Fascism; nazism; nazi-fascism; Marxism; authoritarianism; law; economics; politics; psychoanalysis.

REIMBERG, Camila Alves Hessel. *Critica marxista del fascismo: crocevia tra capitalismo e diritto*. 2022. 237 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ASTRATTO

Questa tesi ha per oggetto la critica marxista del fascismo dal punto di vista politico, economico, giuridico e psicoanalitico. Pertanto, sulla base della sistematizzazione filosofica di Alysson Mascaro, gli autori marxisti sono classificati in due unità e tre periodi. In questo senso, la prima unità riunisce i temi del fascismo, dell'economia e della politica, presentando analisi precursori, dalla Scuola di Francoforte e contemporanea – “il nuovo marxismo”. Il secondo combina fascismo e diritto dall'esposizione delle teorie del giurista russo Evguiéni Pachukanis e dai dibattiti attuali allineati con essi. Quindi, guidato dalla critica marxista del diritto guidata da Alysson Mascaro, questo studio raccoglie riflessioni dal marxismo classico, occidentale e contemporaneo, che discutono le categorie fondamentali della forma giuridica e della forma politica, il dibattito sulla derivazione e temi come l'imperialismo e il sociale brasiliano formazione. Dalle analisi attuali all'ascesa del nazifascismo e alle letture del secondo dopoguerra, sono stati soppesati diversi tentativi di comprendere il fascismo. In relazione al periodo classico e contemporaneo ai fatti, sono state considerate le discussioni sulla Seconda Internazionale e le valutazioni di Trotsky, Gramsci, Pachukanis, Bloch e Lukács. Dal secondo dopoguerra spiccano le riflessioni dei francofortesi Friedrich Pollock, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Eric Fromm, Wilhelm Reich e Herbert Marcuse. Vengono affrontate anche le digressioni di Frank Neumann e, vicino ad esse, quelle di Alfred Sohn-Rethel, oltre alle valutazioni di Charles Bettelheim e Nicos Poulantzas che sono state ugualmente contemplate nella ricerca dopo la caduta del nazifascismo. Infine, la lettura di Pachukanis, che coglie il diritto come forma sociale specifica del modo di produzione capitalistico, si presenta come un presupposto alla verifica che il diritto costituisca il fascismo, argomento che Alysson Mascaro, tra gli altri autori, ha ampliato e migliorato in Brasile. Pertanto, oltre a presentare una panoramica di alcune delle principali analisi marxiste del fascismo in diversi periodi, secondo la sistematizzazione mascariana, questo studio intende dimostrare che il diritto – come forma di capitale – è incapace di rovesciare il fascismo; è propenso, nella direzione opposta, a sostenerlo.

Parole chiave: Fascismo; nazismo; nazifascismo; marxismo; autoritarismo; diritto; economia; politica; psicoanalisi.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
UNIDADE I	
CRÍTICA MARXISTA DO FASCISMO: ECONOMIA E POLÍTICA	24
CAPÍTULO 1 – ANÁLISES MARXISTAS PERCURSORAS	24
1.1 Antonio Gramsci	26
1.1.1 A crise italiana (1924)	26
1.1.2 Democracia e fascismo (1924)	29
1.1.3 Depois do discurso de três de janeiro (1926)	31
1.1.4 O fascismo e sua política (1926)	34
1.2 Léon Trotsky	37
1.2.1 A situação da Alemanha como chave do contexto mundial e a posição da Internacional Comunista (1930-1931)	41
1.2.2 Democracia e possibilidade de revolução na Alemanha (1932)	49
1.2.3 Acerca da experiência italiana (1932)	52
1.3 Josef Stalin	54
1.4 György Lukács	60
1.5 Ernst Bloch	74
CAPÍTULO 2 – ANÁLISES MARXISTAS FRANKFURTIANAS	80
2.1 A Escola de Frankfurt	81
2.2 Friedrich Pollock	88
2.3 Franz Neumann e Alfred Sohn-Rethel	91
2.3.1 Franz Neumann	91
2.3.1.1 O Estado totalitário – as técnicas do pensamento constitucional antidemocrático	96
2.3.1.2 O Estado totalitário propriamente dito	98
2.3.1.3 A sincronização da vida política	101
2.3.1.4 O Estado totalitário em guerra	103
2.3.1.5 O nacional-socialismo em Império do direito	104
	12

2.3.2 Alfred Sohn-Rethel	107
2.3.2.1 Do contexto local e histórico que permeou as análises de Sohn-Rethel	111
2.3.2.2 Das análises político-econômicas de Sohn-Rethel	114
2.4 Crítica do fascismo pela psicanálise: o freudomarxismo	124
2.4.1 Eric Fromm	124
2.4.2 Wilhelm Reich	128
2.4.3 Theodor Adorno	136
2.2.4 Herbert Marcuse	148

CAPÍTULO 3 – ANÁLISES MARXISTAS CONTEMPORÂNEAS: O “NOVO MARXISMO”

	157
3.1 Charles Bettelheim	157
3.2 Nicos Poulantzas	169
3.2.1 A relação entre imperialismo e fascismo	172
3.2.2 Fascismo e classes sociais	177
3.2.3 O Estado fascista	189
3.3 Debates atuais	190
3.3.1 O novo marxismo	190
3.3.2 A sistematização mascariana do novo marxismo	192
3.3.2.1 Derivacionismo	193
3.3.2.2 Alternativismos políticos	195
3.3.2.3 Nova crítica do valor	199
3.3.2.4 Tangentes do novo marxismo e pós-marxismos	203

UNIDADE II

CRÍTICA MARXISTA DO FASCISMO: DIREITO

CAPÍTULO 4 – DIREITO: SALVAGUARDA SOCIAL OU FORMA DO FASCISMO?

	207
4.1 Direito como forma do capital	207
4.2 Evguiéni Pachukanis	208
4.3 Debates contemporâneos	215

CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	226

INTRODUÇÃO

O risco de ressurgimento do fascismo no contexto histórico contemporâneo – que revela uma nova crise do capitalismo, de contornos e extensões peculiares –, incita o resgate e o mapeamento de reflexões marxistas acerca desse multifacetado fenômeno que marcou o século XX – em especial, mas não isoladamente, a Alemanha e a Itália. Atualmente, potencializada por uma pandemia que tomou o mundo de assalto em 2020 (disseminação mundial da COVID-19), a crise que se anuncia repercute, sobretudo, nas esferas econômica e política.

Economicamente, assistimos ao aumento da pobreza e do desemprego e à precarização do trabalho. Para trabalhadoras e trabalhadores, o quadro econômico oferece uma realidade e uma perspectiva bastante negativas.

Politicamente, a ascensão da extrema-direita em escala internacional justifica o receio da ressurgência do fascismo. No continente americano, presidências dos Estados Unidos e do Brasil exemplificam tal contexto. Na Europa, os regimes da Hungria e da Itália ilustram tal ameaça. Há uma disseminação e um acatamento de discursos ultraconservadores contrariando o progressismo e reverberando em todos os setores sociais (incluindo o Judiciário).

Da definição do objeto de estudo desta tese aos dias atuais, diversos fatos enalteceram a preocupação inicial. Nesse sentido, a trajetória do então presidente dos Estados Unidos (Donald John Trump) é paradigmática. Trump foi sucedido por seu opositor (Joe Biden, do Partido Democrata) há poucos meses e, depois de propalar discursos desagregadores e incitar uma histórica invasão ao Capitólio, em Washington, D.C., teve sua conta suspensa e, posteriormente, banida da rede social Twitter. Com ineditismo, Trump foi alvo de dois processos de *impeachment* aprovados na Câmara Estadunidense (o segundo ocorreu a seis dias de completar seu mandato). Ainda assim, referido presidente construiu sólidas bases eleitorais e propagou o legado da sua governança, que inspirou e fortaleceu Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, e seus apoiadores, representando uma ameaça contundente ao já fragilizado Estado Democrático de Direito e às instituições neste baseadas.

Persistindo a ameaça, o interesse pelo tema se amplia. Do declínio do Estado de bem-estar social ao vilipêndio dos sistemas ditos democráticos frente à extensão e à agudização do neoliberalismo, deliberações e práticas similares às dos regimes fascistas têm sido resgatadas por alguns estadistas. No mesmo compasso, narrativas autoritárias são ágil e

intensamente disseminadas por meio de conexões ampliadas e instantâneas (a exemplo das redes ditas sociais), reverberando em diversos grupos.

Assim, similarmente ao contexto econômico, político e social que ensejou o implemento de regimes fascistas no início do século XX – com maior contundência na Itália e na Alemanha –, a contemporaneidade oferece um campo fértil à legitimação de práticas coercitivas extremadas e de restrições de direitos há muito consagrados.

Daí a motivação da pesquisa, que, sob o viés marxista, intenta averiguar quais circunstâncias deram e dão guarida ao advento de sistemas opressivos e à diminuição (por vezes, à extirpação) de conquistas sociais que reduzem desigualdades longevas e garantem mínimas condições de sobrevivência a classes historicamente exploradas e extorquidas.

O trabalho abarca duas unidades: a primeira relaciona fascismo, economia e política; a segunda conjuga fascismo e direito. A unidade inaugural é subdividida em três capítulos, respectivamente intitulados “Capítulo 1 – Análises marxistas precursoras”, “Capítulo 2 – Análises marxistas frankfurtianas” e “Capítulo 3 – Análises marxistas contemporâneas: o novo marxismo”. Trata-se de três períodos distintos do marxismo, e cada qual abarca autores a ele coligado. A segunda unidade entrelaça fascismo e direito e alberga o derradeiro capítulo, intitulado “Capítulo 4 – Direito: salvaguarda social ou forma do fascismo?”.

Ao longo da tese, o método de desenvolvimento das duas unidades, o escopo de autores, o modo de encadeamento e o desaguar na crítica marxista contemporânea do direito - no Brasil – são justificados. A sistematização apresentada se vincula diretamente com a maneira pela qual Alysson Mascaro estrutura a história e a problemática do marxismo no clássico *Filosofia do direito*¹ e, em particular, com a forma como o autor estende sua concepção filosófica a uma reflexão sobre o fascismo no texto “O marxismo e Weimar”², que também apresenta uma sistematização original da discussão sobre o fenômeno fascista no interior do marxismo.

Inicialmente, em *Filosofia do direito*, Mascaro propõe uma arquitetura do marxismo em três momentos fundamentais após sua etapa *clássica* – em que se encontram os fundadores dessa ciência, Karl Marx e Friedrich Engels. A etapa seguinte seria diretamente relacionada com o “momento revolucionário” do início do século XX; a subsequente e intermediária, em parte temporalmente paralela à anterior, é denominada *marxismo*

¹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

² MASCARO, Alysson Leandro Barbate. O marxismo e Weimar. In: BERCOVICI, Gilberto (Coord.). *Cem anos da Constituição de Weimar (1919-2019)*. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

occidental; e a etapa final surge no terço final do século XX, a qual o autor denomina “novo marxismo”.³

No momento revolucionário, a problemática dominante é a questão da revolução e os elementos próprios à transição do capitalismo para o socialismo – aqui se situa a Revolução Russa, por exemplo. Dentre os pensadores desse período, Mascaro destaca Lenin, Stutchka e Pachukanis como mais relevantes para as áreas da filosofia política e da filosofia do direito.⁴

Após o fervor da Revolução Russa, abre-se o segundo instante na história do marxismo, com modulações em sua formação e em sua problemática, o qual ficou conhecido como “marxismo ocidental”. No que tange à sua problemática, os pensadores se voltam para avaliar, dentre outros temas, a razão pela qual a revolução fracassou e não conseguiu se espalhar por outros países da Europa.⁵ Quanto à sua formação, é interessante notar que esse período passa a ser composto em grande parte por acadêmicos, os quais dialogam e assimilam um conjunto de reflexões e desenvolvimentos de outras áreas do saber, a exemplo da Psicanálise, além de ser um período contemporâneo à Escola de Frankfurt. Segundo Mascaro, esse momento abrange um arco de pensadores que vai de Antonio Gramsci, György Lukács e Ernst Bloch até filósofos como Louis Althusser (ainda que este não seja propriamente um marxista ocidental⁶). Neste ponto, importa ressaltar que, mesmo com o acoplamento da produção de Gramsci, Lukács e Bloch proposto por Mascaro no marxismo ocidental, a leitura de cada um deles sobre o fascismo permite uma sistematização à parte,

³ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 389-391.

⁴ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 390.

⁵ Nesta passagem, a dimensão da “ruptura e fundação” produzida em relação ao marxismo anterior – trazendo uma expressão de Alain Badiou na sua obra *Compêndio de metapolítica* (2012) – pode ser sentida no apontamento que faz Perry Anderson em um importante trabalho sobre tal fase do marxismo, *Considerações sobre o marxismo ocidental* (1989): “Foi nesse novo panorama que a teoria revolucionária completou a metamorfose, resultando no que, retrospectivamente, pode ser hoje chamado de ‘marxismo ocidental’. Com efeito, o conjunto das obras composto pelos autores que agora focalizaremos constituiu uma configuração intelectual inteiramente nova no desenvolvimento do materialismo histórico. Em suas mãos, o marxismo se tornou um tipo de teoria que, em certos aspectos críticos, era muito diferente de tudo o que o procedera”. ANDERSON, Perry apud MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 390.

⁶ A respeito dessa afirmação, Mascaro comenta: “Louis Althusser ocupa uma posição específica no quadro geral da filosofia marxista. Seu pensamento, embora baseado na luta de classes como categoria central da revolução e de algum modo ainda alinhado com o movimento partidário comunista, representa, no entanto, uma ruptura com as típicas leituras filosóficas do marxismo ocidental, muitas delas humanistas e evadas de uma diluição da tradição marxista. Althusser propõe o resgate da cientificidade do pensamento de Marx, realizando um corte epistemológico em sua obra. Avança, inclusive, na questão da ideologia como inconsciente e dos aparelhos ideológicos. Com isso, pode ser compreendido tanto como o último dos marxistas ocidentais como o primeiro de uma nova etapa de reflexão”. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 391.

tanto no sentido da extensão dessa arquitetura mascariana do marxismo quanto na maneira como o debate do fascismo é realizado por ele – Mascaro.

Por fim, Mascaro chega ao momento contemporâneo do pensamento marxista, denominado “novo marxismo”, o qual tem por predecessores dois pensadores que cronologicamente se encontram no marxismo revolucionário, mas antecipam elementos da problemática própria a esse terceiro período: trata-se de Evguiéni Pachukanis e Isaak Rubin. Ambos, o primeiro para o direito e o segundo para a economia, centram suas análises em *O capital*, de Karl Marx, extraindo deste as consequências de uma leitura que parte da forma-mercadoria e da forma-valor para pensar a dinâmica e os fenômenos do capitalismo.⁷

Também participam desse período, enquanto fundamento e passagem, Louis Althusser e os pensadores influenciados por sua filosofia⁸, os quais representam para o novo marxismo uma espécie de “limpeza de terreno”.⁹ Althusser e seus discípulos são os responsáveis por demarcar o caráter científico da empreitada marxiana, bem como por centrar a descoberta científica de Karl Marx em sua obra de maturidade: *O capital*.¹⁰

A problemática do novo marxismo estende-se, então, para outros horizontes filosóficos e conhece, em Mascaro, um desdobramento de sistematização próprio, interno à sua dinâmica, atravessando autores como Hans Joachim Hirsch, Robert Kurz, Antonio Negri, Alain Badiou e Slavoj Žižek¹¹ para atingir quatro momentos fundamentais.

Assim, Mascaro apresenta o novo marxismo como tendo três eixos centrais e um eixo tangente, nomeados: i) “derivacionismo; ii) alternativismos políticos; iii) nova crítica do

⁷ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 509.

⁸ Há um círculo significativo de pensadores em torno da obra e da proposta de Louis Althusser: desde um círculo restrito no qual se encontram aqueles que fizeram parte dos seminários sobre *O capital*, os quais resultaram na obra conjunta *Lire le Capital* (Étienne Balibar, Jacques Rancière, Pierre Macherey e Roger Establet) até um círculo mais amplo composto de autores que se alinharam ao pensamento posteriormente ou logo em seguida à publicação das principais obras de Althusser, em 1965 (*Lire le Capital* e *Pour Marx*), sendo estes: Alain Badiou, Dominique Lecourt, Michel Pêcheux, Christian Baudelot, Emmanuel Terray e, em especial, Charles Bettelheim e Nicos Poulantzas (que, como veremos, é o responsável por uma das mais desenvolvidas leituras sobre o fascismo). Uma breve e rica apresentação do althusserianismo e dos pensadores que se associaram a ele pode ser encontrada em: SOTIRIS, Panagiotis. [Guide de lecture] Althussérisme. *Période*. Disponível em: <<http://revueperiode.net/guide-de-lecture-althusserisme/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁹ Nesse sentido, comenta Mascaro: “O papel de Althusser e do althusserianismo é fundamental para realizar o deslocamento teórico que inaugura o campo de uma nova leitura marxista contemporânea. [...] Althusser afasta o marxismo da vala comum dos variados olhares das humanidades sobre o objeto social, escapando do campo das leituras da indeterminação para retomar a compreensão de uma ciência da historicidade. Nesse ponto, prepara-se a possibilidade de uma futura compreensão da forma-valor e da forma-mercadoria como determinantes da sociabilidade capitalista. Se Althusser diretamente não se ocupa do problema das formas e da mercadoria, faculta tal estrada. O novo marxismo bebe das mesmas fontes de deslocamentos e reinvestimentos na cientificidade de Marx propostos por Althusser”. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 510.

¹⁰ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 510.

¹¹ Nesse sentido, vale conferir: MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 391.

valor; e iii) tangentes do novo marxismo e pós-marxismos”.¹² É a partir dessa problemática e inseridos nesses eixos que diferentes injunções teóricas e políticas são produzidas, enfatizando-se diversos elementos do pensamento marxiano e extraindo-se específicas consequências políticas de cada um deles, ainda que mantendo o núcleo da crítica pela forma social.

De cada um desses três eixos centrais, seria possível extrair distintas leituras teóricas e posições políticas relacionadas ao fascismo, mesmo que unificadas quanto ao tratamento que toma Estado e direito enquanto “formas sociais”. Já no eixo da tangente, assentam-se pensadores que, embora corroborem e partilhem elementos da problemática supracitada, desenvolvem seus próprios campos de análise até atingirem o “pós-marxismo”.

No interior dessa ampla sistematização, todos os momentos, bem como os eixos do último momento (novo marxismo), tiveram um contato maior ou menor com o fascismo. Em linhas gerais, boa parte da pretensão desta tese foi apreender os lineamentos fundamentais de leituras desse fenômeno, as quais atravessam a história do marxismo tal como concebida por Alysson Mascaro.

O primeiro dos eixos – o derivacionismo - constitui, para Mascaro, o “campo mais central do pensamento marxista atual”¹³. Nele inserem-se reflexões acerca dos problemas do valor, da acumulação e das *formas sociais* do modo de produção capitalista – tais como a forma política e a forma jurídica. Pensando nessas questões, compõem o quadro de autores do derivacionismo¹⁴: Rudolf Müller, Christel Neusu, Elmar Altvater, Joachim Hirsch, Bob Jessop, John Holloway e Sol Picciotto.¹⁵

Dentro dessa experiência intelectual do derivacionismo, o momento mais importante é o chamado debate da derivação do Estado. Nessa leitura, realiza-se um deslocamento quanto à forma tradicional que apreende o Estado como um ente neutro e terceiro em relação às classes sociais, tornando-o aberto a diferentes injunções políticas conforme o sujeito que ocupa seu lugar de poder. O Estado será, então, possivelmente explicado na esteira da fundamental pergunta pachukaniana¹⁶, ou seja, o questionamento sobre a forma e não sobre

¹² MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 510.

¹³ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 510.

¹⁴ A mais importante sistematização produzida no Brasil a respeito do derivacionismo ou debate da derivação do Estado é a obra de CALDAS, Camilo Onoda. *A teoria da derivação do Estado e do direito*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

¹⁵ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 511.

¹⁶ Trata-se da pergunta feita por Evguiéni Pachukanis em sua obra *Teoria geral do direito e marxismo*: “(...) por que a dominação de classe não se apresenta como é, ou seja, a sujeição de uma parte da população à outra, mas assume a forma de uma dominação estatal oficial ou, ou que dá no mesmo, por que o aparelho de coerção estatal não se constitui como aparelho privado da classe dominante, mas se destaca deste, assumindo a forma

o conteúdo. Tal mudança na problemática permite compreender o Estado em sua materialidade e em sua conexão com as formas “valor e mercadoria”.

Tendo em vista essa estrutura, Alysson Mascaró desenvolve “O marxismo e Weimar”, uma sistematização das chaves de leitura do fenômeno nazifascista pela tradição marxista. Tal autor expõe um tratamento desse debate dividido temporalmente entre autores marxistas contemporâneos à Weimar e à ascensão do nazismo, bem como autores que produziram no pós-Segunda Guerra balanços cientificamente mais rigorosos quanto ao que se deu naquele período, bem como explicações diversas quanto à gênese do fenômeno nazifascista.

No momento clássico – e contemporâneo aos fatos –, há um arco que vai desde debates internos à II Internacional até o tratamento de autores como Trotsky, Stalin, Gramsci, Pachukanis, Bloch e Lukács. Assim, no interior dos balanços marxistas do pós-Segunda Guerra, Mascaró propõe uma sistematização de suas leituras em três conjuntos teóricos. O primeiro é aquele que se elabora na Escola de Frankfurt e conta com pensadores como Friedrich Pollock, sendo este, segundo Mascaró, “o núcleo de tal corrente”¹⁷, que explicaria pela chave do capitalismo de Estado o fenômeno do nazismo. Em outro conjunto, mas ainda numa leitura próxima aos frankfurtianos, há as obras de Alfred Sohn-Rethel e de Franz Neumann. Em *Behemoth*, Neumann intenta explicar a “ascensão do nazismo como fraqueza da política em face das contradições do capital”.¹⁸ Por fim, atinge-se a uma terceira chave, que se aproxima diretamente da problemática do novo marxismo, na qual se inscrevem Charles Bettelheim e Nicos Poulantzas.

Já a segunda unidade desta tese se insere em um esforço, recente no Brasil, de constituição de uma tradição marxista-pachukaniana de crítica do direito¹⁹. A razão desse esforço pode ser apreendida no comentário de Alysson Mascaró, segundo o qual:

de um aparelho de poder público impessoal, separado da sociedade?”. PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017. Ainda nesse sentido, quanto à relação entre o derivacionismo e Pachukanis, aponta Mascaró: “O entendimento da forma política estatal como derivada da forma-mercadoria emparelha-se com a mais radical tradição marxista de compreensão do direito, que tem em Pachukanis seu ponto nodal”. MASCARÓ, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 513.

¹⁷ MASCARÓ, Alysson Leandro Barbate. O marxismo e Weimar, cit., p. 71.

¹⁸ MASCARÓ, Alysson Leandro Barbate. O marxismo e Weimar, cit., p. 71.

¹⁹ Nesse sentido, vale acessar o importante comentário de Pedro Davoglio (que é também membro desse esforço de constituição de uma tradição brasileira crítica do direito de corte marxista-pachukaniano): “Como se sabe, nos anos recentes uma crítica do direito de inspiração althusseriana diversificada tem adquirido prestígio no Brasil, a partir principalmente de *Direito e marxismo*, de Márcio Bilharinho Naves, mas também de *Estado e forma política*, de Alysson Mascaró, e *Crítica da igualdade jurídica e Sujeito de direito e capitalismo*, de Celso Naoto Kashiura Jr., bem como considerável número de artigos em diversas revistas (...)”. DAVOGLIO, Pedro. *Althusser e o direito*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018, p. 22.

O entendimento do direito não é um acessório para a crítica marxista. Na questão jurídica reside grande nervo da ciência revolucionária. O problema da forma jurídica e de sua superação, embora desconhecido ou descuidado por grande parte dos batalhadores das lutas sociais, é crucial para a ação revolucionária socialista, sendo seu índice e termômetro.²⁰

Nesse sentido, é importante destacar o conjunto de trabalhos que tem emergido ao longo das duas últimas décadas no País e se lastreia em algumas obras paradigmáticas para a fundação dessa jovem tradição marxista brasileira – por paradigmáticas, entendem-se as obras *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis* e *A questão do direito em Marx*, de Márcio Bilharinho Naves; *Crítica da igualdade jurídica e Sujeito de direito e capitalismo*, de Celso Naoto Kashiura Jr.; e *Estado e forma política e Filosofia do direito*, de Alysson Leandro Barbate Mascaro.

De modo geral, a presente tese se insere nesse esforço e, em especial, naquilo que se pode denominar uma “escola mascariana de pensamento”²¹: um desaguar próprio e original, capitaneado por Mascaro, da crítica marxista do direito no Brasil. Os efeitos desenvolvidos nessa jovem experiência intelectual atravessam desde a abordagem de autores específicos e os desenvolvimentos de suas leituras até temas caros ao universo jurídico sob o signo da relação marxismo e direito.

A sistematização dos autores aqui proposta perpassa por personagens do marxismo clássico²², do marxismo ocidental²³ e do novo marxismo²⁴, intercalando - no interior desses

²⁰ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Direito, capitalismo e Estado: da leitura marxista do direito. In: JUNIOR, Celso Naoto Kashiura; JUNIOR, Oswaldo Akamine; MELO, Tarso de (Orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões/Editorial Dobra, 2015, p. 45.

²¹ Pensamos aqui no esforço presente no “... projeto de sistematização da questão jurídica na obra de filósofos marxistas, idealizado e coordenado por Alysson Leandro Mascaro (...)” (DAVOGLIO, 2018, p. 13).

²² Sem a pretensão de esgotar as referências aos trabalhos desenvolvidos no interior dessa escola de pensamento, citaremos aqui apenas alguns deles. No momento revolucionário do marxismo, ver: CRUZ, Paula Loureira da. *Alexandra Kollontai: feminismo e socialismo – uma abordagem crítica do direito*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2012; FERREIRA, Adriano de Assis. *Questão de classes: direito, Estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2009; HOSHIKA, Thais; MASCARO, Alysson Leandro Barbate (Orientador). *Relação jurídica, norma, privado e público em Pachukanis*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

²³ Sobre o marxismo ocidental, ver: ALMEIDA, Silvio Luiz. *O direito no jovem Lukács: a filosofia do direito em “História e consciência de classe”*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2006; BERTONCELLO, Thiago Colombo. *Wilhelm Reich: marxismo, psicanálise e justiça*. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012; CALDAS, Camilo Onoda. *Perspectivas para o direito e a cidadania: o pensamento jurídico de Cerroni e o marxismo*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2006. PEREIRA, Luiz Ismael. *Adorno e o direito: para uma crítica do capitalismo e do sujeito de direito*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018;.

²⁴ Do novo marxismo, ver: BALCONI, Lucas Ruíz. *Direito e política em Deleuze*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018; DAVOGLIO, Pedro. *Althusser e o direito*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018; GRILLO, Marcelo Gomes Franco. *O direito na filosofia de Slavoj Žižek: perspectivas para o pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Alfa Omega, 2011; LEITE, Taylisi. *Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista*. São Paulo: Contracorrente, 2020; MAGALHÃES, Juliana Paula. *Marxismo, humanismo e direito: Althusser e Garaudy*.

trabalhos - tematizações de categorias fundamentais da forma jurídica e da forma política, além de discutir questões árduas ao marxismo, tais quais a fundamental estruturação do debate da derivação²⁵ e abordagens como imperialismo²⁶, formação social brasileira²⁷ etc.

Nesse arco de pensamentos e sistematizações, a leitura marxista pachukaniana apreende o direito enquanto uma forma social específica do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, comenta Mascaro:

O liame entre capitalismo e direito não é de uso ou proveito, nem de acoplamento acidental ou incidental. Trata-se de uma junção nuclear, estrutural e inexorável. Só há juridicidade no capitalismo. Há, portanto, uma especificidade histórico-social do direito.²⁸

O representativo desse liame é desenvolvido por Pachukanis em sua *Teoria geral do direito e marxismo* a partir de *O capital*, de Marx²⁹: trata-se da relação complexa e fundamental entre as formas mercadoria e jurídica.

Marx inicia sua principal obra científica, *O capital*, com uma análise da forma-mercadoria³⁰, do átomo e do “princípio transcendental e histórico da totalidade social”³¹. Em contrapartida, Pachukanis, em *Teoria geral do direito e marxismo*, faz referência a esse pensamento com a seguinte afirmação: “Do mesmo modo que a riqueza da sociedade

São Paulo: Ideias & Letras, 2018; TISESCU, Alessandra Devulsky. *Edelman: althusserianismo, direito e política*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2011.

²⁵ A mais importante sistematização brasileira do debate da derivação foi produzida no interior da escola mascariana. Ver: CALDAS, Camilo Onoda. *A teoria da derivação do Estado e do direito*, cit.

²⁶ Ver: OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e relações internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

²⁷ Ver: ERKERT, Jonathan. *Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

²⁸ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Direito, capitalismo e Estado: da leitura marxista do direito*, cit., p. 46.

²⁹ “Os pressupostos materiais da comunicação jurídica, ou a comunicação entre os sujeitos de direito, foram elucidados por Marx no Livro I d’*O capital*. É verdade que ele o fez somente de passagem, na forma de sugestões muito gerais. Contudo, tais sugestões ajudam a compreender o momento jurídico nas relações entre as pessoas bem melhor que vários tratados sobre a teoria geral do direito. A análise da forma do sujeito deriva diretamente da análise da forma da mercadoria.” PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 119.

³⁰ Carlos Rivera-Lugo precisa o sentido que tem “forma” para o Marx da maturidade: “... o sentido que Marx outorga ao termo ‘forma’ antes parece coincidir com uma de suas acepções no idioma alemão, a palavra nativa alemã *Gestalt*, do que estritamente com a palavra *form*, de origem italiana, mas que também existe no idioma germânico. *Gestalt* se refere a algo substantivo que situa, conforma ou estrutura algo. Não é uma forma abstrata e indiferenciada, mas a configuração histórico-social de algo. Diferentemente de *form*, *Gestalt* não está em oposição ao conteúdo de uma coisa, mas o ordena, isto é, o determina. Marx se refere a isso com a ‘determinação da forma’ (*formbestimmtheit*).” RIVERA-LUGO, Carlos. *Crítica à economia política do direito*. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.

³¹ ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 154.

capitalista assume a forma de uma enorme coleção de mercadorias, também a sociedade se apresenta como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas.”³²

Dessa maneira, introduz-se o vínculo fundamental entre a forma-jurídica e a forma-mercadoria. O ponto fulcral dessa relação - que determina a especificidade aqui abordada - é a semelhança entre mercadoria e sujeito, uma vez que a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital reveste o trabalhador da abstração própria à mercadoria³³. Surge, assim, a subjetividade jurídica, em que sujeitos concretamente distintos são igualados em uma forma abstrata que os equivale, tal como mercadorias com corpos e usos distintos são subsumidas à equivalência pelo valor que portam.

E é sob a concepção pachukaniana, a mais avançada reflexão marxista do direito, calcada no problema das formas da sociabilidade burguesa (mercadoria, valor, Estado e direito), que deve se avaliar, questionar e propor soluções ao fenômeno fascista, especialmente para evitar sua ressurgência.

³² PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 97.

³³ Ver: NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Universitária, 2014.

UNIDADE I

CRÍTICA MARXISTA DO FASCISMO: ECONOMIA E POLÍTICA

CAPÍTULO 1 – ANÁLISES MARXISTAS PRECURSORAS

Objeto dos dois primeiros capítulos desta primeira unidade, o marxismo ocidental congregou filósofos, juristas, economistas, psicanalistas, pensadores das ciências humanas e sociais voltados à compreensão de como o capitalismo, por mecanismos ditos democráticos, aliciava as massas trabalhadoras e exploradas para que assumissem valores das classes superiores e permanecessem submissas, dominadas, subjugadas.

Especificamente quanto ao direito, as reflexões marxistas ocidentais tentaram compreender o papel das instituições jurídicas na revolução, na transição ao socialismo, na estrutura econômica, no estado, na política e em muitos outros fenômenos relacionados às manifestações sociais; entre os quais o fascismo.

Dos inúmeros autores que compuseram o marxismo ocidental e incluíram o fascismo em seus estudos, optamos pelo italiano Antonio Gramsci; pelos líderes da Revolução Russa Léon Trotsky e Josef Stalin (cujas decisivas participações política e histórica antes e durante o implemento do fascismo justificam, por si só, a inclusão entre os marxistas precursores); pelos contemporâneos György Lukács e Ernst Bloch, além de alguns dos principais integrantes do Instituto de Pesquisas Sociais - os frankfurtianos Friedrich Pollock, Franz Neumann e Alfred Sohn-Rethel, Eric Fromm, Wilhelm Reich, Theodor Adorno, bem como Herbert Marcuse.

Decerto que outros integrantes do marxismo ocidental-precursor, talvez deveriam, ser contemplados no rol de analistas do fascismo aqui reunidos. O intuito do trabalho, contudo, exigiu um recorte. Por isso, com ressalvas à relevância de todas as reflexões e estudos empreendidos no marxismo ocidental-precursor para a compreensão do fascismo como fenômeno social, político e econômico, foram sobre as leituras dos autores supra indicados – por razões que os notabilizaram (as quais serão expostas adiante) – que esta tese se debruçou.

Antonio Gramsci, na Itália, foi o mais importante e notável filósofo da relação entre Estado, política, direito e revolução. Preso durante o governo de Benito Mussolini, pagou com a vida pela luta política, pela reflexão intelectual em favor do socialismo, pelas críticas ao regime fascista então nascente. Conjugando digressões intelectuais com a ação política,

o marxista de origem humilde, nascido na Sardenha, se destacou entre os discípulos das premissas de Karl Marx. Gramsci escreveu sua obra mais importante - na qual aprimorou o notável conceito de hegemonia³⁴ - enquanto esteve detido; trata-se dos *Cadernos do Cárcere*, obra que foi traduzida e publicada no Brasil em seis volumes, pela Editora Civilização Brasileira, sob a edição de Carlos Nelson Coutinho.

A escola de Frankfurt se preocupou com a técnica na sociedade contemporânea e agregou a psicanálise às análises marxistas. Seus principais membros – Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Friedrich Pollock, Franz Neumann, Jünger Habermas – foram exímios na crítica à brutalidade do fascismo e ao impacto devastador do capitalismo nas sociedades ocidentais. Não alteraram o que criticaram, contudo. Majoritariamente, falharam no âmbito de ações transformadoras, por se furtarem a participar de insurgências concretas ou por não estimulá-las. Constituída para tentar compreender a derrota da Revolução Alemã em 1918, a Escola de Frankfurt conjugou a análise social neomarxista com as teorias psicanalíticas freudianas durante a década de 1930, a fim de explicar porque os trabalhadores alemães, em vez de se libertarem do capitalismo mediante uma revolução socialista, foram seduzidos pela sociedade consumista de então e, lamentavelmente, pelo nazifascismo.

Ernst Bloch se debruçou sobre questões jus filosóficas, como a justiça. Judeu alemão, nascido em família pobre, Bloch elegeu o futuro como objeto de análise e tratou da utopia e da esperança com concretude, distanciando-as de concepções idealistas. Na obra *Herança desse tempo*, central para os estudos sobre o fascismo e que será aqui abordada, Bloch aponta para o conceito de não contemporaneidade. Para este autor, o presente se apresenta tanto como as reivindicações hodiernas quanto como as demandas a vencer. Nesse sentido, defende o aprimoramento e a ampliação dos embates revolucionários, porque demandas não vencidas ainda exigem soluções.

Já György Lukács (parceiro de Bloch, a despeito de alguns antagonismos intelectuais) relacionou o direito com a totalidade social sob o método marxiano, por meio

³⁴ Acerca do conceito de hegemonia segundo Gramsci: “... parece hoje prevalecer, sobretudo na cultura política italiana, um outro que vê na Hegemonia, acima de tudo, capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. É este o significado que se depreende da “teoria da Hegemonia” que Antônio Gramsci transformou em centro de sua reflexão sobre a política e o Estado modernos e se acha registrada nas páginas dos *Quaderni del cárcere*.” BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5 ed., São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 580.

de uma leitura metodológica de Karl Marx. Lukács reapropriou os laços genéticos de Marx com Hegel e atingiu, na maturidade, a proposição de uma ontologia do ser social.³⁵

1.1 Antonio Gramsci

A análise de Antonio Gramsci sobre o fascismo, regime do qual foi vítima, é eminentemente política e, embora se restrinja ao Estado italiano, muito contribuiu para a compreensão desse fenômeno e para o discernimento de suas características essenciais.

A principal obra que orientará as reflexões *gramscianas* acerca do fascismo será *Sobre el fascismo*³⁶, que contempla uma coletânea de textos do autor reunidos por Enzo Santarelli. Para esta tese, explicitam-se análises concluídas entre os anos de 1924 e 1926 acerca: (i) da crise italiana no regime fascista; (ii) da correlação entre democracia e fascismo; (iii) do momento seguinte ao discurso na reunião do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, em 1925; e (iv) da política fascista.

1.1.1 A crise italiana (1924)

Em 1924, ao tratar da crise italiana, Gramsci reportou a eclosão do fascismo à crise radical do regime capitalista no pós-guerra, que foi agravada pela peculiar ruína da classe média, como bem assinalou Gianni Fresu:

A desmobilização da guerra, a retórica da vitória mutilada, a crise econômica, o fenômeno da proletarização das camadas médias, seriam as causas do desassossego da pequena burguesia durante e depois da guerra, bem como as origens do chamado subversivismo reacionário, que encontrou no nacionalismo de D'Annunzio e no fascismo de Benito Mussolini a razão da sua revolução social.³⁷

Segundo Gramsci, a crise da classe média na Itália teria sido mais aguda e, por isso, teria conduzido o país ao fascismo devido ao escasso desenvolvimento industrial italiano e ao caráter regional da industrialização.

Na Itália, a pequena burguesia era numerosa e constituía a única classe territorialmente nacional. Após a guerra, as crises capitalistas assumiram uma forma de

³⁵ A justificativa dos autores até então citados está respaldada no capítulo As Filosofias do Direito Críticas, de MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit..

³⁶ GRAMSCI, Antonio. *Sobre el fascismo*. Prólogo e seleção de Enzo Santarelli. México: Ediciones Era, 1979.

³⁷ FRESU, Gianni. Gramsci e o fascismo. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 9-20, 2019, p. 13.

decomposição do Estado unitário e, como resultado, favoreceram o renascimento de uma ideologia confusamente patriótica. Depois de a classe operária fracassar, em 1920, na missão de criar com meios próprios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana, não foi encontrada outra solução senão o fascismo.

É preciso lembrar que a análise gramsciana da unidade italiana tem como limites, por um lado, o processo da revolução francesa e da ação dos jacobinos e, por outro lado, a derrota dos movimentos operário e socialista, derrota essa consolidada pelo fascismo.³⁸

E para explicar a crise do regime fascista (entre os anos 1922 e 1923), era necessário definir a própria essência do fascismo em um sistema de relação de forças na sociedade italiana. Com ineditismo, o fascismo conseguiu constituir uma organização de massas da pequena burguesia – classe que fora até então incapaz de formar uma ideologia e uma solidariedade unitárias³⁹ –, enquanto sua organização se deu no campo, com as milícias – as quais constituíam o eixo do Partido Nacional Fascista. Para Gramsci, não havia partido fascista capaz de converter a quantidade em qualidade. Fora do terreno da organização militar, o fascismo nada produziria; dele, nada emergiria.⁴⁰

O autor também defendeu que a conquista do Estado se faria mediante a superação e a substituição da classe dominante: era preciso conquistar as fábricas e ultrapassar os capitalistas no governo das forças produtivas do país. E apenas a classe operária seria capaz desse mister, diferentemente da pequena burguesia, a qual carecia de força no campo produtivo, nas fábricas e como categoria industrial.

O sistema econômico na sociedade capitalista italiana se revelava insuficiente para as necessidades da população. Foi, então, com a marcha sobre Roma – parada coreográfica de um processo molecular – que as forças reais do Estado burguês (exército, magistratura, polícia, imprensa, Vaticano, maçonaria e Corte, entre outros) se voltaram ao fascismo:

(...) o desenvolvimento da percepção gramsciana da “diversidade do fascismo dos tradicionais partidos democráticos” – que fugia a muitos dirigentes comunistas italianos – dá saltos de qualidade após a “marcha sobre Roma”, em 28 de outubro de 1922.⁴¹

³⁸ DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: _____. et al. *O outro Gramsci*. 2. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1996, p. 60.

³⁹ MONDAINI, Marco. Togliatti, Gramsci e os debates sobre o fascismo nos anos 20 e 30. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2003, João Pessoa. *Anais...* ANPUH: João Pessoa, 2003. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_fef22e2d227c41f2308853696c93591c.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. La crisis italiana (1924). In: _____. *Sobre el fascismo*, cit., p. 162.

⁴¹ MONDAINI, Marco. Togliatti, Gramsci e os debates sobre o fascismo nos anos 20 e 30, cit.

Na avaliação de Gramsci, a atitude política e tática do partido comunista diante da crise de 1922-1923, quando as grandes massas trabalhadoras estavam desorganizadas, dispersas e pulverizadas, deveria ter sido de luta organizada pelo poder, com uso de propaganda e de agitação. Sob a análise de Moisés Alves Soares: “ao contrário do partido de ‘poucos e bons’, Gramsci defendia que o PCI deveria se tornar um partido de massas, lutando pela ampla hegemonia dos setores populares.”⁴²

Nesse sentido, nem os maximalistas nem os reformistas estariam logrando êxito para constituir um bloco de oposição. Era preciso, segundo Gramsci, máxima aproximação da classe trabalhadora, com avanços periódicos em quaisquer oportunidades existentes. Daí que toda fábrica, todo campo, deveria conter uma célula comunista que representasse o partido e a Internacional. Fazia-se necessário reunir o maior número possível de operários e camponeses revolucionários, educá-los para a luta e formá-los, prepará-los, enfim, para a organização e direção das massas, elevando-os politicamente.⁴³ Isso porque a luta pela revolução só poderia ser conduzida vitoriosamente com as massas, em todas as suas formações locais, enquadradas e guiadas por companheiros leais e capacitados para tanto.

Na concepção de Gramsci, o partido comunista deveria realizar um extenso trabalho no campo sindical, lutando para reorganizar as grandes massas. Detectando essa falha, o autor sardo relacionou o abandono dos sindicatos pelo operariado com a despreocupação da então Confederação Geral do Trabalho pelos interesses vitais destas.

Os comunistas não deveriam, diante disso, criar um organismo que substituísse a Confederação, que suprisse sua ausência. Os seus compromissos, em verdade, tinham de se voltar ao desenvolvimento de atividades mediante células nas fábricas e nos campos – atividades essas que impulsionassem comissões internas a incorporar em seu funcionamento todas as atividades proletárias. Por outro lado, era preciso provocar um amplo movimento das fábricas capaz de multiplicar comitês proletários. Nos termos do próprio autor:

Nossas células devem incentivar as comissões internas a incorporar todas as atividades proletárias em suas operações. Portanto, é necessário provocar um amplo movimento das fábricas que podem evoluir para uma organização de comitês proletários da cidade, escolhidos diretamente pelas massas, os quais, na crise social que se apresenta, se converterão em representantes dos interesses gerais de todo o povo trabalhador.⁴⁴

⁴² SOARES, Moisés Alves. *O direito em contraponto a partir do itinerário da teoria geral da hegemonia em Antonio Gramsci*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017, p. 50. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47567>>. Acesso em: 04 maio 2021.

⁴³ SOARES, Moisés Alves. *O direito em contraponto...*, cit., p. 50.

⁴⁴ Tradução nossa do original: “Nuestras células deben impulsar a las comisiones internas a incorporar en su funcionamiento todas las actividades proletarias. Por lo tanto, es preciso provocar un amplio movimiento de las fábricas que pueda desarrollarse hasta dar lugar a una organización de comités proletarios de ciudad elegidos

À medida que os partidos em seu conjunto, ou toda a sua massa de filiados, desempenhasse a tarefa essencial de conquistar a maioria dos trabalhadores e de transformar as bases do Estado democrático na essência, o partido comunista estaria progredindo para a revolução. Era esse o intuito, o objetivo final. O momento exigia uma luta geral contra o regime fascista, uma atitude defensiva, portanto. Contudo, os sindicatos se mantinham, à época, aliados dos reformistas, e não militantes revolucionários. Já as massas precisavam ser convertidas e reorganizadas em um primordial e único partido que expressasse a vontade política dos trabalhadores, seus reais e imediatos interesses.

1.1.2 Democracia e fascismo (1924)

Antes da primeira grande guerra, a democracia italiana era um regime singular: ignorava a liberdade econômica, não conhecia liberdades políticas substanciais, esforçava-se – por meio da corrupção e violência – para impedir o livre desenvolvimento de forças novas.

O fascismo agiu de forma sistemática, sobretudo nas periferias, nos edifícios organizados das classes trabalhadoras, nos centros rurais, nos “laboratórios” e nas fábricas para minar as possibilidades de formações orgânicas com funcionalidade contínua. “Eis porque Gramsci sintetiza a crise que se abre depois da guerra com a frase tornada muito famosa ‘o velho morre e o novo não pode nascer’”, ressalva Gianni Fresu.⁴⁵ A ação consistia em demissões de trabalhadores tidos por subversivos, exílio e assassinato de trabalhadores e camponeses considerados mentores dentro dessas duas categorias, proibição de reuniões e de permanência fora de casa ao fim da jornada de trabalho, impedimento de participação em atividades sociais dos trabalhadores e destruição das sedes das Câmaras de Trabalho e de todos os demais centros de unidade orgânica da classe operária e camponesa.

Após três anos de ações desse viés, a classe operária perdeu toda sua forma de organização e foi reduzida a uma massa enfraquecida, pulverizada, dispersa. Sem que houvesse uma transformação substancial da Constituição, as condições políticas do país

por las masas directamente, los cuales, en la crisis social que se perfila, se convertirán en representantes de los intereses generales de todo el pueblo trabajador”. GRAMSCI, A. *La crisis italiani*. 1924. In: SANTARELLI, E. *Sobre El fascismo*. 1979, p. 166.

⁴⁵ FRESU, Gianni. Gramsci e o fascismo, cit., p. 18.

mudaram de modo muito profundo, porque todas as forças dos operários e dos camponeses foram destruídas.

É no momento em que a classe operária se vê reduzida a tal estado que se revela uma situação democrática. Em tais condições, os grupos burgueses, por serem “liberais” e, conseqüentemente, não terem motivos para temer repercussões fatais para a solidez do Estado e da sociedade, podem:

- (i) desmembrar sua responsabilidade da responsabilidade do fascismo, ao qual estava “amarrado”, favorecendo e incitando a luta contra os operários;
- (ii) restabelecer o império da lei, ou seja, um estado em que não se negue a possibilidade de organização dos trabalhadores.

Contudo, sabe-se que a burguesia só confere liberdade de organização aos trabalhadores quando está segura de que suas associações não serão bem-sucedidas, pois suas bases estão fragilizadas, e a dispersão a que foram submetidos impede que se reorganizem. Trata-se de uma liberdade envernizada, meramente formal:

A liberdade de organização é concedida pela burguesia aos trabalhadores apenas quando aqueles têm a garantia de que os trabalhadores só se valerão desta liberdade para trabalhos elementares de organização; trabalho que os burgueses esperam não ter conseqüências políticas, senão a longo prazo.⁴⁶

E foi desestabilizando a classe operária que o fascismo devolveu à democracia a sua possibilidade de existência.⁴⁷

Porém, como romper esse círculo vicioso? – questiona Gramsci. Resolvê-lo equivaleria a resolver o problema da revolução. O caminho seria reorganizar os trabalhadores durante o desenvolvimento da crise política burguesa; e não por concessão da burguesia. Nesse sentido:

Gramsci definiu todas as possibilidades do bloco antifascista burguês de desempenhar algum papel na disputa como tendo caído, argumentando que “a intervenção no campo das forças da classe trabalhadora foi cada vez mais possível ‘para que’ o dilema fascismo-democracia ‘tendesse’ a se converter no outro: fascismo-insurreição proletária.”⁴⁸

⁴⁶ Tradução nossa do original: “La libertad de organizarse es concedida por los burgueses a los trabajadores sólo cuando tienen la seguridad de que los trabajadores están reducidos al grado de no poder servirse de ella más que para reanudar un trabajo elemental de organización, trabajo que ellos esperan que no tenga consecuencias políticas sino a largo plazo”. GRAMSCI, A. *Democracia y fascismo*. 1924. In: SANTARELLI, E. *Sobre El fascismo*. 1979, p. 170.

⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. *Democracia y fascismo* (1924), cit., p. 170.

⁴⁸ Tradução nossa do original: “Gramsci definí come ormai decaduta ogni possibilità del bloco antifascista borghese di giocare qualche ruolo nella contesa, sostenendo che si rendeva «sempre piú possibile l'intervento in campo delle forze della classe lavoratrice», di modo che «il dilemma fascismo-democrazia» tendava «a convertirsi, nell'altro: fascismo-insurrezione proletaria»“. GARZARELLI, Benedetta. *Il fascismo e la crisi italiana negli scritti di Antonio Gramsci del 1924-1926*. *Studi Storici*, [s. l], v. 48, n. 4, p. 1059-1090, 2007, p. 1.076..

Fazia-se indispensável reestruturar a classe operária, intervindo na cena política de uma forma nova, na qual organização e política seriam conjugadas. E a luta necessitaria se voltar tanto contra os burgueses fascistas quanto contra os burgueses liberais, em comitês de trabalhadores e camponeses análogos aos conselhos de fábrica que existiam entre 1919 e 1920 que se voltavam contra a derrocada do regime burguês.

Nesse sentido, os conselhos de fábrica realizavam uma unidade organizativa de todos os trabalhadores e, simultaneamente, conduziam a luta de classes a uma intensificação que tornava inevitável o choque definitivo. Não só a fábula de colaboração e a utopia da paz social, mas também a estúpida lenda de organização que se desenvolve com a permissão da burguesia, no seio da sociedade capitalista, para chegar a superar seus limites e esvaziar gradualmente o seu conteúdo, encontram no conselho de fábrica uma negação total. E Gramsci indaga: até que ponto a função revolucionária desempenhada um dia pelos conselhos de fábrica poderia ser exercida pelos comitês de trabalhadores e camponeses?⁴⁹

A resposta do autor sardo denota a necessidade de um esforço que conduzisse o movimento reivindicativo das grandes massas a se expressar de forma orgânica e descobrir o germe de uma nova ordem de coisas. Atingindo-se esse resultado, a torpe e odiosa divisão de trabalho entre fascismo e democracia finalmente findaria.

1.1.3 Depois do discurso de 3 de janeiro (1925)⁵⁰

Na última reunião do Comitê Central, as oposições pretendiam criar um movimento antifascista que derrubasse o regime e instaurasse uma ditadura militar. Ciente desse plano, o fascismo reagiu, tendo como marco o famoso discurso de Mussolini. O governo fascista influenciou na imprensa, impossibilitando a publicação de documentos escandalosos que serviriam de munição à oposição para a campanha entre as massas populares.

Mussolini se dissocia de elementos extremistas de seu partido, reorganiza a Confederação Geral da Indústria e, com amparo em um partido conservador submetido a uma nova lei eleitoral, forma uma maioria *mussoliniana* sem dificuldade e sem violência – dessa maneira, a violência fascista cede lugar ao engodo, ao engano.

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. Democracia y fascismo (1924), cit., p. 172.

⁵⁰ Ata da relação do comitê central do Partido Comunista, de 6 de fevereiro de 1925, que precedeu a partida de Gramsci para Moscou, onde participou do “executivo” ampliado da Internacional.

As posições políticas se restringiram ao partido conservador (que permitiu a Mussolini permanecer no poder), ao centro liberal-constitucional (que agrupou todas as forças constitucionais da oposição) e a uma esquerda representada pelo Partido Comunista. Os demais grupos perderam a importância e tenderam a desaparecer. Os unitários se agregaram completamente no terreno constitucional, enquanto os maximalistas fizeram o possível para permanecer entre os opositores.

Gramsci avalia que, de maneira geral, a divisão geográfica do Aventino fortalecia as tendências revolucionárias e revelava uma troca de massas nas bases.⁵¹ Nesse sentido, o autor sugeria o aumento da luta política de forma mais clara para todos os operários, além da necessidade de se colocar na ordem do dia – como preparação concreta e como solução imediata – o problema da preparação da insurreição. O partido deveria:

- (i) ampliar as bases organizativas;
- (ii) organizar suas células de bairros, as quais deveriam assumir a missão de controlar a vida da população nas grandes cidades de modo que, no momento oportuno, pudessem concretizar golpes decisivos para assegurar o triunfo da insurreição;
- (iii) planejar o problema do armamento em dois aspectos: primeiro, organizar os homens e, em sequência, prepará-los para a compra e armazenamento de armas;
- (iv) indicar às células de bairros os trabalhos políticos que deveriam realizar também em relação ao *slogan* dos comitês operários e camponeses, os quais não deveriam estar constituídos unicamente por operários de empresas, mas ser convertidos em organismos das massas, com a participação de toda a população que não estava concentrada nas empresas e com a intervenção das mulheres.

Além disso, Gramsci recomendava cuidado com os *slogans*: não deveriam se apresentar despidos de forças de que o partido não dispunha; tinham de ser preparados e adequados às demandas que pudessem surgir.⁵²

Por outro lado, era necessário ampliar o centro do partido para que este pudesse dispor de um comitê executivo político e de órgãos apropriados para o trabalho da organização. Considerava, até então, as forças organizativas insuficientes, motivo pelo qual deveriam ser expandidas.

O comitê pretendia que se destinasse um funcionário a cada federação – o que, naquele momento, não era possível. Mas o partido deveria, ao menos, criar secretarias

⁵¹ GRAMSCI, Antonio. Después del discurso del 3 de enero (1925). In: _____. *Sobre el fascismo*, cit., p. 178.

⁵² GRAMSCI, Antonio. Después del discurso del 3 de enero (1925), cit., p. 179.

regionais para todas as regiões italianas, especialmente onde o movimento estivesse menos desenvolvido; para tanto, eram necessários um trabalho maior e o aumento de uma atividade contínua.

O atuar das células era insuficiente. Seria preciso que cada qual firmasse uma relação semanal em sua zona; que cada zona firmasse uma reunião quinzenal com as federações; e que cada federação enviasse ao menos uma vez ao mês uma ampla relação sobre o trabalho político realizado e sobre a situação local. Com base nessas relações, o comitê executivo deveria encaminhar continuamente às federações instruções, indicações e sugestões de um trabalho mais completo e amplo em cada lugar, sendo essa a sua principal atividade política entre as massas do partido. Já as funções de caráter organizativo deveriam ser confiadas a outros órgãos.

As federações e as seções, ademais, se encarregariam de estudar a situação local e as necessidades particulares dos operários de diversos lugares: esse exame preliminar teria de consistir no trabalho preparatório do partido. Enquanto isso, a continuação dos organismos organizaria reuniões de operários e camponeses – organizações de massa – encarregados de direcionar as agitações das manifestações operárias. Todo o trabalho precisaria se desenvolver segundo essa diretiva.

Quanto à ação sindical, Gramsci advogava a necessidade de desenvolvimento entre grupos que não fossem sindicalmente organizados, ainda que essa possibilidade cingisse o sindicalismo.⁵³

As oposições influenciavam as massas, mas a burguesia estava vinculada ao fascismo: os burgueses e o fascismo teriam entre si uma relação igual àquela que os operários e os camponeses tinham com o partido comunista russo. Gramsci afirmou, em diálogo com Serrati, que as massas estavam induzidas pela burguesia, mas com um grau de obscuridade e confusão.⁵⁴

Por intermédio do fascismo, a burguesia retomara uma consciência e organização de classe. Operara-se, então, um processo de homogeneização. Mas a classe operária também progredira, uniformizando-se. Apesar das falhas ocorridas na atividade do partido, teria havido uma notável evolução de maneira geral, uma maior iniciativa nas organizações locais. Nesse sentido, o partido seria um instrumento de luta melhor do que no passado e progrediria em seu movimento à medida que a ação se intensificasse.

⁵³ GRAMSCI, Antonio. Después del discurso del 3 de enero (1925), cit., p. 179.

⁵⁴ GRAMSCI, Antonio. Después del discurso del 3 de enero (1925), cit., p. 180.

1.1.4 O fascismo e sua política (1926)

O ingresso do fascismo no quadro da política tradicional das classes dominantes italiana e na luta do capitalismo contra a classe trabalhadora se deu como um movimento de reação armada, que visava a desintegrar e desorganizar a classe operária para, assim, imobilizá-la. Por isso, tal fenômeno recebeu apoio em suas origens, em sua organização e em sua forma de atuação de todos os antigos grupos dirigentes, preferencialmente dos agrários, os quais se sentiam mais ameaçadas pela pressão das plebes rurais.⁵⁵

No âmbito social, foi na pequena burguesia urbana e numa nova burguesia agrária (surgida de uma transformação da propriedade rural em algumas regiões) que o fascismo implementou suas bases:

Portanto, temos dada assim uma interpretação do fascismo-cesarismo como equilíbrio de forças político-militares, centrado na utilização das camadas médias sobretudo de origem rural, as quais convertidas em força armada evitam a intervenção direta da burocracia militar, expressão da grande propriedade agrária, e condicionam também as opções das classes urbanas capitalistas, cujo poder foi por elas restabelecido.⁵⁶

Tal circunstância somada ao fato de o fascismo haver encontrado uma unidade ideológica e organizativa nas formações militares, em que a tradição da guerra revivia e era útil para a guerrilha contra os trabalhadores, permitiram que fosse concebido e realizado um plano de conquista do Estado – em contraposição aos antigos líderes dirigentes.

Essas novas classes convergiam de forma homogênea para um capitalismo renovado. Isso porque, de acordo com Gramsci, a ideia de revolução seria inócua: “É um absurdo falar em revolução. As novas categorias que se agrupam em torno do fascismo têm, por sua origem, uma homogeneidade e uma mentalidade comum voltada ao *capitalismo nascente*”.⁵⁷

Gramsci constatou a alteração, pelo fascismo, do programa de conservação e de reação que sempre dominou a política italiana por um processo diversificado de unificação de forças reacionárias.⁵⁸ O fascismo substituiu a tática dos acordos e dos compromissos para realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia e um só organismo político

⁵⁵ GRAMSCI, Antonio. El fascismo y su política (1926). In: _____. *Sobre el fascismo*, cit., p. 199.

⁵⁶ BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional – de Gramsci à crise do stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 10, p. 40.

⁵⁷ GRAMSCI, Antonio. El fascismo y su política (1926), cit., p. 199.

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. El fascismo y su política (1926), cit., p. 200.

sob o controle de uma central única, que deveria dirigir ao mesmo tempo o partido, o governo e o Estado.

Atuando dessa maneira, o fascismo resistia intensamente a todo e qualquer ataque revolucionário, bem como angariava a adesão da burguesia industrial e dos agrários, duas das classes mais reacionárias durante o processo de fascização. Em defesa da ordem, da propriedade e do Estado, as empreitadas fascistas foram ainda mais incisivas e reverberam tanto no campo econômico quanto no campo político – no qual, entretanto, a unidade orgânica da burguesia não se realiza imediatamente depois da conquista do poder. Assim, fora do fascismo, permanecem os centros de uma oposição burguesa ao regime.

Diante disso, o fascismo se vê compelido a lutar contra esses grupos supervenientes de forma vigorosa, guerreando com potência ainda maior contra a maçonaria. Tais conflitos anunciam uma rachadura no bloco de forças conservadoras e antiproletárias, o que poderia favorecer, em determinadas circunstâncias, o desenvolvimento e a afirmação do proletariado como terceiro e decisivo fator de uma situação política. Travava-se de uma guerra de posição que, conforme explicações de Alvaro Bianchi:

Gramsci certamente não poderia definir o fascismo e sua sistemática violência contra as organizações do movimento operário como uma guerra de posição se acreditasse que esta era um meio pacífico para a obtenção de um consenso normativo. Como o nome já diz, a guerra de posição é uma forma de guerra e, portanto, está marcada pelo conflito e não pela tranquila interação comunicativa dos agentes. A identidade estabelecida entre essa guerra de posição e a revolução passiva sublinha que essa forma de conflito é imposta pelas classes dominantes, bloqueando às classes subalternas a intervenção “concentrada e simultânea da insurreição”. A forma do conflito torna-se, desse modo, ineludível, conduzindo as classes subalternas a uma forma de luta difusa e capilar que constitui a premissa para uma retomada da guerra de movimento.⁵⁹

No campo econômico, o fascismo atua como instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para repassar ao capitalismo o controle de todas as riquezas do país, o que obviamente desagrade a pequena burguesia então ansiosa para dominar a cena política⁶⁰. A fim de favorecer uma nova concentração industrial dos agrários, adota uma série de medidas que prejudicam pequenos e médios agricultores, tais como a abolição de imposto de sucessão, a política financeira e fiscal e o endurecimento do protecionismo. Então, com medidas tendentes a elevar o curso da moeda, sanar o balanço do Estado, pagar as dívidas de guerra e favorecer a intervenção do capital norte-americano na Itália, conclui-se a política econômica fascista.

⁵⁹ BIANCHI, Alvaro. *Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018, p. 257.

⁶⁰ GRAMSCI, Antonio. *El fascismo y su política* (1926), cit., p. 200.

Nota-se, assim, que o fascismo age em prol da plutocracia e de uma minoria industrial agrária tanto no âmbito político quanto econômico, prejudicando a grande maioria da população, cujas condições de vida pioravam progressivamente⁶¹. Ou seja, em benefício das forças imperialistas, a Itália impõe à sociedade o peso do militarismo e de um sistema de opressão que mantém o povo neutralizado, minando suas potencialidades de ação e de reação.

De um lado, para consolidar o fim da participação das massas na vida política e administrativa do país, o fascismo edita uma nova lei eleitoral, alterando o ordenamento administrativo para impedir a integração popular nas decisões e no cotidiano políticos. De outro lado, passa a controlar as associações com o propósito de vedar novas formas de organização das massas. Adicionalmente, suprime a imprensa proletária. Tal conjunto permitiu a Gramsci “captar em seu devir o processo de consolidação da ditadura em formas totalitárias.”⁶²

Submetidos a proibições, violências físicas e perseguições policiais sistematicamente, sobretudo nas zonas rurais, os partidários da classe operária são marginalizados à ilegalidade. Verifica-se, pois, um verdadeiro estado de sítio. Em consequência da opressão radicalmente imposta à população, a relação real entre as forças sociais e as forças organizadas sofre um desequilíbrio, agudizando contrastes e oportunizando insurgências por novas vias – a exemplo da crise que se seguiu ao assassinato do parlamentar reformista Matteotti, a respeito do qual Garzarelli pontua: “havia sido cometido precisamente ‘para conter o desmoronamento da base social de massas do fascismo, que se mostrou muito avançada nas eleições de 6 de abril’ (...).”⁶³

Frente aos contrastes econômico e político que se aprofundaram, Gramsci percebe as possibilidades de ruína e desestabilização do regime fascista e conclui, enfim, que a pequena burguesia falhara no seu intento de dominação social, sobretudo perante a reação industrial-agrária.⁶⁴

⁶¹ GRAMSCI, Antonio. El fascismo y su política (1926), cit., p. 201.

⁶² GARZARELLI, Benedetta. Il fascismo e la crisi italiana negli scritti di Antonio Gramsci..., cit., p. 1.089.

⁶³ GARZARELLI, Benedetta. Il fascismo e la crisi italiana negli scritti di Antonio Gramsci... cit., p. 1.068.

⁶⁴ GRAMSCI, Antonio. El fascismo y su política (1926), cit., p. 203.

1.2 Léon Trotsky

Léon Trotsky, orador eloquente da Revolução Russa e chefe do Comitê Militar Revolucionário que destituiu o governo provisório em outubro de 1917, além de um dos principais fundadores do Exército Vermelho e um dos constituintes do Estado Soviético, avaliou o fascismo politicamente e em contemporaneidade à sua ascensão.

Em artigo intitulado “Léon Trotsky: teoria do fascismo”, Robert S. Wistrich atribui a Trotsky a primariedade teórica marxista sobre o fenômeno fascista, citando, para tanto, o biógrafo trotskista Isaac Deutscher: “De acordo com Isaac Deutscher, Trotsky foi o primeiro teórico marxista a compreender o delírio destrutivo com que o nacional-socialismo explodiria no mundo”.⁶⁵

O pioneirismo de Trotsky quanto ao surgimento e às nuances do fascismo também é reconhecido por Osvaldo Coggiola, que menciona Perry Anderson a esse respeito:

Sua natureza revolucionária básica teria levado Trotsky, em qualquer caso, a se opor à política stalinista antes do levante nazista, mas ele não se limitou a isso, graças ao seu entendimento teórico centrado no fenômeno. Isso fez Perry Anderson dizer com admiração: “Isolado em uma ilha turca, ele escreveu, a uma certa distância dos acontecimentos, uma sequência de textos sobre a ascensão do nazismo na Alemanha, como estudos de uma política específica. Eles têm uma qualidade inigualável em toda a gama do materialismo histórico. O próprio Lenin nunca produziu nenhum trabalho de profundidade e complexidade comparáveis neste campo. Na verdade, os escritos de Trotsky sobre o fascismo alemão são as primeiras análises marxistas reais de um estado capitalista do século XX – o estabelecimento da ditadura nazista.”⁶⁶

Mediante textos escritos entre 1929 e 1933, reunidos na obra *A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução*⁶⁷, Trotsky analisa o cenário que viabilizou a emergência do fascismo na Europa, tecendo críticas contundentes à ação e à inação do Partido Comunista no combate às tendências fascistas. Adicionalmente, o autor russo propõe

⁶⁵ Tradução nossa do original: “According to Isaac Deutscher, Trotsky was the first Marxist theorist to grasp ‘the destructive delirium with which National Socialism was to burst upon the world’”. WISTRICH, Robert S. *Leon Trotsky's Theory of Fascism*. Contemporary History, Londres, v. 11, n. 4, p. 157-184, out. 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/260195?seq=1>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁶⁶ Tradução nossa do original: “His basic revolutionary nature would have led Trotsky, in any case, to oppose the Stalinist policy before the Nazi uprising, but it was not limited to that, thanks to his theoretical understanding focused on the phenomenon. This made Perry Anderson admirably say: ‘Isolated on a Turkish island, he wrote, at a certain distance from the events, a sequence of texts on the rise of Nazism in Germany, as studies of a specific politics. They have a quality unequalled in the entire range of historical materialism. Lenin himself never produced any work of comparable depth and complexity in this field. Indeed, Trotsky’s writings on German fascism are the first real Marxist analyses of a 20th Century capitalist state- the establishment of Nazi dictatorship’”. COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky, the rise of Nazism and Stalin's role*. 2009. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/node/1761>. Acesso em: 26 abr. 2021.

⁶⁷ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução*. São Paulo: Sundermann, 2019.

medidas de combate às tendências fascistas e indica os elementos primordiais do fenômeno, em especial a crise estrutural e aguda do capitalismo monopolista e a instituição da pequena burguesia como base social dos movimentos de massa. É o que sintetiza Bottomore:

Trotsky, numa série de panfletos e artigos que escreveu entre 1930 e 1933, empenhou-se principalmente em formular uma estratégia política eficaz que capacitasse a classe trabalhadora a deter o avanço fascista na Alemanha, mas também esboçou as principais características do fascismo, das quais as mais importantes são: o fascismo é a expressão de uma crise estrutural profunda do capitalismo moderno, isto é, resulta da tendência do capitalismo monopolista (conforme foi observado e definido por Hilferding) a “organizar” o conjunto da vida social de uma maneira totalitária (...); a base social dos movimentos de massas fascistas é a pequena burguesia ou a classe média.⁶⁸

Segundo Trotsky, que defende a conjugação da análise com o ativismo (união essencial à tipificação do genuíno marxista), entre a degeneração definitiva da III Internacional e a construção da IV Internacional, a contribuição do Partido Comunista foi decisiva para que Hitler se elevasse ao poder na Alemanha.

O subtítulo da coletânea que congrega os textos de Trotsky (“revolução e contrarrevolução”) repete a obra de Friedrich Engels sobre a revolução alemã de 1848 (“revolução e contrarrevolução na Alemanha”⁶⁹) e também esmiúça as relações de classes da sociedade alemã em dois instantes históricos determinantes.

Enquanto em 1848 a luta de classes fora protagonizada pela burguesia em ascensão e pela nobreza, a década de 1930 marcou o embate entre a burguesia e o proletariado: o enfrentamento foi travado entre o capitalismo agonizante e o socialismo em gestão. Ao fim do século XIX, pequenos industriais, lojistas, artesãos e camponeses constituíam a maioria da nação; já na terceira década do século XX, a população era majoritariamente composta por operários industriais. Sobre tal momento, o já citado Robert S. Wistrich pontua que “Trotsky enfatizou que em um período de declínio do capitalismo, a grande burguesia dependia de um movimento de massa organizado da pequena burguesia para conter o marxismo.”⁷⁰

A ausência de grandes centros urbanos e de massas populacionais impedia, na Alemanha, que as classes médias alcançassem a supremacia política em 1848 tal como as burguesias francesa e inglesa haviam alcançado. Portanto, a revolução burguesa teria sido

⁶⁸ BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 238.

⁶⁹ No Brasil, publicado em 1981 pela Editora Avante/SP.

⁷⁰ Tradução nossa do original: “Trotsky's analysis stressed that in a period of declining capitalism, the big bourgeoisie depended on an organized mass movement of the petty bourgeoisie to hold Marxism in check (...)”. WISTRICH, Robert S. *Leon Trotsky's theory of fascism*, cit., p. 157.

obstada àquele tempo, e a oportunidade desta vem a surgir tardiamente, ao tempo da revolução proletária.

O distanciamento entre dezenas de principados, marcadamente provincianos e reacionários, dificultava o desenvolvimento político e econômico em 1848, quando predominava a descentralização política. Em contrapartida, na década de 1930, o proletariado constituía uma classe organizada, chocava-se com a legalidade burguesa (da qual se diferenciou definitivamente) e ameaçava o regime capitalista. Nesse contexto, receosa com a possibilidade de se proletarizar, a pequena burguesia aparentava estar disposta a toda espécie de confronto para preservar sua posição, até mesmo a conversão à direita, o recuo ao reacionarismo.

Segundo Trotsky, o fascismo nada mais seria do que a caricatura reacionária do jacobinismo na época do capitalismo em decadência. Se em 1848 a burguesia agrupou o proletariado à sua luta contra a sociedade feudal, na década de 1930 não só se afastou dos proletários mas também passou a atacá-los. Corroborando com a construção desse momento, a derrocada da revolução proletária em 1918, seguida da impotente e estéril República de Weimar, orientou uma virada à direita; representou um recuo aos elementos retrógrados da monarquia prussiana.

Em outras palavras, as derrotas de 1918 e 1923 instalaram uma contrarrevolução paulatina, tal como ocorreu em 1848. E a permanência dessa contrarrevolução ensejou o fascismo; consistiu em sua expressão final e decisiva. É o que explicita Alysson Mascaro:

Para Trotsky, já na década de 1920, havia a urgência de se avançar na luta proletária alemã, sob risco de crescimento dos setores fascistas, na medida em que julgava a época imperialista monopolista que vivia como de linha reacionária em todos os setores e sentidos. Se houvesse a incapacidade da classe trabalhadora em tomar o poder, disto adviria a transformação, por parte do capital financeiro, da pequena burguesia em um exército progomista reacionário. Trotsky situa o surgimento de Hitler no seio da pequena burguesia alemã que, após a derrota da Primeira Guerra Mundial, encontra-se em decadência e não encontra nos socialdemocratas de Weimar nem nos comunistas suas fontes de resolução.⁷¹

A diferenciação traçada por Trotsky entre o fascismo e a Revolução de 1848 é mencionada por Nicos Poulantzas em uma crítica pontual e precisa. O autor grego (cujas análises também integram este estudo) evidencia a singularidade e os acertos das previsões trotskistas, a despeito de algumas considerações tidas como equivocadas:

Quanto a Trotsky, as coisas são mais complexas. Nos seus *Écrits* sobre a Alemanha, Trotsky distingue cuidadosamente o bonapartismo – fundado num equilíbrio das duas forças – e o fascismo. Não obstante, quanto ao fascismo, Trotsky parece descuidar a questão da crise política específica que o caracteriza.

⁷¹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. O marxismo e Weimar, cit., p. 66.

Ele retém, essencialmente, duas características – que são significativas, pois mostram que, a despeito das divergências, Trotsky partilhava, no fundo, a concepção da Internacional Comunista. (...), Mas é preciso dar a Trotsky o que lhe é devido. Ele pôs a claro, de forma notável, elementos importantes do fascismo: entre outros, as suas relações com a classe operária e com a pequena burguesia. Foi ele, de resto, quase o único a prever, e de forma surpreendente, o desenrolar do processo na Alemanha. No entanto, como muitas vezes acontece com Trotsky, as suas análises desdobram e indicam problemas reais, que ou não são resolvidos ou recebem explicações erradas. Assim, o próprio I. Detscher (cuja simpatia pelas posições de Trotsky é notória) é obrigado a assinar a propósito de sua concepção do fascismo: 'Em certas ocasiões, contudo, Trotsky aplicou-a de maneira assaz imprecisa. Ele viu a iminência do fascismo em França e quis, a todo custo, etiquetar 'fascista' a ditadura pseudobonapartista na Polónia. (...) Por outro lado, Trotsky descreveu como bonapartistas, de forma pouco convincente, os governos de Schleicher e de Papen e, igualmente, o débil governo Doumergue, de 1934. Foi só em 1940 que, finalmente, descreveu o regime de Pétain mais como pseudobonapartista do que como fascista⁷².

Fiel a Marx, que diagnosticou a permanência da contrarrevolução como uma questão existencial após a revolução, Trotsky propõe a continuidade da revolução em contraposição à constância da retrógrada contrarrevolução. Osvaldo Coggiola, em seu artigo “Trotsky, the rise of Nazism and Stalin's role”, pontua que a visão trotskista sobre a ascensão do nazismo “se enquadrava em um *corpus* teórico geral sobre a era histórica em questão, a ‘era da revolução permanente’.”⁷³

Para o autor sob análise, o Partido Comunista Alemão deveria defender e impulsionar, insistentemente, a revolução proletária. Tal tarefa seria imediata, premente, inadiável e executável mediante uma política de frente única, conforme os ensinamentos *leninistas*. As conclusões de Trotsky acerca da imprescindibilidade de reação do Partido Comunista Alemão diante da contrarrevolução dão continuidade às diretrizes presentes na obra *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*, de Lenin, que assim sintetiza suas orientações para o movimento revolucionário:

Os comunistas devem consagrar todos os seus esforços para orientar o movimento operário e o desenvolvimento social em geral no sentido do caminho mais reto e rápido para a vitória mundial do poder soviético e da ditadura do proletariado. Trata-se de uma verdade indiscutível. Mas basta dar um pequeno passo além – mesmo que pareça um passo dado na mesma direção – para que essa verdade se transforme em erro. Basta dizer, como o fazem os comunistas de esquerda alemães e ingleses, que não aceitamos senão um caminho, o caminho reto, que não admitimos manobras, acordos e compromissos, para que isso se torne um erro que pode causar, e em parte já causou e continua causando, os mais sérios prejuízos ao comunismo. O doutrinário de esquerda obstina-se em repelir incondicionalmente certas formas antigas, sem ver que o novo conteúdo abre seu

⁷² POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021, p. 68-69.

⁷³ Tradução nossa do original: “[...] it fell within a general theoretical corpus on the historical era in question, the “era of permanent revolution”. COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky, the rise of Nazism and Stalin's role*. 2009, p. 6.

caminho através de todas as formas possíveis e que nosso dever de comunistas consiste em dominá-las todas, em aprender a completar umas com as outras e a substituir umas pelas outras com a máxima rapidez, em adaptar a nossa tática a qualquer modificação dessa natureza que não tenha sido causada pela nossa classe ou por nossos esforços.⁷⁴

Destacam-se sequencialmente, com subtítulos equivalentes aos dos textos *trotskistas*, as reflexões e os debates por ele manifestos.

1.2.1 A situação da Alemanha como chave do contexto mundial e a posição da Internacional Comunista (1930-1931)

A Alemanha estava especial e ineditamente margeada por antagonismos políticos e econômicos quando da instalação do nazismo. Contradições de um capitalismo aparentemente em declínio, agravadas por uma enorme crise comercial, industrial e financeira assolavam o país. Do outro lado, uma grave crise social, agudizada pela fraqueza revolucionária do proletariado, fortalecia as bases nascentes do fenômeno nazifascista.⁷⁵

Para Trotsky, o contexto que desencadeou a nascente do nazifascismo é permeado por forças revolucionárias e contrarrevolucionárias diante de uma crise econômica peculiar, que alterou o caráter da luta de classes. Nos dizeres de Leonardo Rapone, historiador que cunhou um estudo substancial sobre a concepção do fascismo em Trotsky:

O proletariado na luta contra a burguesia estava cada vez mais em contra-ataque. O acúmulo dos elementos de um novo impulso revolucionário era um fato indiscutível. Em particular, a turbulência econômica e social que estava abalando a Alemanha foi interpretada como o terreno fértil natural para uma nova fase de subversão revolucionária do sistema capitalista. O crescimento do fascismo foi visto como prova da existência de uma situação revolucionária. O desenvolvimento da revolução estimula as forças da reação.⁷⁶

À semelhança de outros marxistas, Trotsky vinculou o implemento do fascismo à crise visceral e estrutural que o capitalismo enfrentava na época. Trotsky não compreendia, contudo, que crises agudas do capitalismo necessariamente gerariam agitações fascistas. Na concepção trotskista, Itália e Alemanha cederam espaço ao fascismo porque as forças

⁷⁴ LENIN, Vladimir Ilyich. *O esquerdismo: doença infantil do comunismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 153.

⁷⁵ RAPONE, Leonardo. *Trotsky e o fascismo*. Bari: Laterza, 1978, p. 88.

⁷⁶ Tradução nossa do original: “«Il proletariato in lotta contro la borghesia passa sempre più al contrattacco. L'accumulazione degli elementi di un nuovo slancio rivoluzionario è un fatto incontestabile». In particolare, il dissesto economico e sociale che scuoteva la Germania era interpretato come naturale terreno di coltura di «una nuova fase di sovvertimento rivoluzionario del sistema capitalistico». La crescita del fascismo fu vista come la riprova dell'esistenza di una situazione rivoluzionaria. «Lo sviluppo della rivoluzione è di sprone alle forze della reazione»”. RAPONE, Leonardo. *Trotsky e o fascismo*, cit., 1977, p. 54.

políticas que poderiam cooptar e direcionar o proletariado se mantiveram inertes e/ou ineficientes diante da crise, ao passo que os partidos fascistas aliciaram incisivamente a pequena burguesia e uma parcela do proletariado.

Para Trotsky, as crises que permeiam o desenvolvimento capitalista só ensejaram o fascismo em territórios italiano e alemão porque os proletariados não foram conduzidos à revolução com a brevidade e o vigor necessários. Trotsky credita, pois, o despontar fascista à fraqueza dos partidos do proletariado em contraposição ao empenho dos líderes fascistas. É o que sintetiza Leonardo Rapone: “Diante da incapacidade do Partido Comunista de ser ‘o partido da esperança revolucionária’, os sentimentos das classes médias assumem a forma de um ‘desespero contrarrevolucionário’”.⁷⁷

Atribuindo culpa à democracia burguesa, à social-democracia e aos partidos comunistas, Wistrich interpreta a análise *trotskista* no que concerne à falha das forças revolucionárias como motivo crucial para o despontar fascista diante de uma das graves crises capitalistas:

Trotsky deu muito mais ênfase do que a maioria dos teóricos marxistas à crise e aos fracassos da liderança proletária em conseguir a vitória do fascismo na Itália e na Alemanha. Uma vez que o proletariado falhou em tomar o poder em uma sociedade capitalista decadente, a substituição da ditadura fascista pela democracia burguesa estava na ordem do dia. Trotsky explicou esse fracasso não por um apelo a ‘condições objetivas’, mas pela ‘incapacidade dos partidos degenerados e completamente podres do proletariado’ de seguir o exemplo da revolução bolchevique. O fascismo foi o resultado direto da tripla falência da democracia burguesa, da socialdemocracia e dos partidos comunistas. Os partidos fascistas conseguiram, em sua opinião, conquistar as massas da pequena burguesia e uma parte do proletariado, porque sua própria direção era mais audaciosa e exibiu uma forte vontade de poder.⁷⁸

Assim, o enfraquecimento do ímpeto revolucionário do operariado se devia, na compreensão do revolucionário russo, ao papel histórico da social-democracia e à inabilidade do Partido Comunista Alemão (*Kommunistische Partei Deutschlands* – KPD).

⁷⁷ Tradução nossa do original: “Di fronte all’incapacità del partito comunista di essere «il partito della speranza rivoluzionaria», i sentimenti delle classi medie assumono la forma di una «disperazione controrivoluzionaria»”. RAPONE, Leonardo. *Trotsky e il fascismo*, cit., p. 92.

⁷⁸ Tradução nossa do original: “Trotsky placed much greater emphasis than most Marxist theoreticians on the crisis and failures of proletarian leadership in bringing about the victory of fascism in Italy and Germany. Once the proletariat failed to seize power in a decaying capitalist society, the substitution of fascist dictatorship for bourgeois democracy was on the agenda. Trotsky explained this failure not by an appeal to ‘objective conditions’ but by ‘the inability of the degenerated and completely rotten parties of the proletariat’ to follow the example of the Bolshevik revolution. Fascism was a direct result of the triple bankruptcy of bourgeois democracy, social democracy and the communist parties. The fascist parties were able in his opinion, to win the masses of the petty bourgeoisie and a part of the proletariat, because their own leadership was more audacious and exhibited a fierce will-to-power”. WISTRICH, Robert S. *Leon Trotsky's Theory of Fascism*, cit., 1976, p. 176.

Em outras palavras, a força político-partidária teria arrefecido o impulso revolucionário e deixado de guiar o proletariado. A esse respeito, Trotsky indica ações do KPD que teriam esvanecido os impulsos de reação:

Mas a política do KPD, desde as eleições de setembro, só tem feito agravar a sua inconsistência: frases declamatórias sobre o social-fascismo, namoro com o chauvinismo, imitação do fascismo autêntico com o objetivo de fazer-lhe concorrência no mesmo mercado e essa aventura criminosa do *referendum* vermelho.⁷⁹

Nesse momento, Trotsky estava alertando sobre a necessidade da tomada de posições e de resoluções pela Internacional Comunista e por seu partido dirigente (o partido russo) que, até então, estariam silentes – o que o autor categorizou como deslealdade e traição. Sob o pressuposto de que o êxito do fascismo era inevitável, a direção do KPD teria se amedrontado, recuado e aguardado o instante de agir. Aventureira e levemente, o partido se manteve inerte, prostrado, contrário, pois, ao “marxismo-leninismo” de combate.

Trotsky prossegue diagnosticando que a agudez das contradições alemãs tornaria o fascismo italiano simplista e até “humanitário”, se comparado à implementação do nazismo em território germânico:

Se levarmos em consideração a maior maturidade e a gravidade ainda maior dos antagonismos existentes na Alemanha, a obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão.⁸⁰

Por isso, a reação política era essencial ao fortalecimento do proletariado. Um recuo diante do fascismo seria mais desvantajoso do que dezenas e seguintes derrotas de levantes operários – defendia Trotsky.

A posição do líder russo em questão foi, pois, bastante crítica à política de capitulação, isto é, à política da retirada estratégica. A inação do Partido Comunista cederia espaço à ascensão nazifascista na medida em que deixaria de cooptar as classes médias, a pequena burguesia ainda indecisa e parcelas consideráveis do operariado. Em sua obra, o professor Wistrich assim epilogou o entendimento de Trotsky sobre tal dinâmica: “A força desse movimento não residia na imensa pobreza da filosofia nacional-socialista, mas no caos

⁷⁹ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução*. São Paulo: Sundermann, 2019, p. 85.

⁸⁰ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., 2019, p. 88.

da República de Weimar e no realismo contrarrevolucionário de Hitler em explorar a fraqueza de seus adversários.”⁸¹

Imerso em antagonismos e dada sua inconsistência característica, o movimento fascista provavelmente ruiria em poucas décadas – como, de fato, ruiu. Contudo, seu legado de destruição frearia impulsos revolucionários, desmoralizaria e desmobilizaria o proletariado por muitos anos, postergando demasiadamente a transição ao socialismo.

Posto isso, as orientações do Partido Comunista Alemão deveriam ser de luta, de resistência acirrada. Se a tomada de poder pelo nazifascismo era certa, que fosse mediante uma combativa oposição do operariado, após uma guerra civil implacável, sem concessões e recuos – em território alemão e em outras nações, inclusive e especialmente na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O legado seria de resistência e recuperar-se-iam com menos dificuldade os potenciais revolucionários após a inevitável queda nazifascista. Nos dizeres de Trotsky:

O dever revolucionário elementar do KPD é dizer: o fascismo só pode chegar ao poder por meio de uma guerra civil implacável e exterminadora, sem tréguas. É o que devem saber, antes de tudo, os operários comunistas. É o que devem saber os operários social-democratas, os sem-partido, o proletariado em geral. É o que deve saber o proletariado mundial. É o que deve saber, antes de tudo, o Exército Vermelho.⁸²

Trotsky se mostrou preocupado com a consagração de Hitler como um grande chanceler da burguesia mundial, com a possibilidade de a Alemanha nazista se tornar o centro imperialista do capitalismo – condições que ameaçariam a URSS, até então imune a ataques dos parlamentos burgueses.

Negando a intenção de igualar os socialista-revolucionários russos e os nacional-socialistas alemães, Trotsky os comparou e apontou similitudes a fim de compreender o contexto sob análise. Enquanto os primeiros atraíram uma massa esperançosa e confusa, os nacional-socialistas atraíram uma massa desesperada.

A classe social mais propensa a transpor a esperança e passar ao desespero seria a pequena burguesia, conduzindo consigo o proletariado. Ernest Mandel, autor da obra *Trotsky como alternativa*, em capítulo intitulado *A luta de Trotsky contra o fascismo*, sintetiza que,

⁸¹ Tradução nossa do original: The force of this movement did not lie in the 'immense poverty of National Socialist philosophy,' but in the chaos of the Weimar Republic and Hitler's counter-revolutionary realism in exploiting the weakness of his adversaries". WISTRICH, Robert S. Leon Trotsky's theory of fascism, cit.

⁸² TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 91.

para Trotsky, esse grupo “representa os interesses históricos não da pequena-burguesia, mas do capital monopolista.”⁸³

Em ensaios de setembro de 1930, Trotsky informa votos ascendentes do Partido Comunista Alemão (KPD) naquele ano (que obtivera um aumento de 1.300.000 - 4.600.000 contra 3.300.000 em 1928) e confronta tal vitória com a expressiva ascensão fascista. De 800.000 votos, o partido fascista angariou seis milhões e quatrocentos mil deles – um salto significativo. Nesse momento, em crítica à colocação da Internacional Comunista, que apresentara os resultados das eleições alemãs como exitoso para o comunismo (chegando a propagar a expressão “Alemanha soviética!”), Trotsky avalia a posição entusiasta do KPD como perigosa – isso porque subestimara suas possibilidades e, agora, subestimava as dificuldades, falseando a realidade ao invés de encará-la de frente com todos os seus contornos.⁸⁴

Assim, cada crise social demanda um exame das relações entre as classes então vigentes. Àquele tempo, as relações eram permeadas pelas pequena e grande burguesias, bem como pelo proletariado.

Constituída por uma minoria, a grande burguesia era dirigida pelo capital financeiro e dependia do apoio da pequena burguesia (das cidades e dos campos) para se manter no poder. Parte dessa minoria se distanciava da social-democracia porque o partido apresentava resultados duvidosos e pelos compromissos por ele assumidos – impostos, leis de seguridade social, salários. Em contrapartida, a proposta fascista era tida por arriscada e dissonante da situação. Portanto, no contexto de uma situação pré-revolucionária, cindida quanto ao método de resolução da crise, a grande burguesia oscilava entre a social-democracia e o fascismo – o que cessaria com a emergência de condições revolucionárias.

A adesão das classes pequeno-burguesas à causa proletária era essencial à revolução proletária, porque o proletariado reuniria condições de se colocar à frente da nação. Trotsky vislumbrou, porém, um movimento inverso: diante da crise, a pequena-burguesia se inclinou para a reação imperialista mais extremada, e não para a revolução proletária. Assim agindo, arrastou consigo importantes camadas do proletariado.

Acerca dessa percepção, também compartilhada por Antonio Gramsci (autor cujas análises foram expostas em tópico anterior), Nicos Poulantzas pontua:

Praticamente, só Gramsci e Trotsky é que apreenderam a relação fascismo-pequena burguesia da forma mais correta. A sua posição foi, mais tarde, condenada e amalgamada pela Internacional, com a posição *social-democrata*: a

⁸³ MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 155.

⁸⁴ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 100.

de pequena burguesia como “terceira força” quer dizer, como possuindo a longo prazo uma posição de classe própria, e que conduziu, esta sim, à concepção errada do fascismo como “ditadura da pequena burguesia”.⁸⁵

A condição e o direcionamento da pequena burguesia foram, de fato, essenciais à implementação e à estruturação do fascismo. Visceralmente atingida pela crise do capitalismo tardio, a classe foi alvo da inflação, do desemprego em massa, da falência de pequenos negócios. Ernest Mandel, susodito, reporta-se a “reminiscências ideológicas” e “ressentimentos psicológicos” como combustíveis da pequena burguesia para a adesão a concepções radicais e o engajamento em ações violentas, manifestando a seguinte compreensão a respeito:

O fascismo seria, em primeira instância, um movimento de massas da pequena-burguesia enfurecida. Neste movimento, encontramos uma combinação de extremo nacionalismo e uma manifestação verbal demagógica anticapitalista com uma hostilidade ainda maior contra o movimento proletário organizado (“contra o marxismo”, “contra o bolchevismo”, “contra os padrões sindicais”).⁸⁶

A ascensão extremada do nacional-socialismo derivou de duas circunstâncias: (i) da crise social profunda, que conduziu as massas pequeno burguesas para fora de seu equilíbrio; e (ii) da ausência de um partido revolucionário para guiar essas massas à revolução. Nesse ponto, afirma Trotsky:

Se o Partido Comunista é um partido de esperança revolucionária, o fascismo, como movimento de massas, é então um partido de desespero contrarrevolucionário. Quando a massa proletária é incendiada pela esperança revolucionária, arrasta inevitavelmente consigo, no caminho da revolução, camadas importantes e crescentes da pequena burguesia. Nesse domínio, precisamente, as eleições oferecem uma imagem inteiramente oposta: o desespero contrarrevolucionário abraçou a massa pequeno-burguesa com tal força que atraiu importantes camadas do proletariado.⁸⁷

O autor compreendeu o fascismo como um perigo real na Alemanha, em 1930, porque expressava a situação sem saída do regime burguês, o papel conservador da social-democracia em relação a esse regime e a inaptidão do KPD (Partido Comunista Alemão) para derrotá-lo.

A direção comunista sobrestimara o fascismo e, com isso, o fortalecera. Se o subestimasse, em um sentido oposto, minaria as possibilidades revolucionárias por muitos anos. Ainda assim, a despeito das estratégias equivocadas do Partido Comunista Alemão, Trotsky antevia possibilidades de reação e de reversão.

⁸⁵ POULANTZAS, *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 260.

⁸⁶ MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*, cit., 1995, p. 150.

⁸⁷ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 102.

O contexto alemão era marcado por: (i) uma crise nacional tão profunda que a via normal do regime parlamentar burguês não solveria; (ii) uma crise política da classe dominante e de seus sistemas de governo; (iii) contradições internas na classe revolucionária, de modo que o desenvolvimento do partido revolucionário não acompanhava o franco desenvolvimento da crise; e (iv) uma posição desvantajosa da pequena burguesia, uma vez que ameaçadora para o sistema capitalista dominante, mas também hostil em relação à revolução proletária.

E haveria condições objetivas para a revolução proletária dado tanto o estado de ânimo da classe dominante quanto do proletariado (ainda que tímido, porque, inicialmente, confluía para a revolução). Os ímpetos da pequena burguesia se dirigiam, porém, à contrarrevolução – não à revolução. Portanto, uma guinada à esquerda exigiria, de acordo com Trotsky, estudo atento, consciencioso e inteligente acerca das variações ulteriores dos fatores da situação.

Para além dos métodos burocráticos, a exemplo da estatística, a esquerda deveria estabelecer contatos diretos e diários com o proletariado. Também, teria de examinar como reverberavam os discursos direcionados a estas. O partido precisaria assumir, portanto, uma postura ativa, que penetrasse por toda a parte e em todas as direções: é nesse ponto que se aventa a possível formação de uma frente única.

Dirigentes da social-democracia e de uma pequena camada de operários aristocratas preferiam a vitória do fascismo à vitória revolucionária do proletariado. Trotsky sugeriu, então, o estabelecimento de uma frente única com os operários socialdemocratas, bem como que não se subestimasse o perigo fascista. Ernest Mandel observa que: “Pelo contrário, uma reação em cadeia de hesitações, desorientação e desmoralização instalar-se-á, levando, finalmente, à derrota. Foi isto o que aconteceu na Alemanha, apesar dos incansáveis avisos de Trotsky.”⁸⁸

A criação de uma frente única foi uma das principais bandeiras hasteadas por Trotsky, e a ausência de medidas nesse sentido, isto é, a inexistência de uma unificação proletária voltada à derrocada do fascismo, justificou (no entender trotskista) o desenvolvimento fascista. Dois dos analistas citados neste tópico explicitam tal posição. Para Leonardo Rapone:

Recorrendo deliberadamente a uma imagem paradoxal, T. escreve que na luta contra o fascismo os comunistas deviam estar “prontos para fazer acordos práticos de luta com o diabo, com sua avó e até com Noske e Zörgiebel”. Mas, além dessa evocação dos nomes de os dois homens de ordem mais tristemente famosos do

⁸⁸ MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*, cit., p. 161.

SPD, para T. trata-se de devolver o conteúdo correto à expressão “classe contra classe”: “Classe contra classe! Isto significa: todas as organizações do proletariado devem encontrar o seu lugar na frente única contra a burguesia”.⁸⁹

De acordo com as ideias de Wistrich:

Trotsky não tinha dúvidas de que o fracasso do Partido Comunista em criar uma frente única contra Hitler foi uma das principais causas de sua vitória. Em vez de explorar as contradições entre a social-democracia e o fascismo, sabotou a possibilidade de uma ação proletária conjunta, repelindo os trabalhadores social-democratas e jogando-os de volta nos braços de seus líderes “reformistas”. As falsas concepções estratégicas do KPD levaram à desmoralização do proletariado, ao esvaziamento de sua vontade de resistir ao fascismo.⁹⁰

Estratégias eminentemente defensivas, tais como as adotadas por Heinrich Brandler (fundador do Partido Comunista Alemão), serviam de sustentáculo à social-democracia. Robert Wistrich expõe ainda as seguintes digressões acerca da crítica trotskista à posição defensiva do KPD:

Trotsky se opôs fortemente a qualquer flerte com o “comunismo nacional”, que ele condenou inequivocamente quando voltou a fazer parte da propaganda do KPD em 1930. Ele também considerou que a liderança comunista alemã sob Brandler havia “superestimado enormemente o poder do fascismo” em 1923, a fim de cobrir sua chamada “capitulação histórica” em uma situação revolucionária. Em 1931, quando o fascismo alemão se tornou incomensuravelmente mais forte, ele atacou a liderança do KPD por escorregar para o extremo oposto e subestimar grosseiramente o perigo fascista. Trotsky viu uma relação clara entre essas avaliações erradas da relação de forças, da qual surgiu “uma política hesitante, evasiva, defensiva e covarde”. Sua premissa fundamental na avaliação do fascismo era que apenas uma estratégia revolucionária determinada pelos partidos comunistas europeus para derrubar o capitalismo poderia impedir a ascendência fascista.⁹¹

⁸⁹ Tradução nossa do original: Ricorrendo volutamente a un’immagine paradossale, T. scrive che nella lotta contro il fascismo i comunisti dovevano essere «pronti a stringere accordi pratici di lotta con il diavolo, con sua nonna e persino con Noske e Zörrgiebel» Ma al di là di quest’evocazione dei nomi dei due più tristemente famosi uomini d’ordine della Spd, per T. si tratta di ridare il giusto contenuto all’espressione «classe contro classe»: «Classe contro classe! Ciò significa: tutte le organizzazioni del proletariato devono trovare il loro posto nel fronte unico contro la borghesia». RAPONE, Leonardo. *Trotsky e il fascismo*, cit., p. 227.

⁹⁰ Tradução nossa do original: “Trotsky had no doubt that the failure of the Communist Party to bring about a united front against Hitler was a major cause of his victory. Instead of exploiting the contradictions between social democracy and fascism, it had sabotaged the possibility of joint proletarian action by repulsing the social-democratic workers and throwing them back in the arms of their 'reformist' leaders. The false strategic conceptions of the KPD had led to a demoralization of the proletariat, a sapping of its will to resist fascism”. WISTRICH, Robert S. *Leon Trotsky's Theory of Fascism*, cit., p. 168.

⁹¹ Tradução nossa do original: “Trotsky was strongly opposed to any flirtation with 'national communism,' which he unequivocally condemned when it again became part of KPD propaganda in 1930. He also considered that the German communist leadership under Brandler had 'enormously overestimated the power of fascism' in 1923, in order to cover their so-called 'historic capitulation' in a revolutionary situation. In 1931, when German fascism had become immeasurably stronger, he attacked the KPD leadership for slipping to the opposite extreme and grossly underestimating the fascist danger. Trotsky saw a clear relationship between these wrong evaluations of the relationship of forces out of which grew 'a hesitating, evasive, defensive, cowardly policy.' His fundamental premise in evaluating fascism was that only a determined revolutionary strategy by the European communist parties to overthrow capitalism, could prevent fascist ascendancy”. WISTRICH, Robert S. *Leon Trotsky's Theory of Fascism*, cit., p. 159.

Em verdade, Trotsky não discordava de uma aproximação na base defensiva, mas era preciso também direcionar os operários socialdemocratas à ofensiva decisiva. Nesse aspecto, o autor critica a posição dos bolcheviques na medida em que não haviam estudado, calculado e tampouco medido detalhada e conscientemente a correlação das forças em luta. Nada constava a esse respeito – nem nos artigos, nem nos discursos.

Embora influenciasse milhões de pessoas, o Partido Comunista se apresentaria mais fraco nos sindicatos e nos conselhos de fábrica devido a uma burocratização concentrada. Assim, careceria de força para um embate aberto contra a sociedade burguesa, representada pela social-democracia e pelo fascismo.⁹²

Acirrando as críticas contra a burocracia stalinista, Trotsky avalia que as ações stalinistas contra o fascismo seguiam as mesmas diretrizes fascistas na medida em que defendiam o patriotismo. Tal bandeira não coincidiria com os métodos e os princípios de política de classe e evidenciaria uma traição aos princípios marxistas. É o que Rapone, que cita Trotsky abreviadamente como “T.”, ratifica:

Essa trajetória política, que encontrou sua síntese no *slogan* da “revolução popular” lançada pelo KPD no início de 31, despertou a oposição de T. em todos os aspectos: “A burocracia stalinista – observou – tende cada vez mais a agir contra o fascismo com suas próprias armas: empresta as cores de sua paleta política e tenta superá-lo com um ressonante renascimento do patriotismo. Não são métodos e princípios da política de classe, mas procedimentos competitivos pequeno-burgueses.”⁹³

Nos últimos quinze anos, a sociedade capitalista alemã havia atingido inúmeras situações catastróficas, superando-as, porém. Nas esferas econômica e social, a revolução não se operaria. Nesse cenário, Trotsky apostava na política, essencialmente numa correção de forças provinda do proletariado alemão, dos sindicatos e dos comitês de empresas.

1.2.2 Democracia e possibilidade de revolução na Alemanha (1932)

O apoio da social-democracia fora insuficiente ao capital e começara a incomodá-lo dada a necessidade de uma política mais decisiva. Cessando o período das meias medidas, a

⁹² TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 130.

⁹³ Tradução nossa do original: Questo corso politico, che trovò la propria sintesi nella parola d'ordine della «rivoluzione popolare», lanciata dalla Kpd all'inizio del '31, suscitò in ogni suo aspetto l'opposizione di T.: «La burocrazia staliniana — osservò — tende sempre di più ad agire contro il fascismo valendosi delle sue stesse armi: prende a prestito i colori della sua tavolozza politica e cerca di superarlo con un clamoroso rilancio di patriottismo. Non sono metodi e principi di una politica di classe, ma procedimenti concorrenziali piccolo-borghesi» RAPONE, Leonardo. *Trotskij e il fascismo*, cit., p. 121.

burguesia precisava se desvencilhar das organizações operárias, minar suas forças, dispersá-las, desmantelá-las.

E foi nesse contexto que, segundo Trotsky, se iniciou a função história do fascismo – que enalteceu e fortaleceu as classes que se levantaram imediata e diretamente contra o proletariado. Para tanto, com capital financeiro e por intermédio do Estado oficial, o fascismo militarizou, organizou e dirigiu tais forças a fim de destruir as organizações operárias – mesmo as mais moderadas.⁹⁴

O fascismo tenderia, pois, a exterminar todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa; não se restringiria a um sistema de repressão, de atos de força e de terror policial. E além de destruir a vanguarda proletária, o fascismo fragmentaria a classe operária como um todo, desmantelaria seus pontos de apoio, aniquilaria os trabalhos da social-democracia e dos sindicatos, destroçaria, enfim, as bases do Partido Comunista.

A esquerda não poderia ignorar, contudo, a aproximação entre fascismo e democracia no que tange à dominação de uma única e mesma classe. O sistema parlamentar-democrático e o sistema fascista conflitavam entre si, mas não divergiam quanto à exploração e à instrumentalização de uma das classes sociais para tomar o poder e preservar a acumulação capitalista. Com efeito, conquanto embatiam, ambos os sistemas se amparavam em diferentes combinações das classes exploradas.

Enquanto a pequena burguesia ancorava o fascismo, os operários esteavam a social-democracia – principal representante do regime parlamentar burguês. Isso se explica porque a social-democracia dependia das organizações operárias para manter sua influência. O fascismo, em sentido oposto, tendia à destruição dos movimentos operários e à destituição do parlamento.

A burguesia monopolista se utilizava de um sistema ou de outro – fascista ou parlamentar – conforme as circunstâncias históricas. Em outras palavras, fascismo e parlamentarismo representavam instrumentos de dominação utilizáveis conforme as condições do momento.

O regime fascista se tornaria necessário à burguesia quando os mecanismos parlamentares de controle passassem a ser insuficientes à preservação da exploração vigente. A esse respeito, Trotsky tece as incisivas preleções:

A hora do regime fascista chega no momento em que os meios militares-policiais normais da ditadura burguesa, com a sua capa parlamentar, se tornam insuficientes para manter a sociedade em equilíbrio. Por meio da agência fascista, a burguesia põe em movimento as massas da pequena-burguesia enfurecida, os bandos de

⁹⁴ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 192.

*desclassados, os lumpen-proletários, desmoralizados, todas essas inumeráveis existências humanas que o próprio capital financeiro levou ao desespero e à fúria.*⁹⁵

No instante em que o capital financeiro cooptasse e submetesse os órgãos e as instituições de domínio, de direção e de educação (os aparelhos estatais, o exército, as prefeituras, as universidades, as escolas, a imprensa, os sindicatos e as cooperativas), o fascismo se consolidaria.

Mas tal subordinação não seria suficiente à vitória fascista. Além de aglutinar e controlar as formas e os processos diretivos, o regime fascista voltar-se-ia, sobretudo, à total aniquilação dos movimentos operários. O desmonte da ação operária era determinante para o triunfo do fascismo, de modo que constituía um propósito inarredável. Foi o que Trotsky explicou:

A fascistização do Estado significa, não apenas mussolinizar as formas e os processos de direção – neste domínio as mudanças desempenham, no fim das contas, um papel secundário – mas, antes de tudo e sobretudo, destruir as organizações operárias, reduzir o proletariado a um estado amorfo, criar um sistema de organismos que penetre profundamente nas massas e esteja destinado a impedir a cristalização independente do proletariado. É precisamente nisto que consiste a essência do regime fascista.⁹⁶

Os movimentos operários tinham de ser derrotados em completude, porque qualquer possibilidade de restabelecimento da organização dos trabalhadores – fosse para amparar o retorno de um regime democrático, fosse para concretizar a revolução – ameaçaria os intentos fascistas. Os operários haviam edificado e fortalecido a democracia burguesa, e eram eles quem poderiam, por caminhos distintos dos mecanismos democráticos, viabilizar a revolução e ascender ao poder.

A força do operariado – que apresentava a possibilidade de pender para a burguesia (uma vez mais) ou se deslocar à ação revolucionária – constituiria, desse modo, a principal preocupação dos fascistas, os quais, conscientes de que o potencial transformador se concentrava na classe operária, priorizavam a destruição de toda e qualquer organização proletária. Daí as orientações trotskistas no sentido de fortalecer e direcionar as massas de trabalhadores, as quais reuniam os ânimos necessários à derrota do regime fascista e ao implemento da revolução.

Sob a premissa de que o regime de Heinrich Brüning, chanceler alemão de 1930 a 1932, ensinaria uma vitória fascista ou proletária e sem poupar críticas à postura tida por

⁹⁵ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 209.

⁹⁶ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 290.

burocrata de Josef Stalin, Trotsky se expressou da seguinte forma quanto à política dos então dirigentes comunistas e no que se refere às potencialidades revolucionárias da classe operária:

Identificar Brüning a Hitler é o mesmo que identificar a situação de antes da batalha com a situação posterior à derrota; é o mesmo que reconhecer, de antemão, a derrota como inevitável; é o mesmo que apelar para a capitulação sem combate. A maioria esmagadora dos operários, sobretudo dos comunistas, não deseja isso. É claro que a burocracia stalinista não o deseja tão pouco. Mas é preciso contar não com boas intenções, com as quais Hitler calçará o seu inferno, mas com o sentido objetivo da política, de sua direção e de suas tendências. É preciso denunciar até o fim o caráter passivo, medrosamente expectante, capitulador e declamatório da política de Stalin-Manuilsky-Thaelmann-Remmele. É preciso que os operários revolucionários compreendam: a chave da posição está nas mãos do partido, mas a burocracia stalinista procura, com esta, fechar as portas à ação revolucionária.⁹⁷

1.2.3 Acerca de experiência italiana (1932)

A fim de revelar os equívocos do Partido Comunista Alemão e as possibilidades de êxito frente ao nazifascismo, Trotsky dedica um pouco de suas avaliações ao fascismo antecedente e embrionário – o fascismo italiano. Na compreensão trotskista, o fascismo italiano emergiu do desmonte de um potencial revolucionário crescente ao fim da primeira guerra.

Receosa com as ações audazes do proletariado (que ocupara usinas e fábricas), a social-democracia teria barrado a ofensiva revolucionária com inúmeras concessões, próprias do reformismo. Diante da violência fascista, os socialdemocratas tentaram, segundo Trotsky, resgatar os impulsos da massa operária – o que, contudo, foi em vão, pois as forças reativas estavam depreciadas:

Depois das altas esferas da burguesia, a coroa se colocou do lado do fascismo. Convencidos, no último momento, de que não se pode combater o fascismo pela docilidade, os social-democratas chamaram os operários para uma greve geral. Mas o seu apelo foi um fiasco. Os reformistas tinham molhado por tanto tempo a pólvora, temendo que ela explodisse, que quando finalmente lhe aproximaram o fósforo com a mão trêmula, ela não pegou fogo.⁹⁸

O implemento do fascismo na Itália teria ocorrido paulatinamente. A ocupação do poder dois anos depois de seu surgimento fora favorecida por um contexto econômico emergente após a depressão dos anos 1921-1922. Aos poucos, com o auxílio determinante da pequena burguesia, o regime fascista viria a abater os movimentos operários.

⁹⁷ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 217.

⁹⁸ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 256.

Sob a compreensão de Trotsky, Mussolini avançou cautelosamente, porque não dispunha de um projeto específico, tampouco de um modelo que o inspirasse⁹⁹. A preservação da Constituição nos primeiros anos e o caráter inicialmente conciliatório do governo são exemplos dessa prudência do fascismo italiano.

Instalado e consolidado, o regime fascista rebaixou a pequena burguesia italiana (na qual havia se escorado), haja vista a real possibilidade dessa classe se insurgir em sentido contrário ao apoio que concedera após se defrontar com condições bastante díspares das expectativas que a haviam mobilizado.

Wistrich assim sintetiza as análises de Trotsky acerca da experiência italiana:

A primeira e mais importante lição da experiência italiana para Trotsky foi que ela revelou as consequências que isso teria se a vanguarda proletária não conseguisse se colocar à frente da nação e transformar a situação de todas as classes, incluindo a pequena burguesia. O fascismo italiano chegou ao poder somente após a “ruptura do movimento revolucionário” de 1920. Isso foi possível devido ao medo e à timidez dos líderes socialistas italianos que “traíram” o movimento revolucionário do proletariado depois dele ter tomado e ocupado as fábricas e indústrias em setembro de 1920. Diante de uma reação fascista, os socialdemocratas procuraram pacificar a opinião pública da classe média e “impediram os trabalhadores com força e meios de lutarem contra os bandos de Mussolini”. Trotsky argumentou que essa indecisão de nada lhes valeu, pois a Coroa e a alta crosta da burguesia haviam se voltado para Mussolini e a convocação tardia de uma greve geral se transformou em um fiasco. Uma vez no poder, Mussolini, embora movendo-se gradualmente, foi capaz em dois anos de completar o “estrangulamento de todas as organizações de massa independentes”.¹⁰⁰

Baseado no fascismo italiano, que descartou as promessas pequeno-burguesas com as quais havia atraído seus seguidores tão logo assumiu o controle estatal, Trotsky anteviu similar trajetória para o nacional-socialismo alemão. De início, contudo, o revolucionário russo apostava que a burocratização alteraria a correlação de forças em prol dos trabalhadores, uma vez que a pequena burguesia não mais apoiava o regime.

O proletariado, então disperso, poderia ser instado à revolução. Entretanto, o Partido Comunista Italiano – que surgira contemporaneamente ao fascismo – não conseguiu reagir

⁹⁹ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 256.

¹⁰⁰ Tradução nossa do original: “The first and most important lesson of the Italian experience to Trotsky, was that it revealed the consequences which would ensue if the proletarian vanguard failed to place itself at the head of the nation and to transform the situation of all classes, including the petty bourgeoisie. Italian fascism had come to power only after the ‘disruption of the revolutionary movement’ of 1920. It had been made possible by the fear and timidity of the Italian socialist leaders who had ‘betrayed’ the revolutionary movement of the proletariat after it had seized and occupied the factories and industries in September 1920. In the face of a fascist backlash, the Social Democrats had sought to pacify middle-class public opinion and ‘restrained the workers with might and main from giving battle to Mussolini’s bands.’ Trotsky argued that this indecision availed them nothing, for the Crown and the upper crust of the bourgeoisie had swung over to Mussolini and the delayed call for a general strike turned into a fiasco. Once in power, Mussolini though moving gradually, was able within two years to complete the ‘strangulation of all independent mass organizations’”. WISTRICH, Robert S. *Leon Trotsky’s theory of fascism*, cit. p. 168.

com o vigor e o acerto necessários para combater a evolução do regime fascista. Segundo Trotsky, com exceção de Antonio Gramsci, o Partido Comunista sequer admitia a possibilidade de os fascistas tomarem o poder.¹⁰¹ Ignorando o caráter orgânico do fascismo como movimento de massas, tanto o Partido Comunista Italiano quanto os reformistas da vez obstaram as frentes de luta, hostilizando uma política de frente única.

Diante disso, quando o fascismo já existia há uma década, Trotsky conclamou o Partido Comunista Alemão – historicamente mais antigo do que o italiano – a adotar uma outra postura para impedir a vitória de Hitler, para trilhar o caminho russo ao invés da trajetória italiana:

Nas fileiras revolucionárias da Alemanha encontra-se uma oposição marxista que se apoia na experiência da década decorrida. Esta oposição é fraca numericamente, mas os acontecimentos dão à sua voz uma força excepcional. Em certas condições, um leve abalo pode produzir toda uma avalanche. O abalo crítico da Oposição de Esquerda pode ajudar em tempo a mudança da política da vanguarda proletária. É nisto que consiste hoje a tarefa!¹⁰²

Entre os agrupamentos crescentes na Alemanha – o fascismo e o bolchevismo –, a população aderiu ao primeiro. A experiência italiana e o alerta trotskista foram inócuos para direcionar ou redirecionar uma nova geração germânica à revolução proletária. Nem o peso específico do proletariado, nem o intervalo temporal que o separava da última derrota (em 1923, quando do fim da hiperinflação), nem mesmo a força considerável do Partido Comunista Alemão¹⁰³ foram suficientes para impedir a ascensão do fascismo no território germânico.

1.3 Josef Stalin

Para Josef Stalin, o fascismo se revelou na social-democracia na medida em que os sociais-democratas haviam contribuído para as repressões contra o operariado, constituindo um segmento menos radical das repressões fascistas. Foi o que avaliou Evguiéni Pachukanis:

O camarada Stálin disse que a social-democracia é a ala moderada do fascismo, que o êxito do fascismo está ligado ao trabalho da social-democracia, que a social-democracia mantém determinadas posições para apoiar a ofensiva de combate aberto contra a classe trabalhadora, que conduz o fascismo.¹⁰⁴

¹⁰¹ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 258.

¹⁰² TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 259.

¹⁰³ TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo*, cit., p. 259.

¹⁰⁴ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 84.

Com efeito, Stalin corresponsabilizou a social-democracia pela eclosão e difusão do fascismo, atribuindo-a a alcunha de “social-fascismo”. Embora não houvessem atuado violentamente, os sociais-democratas foram valorados por Stalin como inimigos perigosos, porque silenciaram quando era crucial a tomada de posição em prol de forças contrárias ao nazifascismo.

Diante do ataque fascista, em um contexto de intensa depressão econômica e de suscetibilidades afloradas pela derrota na Primeira Guerra, os alemães se fragmentaram em dois polos antagônicos: os apoiadores do nazifascismo, unidos em torno de um extremo reacionário, e os opositores do regime, cuja integração carecia de unidade. Fragilizadas, as congregações contrárias ao nazifascismo demandavam investimentos em todos os sentidos para o contra-ataque. Inerte, a social-democracia, na leitura stalinista, contribuiu incisivamente para a fragilidade dessas forças opositoras e para o correspondente fortalecimento do nazifascismo. Ruth Fischer expõe a seguinte consideração a esse respeito:

A Alemanha de 1930 foi dividida em duas partes quase iguais: o campo militar nazista, cheio de uma coragem audaciosa por sua crescente coesão, e o campo antinazista, que previa a possível vitória dos nazistas, a preparação para uma nova guerra, a possível destruição do povo alemão naquela guerra, mas que, no entanto, era incapaz de alcançar a coesão que sabia ser essencial. O campo antinazista também foi dividido ao meio, dividido por um machado empunhado por Stalin – um machado chamado social-fascismo – pelo qual a metade comunista do campo antinazista foi transformada no aliado silencioso de Hitler.¹⁰⁵

Associando social-democracia e fascismo, o teorema stalinista do “social-fascismo” está suplantado na premissa de que o fascismo constitui não só uma organização burguesa de combate à classe trabalhadora, mas também um fenômeno político fundado na social-democracia. Para Stalin, fascismo e social-democracia estariam imbricados, integrados, unidos, enfim, para frear impulsos revolucionários por parte do operariado.

Nicos Poulantzas, que é também contemplado nesta tese como um dos avaliadores políticos do nazifascismo, elogia o vanguardismo stalinista ao vislumbrar uma aliança entre fascismo e social-democracia. Contudo, critica tal pressuposto, por, entre outros pontos, desconsiderar a especificidade da forma de Estado e do regime nazistas. Conquanto

¹⁰⁵ Tradução nossa do original: “The Germany of 1930 was split into two almost equal parts: the Nazi-military camp, filled with an audacious courage by its increasing cohesion, and the anti-Nazi camp, which foreseeing the possible victory of the Nazis, the preparation for a new war, the possible destruction of the German people in that war, was none the less unable to achieve the cohesion it knew was essential. The anti-Nazi camp also was split down the middle, split by an ax wielded by Stalin—an ax called social fascism—by which the Communist half of the anti-Nazi camp was made into the silent ally of Hitler”. FISCHER, Ruth. *Stalin and german communism: a study in the origins of the state party*. Cambridge: Harvard University Press, 1948, p. 655-656.

correspondente a uma política determinada pela burguesia, a forma de Estado nazista implicaria em uma reorganização de aparelhos estatais que não condizem com as formas sociais-democratas. Essa reorganização não só excluiria partidos assim qualificados – sociais-democratas - como tenderia a extirpá-los, já que a classe operária constitui sua base de massa.¹⁰⁶

Poulantzas também aponta que a tese stalinista do social-fascismo ignoraria o processo de fascistização, o qual é permeado por fases e baseado na relação real de forças nas lutas de classes. A identificação entre fascismo e social-democracia implicaria na compreensão de que o processo de fascistização fora linear, quando, na leitura poulantziana, o apoio da social-democracia ocorrera no fim do período de estabilização e no início do processo de fascistização – e não em todas as fases.¹⁰⁷ Adicionalmente, Stalin teria falhado ao creditar o apoio das massas unicamente à social-democracia, porquanto o fascismo teria constituído uma base popular própria, de modo que, embora tenha contado com o apoio da social-democracia, não dependera dela para esse mister.

Após esmiuçar e fundamentar suas críticas, o autor grego conclui que, além de não se amalgamarem, social-democracia e fascismo se excluem mutuamente, uma vez que, nas palavras dele: “não podem absolutamente ocupar o mesmo lugar em uma mesma forma de Estado.”¹⁰⁸ Por fim, Poulantzas reconhece a concorrência da social-democracia para a erupção do nazifascismo, ratificando, contudo, sua discordância na equiparação que Stalin traçara:

Tudo isso não quer dizer, evidentemente, que a política da social-democracia não tem responsabilidades graves em relação ao advento do fascismo. Ainda mais que a sua influência de massa é considerável: isso se deve, além dos fatores assinalados, à entrada do movimento operário defensivo, como sempre seguida de um recuo da social-democracia. Essa política de capitulação da social-democracia é, aqui, típica de um partido de colaboração de classe, mesmo que não tenha havido, a rigor, colusão direta entre a social-democracia e o fascismo.¹⁰⁹

Em concordância com Poulantzas, Ernesto Laclau contesta a tese do social-fascismo e conclui que sua divulgação e adoção resultou em erros e desvios na estratégia combativa, na medida em que, ao invés de congregar a classe proletária de modo coeso em uma frente democrática (à qual se atribuiu um caráter eminentemente burguês), extirpou a possibilidade de uniões nessa esfera. Laclau, que, após uma autocrítica, também atribuiu caráter positivo à rejeição da tese stalinista no VII Congresso do Comintern, comenta:

¹⁰⁶ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*, cit., p. 165.

¹⁰⁷ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*, cit., p. 166-167.

¹⁰⁸ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*, cit., p. 166.

¹⁰⁹ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*, cit., p. 169.

Sustentar a necessidade de uma frente democrática e afirmar ao mesmo tempo o caráter burguês das bandeiras democráticas só pode levar a um desvio da direita. A política stalinista contribuiu para esse desvio, pois estava mais interessada na presença no poder de governos burgueses inclinados a estabelecer alianças com a União Soviética do que em promover a hegemonia proletária nas frentes democráticas. Consequentemente, se a experiência histórica da classe trabalhadora encontrou uma barreira ideológica no reducionismo de classe, a política stalinista contribuiu para reforçar essa barreira. No entanto, a linha política emergente do VII Congresso do Komintern permitiu uma leitura diferente: permitiu afirmar o caráter não classista das bandeiras democráticas e, consequentemente, a luta pela hegemonia proletária nas frentes democráticas. E a mera possibilidade desta interpretação implicava um avanço fundamental: enquanto a linha política do “social-fascismo” apenas conduzia a erros e fracassos, a linha do VII Congresso deu origem – juntamente com os referidos desvios – a um grande número de experiências exitosas, que vão desde o triunfo da revolução iugoslava até a transformação do Partido Comunista Italiano por Togliatti em um movimento de massas.¹¹⁰

A posição assumida no VII Congresso expressou uma mudança de postura por parte de Josef Stalin. Receoso de que outras democracias europeias além da alemã sucumbissem ao fascismo, sobretudo a francesa, Stalin permitiu aos partidos comunistas a formação de uma frente ampla, que abarcasse partidos ditos burgueses.¹¹¹

Com o propósito primário de estancar a expansão fascista, Stalin recuou, reduziu as restrições que havia imposto à esquerda alemã e se distanciou da teoria e prática leninistas. Para assim agir, e com essa repercussão, dissociou o governo fascista dos regimes democráticos burgueses, caracterizando-o como uma ditadura terrorista, imperialista e incisivamente reacionária. A tese do social-fascismo restou abandonada, tal como explica Robert Tucker:

Isso modificou implicitamente o velho ditado de Stalin de que o fascismo e a social-democracia “não eram antípodas, mas gêmeos” e que a social-democracia era “objetivamente a ala moderada do fascismo”. Os partidos comunistas foram agora intimados a defender o governo democrático contra o fascismo, formando frentes unidas com os partidos social-democratas e, quando possível, frentes

¹¹⁰ Tradução nossa do original: Sostener la necesidad de un frente democrático y afirmar al I mismo tiempo el carácter burgués de las banderas democráticas sólo puede conducir a una desviación de derecha. La política estalinista contribuía a esta desviación, puesto que estaba más interesada en la presencia en el poder de gobiernos burgueses inclinados a establecer alianzas 'con la Unión Soviética que en promover la hegemonía proletaria en los frentes democráticos. En consecuencia, si la experiencia histórica de la clase obrera encontraba una barrera ideológica en el reduccionismo, de clase, la política estalinista contribuía a reforzar dicha barrera. No; obstante, la línea política emergente del VII Congreso del Komintern permitía una lectura diferente: hacía posible afirmar el carácter no clasista de las banderas democráticas y, consecuentemente, la lucha por la hegemonía proletaria en el seno de los frentes democráticos. Y la mera posibilidad de esta interpretación implicaba un avance fundamental: mientras que la línea política del «socialfascismo» sólo condujo a errores y fracasos, la línea del VII Congreso dio lugar —junto a las desviaciones antes mencionadas— a un gran número de experiencias exitosas, que van desde el triunfo de la revolución yugoslava a la transformación del Partido Comunista Italiano por parte de Togliatti en un movimiento de masas”. LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo*. 3. ed. México, Espanha, Argentina e Colômbia: Siglo Veintiuno, 1986, p. 150-160.

¹¹¹ TUCKER, Robert C. *Stalin in power: the Russian Revolution from above, 1928-1941*. London: Lume Books, 2019, p. 376.

populares antifascistas mais amplas. Eles deveriam dar seu apoio a governos de frente única ou de frente popular e possivelmente participar deles. Eles também foram encorajados a vestir o manto do patriotismo.¹¹²

Sucedeu que, receando perder a seriedade no cenário político, Stalin agiu com discrição estratégica, evitando publicizar a mudança de postura. Por isso, conquanto tenha prescrito a linha do VII Congresso, sido eleito para presidi-lo e comparecido a este, não se pronunciou a respeito nem explicitou esclarecimentos acerca da nova posição.¹¹³

A propósito, dada a intenção prevalente de barrar a difusão fascista, o VII Congresso teria secundarizado a missão para a qual o Comintern fora criado – a saber, o estímulo à revolução comunista mundial. Em verdade, por assumir a atribuição de definir as estratégias dos partidos comunistas diante da perspectiva de expansão fascista para além dos territórios alemão e italiano, o VII Congresso do Comintern se reportou à frente única como estratégia, mas manteve sua tradicional unidade de base.

Com excepcionalidade – tal como era excepcional a conjuntura em que o Congresso ocorreu (com a vitória hitlerista na Alemanha) – o Comintern buscou composições com partidos sociais-democratas, dado que influíam sobre a classe operária. De acordo com Tucker, “a Espanha da Frente Popular foi um excelente exemplo do tipo de *democracia burguesa* que as novas táticas do Comintern de Stalin foram projetadas para apoiar.”¹¹⁴

Alguns meses após o VII Congresso, questionado em uma entrevista sobre as principais celeumas da política internacional, Stalin não conferiu uma resposta específica, mas apontou algumas das contradições do contexto internacional. Em sequência, arguido sobre a causa primária dos riscos de guerra, evocou o capitalismo, seu intento expansionista, seu caráter imperialista – as mesmas causas da primeira guerra de contornos mundiais. Com essa resposta, na avaliação de Marta Dassú: “A tese da inevitabilidade da guerra e da

¹¹² Tradução nossa do original: This implicitly modified Stalin’s old dictum that fascism and Social Democracy were ‘not antipodes but twins’ and that Social Democracy was ‘objectively the moderate wing of fascism.’ Communist parties were now enjoined to defend democratic rule against fascism by forming united fronts with Social Democratic parties and, where feasible, broader antifascist popular fronts. They were to give their support to united-front or popular front governments and possibly participate in them. They were also encouraged to don the mantle of patriotism”. TUCKER, Robert C. *Stalin in power...* cit., p. 381.

¹¹³ TUCKER, Robert C. *Stalin in power...* cit., p. 377.

¹¹⁴ Tradução nossa do original: The Spain of the Popular Front was a prime example of the type of “bourgeois democracy” that Stalin’s new Comintern tactics were designed to support”. TUCKER, Robert C. *Stalin in power...* cit., p. 388.

validade da equação entre a situação daquele momento e a de 1914 tinha, assim, uma ratificação implícita.”¹¹⁵

Assim, em 1936, três anos antes do início da Segunda Guerra, Stalin anteviu condições e perspectivas concretas para ocorrência desta. E foi sob a gestão stalinista que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas articulou e promoveu a derrota do nazifascismo, ensejando o término de um ciclo de barbárie.

Aliando-se aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha em uma ampla frente internacional contra o nazifascismo, a União Soviética respondeu pela sucumbência do regime hitlerista em 1945. Para tanto, amargou um retardo econômico e sofreu perdas humanas em larga escala, dado que milhares de cidadãos soviéticos tiveram suas vidas ceifadas nos embates bélicos. É o que elucida Thomas Angotti:

O partido soviético deu tudo para a ampla frente internacional contra o fascismo, incluindo a vida de milhões de seus quadros. Eles abriram mão dos frutos de uma década de rápido desenvolvimento econômico. Stalin também reconheceu e encorajou a oposição espontânea dos partidos da classe trabalhadora no Ocidente e em todo o mundo, e dissolveu o Comintern em 1943 como um meio de fortalecer a luta partidária e a frente antifascista dentro das nações capitalistas individuais.¹¹⁶

O mérito da União Soviética para a derrocada do nazismo é indubitável, e as avaliações de Stalin – que renunciou a guerra, seus contornos e sua intensidade – possivelmente direcionaram ações militares exitosas que culminaram na queda do regime hitlerista.

Ludo Martens, autor que reputa a Josef Stalin o “posto de maior chefe militar da guerra antifascista”¹¹⁷, menciona que a leitura meticulosa de *Mein Kampf*¹¹⁸ por Stalin alertou-o sobre os anseios expansionistas de Hitler ao leste da Alemanha por meio de conflitos bélicos. Segundo Martens, Stalin estava consciente de que, com o domínio nazista na Alemanha, a humanidade enfrentaria um longo e penoso embate. Em suas palavras:

¹¹⁵ DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional – da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6. p. 286.

¹¹⁶ Tradução nossa do original: “The Soviet party gave everything to the broad international front against fascism, including the lives of millions of its cadre. They gave up the fruits of a decade of rapid economic development. Stalin also acknowledged and encouraged the spontaneous opposition of working-class parties in the West and throughout the world, and disbanded the Comintern in 1943 as a means of strengthening the p artisan struggle and the antifascist front within individual capitalist nations”. ANGOTTI, Thomas. The Stalin Period: opening up history. *Science & Society*, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 5-34, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40403206>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

¹¹⁷ MARTENS, Ludo. *Um outro olhar sobre Stáline*. Bélgica: EPO, 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/martens/1994/olhar/index.htm>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

¹¹⁸ Trata-se do icônico livro de autoria de Adolf Hitler, escrito em 1924 com o auxílio de Rudolf Hess, futuro vice do *Führer* de 1933 a 1941. Composta por dois volumes e finalizada enquanto Hitler estava preso, a obra manifesta ideias antissemitas, anticomunistas, antimarxistas, racialistas e nacionalistas de extrema-direita.

Stalin também sabia que ia ser uma luta pela vida e morte, que seria a mais terrível guerra que a humanidade já viu. E com a tensão aumentando, que esta guerra se aproximava, para que pudéssemos ver todas as forças que eram contra a coligação contra os nazistas.¹¹⁹

Ao término dessa exposição, abordamos a malfadada tentativa de equiparação entre Stalin e Hitler por parte de alguns autores neoliberais. Falaciosa, a simbiose que se pretende traçar entre o líder soviético e o ditador nazista é facilmente refutável e ignora que “sem a Revolução Russa o chamado estado social não teria sido possível na Europa”.¹²⁰

Opositores no campo ideológico e nas ações das lideranças assumidas por ambos, Stalin e Hitler apresentam trajetórias inconciliáveis. Nesse sentido, Miguel Urbano Rodrigues é categórico quando comenta o antagonismo de ambos no que concerne ao racismo e à pretendida sobreposição de alguns povos sobre outros:

Enquanto Hitler fez do racismo um cimento do Estado nazi, Stalin condenou-o como forma de canibalismo social e ameaça à paz. Stalin investiu sempre contra o mito da superioridade dos arianos puros, sobretudo os alemães, sobre os demais povos. Sob a sua direção, a União Soviética assumiu um papel decisivo na descolonização e foi graças à solidariedade do Partido sob a sua direção, apoio ideológico e ajuda material que as lutas de libertação nacional se desenvolveram vitoriosamente na África, na Ásia e na América Latina.¹²¹

Em acréscimo, e derradeiramente, o já mencionado Martens contesta a despropositada equivalência entre Hitler e Stalin, evidenciando que a ojeriza burguesa ao holocausto evidencia o morticínio dos judeus destacadamente, mas minimiza (quando não desconsidera) a perseguição e o assassinato de comunistas:

Às pessoas que ignoram os crimes monstruosos cometidos contra os soviéticos, é mais fácil fazer-lhes engolir a ideia de que Stáline foi, também ele, um ditador comparável a Hitler. A burguesia escamoteia o verdadeiro genocídio anticomunista para poder blasonar mais livremente aquilo que tem em comum com o nazismo: o ódio irracional ao comunismo, o ódio de classe ao socialismo. E para ocultar o maior genocídio da guerra, a burguesia aponta exclusivamente a luz contra um outro genocídio, o dos judeus.¹²²

1.4 György Lukács

A interpretação de György Lukács acerca do fascismo se volta à Alemanha, está compilada na obra *A destruição da razão* e é centralizada no irracionalismo da filosofia

¹¹⁹ MARTENS, Ludo. *Um outro olhar sobre Stáline*, cit.

¹²⁰ RODRIGUES, Miguel Urbano. Stalin, história e crítica de uma lenda negra: um livro de Domenico Losurdo. *ODiario.info*, 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.odiario.info/index.php?p=1250>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹²¹ RODRIGUES, Miguel Urbano. Stalin, história e crítica de uma lenda negra... cit.

¹²² MARTENS, Ludo. *Um outro olhar sobre Stáline*... cit.

germânica do século XIX e proêmio do século XX. Para o autor, um dos mais proeminentes filósofos marxistas das últimas décadas, os traçados filosóficos da Alemanha contribuíram decisivamente para a eclosão do nazismo.

Lukács advoga que a filosofia deve estar centralizada na razão, ser por ela orientada, estar nela sedimentada. Carente de razão, a filosofia perderia sua essência, restaria descaracterizada e se sujeitaria a mistificações que a distanciariam das conexões e indagações às quais deveria se direcionar. Assim, a leitura lukacsiana sobre o tema é no sentido de que o “fascismo, como concepção de mundo, é, antes de mais nada, o apogeu qualitativo de teorias irracionais no domínio epistemológico”.¹²³

E o autor concebe tal razão – aquela à qual a filosofia deve se vincular – sob o viés da dialética hegeliana e em associação à teoria marxista. Para tanto, correlaciona irracionalismo e dialética, porque a obtenção da razão perpassaria contradições entre o sujeito e o objeto do conhecimento para a sequencial compreensão integral da realidade. A razão, desse modo, conforme a concepção de Friedrich Hegel, só seria alcançada dialeticamente: “Lukács sublinha que a lógica formal e o irracionalismo são métodos polarmente coordenados na relação com o mundo e é a dialética que determina a relação com a realidade.”¹²⁴

É nesse contexto, ou seja, na compreensão da razão, que Lukács se volta à irracionalidade como uma negativa à resolução de problemas, na medida em que os tornam limitados e inalteráveis, terminando por mistificá-los. Tal como pontua Cristiano Moraes Junta, uma filosofia seria irracionalista para Lukács:

... se ela negar-se a resolver, desde o método dialético, a contradição intrínseca à marcha do conhecimento onde o entendimento choca-se inevitavelmente com seus próprios limites e é chamado, então, através de um salto dialético a colocar-se sobre novos fundamentos na tarefa de abarcar a totalidade do real.¹²⁵

Dessa forma, Lukács apreende a filosofia a partir do materialismo histórico, de modo que a razão é captada em necessária consideração a um específico contexto histórico e às instituições econômicas, políticas e sociais a ele correlatas. A razão emergiria, pois, de um determinado instante histórico e social.

¹²³ LUKÁCS, György. Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo. In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 25.

¹²⁴ Tradução nossa do original: “[...] Lukacs underlines that formal logic and irrationalism are ‘polarly coordinated methods in the relationship to the world’ and it is dialectics which determines the relationship to reality”. KÖVES, Margit. Lukács and fascism. *Social Scientist*, [S.l.], v. 25, n. 7/8, p.35, jul.-ago. 1997.

¹²⁵ JUNTA, Cristiano Moraes. Notas sobre a destruição da razão de George Lukács: filosofia e história. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 5. out. 2009, São Carlos. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2009. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/JUNNSA>> Acesso em: 13 mar. 2022.

Filosofias que conduziriam à negativa da razão, ou seja, ao irracionalismo, seriam retrógradas e reacionárias de acordo com a compreensão lukacsiana. Dotadas de um caráter antagônico ao traçado filosófico, as filosofias irracionalistas teriam potencializado e agilizado o processo de adesão ao nazismo na Alemanha. Com efeito, Lukács “chegou à conclusão de que esse cânone [da filosofia irracionalista alemã] rejeita o progresso, mina a ação social, cria mitos, sintetiza a teoria da raça e do social-darwinismo e, assim, contribui ativamente para o fascismo.”¹²⁶

Em uma conjuntura histórica, o acesso ao conhecimento seria obstado diante de filosofias irracionalistas, na medida em que tais filosofias contrariariam a dialética frente às contradições intrínsecas do processo epistemológico. “O irracionalismo elimina a ‘dialética’, declara um problema absoluto e apresenta a razão como uma limitação para se conhecer algo”¹²⁷, recusando resoluções – recusa essa que configuraria um reacionarismo.

Imbricadas, história e filosofia se implicariam reciprocamente. E esse amálgama explicaria, segundo o autor, a suscetibilidade alemã ao regime hitlerista frente a orientações filosóficas irracionalistas, pautadas no desmantelamento da razão. Sobre tal método de análise filosófica, José Paulo Netto destaca o caráter *histórico e crítico*: “Histórico, conquanto procura determinar concretamente o âmbito em que se pode movimentar o pensamento; crítico, enquanto busca focar immanentemente o *modus* e a estrutura daquele movimento.”¹²⁸ Nesse sentido, o esfacelamento da razão operado por filosofias irracionalistas teria conduzido a Alemanha ao nazismo porque, descentralizada do viés filosófico, a razão teria perdido seu sentido de conhecimento totalitário e instrumentalizado um processo de alienação.

Em referência ao estabelecimento da corrente filosófica irracional, em seu artigo *Lukács and fascism*, Margit Köves cita, entre outros autores analisados por Lukács, Schopenhauer, Kierkegaard, Dilthey e Simmel:

Negando a possibilidade de cognição pela razão e a validade das ciências naturais, eles estabelecem a intuição como a chave para a cognição. Em suas obras, a *Lebensphilosophie* é uma reação à visão fragmentada do mundo fornecida pelo positivismo, mas fornece uma falsa totalidade do mundo.¹²⁹

¹²⁶ Tradução nossa do original: “[...] came to the conclusion that this canon rejects progress, undermines social action, creates myths, synthesizes the theory of race and social-darwinism and thereby actively contributes to Fascism”. KÖVES, Margit. *Lukács and fascism*, cit., p. 35.

¹²⁷ Tradução nossa do original: “Irrationalism eliminates 'dialectics' and declares a problem absolute and presents reason as a limitation of getting to know something”. KÖVES, Margit. *Lukács and fascism*, cit., p. 35.

¹²⁸ NETTO, José Paulo. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 62.

¹²⁹ Tradução nossa do original: “Denying the possibility of cognition through reason and the validity of the natural sciences, they establish intuition as the key to cognition. In their works *Lebensphilosophie* is a reaction

Objeto de extensas críticas, *A destruição da razão*, obra em que György Lukács externalizou seus estudos e conclusões acerca do fenômeno nazista, é tida como o livro mais controvertido do autor¹³⁰. Finalizada no fim dos anos 50, a produção foi alvo de intensas objeções por parte dos frankfurtianos, especialmente por Theodor Adorno e Herbert Marcuse.

Além disso, a obra foi obviamente contestada por admiradores dos filósofos aos quais Lukács dedicou contundentes e negativas críticas, a exemplo de Nietzsche, Heidegger e Schelling, bem como desagradou Ernst Bloch¹³¹, de quem Lukács fora mais próximo. Dessa maneira, *A razão da destruição* acabou por ser interpretada por muitos como um símbolo de uma suposta inclinação lukacsiana a diretrizes stalinistas.

Decerto, a maioria das oposições à obra de Lukács está centralizada em uma suposta motivação política. O autor húngaro teria escrito o livro sob proposições stalinistas, as quais refutavam filosofias idealistas. Todavia, a dicotomia materialismo-idealismo – que era problematizada por dogmas stalinistas – não se identificaria com o antagonismo irracionalismo-racionalismo que pauta a pesquisa de Lukács – antagonismo esse inspirado na filosofia hegeliana, rechaçada por Stalin. O próprio Lukács declarou:

... Zdanov apresenta, com Stalin, toda a história da filosofia como a luta entre materialismo e idealismo. A destruição da razão, ao contrário, que no geral foi escrita durante a guerra, põe no centro de reflexão uma oposição totalmente diversa, isto é, a luta entre a filosofia racional e irracional. É verdade que os irracionalistas eram todos idealistas, mas eles também tinham antagonistas racionalistas idealistas. Portanto, a oposição que exponho em *A destruição da razão* é totalmente incompatível com a teoria zdanoviana.¹³²

Em síntese, o livro demonizado por tantos empreende uma investigação da filosofia alemã partindo de Schelling (raiz de um traçado de involução), Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, Spengler e Ernst Jünger, trajetória que teria conduzido a análise ao

to the fragmented view of the world provided by positivism, but it provides a false totality of the world”. KÖVES, Margit. Lukács and fascism, cit., p. 36.

¹³⁰ TERTULIAN, Nicolas. A destruição da razão: 30 anos depois. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 13, ano VII, abr. 2011.

¹³¹ Ernst Bloch teria criticado a atribuição a Schelling como filósofo originário de um caminho de derrocada involutiva que desembocou no nazismo. Citando uma carta de Bloch a Lukács, Nicolas Tertulian, em *A destruição da razão...* cit., expõe que: “é sobretudo o fato de ter situado Schelling na origem de uma linha de pensamento que deveria desembocar, numa sequência de degradações, no fenômeno nacional-socialista, que despertou o protesto de Bloch: ‘há um caminho levando diretamente da intuição intelectual até Hitler? *Three cheers for the little difference*. Não é conferir um brilho de todo indevido ao estandarte, ou melhor, às latrinas hitlerianas?”

¹³² CARLI, Ranieri de. A destruição da razão [Georg Lukács]. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 13, n. 01, p. 663, abr. 2021.

irracionalismo. A tais autores, Lukács atribuiu a irrupção do irracionalismo e a consequente derrocada ao nazismo. É o que sintetiza Alysson Mascaro:

No grande palco teórico do século XX, a filosofia no contexto da República de Weimar é, via de regra, acusada de ter sido a responsável de fundo pela ascensão do nazismo. A clássica acusação de Georg Lukács em *O assalto à razão* (1968) faz remontar o movimento reacionário alemão a filosofias como a de Nietzsche, inscrevendo personagens como Martin Heidegger em um plano central no que tange às causas do nazismo. As brumas da filosofia existencial heideggeriana, representando tanto um rechaço do liberalismo iluminista quanto das próprias lutas revolucionárias marxistas, são tomadas como o espaço excelente do reacionarismo.¹³³

Contrapondo o irracionalismo ao método dialético, Lukács opera uma pesquisa sócio-histórica do pensamento filosófico e, segundo Tertulian, inspira-se no prefácio da *Fenomenologia do espírito*, de Hegel, que se opôs ao “formalismo monocromático” da intuição intelectual de Schelling.¹³⁴

Tertulian avalia que Lukács almejou esmiuçar as causas históricas e sociais das correntes irracionalistas, promovendo uma genealogia do irracionalismo. O mesmo autor também conclui que *A destruição da razão* representa uma contraposição positiva de outras obras lukacsianas: *O jovem Hegel*, que a antecedeu, além das posteriores *Estética* e *Ontologia do ser social*. Acerca destas últimas, Tertulian se pronuncia:

Na Estética, porque Lukács desenvolve em primeiro lugar uma concepção positiva sobre a racionalidade estética. Certa surpresa pode ser oferecida pela *Ontologia* na medida em que encontramos aqui uma exposição mais articular da concepção do autor sobre a racionalidade dialética, desta vez sobre uma base explicitamente ontológica. Encontramos aí também, pela primeira vez, uma tomada de posição crítica (no capítulo sobre Marx) acerca dos grandes sistemas do racionalismo filosófico.¹³⁵

Resultado de uma pesquisa acurada, que sopesou os conflitos peculiares de um capitalismo tardiamente implementado e as incongruências político-ideológicas da burguesia alemã, *A destruição da razão* denuncia o irracionalismo de que a história da filosofia contemporânea, especialmente no território alemão, teria sido alvo.

De modo reiterado, Lukács defende que o irracionalismo marcou a filosofia alemã com agudez, mas se estendeu a outras nações, tornando-se um fenômeno. É o que se extrai da seguinte afirmação: “A Alemanha dos séculos XIX e XX continua sendo o país ‘clássico’ do irracionalismo, o terreno em que ele se desdobrou de modo mais variado e mais completo,

¹³³ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Gadamer: hermenêutica existencial e saúde. *Revista de Direito*, [S.l.], v. 11, n. 02, p. 68-78, fev. 2020.

¹³⁴ TERTULIAN, Nicolas. *A destruição da razão...* cit.

¹³⁵ TERTULIAN, Nicolas. *A destruição da razão...* cit.

podendo ser estudado de modo mais profícuo, assim como fez Marx investigando o capitalismo na Inglaterra.”¹³⁶

Visando a investigar as obras de inúmeros autores, Lukács se vale da análise imanente, avaliando-as com critério e rigorismo a fim de identificar em que estrutura estariam caracterizadas. Paralela e complementarmente, *A destruição da razão* contempla avaliações econômicas, sociais e políticas que circundaram o surgimento do imperialismo de um modo geral e sua instalação em território germânico – “posto que Lukács enfatiza a conexão direta do fascismo com o capital financeiro e seu caráter expansionista, imperialista e militar.”¹³⁷

Nesse sentido, Lukács constata que, em termos filosóficos e para além de uma tendência ocidental, o irracionalismo refletiria na Alemanha convergências sociais especificamente provindas da transição para o capitalismo. De modo oposto à transição que ocorreu em territórios inglês e francês, nos quais o formato da sociabilidade capitalista teria surgido com o rompimento das classes feudais, a Alemanha teria preservado caracteres da sociabilidade pregressa e se curvado aos novos detentores do poder, de maneira que se conservou ou se tornou subserviente. Nas palavras de Köves, “a unidade alemã foi alcançada de cima por meio do poderio militar prussiano, e a falta de participação criou um senso de servilismo nos outros estados alemães.”¹³⁸

A irrupção do irracionalismo, segundo Lukács, teria ocorrido com a grave crise de contornos econômicos, sociais, políticos e ideológicos que marcou o fim do século XVIII e o início do XIX. No campo ideológico, a crise estaria especificamente pautada na filosofia hegeliana, que fora contestada e confrontada com pensamentos contrários à compreensão, à razão e ao progresso científico-tecnológico, ao passo que flertava com a intuição, o misticismo e uma gnosiologia aristocrática. É o que pontua Lukács ao defender a unicidade metodológica e de conteúdo no campo do irracionalismo:

Mas isso não significa que o irracionalismo – dentro do quadro social assim definido – não apresente uma unidade ideal. Pelo contrário. Precisamente por esse seu caráter resulta que os problemas metodológicos e de conteúdo, trazidos por ele, tenham uma forte coesão e apresentem uma surpreendente (e estreita) unidade. A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista.¹³⁹

¹³⁶ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. Revisão de Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020, p. 35.

¹³⁷ Tradução nossa do original: Lukacs emphasizes the direct connection of Fascism with finance-capital and its expansionist, imperialist, military character”. KÖVES, Margit. Lukács and fascism, cit., p. 37.

¹³⁸ KÖVES, Margit. Lukács and fascism, cit., p. 29.

¹³⁹ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 15.

Ao tempo em que o livro foi concebido e publicado, pouco depois da derrota fascista, tais constatações reverberaram negativamente. A investigação filosófica promovida por Lukács era tida como inócua, porquanto, se alguns pensadores alemães de fato influenciaram a promoção do regime nazifascista, estes deveriam ser relegados ao ostracismo, em vez de terem seus pensamentos avaliados, estudados, compreendidos. Em contrapartida a esse posicionamento que persistiu para além do tempo de publicação, o autor defende que recusar um estudo genealógico, conectivo e até comparativo das distorções e negações filosóficas – pautas do irracionalismo – implicaria em desprezar o debate ideológico.¹⁴⁰

A filosofia hegeliana norteia as identificações de Lukács, porque os autores selecionados por ele como representantes diretos ou indiretos do irracionalismo teriam se contraposto à resistência que Hegel opôs à intuição como elemento, matriz e/ou diretriz do processo de entendimento. Visto que o irracionalismo tem a intuição como foco, Hegel – que a desprezou – tornou-se alvo de crítica dos irracionalistas, o quais foram, por esse motivo, identificados, selecionados e estudados por Lukács. Em outras palavras, o critério lukacsiano para categorizar alguns filósofos como adeptos da “desrazão” ou responsáveis por sua propagação consistiu na oposição – por parte deles – à filosofia hegeliana.

A superioridade filosófica que Lukács atribuiu a Hegel é perceptível em outras obras historicamente próximas à *A destruição da razão*, sendo elas: *O jovem Hegel* e *Introdução a uma estética marxista*. Na compreensão de Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes, responsáveis pela apresentação de *A Destruição da Razão*:

Se tomarmos outra importante obra do período, como *O Jovem Hegel*, talvez possa ser dito que o projeto de denúncia e crítica do irracionalismo tenha se iniciado justamente nesse livro, em que, como é sabido, Lukács pretendeu resgatar Hegel das interpretações conservadoras. Em suas páginas, é possível constatar, mais uma vez, a importância atribuída a Hegel nos combates contra o pensamento de talhe irracionalista, mas também o tipo de vínculo que une Marx a Hegel: a devida compreensão da contribuição daquele resta impossível sem conhecer plenamente este último. (...)

A esse respeito, pode-se citar também o livro *Introdução a uma Estética Marxista* (cujo título original é *Sobre a Categoria da Particularidade*), publicado pouco antes de *A Destruição da Razão*, e o fato de, em seguida, durante o exílio em Bucareste, Lukács autorizar a sua publicação em italiano.¹⁴¹

A conclusão à qual Lukács chega depois de avaliar o irracionalismo é de que as concepções nele incrustadas e por ele propagadas restringem o entendimento e tolhem

¹⁴⁰ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 10.

¹⁴¹ VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Na apresentação de *A destruição da razão*, cit.

mobilizações nas esferas individual e coletiva. Lukács também constatou que a propagação de tais concepções ocorre sorrateiramente, no nível do inconsciente, dificultando insurgências. Com efeito, se a orientação irracionalista opera nesse viés incôscio, sem alardes e sem clareza quanto ao seu conteúdo, extensão e propósito, seus seguidores não conseguem mensurar o que exatamente os conduz e sequer identificam que estão sendo conduzidos. Sobre tal fenômeno, assinalou Nelson Coutinho:

As tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana.¹⁴²

À guisa de exemplo, citamos Nietzsche e Schopenhauer. Para Lukács, milhares e milhares de alemães foram severamente influenciados pelo pessimismo compartilhado por ambos, sem que soubessem quem eram tais pensadores. E a forma como as massas eram atingidas por filosofias inicialmente restritas aos leitores das respectivas obras perpassava universidades, jornais, conferências e outros meios de divulgação. Segundo o autor sob análise:

Acreditamos, porém, que não se pode subestimar o efeito indireto, subterrâneo das ideologias reacionárias ao novo modismo que analisamos até aqui. Esse efeito não se limitava à influência exercida indiretamente pelos livros dos filósofos, embora não se possa ignorar que as edições das obras de Schopenhauer e de Nietzsche alcançavam certamente muitas dezenas de milhares. Mas as universidades, as conferências, os jornais e outros meios de difusão faziam com que essas ideologias se estendessem às vastas massas, com certeza de modo vulgarizado, mas com isso seu conteúdo reacionário, seu íntimo irracionalismo e seu pessimismo, que se encontram em tais doutrinas, foram antes intensificados do que enfraquecidos, já que, assim, as teses centrais acabaram por predominar sobre as possíveis restrições e ponderações.¹⁴³

Em suma, Lukács denuncia a decadência ideológica burguesa que se expressou pelo irracionalismo, além de desenvolvê-lo e de expandi-lo. Nesse passo, alerta que, conquanto nenhuma filosofia burguesa reacionária tenha dispensado o irracionalismo, este – o tema central da obra – não consiste no único e quiçá principal lema das correntes filosóficas reacionárias. Daí a negativa do próprio autor quanto à tentativa de atribuir à obra a função de historicizar a filosofia reacionária.

O intuito lukacsiano foi traçar o caminho filosófico que conduziu a Alemanha ao hitlerismo, com a ressalva de que as forças produtivas instigam proposições filosóficas, de

¹⁴² COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 20.

¹⁴³ LUKÁCS, George. *A destruição da razão*, cit., p. 77.

modo que a luta de classes e o desenvolvimento social seriam parâmetros essenciais à compreensão das ideias no campo filosófico. Nas palavras do próprio autor:

A História da Filosofia, assim como a da arte e da literatura, nunca é – como acreditam seus historiadores burgueses - simplesmente a história das ideias filosóficas ou das personalidades que as sustentam. Tanto os problemas quanto as vias de resolução são colocados à filosofia pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo desenvolvimento social, pelo desdobramento das lutas de classes.¹⁴⁴

Centralizada no irracionalismo, a obra lukacsiana acerca do nazifascismo indica os principais representantes (assim compreendidos) dessa diretriz reacionária, suas fases e seu desenvolvimento. Com esse objetivo, apresenta teorias que suplantaram a concepção hitlerista, embora estivessem dela dissociadas e sequer a vislumbrassem.

Em adição, apontou os prejuízos epistemológicos dessas teorias irracionalistas, haja vista que deturpavam as principais questões filosóficas e negavam resoluções, operando uma clara regressão e mitigando conquistas do materialismo dialético e histórico.¹⁴⁵ Daí a relevância da já citada crítica imanente, pela qual Lukács tentou revelar e expor tendências reacionárias na filosofia.

Segundo o autor, o irracionalismo moderno teria despontado em contradição ao método histórico-dialético que idealizou o progresso. Schelling e Kierkegaard representariam o marco inicial desse trajeto historicamente coincidente com a resistência feudal à Revolução Francesa. Em relação a esse marco, Lukács parte do pressuposto de que a nascente do irracionalismo está associada à reação dos que auferiam vantagens com o absolutismo feudal em contraposição à progressão das classes burguesas. Acerca do método dialético implementado por Schelling nessa conjuntura, afirma Lukács:

No ensejo de dominar por meio do pensamento os problemas fundamentais do progresso científico após a Revolução Francesa, na era da revolução das ciências naturais, nasce o método dialético de Schelling. O método procura dar respostas filosóficas a esse vastíssimo complexo de problemas, procura elevar a filosofia à altura das exigências da época.¹⁴⁶

¹⁴⁴ LUKÁCS, George. *A destruição da razão*, cit., p. 9.

¹⁴⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*, cit., p. 20.

¹⁴⁶ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 136.

A propósito, ao tratar da teoria das raças, o autor relaciona a persistência do conflito de classes pós-Revolução Francesa com a correlata manutenção e futuro ressurgimento dessa teoria que, baseada no “biologismo”¹⁴⁷, foi crucial ao irracionalismo hitlerista.¹⁴⁸

A partir das Jornadas de Junho e da Comuna de Paris, Nietzsche teria se tornado o representante de uma nova resistência ao progresso, que era então calcado no socialismo e no materialismo histórico-dialético. Consoante Lukács: “Nietzsche, que produziu a sua obra às vésperas do período imperialista, é ao mesmo tempo um elegíaco romântico de épocas culturais europeias passadas e um arauto e ‘profeta’ do desenvolvimento imperialista.”¹⁴⁹

Atingir-se-ia então, com essa nova resistência, a segunda etapa da “desrazão”, caracterizada pelas insurgências contra os conceitos filosóficos evolutivos, tal como ocorrera na primeira. Nessa segunda etapa, contudo, o desenvolvimento filosófico era rechaçado “gratuita” e drasticamente, isto é, sem que os irracionalistas se envolvessem e dialogassem com as teorias evolucionistas.

Os irracionalistas da segunda fase contraditavam o progresso arbitrariamente, depreciando, pois, o nível da filosofia. Essa tendência depreciativa é constatada por Lukács como um traço relevante do irracionalismo, e uma suposta unicidade do movimento estaria direcionada à contrarrevolução. Com efeito, Lukács atribui às lutas de classe o desenvolvimento do irracionalismo e o direcionamento ao hitlerismo.

Nas palavras do autor: “as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas de luta de classes.”¹⁵⁰ Em complemento: “o fato de as filosofias irracionalistas terem desembocado no hitlerismo só pode ser considerado algo necessário na medida em que as lutas de classe concretas produziram tal resultado – naturalmente, não sem a ajuda desse desenvolvimento ideológico”¹⁵¹. Assim, anunciando um caminho que partiria de Schelling e desembocaria em Hitler, Lukács apresenta o irracionalismo como a principal tendência reacionária que, à época, teria subordinado a filosofia burguesa e se estendido à sociologia alemã.

¹⁴⁷ Acerca do “biologismo”, Lukács pondera que: “O biologismo, quer na filosofia, quer na sociologia, sempre foi a base de tendências ideológicas reacionárias. Mas isso nada tem a ver com a biologia enquanto ciência; é antes o resultado das condições da luta de classes, que deram às tendências reacionárias conceitos e métodos pseudobiológicos como instrumento adequado de combate à concepção de progresso. Esse emprego de conceitos biológicos desfigurados e deformados ocorre na filosofia e na sociologia no decorrer da história, seja sob uma forma ingênua, seja refinada, a depender das circunstâncias”. LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 595.

¹⁴⁸ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 597.

¹⁴⁹ FILHO, Antônio Rago. Lukács e a crítica à decadência ideológica. In: VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel. *Lukács: estética e ontologia*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 180-181.

¹⁵⁰ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 14.

¹⁵¹ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 15.

Lukács trata também da teoria das raças e dos resultados do darwinismo social, elegendendo H. St. Chamberlain, de quem Rosenberg (o filósofo do nacional-socialismo) fora discípulo, como o maior precursor histórico dessas categorias que orientaram o fascismo alemão.

Contrapondo-se à prática como critério da verdade teórica, o irracionalismo bem servia à burguesia reacionária, na medida em que garantia a subserviência de seus adeptos, propiciando-lhes crenças ilusórias de independência individual, de liberdade integral e de ascensão intelectual e moral. É o que se depreende, por exemplo, da crítica a Nietzsche: “tem a arte e a ética individual na vanguarda de seus interesses, e clama por vontade de poder para uma falsa revolução.”¹⁵²

Toda a filosofia irracionalista conteria uma ideologia fascista e reacionária, servindo, pois, quando houvesse ambiente fértil – nos níveis social, político e econômico – ao implemento de regimes fascistas. A filosofia, sozinha, não seria suficientemente apta para desencadear o fascismo; contudo, na presença de elementos concretos e propícios, isto é, em um contexto histórico oportuno, orientariam sua implantação e seu desenvolvimento.

Para Lukács, conquanto o irracionalismo tenha se expandido em níveis internacionais, seja pela resistência ao progresso, seja pela oposição ao socialismo, foi na Alemanha, onde o desenvolvimento burguês avançara tardiamente, que o fenômeno despontou com hegemonia:

Esse processo, cujos primórdios devem ser procurados na luta romântico-reacionária, pela restauração do feudalismo, contra a Revolução Francesa, e cuja culminância, como vimos, acontece no período imperialista do capitalismo, não se restringia de maneira alguma apenas à Alemanha. Tanto as suas origens como a sua forma de manifestação hitlerista, bem como a sua permanência no presente têm raízes socioeconômicas internacionais, e por isso a filosofia irracionalista se manifestava igualmente em escala internacional. Mas, como vimos na introdução, ela nunca pôde alcançar aquele efeito diabólico que se deu na Alemanha de Hitler.¹⁵³

O desenvolvimento econômico retrógrado que a Alemanha vivenciou em comparação à Inglaterra e à França teria reverberado nos campos culturais e intelectuais. Não só a agricultura e a indústria alemãs estariam em desvantagem em confronto com as dos países mencionados, mas também a cultura, a política e a intelectualidade alemãs evoluíram com atraso – isso porque cultura e intelectualidade estariam imbricadas à economia.

¹⁵² Tradução nossa do original: Art and individual ethics are in the forefront of Nietzsche's interest and he calls for the will to power for a false revolution”. KÖVES, Margit. Lukács and fascism, cit., p. 35-36.

¹⁵³ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 81.

Lukács ainda acentua a “extraordinária mesquinhez, estreiteza e falta de horizontes da vida dos pequenos principados”¹⁵⁴ alemães. Adicionalmente, imputa o servilismo alemão à “dependência muito maior e imediata dos súditos em relação ao monarca e ao seu aparato burocrático”¹⁵⁵, além de considerar que o luteranismo e, posteriormente, o pietismo formataram a subalternidade germânica, operando tanto externa quanto internamente.

Como resultado, os alemães tanto careciam de força e de mecanismos para agir e implementar um modelo estatal que se adaptasse ao capitalismo quanto não dispunham de uma burguesia economicamente pujante e intelectualmente progressista. Servis às cortes, a burguesia e a pequena burguesia mantinham os níveis de pobreza, ao passo que os camponeses regrediam à extrema miserabilidade. Apesar do fortalecimento econômico e cultural que ocorreu no século XVIII, a classe burguesa não reunia vigor suficiente para formar uma unidade nacional. Com efeito, “o destino, a tragédia do povo alemão, falando em termos gerais, consiste em ter chegado demasiado tarde no processo de desenvolvimento da moderna sociedade burguesa.”¹⁵⁶

Benquista pelos principais ideólogos progressistas da época, sobretudo Goethe e Hegel, a unificação germânica incorporou as exigências das massas e o espírito alemão, o que se tornou um dos principais – se não o primordial – objetivos alemães a partir do século XIX. Diante disso, enquanto Inglaterra e França haviam conquistado a unidade nacional ainda sob o regime monárquico, a Alemanha, retardatária nesse e em outros quesitos, permanecia politicamente dissociada.

Associando Alemanha e Itália nesse aspecto, ou seja, no retardo quanto à unificação nacional, Lukács atribui ao desenvolvimento capitalista tardio as nefastas consequências dos regimes nazifascistas:

Os outros grandes povos do Ocidente, principalmente a Inglaterra e a França, conquistaram a sua unidade nacional já sob a monarquia absoluta, isto é, a unidade nacional foi para eles o primeiro resultado das lutas de classe entre a burguesia e o feudalismo. Na Alemanha, em contrapartida, a revolução burguesa precisava ainda conquistar essa unidade nacional, precisava construir seus alicerces (só a Itália enfrentou um desenvolvimento parecido; as consequências espirituais também demonstram, apesar de todas as outras diferenças na história de ambos os povos, certo parentesco, que só no passado mais recente apresentou todas as suas consequências).¹⁵⁷

¹⁵⁴ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 41.

¹⁵⁵ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 41.

¹⁵⁶ FILHO, Antônio Rago. Lukács e a crítica à decadência ideológica, cit., p.176.

¹⁵⁷ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 45.

Emergidas nas Revoluções de 1848, as correntes irracionais teriam atingido o ápice no romantismo e predominado no fim das revoluções. Em território alemão, referidas revoluções não realizaram o mesmo desenvolvimento democrático havido no restante do Ocidente. Devido à subalternidade dos alemães, na classe média ou entre os intelectuais, as Revoluções de 1848 forjaram diversas e diminutas tiranias, propagando uma ideologia da submissão. De acordo com Köves: “A descrição política, estética e ética dessas revoluções forma elementos de consciência e também pavimentam o caminho para uma compreensão da história e do escopo da ação política.”¹⁵⁸

Desse processo de subserviência alemã teria emergido um posicionamento drasticamente reacionário, do qual Schopenhauer, Nietzsche, Spengler e Heidegger se tornaram representantes. Estudando-os em paralelo à história da Alemanha, que ascendeu economicamente no período imperial, Lukács constata um descompasso entre o desenvolvimento econômico e as esferas social e política, uma vez que a estrutura democrática permaneceu estagnada. Tal descompasso, na compreensão lukacsiana, encontrou suporte filosófico no irracionalismo, ideologia que pôde advogar pela contradição entre a estruturas econômica e política alemãs.¹⁵⁹ Complementar e sinteticamente, Lukács pontua: “irracionalismo e hostilidade ao progresso são, portanto, inseparáveis: juntos, formam a apologia ideológica eficaz do atraso social e político da Alemanha em seu rápido desenvolvimento capitalista.”¹⁶⁰

Em oposição às democracias ocidentais, a Alemanha propagava e enaltecia uma submissão inquestionável e incondicional às autoridades e/ou aos seus superiores, ainda que houvesse discordância com as ordens emanadas. Esse servilismo teria enfraquecido o proletariado alemão e obstado reações da pequena burguesia após as Revoluções de 1848. Nesse sentido, e como consequência, Lukács avalia que a República de Weimar se dissociara das necessárias transformações e mantivera traços retrógrados do sistema antecedente, frustrando as expectativas populares que ansiavam por um regime democrático. Nas palavras do filósofo húngaro:

Por isso a República de Weimar foi essencialmente uma república sem republicanos, uma democracia sem democratas, como o foi – naturalmente em circunstâncias históricas totalmente diferentes – a república francesa entre 1848 e 1851. Os partidos burgueses de esquerda aliados aos reformistas não serviam à realização da democracia revolucionária, mas eram – por trás das bandeiras da

¹⁵⁸ Tradução nossa do original: “The political, aesthetic and ethical depiction of these revolutions forms elements of consciousness and also paves the way to an understanding of history and the scope of political action”. KÖVES, Margit. Lukács and fascism, cit., p. 29.

¹⁵⁹ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 59.

¹⁶⁰ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 60.

república e da democracia – essencialmente “partidos de ordem”, o que praticamente significa que na estrutura social da Alemanha Guilhermina quase nada foi mudado (manutenção do corpo de oficiais dos Junkers, da velha burocracia, da maioria dos pequenos estados, ausência de uma reforma agrária etc.). Não é de se admirar que, sob essas circunstâncias, as massas populares – que, como vimos, nunca receberam uma educação democrática, nunca vivenciaram tradições democráticas – tenham sofrido uma profunda decepção com a democracia e tenham rapidamente dela se desviado. Esse processo passou a se dar de modo especialmente acelerado e aprofundado, porque a democracia de Weimar viu-se forçada a cumprir e colocar em prática a paz imperialista de Versalhes, a mais profunda humilhação que a Alemanha viveu desde os tempos de Napoleão.¹⁶¹

Carente de educação e vivências democráticas, a classe trabalhadora alemã se desapontou e se sentiu desprestigiada com a república weimariana, sobretudo porque acompanhara a Revolução de 1917 e criara expectativas de que as transformações havidas na Rússia poderiam ser reproduzidas em território alemão.

Em oposição ao que ansiavam, as massas se depararam com a monopolização do capital, a expansão do desemprego e a crise aguda de 1929. Tornaram-se suscetíveis, então, às tendências reacionárias, ou seja, à exploração por um regime ditatorial que se apresentava como anticapitalista, mas que, em verdade, intentava o predomínio e a consolidação do capitalismo monopolista. Antonio Rago Filho, a respeito do nazismo, pontua que “não se confunde com qualquer monstruosidade que pertence a tempos imemoriais, manifesta-se como uma forma inumana de um tipo de capitalismo avançado.”¹⁶²

Tais ocorrências político-sociais predispueram a população a crenças irracionais, fantasiosas, intuitivas, mitológicas. Em outras palavras, seja entre intelectuais ou pequeno burgueses, seja no campo da direita (que almejava restaurações) ou entre esquerdistas (que ansiavam uma renovação democrática), os alemães se frustraram com a República de Weimar e foram drasticamente prejudicados com a crise de 1929, inclinando-se para o irracionalismo.

Tomadas pelo medo em relação às condições econômico sociais do presente e do futuro, as massas se tornaram suscetíveis a políticas aventureiras que mobilizaram os já mencionados comportamentos servis. Assim, amalgamados, receio, servilismo e negação da razão teriam suscetibilizado a subjetividade alemã ao domínio hitlerista como nenhum outro povo houvera sucumbido ao irracional.

Na avaliação de Lukács, a filosofia desempenhou um papel crucial para a ruína que marcou a história alemã. Daí a seguinte advertência: “não existe uma filosofia ‘inocente’,

¹⁶¹ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 69.

¹⁶² FILHO, Antônio Rago. Lukács e a crítica à decadência ideológica, cit., p. 176.

puramente acadêmica, de que sempre e em todo lugar existe objetivamente o perigo de que algum incendiário, a partir do conteúdo filosófico de ‘inocentes’ conversas de salão e de cafés, de conferências, de folhetins, ensaios etc. cause um incêndio devastador à maneira de Hitler.”¹⁶³

Em complemento, pontua Lukács:

Da lição que Hitler deu ao mundo, todo homem singular, como todo povo, deveria tentar aprender algo para a sua própria salvação. E essa responsabilidade precisa existir de modo especialmente agudo nos filósofos, que seriam obrigados a vigiar sobre a existência e o desenvolvimento da razão na medida da sua real participação no processo de desenvolvimento social.¹⁶⁴

Sob o pressuposto de que os propagadores do irracionalismo na filosofia e/ou na literatura contribuíram decisivamente para o fascismo alemão, na medida em que a renúncia à razão aproximaria o ser humano de seus mais degradantes instintos, Lukács ratifica seu alerta. Também conclama os pensadores a serem cautelosos e prudentes com o que difundem e defendem, bem como com concepções potencialmente aptas a reverberações danosas em larga escala, a exemplo do nazifascismo:

O irracionalismo como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e ao aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela – sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista. Se as mentirosas fórmulas demagógicas do fascismo, invocadoras do “sangue e do solo”, puderam encontrar uma tão rápida difusão nas massas pequeno-burguesas seduzidas pelo fascismo, é grande a responsabilidade que recai objetivamente sobre a filosofia e a literatura da decadência, que evocam estes instintos nos leitores e contribuem de fato para os cultivar, embora, na maioria dos casos, não pensassem sequer longinquamente nas aplicações práticas que deles faria o fascismo, e até mesmo, muito frequentemente, as condenassem com indignação.¹⁶⁵

1.5 Ernst Bloch

Na obra em que destrincha o fenômeno nazista, *Herança desse tempo*, Ernst Bloch empreende uma investigação dos pontos que atraíram o proletariado para os ditames hitleristas em meio ao insucesso da República de Weimar.

¹⁶³ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 81.

¹⁶⁴ LUKÁCS, György. *A destruição da razão*, cit., p. 83.

¹⁶⁵ LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmasia; ALCÂNTARA, Norma. *Anuário Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015, p. 114-115.

Valendo-se de aforismos, Bloch suscita elos que a esquerda não conseguiu firmar com as massas trabalhadoras, embora detivesse a estratégia a elas mais vantajosa. E os liames detectados por Bloch – liames de cunho cultural, espiritual e religioso – anunciaram questões ideológicas e afetas às subjetividades que o marxismo ainda não alcançara. É o que constata e conclui Alysson Mascaro¹⁶⁶ no artigo “Ernst Bloch hoje”, em que são sintetizadas as percepções do filósofo alemão sobre a ascensão do nazismo:

Às lutas socialistas, não bastava ser portadoras da verdade e da ciência: era preciso falar a linguagem do povo, tocar sentimentos, alcançar as múltiplas temporalidades que se sobrepunham em cada tempo histórico. Lutar pelo futuro era alcançar os passados que ainda reinavam e davam sentido às subjetividades. De algum modo – e ao seu modo –, Bloch antecipa os grandes problemas da ideologia e da subjetividade, que serão tratados com maior preocupação pelas reflexões contemporâneas do marxismo.¹⁶⁷

Não obstante se inserisse em quadrantes epistemológicos equivalentes aos dos marxistas de sua geração, Bloch se distinguia por buscar um idealismo objetivo. Combatente intelectual do fascismo e crítico do capitalismo, ele creditava ao proletariado a transição para o socialismo. Para ele, a queda do regime hitlerista seria protagonizada pelo operariado que, herdando impulsos insurgentes contra explorações e opressões, estivesse orientado e determinado a revolução.

Camponeses e pequenos burgueses também poderiam ter se alinhado ao proletariado na façanha revolucionária, mas foram ideologicamente distanciados de seus reais interesses. Aproveitando-se das rebeldias instintivas dessas classes (o que os comunistas ignoravam, no entender de Bloch¹⁶⁸), o fascismo resgatara um passado de incivilidade que não fora suplantado.

Em *Herança desse tempo*, Bloch desenvolve a definição da não-contemporaneidade, assincronia ou não-simultaneidade – *ungleichzeitigkeiten*, até então fluida na teoria marxista. Conforme Alysson Mascaro, que dedica um tópico da já mencionada obra *Utopia e Direito* ao conceito da não-contemporaneidade, Bloch anunciara explicações acerca da não-contemporaneidade em *Thomas Müntzer* e no *Espírito da utopia*:

O conceito é apresentado muito cedo em seu pensamento (no pensamento blochiano). Em Thomas Münzer já está explícito, bem como no *Espírito da Utopia*. No entanto, na segunda parte de uma obra de coletânea escrita à época do início da ascensão de Hitler, *Herança desse tempo*, do início da década de 1930, é

¹⁶⁶ A tese de livre docência de Alysson Mascaro é dedicada à base ontológica de Ernst Bloch. Ver: MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Utopia e direito: Ernst Bloch e a ontologia jurídica da utopia*, São Paulo: Quartier Latin, 2008..

¹⁶⁷ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Ernst Bloch hoje. *A terra é redonda*, [S. l.], 11 maio 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/ernst-bloch-hoje/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹⁶⁸ LUKÁCS, György. *La herencia de este tiempo*. Disponível em: <<file:///C:/Users/TTR/Downloads/Dialnet-LaHerenciaDeEsteTiempo-7882089.pdf>> Acesso em: 20 mai 2021.

que o conceito de não-contemporaneidade ganha relevo e importância prática para a ação política do marxismo.¹⁶⁹

Assentado na teoria do tempo, o conceito de acontemporaneidade cunhado por Bloch evidencia a possibilidade de um descompasso entre a ideologia do momento e o modo de produção do mesmo período – dado que, uma vez que a ideologia é determinada pelo modo de produção, deveria haver uma coincidência entre ambos. Bloch entende, porém, que alterações no modo de produção podem não alcançar a ideologia de igual instante histórico diante da perspectiva de persistência de uma ideologia passada, conjugada a relações produtivas antecedentes.

Aproveitando-se desse desajuste – entre uma ideologia defasada e o modo de produção do mesmo tempo histórico – forças reacionárias orientariam as massas ao retrocesso. E, embora os mesmos resquícios de um passado de exploração pudessem conduzir as massas à emancipação, foi a direita (e não a esquerda) quem se valeu desse desencontro temporal, apropriou-se de noções como pátria, nação, território e liderança e orientou a virada ao nazifascismo – o que Bloch detectou ao tempo desta ocorrência. Na avaliação de Miguel Infante, que prefaciou, traduziu e anotou a obra alemã para o espanhol: “Ernst Bloch foi o único dos marxistas de seu tempo que levou a sério o poder do fascismo como síntese cultural.”¹⁷⁰

Com efeito, conjugando utopia e concretude, Bloch antevê a malignidade do nazifascismo no território alemão e no momento histórico de seu implemento. Focado na burguesia então decadente, examina duas fases simultâneas que ele categoriza como os períodos de distração (de 1924 a 1929, acabado) e de intoxicação ou embriaguez (de 1924 a 1933, em desenvolvimento àquele tempo), ambas persistentes na transição de um modelo social a outro.¹⁷¹

Miguel Infante compara abordagens de Bloch às posturas de György Lukács, de Walter Benjamin e de Theodor Adorno, criticando-os. Lukács caminhava para uma ideologização, tendo até se ressentido com os apelos do Partido Comunista Húngaro para adequar sua filosofia ao marxismo-leninismo. Benjamin estaria imerso em impotências, talvez pela formação financeiramente privilegiada que não se sustentara após a grande inflação de 1929. Adorno se furtava a participar dos embates concretos da classe operária,

¹⁶⁹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Utopia e direito...*, cit., p. 179.

¹⁷⁰ BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*. Tradução, introdução e notas de Miguel Salmerón Infante. Madrid: Editorial Tecnos, 2019, p. 22.

¹⁷¹ BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*, cit., p. 34.

mantendo-se elitizado e tendo a massa como inimiga. Bloch, a seu turno, enfrentara energeticamente as agruras de seu tempo (duas guerras mundiais, exílios, perseguições políticas e o próprio nazifascismo, essencialmente o alemão) e confiara a revolução socialista às massas.¹⁷²

Bloch imputa aos partidos de esquerda weimarianos uma leitura equivocada dos conflitos então emergentes: sendo economicistas, teriam desprezado o legado da história e seu fator subjetivo. Pressupondo que a proletarização e a pauperização geradas pela crise inflacionária de 1929 estimulariam, por si só, as massas à revolução, a esquerda perdera a ocasião de derrotar o capitalismo. É o que se depreende da compreensão de Bloch, para quem o fascismo seria a versão obscura e enganosa do socialismo; para quem seria possível orientar o proletariado ao socialismo, se conseguisse ultrapassar o economicismo e sopesar o impacto das heranças históricas.

Com efeito. Como sujeito histórico, a classe operária vislumbraria perspectivas de transformação se levasse em consideração o passado, isto é, com remissão às estruturas históricas sob e sobre as quais a materialidade presente fora erigida. É relevante que a classe sujeita da história vislumbre uma perspectiva concreta de evolução, que, na concepção de Bloch, só é obtida pela remissão à herança, à hereditariedade.

A utopia concreta, para Bloch, surge de facetas utópicas cooptadas da herança e incutidas nas relações materiais objetivas. Para além das circunstâncias fáticas e das presunções imaginativas, a utopia concreta se atenta, na concepção blochiana, à materialidade e à ideologia transformadora.

Nesse sentido, Bloch expõe variadas compreensões sobre a juventude e a forma como os nazistas a seduziram, utilizando-se de conteúdos da herança para ascender ao poder, enquanto a esquerda atribuía um caráter inexorável às leis econômicas e só nelas se pautava. A título de exemplo, citam-se as seguintes passagens: “Os jovens sem trabalho podem ser facilmente pagos e seduzidos pela direita. Os jovens de origem burguesa, hoje sem projetos burgueses, tendem para a direita em qualquer caso, onde algo lhes é prometido”.¹⁷³ Também: “A maneira como Hitler trata a juventude não deve, portanto, ser esquecida. Não se deve subestimar o adversário, mas perceber que ele é uma força psicológica para muitos, que os

¹⁷² INFANTE, Miguel Salmerón. Na introdução de *Herencia de esta época*, cit.

¹⁷³ Tradução nossa do original: “Los jóvenes sin trabajo pueden ser fácilmente pagados y seducidos por la derecha. Los jóvenes de origen burgués, hoy sin proyectos burgueses, tienden a la derecha em todo caso, donde se les promete algo”. BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*, cit., p. 111.

inspira”.¹⁷⁴Outrossim: “Em todo caso, a juventude hitlerista é o único movimento revolucionário atual na Alemanha, depois que o proletariado foi usurpado sua maioria socialista, a da revolução sólida, válida e unânime”.¹⁷⁵

O autor também invoca a problemática do mito, no que critica a posição marxista por não oferecer um contraponto tão ou mais atrativo do que as propagandas nazistas, as quais despertariam energias e fé pujante. É o que se depreende deste trecho, no qual Bloch também menciona a juventude, além de observar o problemático alinhamento entre a burguesia e o operariado – classe decisiva à época (tal como hoje) para fins revolucionários:

Não é a "teoria" dos nacional-socialistas, mas sim sua energia que é séria, a tendência religiosa fanática que não se origina apenas do desespero e da estupidez, a força da fé estranhamente despertada. Essa linha poderia, de fato, como toda lembrança de "primitividade", também ter sido diferente, se tivesse sido ocupada militarmente e dialeticamente transformada, no lado "iluminado", em vez de ser apenas abstratamente isolada. Mas, uma vez que a propaganda marxista carece de qualquer terreno oposto ao mito, de qualquer transformação de começos míticos em reais, de sonhos dionisíacos em revolucionários, um elemento de culpa também se torna aparente no efeito do nacional-socialismo, a saber, uma culpa da parte de todos, marxismo vulgar demais. Grandes massas na Alemanha, sobretudo os jovens (como uma condição fortemente organizada e miticamente entrelaçada), foram capazes de se tornar nacional-socialistas precisamente porque o marxismo que as apresenta também não as "representa" ao mesmo tempo. Tão certo quanto o proletariado é a classe que é a única historicamente decisiva hoje, ele está notavelmente entrelaçado com a burguesia (muito mais do que esta última com o feudalismo); e com a mesma certeza não é apenas a última máquina e a última fase do imperialismo que é importante para ele, mas também a decadência nacional-socialista e os outros fenômenos de transição da ideologia burguesa tardia.¹⁷⁶

Assim, a partir de uma obra magnífica, em alguns pontos poética e enigmática, Bloch desenvolve o conceito da acontemporaneidade para criticar e advertir a esquerda quanto às

¹⁷⁴ Tradução nossa do original: “No debe por lo tanto ser pasado por alto el modo en el que Hitler trata a la juventud. No se debe subestimar al oponente, sino darse cuenta de que es una fuerza psicológica para muchos, la cual los inspira”. BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*, cit., p. 159.

¹⁷⁵ Tradução nossa do original: “Em todo caso la juventud hitleriana es el único movimiento revolucionario actual em Alemania, después de que al proletariado le fuera usurpada su mayoría socialista, la de la sólida, válida y unánime revolución.”. BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*, cit., p. 161.

¹⁷⁶ Tradução nossa do original: “La teoría de los nacional-socialistas no es seria, pero sí lo es su energía, su matiz fanático-religioso, la fuerza extrañamente agitada de la creencia, la cual no solamente proviene de la desesperación y la estupidez. Aquel sujeto igualmente hubiera podido desarrollarse de manera diferente, como cualquier recuerdo de lo primitivo, si se le hubiera ocupado militarmente y transformado dialécticamente hacia lo ilustrado, en vez de solamente haberlo excluido en lo abstracto. Como a la propaganda marxista le falta el polo contrario del mito, aquella transformación de comienzos míticos en reales, de sueños dionisíacos en revolucionarios, en el efecto exitoso del nacionalsocialismo se hace evidente una responsabilidad culpable del marxismo vulgar demasiado común. Las grandes masas en Alemania, sobre todo la juventud (como una condición fuertemente organizada y miticamente entretrejida), se han podido convertir en nacionalsocialistas porque el marxismo que las interpreta no las representa al mismo tiempo. Cuanto más claro está que el proletariado es hoy la púnica clase históricamente decisiva, tanto más cierto es que está entretrejida de forma extraordinaria con la burguesía (mucho más que esta lo estaba con el feudalismo), tanto más seguro le importa no solamente la última máquina y la última fase del imperialismo, sino también la descomposición nacionalsocialista y los demás fenómenos transitorios de la ideología burguesa tardía”. BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*, cit., p. 76.

oportunidades advindas de contradições sociais e culturais estruturantes que, porquanto anacrônicas e atemporais, eram propensas a repercussões e a transformações futuras, de maneira que poderiam ser estrategicamente exploradas, ao invés de ignoradas.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISES MARXISTAS FRANKFURTIANAS

Constituída para, parcialmente, compreender o fracasso da Revolução Alemã em 1918, a Escola de Frankfurt (Instituto de Pesquisas Sociais), rendeu frutos na década de 1930, quando passou a combinar a análise social neomarxista com as teorias psicanalíticas freudianas. Àquele tempo, emergiam as grandes estruturas do capitalismo, o operariado era atraído ao consumo massivo, a cultura se industrializava, o fascismo e a segunda grande guerra eclodiam. É o que narra Alysson Leandro Barbate Mascaro, em sua obra mais recente - *Sociologia do Direito*:

A Escola de Frankfurt frutificou em uma época bastante importante para a sociologia e também para o pensamento marxista. Começou a produzir as suas reflexões na década de 1930, chegando depois, nas décadas de 1940 e 1970, ao seu auge. Nessa época, ao menos na Europa e nos EUA, as grandes estruturas do capitalismo, como o conhecemos hoje, já estavam dadas. A industrialização, a cooptação das massas trabalhadoras a benefício da sociedade de consumo social democrata, o fascismo e as guerras já estavam no quadro dos pensadores de Frankfurt que, não estando na periferia do capitalismo, viveram no centro das questões políticas e do poder econômico dominante. Seus pensadores eram, em sua maioria, judeus alemães que a partir da década de 1930, com o nazismo, fugiram da Alemanha e se encaminharam para os EUA. Voltaram no pós-guerra para a Alemanha Ocidental, e tiveram um peso decisivo nas questões centrais das lutas sociais contemporâneas, como no caso da revolta estudantil de 1968.¹⁷⁷

Na mesma obra, Mascaro elucida a conclusão frankfurtiana acerca do uso da racionalidade instrumental capitalista – pelos nazifascistas – para cooptar as massas. Citando Friedrich Pollock - um dos mais notáveis pesquisadores do Instituto, o filósofo que orienta esta tese menciona a associação entre capitais, burguesias e Estados para, estrategicamente, conquistar e manter o poder nazista. Acerca da manipulação nazista pautada nesta racionalidade capitalista, que se valeu da sociologia e da psicologia de massas, diz Mascaro:

Por meios racionais, falava-se o irracional para alcançar fins racionalmente identificáveis. Com isso, as pessoas médias alemãs poderiam aceitar com empolgação o poder de Hitler: por meio de grandes eventos, grandes passeatas, palavras e gestos, usando o cinema, os jogos olímpicos, a arte, manejando valores como os de hierarquia de raças. Tal aparato de racionalidade teve por finalidade a dominação. A Escola de Frankfurt, assim, entendia que o capitalismo, como modo de produção e sistema de dominação, não se valia apenas do irracional, das crenças cegas, do fanatismo obscurantista que era próprio, por exemplo, do mundo medieval. A velha dominação da Igreja se fazia com base em crenças irracionais, mas o nazismo não se baseava em meras crenças absurdas, ele dizia coisas que o alemão queria ouvir. Poderiam soar irracionais, mas eram manipuladas por estratégias racionais.¹⁷⁸

¹⁷⁷ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*. São Paulo: Atlas, 2021, p. 174.

¹⁷⁸ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 177-178.

Seguem-se, então, exposições introdutórias sobre a Escola de Frankfurt e sequenciais abordagens acerca de alguns de seus principais expoentes, ressaltando-se, uma vez mais, que a necessidade de um recorte - para que o intento da tese não se desvirtuasse (restringindo-se, talvez, a um mero mapeamento de marxistas que refletiram sobre o fascismo) - justifica a escolha de alguns pesquisadores em detrimento de outros.

2.1 A Escola de Frankfurt

Inicialmente sediado em Frankfurt e fundado em 1923, o Instituto de Pesquisas Sociais alterou sua sede para Genebra em 1933, quando Hitler tornou-se chanceler do governo alemão. Sequencialmente, a escola instaurou pequenos escritórios em Londres e Paris, transferiu sua sede de Genebra para Nova York em 1934 (após uma vantajosa oferta da Universidade de Columbia) e retornou à Alemanha em 1950, consagrando a denominação Escola de Frankfurt.

Presidente do instituto de 1930 a 1958, Max Horkheimer foi, aliado a Theodor Adorno (que o sucedeu na presidência), um dos maiores expoentes da teoria crítica, a qual proveio de seu texto *Teoria tradicional e teoria crítica*. Em um contexto histórico determinante ao seu desenvolvimento – disseminação do nazismo, consolidação do stalinismo e eclosão da Segunda Guerra Mundial – a teoria crítica fortaleceu e amplificou intervenções no debate político alemão durante as décadas de 1950 e 1960, quando era premente discutir as causas e os efeitos da experiência nazista para a República Federal da Alemanha e investigar a natureza do “bloco soviético” (ao qual pertencia uma parte da Alemanha dividida após a guerra). Além disso, tentou compreender a forma do capitalismo sob o Estado de bem-estar social, a natureza das novas formas de controle social e dos métodos de pesquisa, os novos modos de produção industrial da arte e da cultura e o papel da ciência e da técnica, bem como temas clássicos da filosofia e da teoria social.

Nesse contexto, a obra de Marx – *O capital* – foi erigida ao critério de demarcação fundamental para a produção da teoria crítica, tanto que: (i) em sentido amplo, designou um campo que existia previamente à sua conceituação por Horkheimer, ou seja, o campo do marxismo; e (ii) em sentido estrito, agregada a interpretações específicas do pensamento de Marx, utilizou-se desses parâmetros interpretativos para analisar o momento histórico em que se encontrava.

O vínculo com o capitalismo orientou o horizonte da análise frankfurtiana acerca do fascismo, o qual pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais interpretaram como um fenômeno intrínseco ao processo histórico e social da modernidade. Daí a célebre afirmação de Horkheimer: “Quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo”.¹⁷⁹ Como modelo crítico, a Escola de Frankfurt apresentou um diagnóstico de seu tempo e desenhou possíveis prognósticos baseados nas tendências então apuráveis. Não alterou, contudo, os fenômenos que criticava, essencialmente o fascismo brutal e o capitalismo ocidental.

A análise do capitalismo por Karl Marx – como forma histórica que organiza a vida social em torno da mercadoria – constituiu a matriz da teoria crítica, que, desde a sua primeira formulação, teve a tarefa primária de compreender: (i) a natureza do mercado capitalista; (ii) as formas de estruturação do mercado; (iii) o modo pelo qual a sociedade se organiza a partir dessa estruturação; (iv) de que maneira se distribuem o poder político e a riqueza; (v) qual a forma e o papel do Estado; e (vi) quais funções desempenham a família e a religião, entre outros entendimentos.

Distinguindo-se das formas históricas antecedentes (feudalismo e escravagismo), o capitalismo se pauta na mercadoria – sua unidade elementar – e no sistema de trocas, subordinando valores, crenças religiosas, determinações culturais e a própria subjetividade à lógica da troca mercantil.

Para ser apreciável e passível de troca, todos os bens, incluindo o trabalho humano, assumem a forma de mercadorias. As capacidades físicas e intelectuais de mulheres e homens, como força de trabalho para produzir bens-coisas-mercadorias, convertem-se em mercadoria. Assim, fraciona-se a sociedade capitalista em duas classes determinadas pela posição que ocupam no processo produtivo: os capitalistas, que detêm os meios de produção e adquirem a força de trabalho, operacionalizando-os; e os proletários, que, despossuídos de terras e maquinários, vendem sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. Dessa maneira, na medida em que a divisão de classes tende a propiciar acumulação de riqueza ao capitalista e pobreza proporcional ao proletário, as desigualdades se aprofundam.

O mercado, salvaguardado pelo Estado e pelo direito – dos quais é intencionalmente apartado – produz, intermedia e regulamenta as trocas mercantis sob uma ilusória neutralidade. Os partícipes das trocas mercantis, aos quais se garante liberdade para

¹⁷⁹ Tradução nossa do original: "Wer aber vom Kapitalismus nicht reden will, sollte auch vom Faschismus schweigen". HORKHEIMER, Max. (1939). *Die Juden und Europa*. *Studies in Philosophy and Social Science*, 8, caderno 1. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980, p. 115.

transacionar, são superficialmente tratados como iguais – superficialmente porque desconsideram-se as condições primárias de cada qual (econômicas, sociais, políticas, intelectivas) e as demandas que motivaram as contratações. Nesse passo, tanto as condições quanto as motivações dos integrantes das relações de troca desautorizam e inviabilizam um tratamento jurídico igualitário: se são originalmente diferenciados quanto à categoria socioeconômica e quanto ao impulso para as relações mercantis, é concretamente inviável conferir tratamento igualitário aos sujeitos.

Além de destacar a mercadoria como elemento central do capitalismo, evidenciar a acumulação de riqueza como intuito premente do capitalista e esclarecer os reais significados da liberdade e da igualdade nas relações de troca, Marx demonstra a vultosa diferença entre o valor que a força do trabalho agrega à mercadoria e o salário que o trabalhador efetivamente recebe – o mais-valor. Para além, o marxismo representou a mais expressiva contribuição para a compreensão do Estado, da política e do direito nas sociedades contemporâneas, relevando-os como derivações, como prolongamentos da forma-mercadoria.

Embora não constitua um aparato neutro, o Estado se aparta das relações entre capitalistas e trabalhadores, as intermedia, as garante e estabelece um quadro jurídico que assegura a contínua exploração do trabalhador e a desmedida acumulação do capitalista. Ilusórias e superficiais, a liberdade e a igualdade são apresentadas aos sujeitos como direitos potencialmente exercitáveis, obstaculizando insurgências, mobilizações e uma efetiva revolução que aboliria a mercadoria, o capital e as relações de troca. Adicional, paralela e contraditoriamente, geram um campo fértil a comportamentos autoritários e ao totalitarismo que caracterizam o fascismo.

Insatisfeitos em menor ou maior grau (a depender das condições econômico-sociais então vigentes), os sujeitos se insurgem e se opõem a quem e a que lhes apresentam como responsáveis pelas mazelas vividas – efetivas para alguns, midiaticamente agravadas para outros. À medida que se acentuam as insatisfações e as ameaças de regressão a condições econômicas desfavoráveis – às quais parte dos indivíduos estava submersa antes de uma temporária ascensão –, exsurtem reações imediatistas e autoritárias contra determinados grupos, políticos ou meramente sociais, aos quais se imputam responsabilidades.

Enganosamente libertos para pensar e agir, os sujeitos continuam distanciados da crítica, de maneira que as variadas introjeções do sistema capitalista – hoje sofisticadas por jogos de linguagem altamente eficazes – direcionam as insurgências a campos e a setores

convenientemente apresentados como “inimigos”, escudando o capital. E além de salvaguardá-lo, os “inimigos” – alvos ideologicamente postos aos sujeitos – auxiliam no enaltecimento do capital e na legitimação de todas as formas dele derivadas como solução para as crises por ele próprio geradas.

Dirigida para e pela prática transformadora, a teoria crítica analisa o funcionamento concreto das estruturas e relações sociais sob os princípios da orientação para a emancipação e do comportamento crítico. Todo e qualquer conhecimento cuja apreensão não provenha desses dois princípios seria inócuo às transformações sociais. Em contrapartida, conduzida por uma pretensa neutralidade e voltada à explicação do funcionamento da sociedade, a concepção tradicional da teoria conforma o pensamento à realidade.

Assim, a teoria crítica, conjugando o saber e o agir, produz conhecimento e incita reflexões sobre o caráter histórico do pensamento produzido. Dessas orientações, resulta o materialismo interdisciplinar, pelo qual diversas áreas do conhecimento – as quais tendem a especializações – seriam congregadas em torno e em prol de um horizonte comum – a superação do capitalismo.

A teoria crítica também operou um diagnóstico do tempo presente calcado em três elementos fundamentais: (i) a transição de uma fase concorrencial a uma fase monopolista, contrariando previsões de acirramento das tendências autodestrutivas do capitalismo (estabilização dos elementos autodestrutivos); (ii) o surgimento de uma aristocracia operária e uma melhoria das condições de vida de parte do proletariado, em oposição a um esperado empobrecimento crescente (integração das massas ao sistema); e (iii) a ascensão do nazismo e do fascismo, acompanhada de um extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, propaganda e indústria do entretenimento, revelando que a resistência da classe trabalhadora à dominação havia sido superestimada (repressão a todo movimento de contestação). E foi a partir desses três elementos que Horkheimer concluiu que os potenciais de emancipação estavam bloqueados naquele momento, restando o âmbito da teoria ao exercício crítico.

Então, considerando que a teoria tradicional ainda orienta a formação dos indivíduos, das suas reflexões e do seu campo de cognição – tendo sido sofisticada (e, portanto, agravada) –, entendemos que se mantêm as restrições à emancipação ao mesmo tempo que se desenvolve um campo fértil para o ressurgimento do fascismo.

Em quaisquer níveis, o sistema educacional tende a especializações e à tecnicidade, apartado de um objetivo comum em prol da preservação e da efetiva satisfação coletivas.

Lado outro, o afã por resultados ágeis desconsidera projetos longínquos e desqualifica projeções transformadoras que teriam de romper estruturas a “passos largos”, mas incisivos. Nesse sentido, o estratégico apartamento entre capital e Estado conduz os sujeitos do direito a, diante de crises econômicas e da ausência de reflexões críticas, voltarem-se não contra o capital, mas contra os agentes deste, que se tornam objeto de ojeriza ódio e repulsa.

Subjetivamente forjados a pensar e a viver sob a égide da mercadoria, mulheres e homens seguem calculando ganhos individualmente, apartados da coletividade e totalmente desviados de perspectivas outras que não a vida sob o sistema capitalista, cujas determinações e sobredeterminações, embora os conduzam, são por eles ignoradas. E a cada crise (ou a ameaça desta) que possam vivenciar, reagem de forma igualmente calculada contra os já suscitados “inimigos”. À época do nazismo, na Alemanha, os judeus ocuparam esse *status*.

É nessa conjuntura que se propõe resgatar o projeto crítico da Escola de Frankfurt – seus principais autores e obras – estruturado na ciência proposta por Marx e aliado à psicanálise. Exemplificativamente, expomos sintéticas digressões sobre a *Dialética do esclarecimento*, de 1947 (escrita nos Estados Unidos durante o exílio do grupo do Instituto de Pesquisas Sociais). Nessa obra, Adorno e Horkheimer abandonam o materialismo interdisciplinar decisivo da teoria crítica e apresentam um novo diagnóstico, em ensaios acerca do conceito de esclarecimento, da indústria cultural e do antissemitismo, além de termos e fragmentos sobre temas variados.

Inicialmente crédulos de que a queda do nazismo ensejaria o fim do bloqueio emancipatório (já que a repressão e a propaganda nazistas impediriam a prática transformadora), ambos autores constataram que era estrutural o bloqueio de possibilidades revolucionárias. Esse estruturalismo advinha de uma nova fase do capitalismo, pautada pela intervenção estatal na organização da produção, da distribuição e do consumo. Pollock a denominou “capitalismo de Estado”; Adorno e Horkheimer a alcunharam de “capitalismo administrado” ou “mundo administrado”.

Acerca da teoria do capitalismo de Estado desenvolvida por Pollock, são pertinentes as digressões de Martin Jay:

Em 1941, sob a forma de uma teoria geral do capitalismo de Estado, Pollock ampliou suas observações sobre a durabilidade do sistema. A economia liberal do *laissez-faire*, afirmou, fora suplantada pelo capitalismo monopolista. Este, por sua vez, tinha sido substituído por uma forma qualitativamente nova de capitalismo, caracterizada pela intervenção governamental. (...)

Segundo Pollock, a nova fase distinguia-se das fases anteriores do capitalismo, especialmente, pela subordinação dos lucros individuais ou corporativos às necessidades do planejamento geral.¹⁸⁰

O controle do sistema econômico passou a ser exercido política e burocraticamente mediante uma racionalidade que pondera, calcula e ajusta os melhores meios a fins exteriores à burguesia, além de distanciados de valores belos, justos e verdadeiros. Trata-se da racionalidade “instrumental”, que, dominante na sociedade capitalista, passa a moldar tanto a economia e o sistema político quanto a socialização, o processo de aprendizagem e a formação da personalidade dos sujeitos.

Adorno e Horkheimer empreenderam, então, na *Dialética do esclarecimento*, uma investigação sobre a razão humana de amplo espectro, objetivando compreender por que a racionalidade das relações sociais humanas, em vez de conduzir mulheres e homens à liberdade e à igualdade, produziu um sistema social que bloqueou estruturalmente qualquer possibilidade emancipatória e transformou os sujeitos em engrenagens de um mecanismo que não compreendem, tampouco dominam, e ao qual se submetem e se adaptam, impotentes.

Ambos, Adorno e Horkheimer, voltam-se à compreensão de como a razão humana se restringiu historicamente à função instrumental na forma-social concreta do “capitalismo administrado”. O modelo de pensamento ilusório e parcial, próprio da teoria tradicional, passa a ser não só dominante, mas a única possível, de maneira que a racionalidade própria da teoria crítica não mais encontra lastro concreto no “mundo administrado”. Assim, os autores concluem que a dominação total e irrestrita da racionalidade instrumental se encontra em uma aporia no capitalismo administrado.

Adorno, especificamente, conduziu uma pesquisa que detectou e analisou o fascismo potencial, retratou estudos sobre a personalidade autoritária (presente no psiquismo de cada indivíduo) e elencou variáveis que compunham a síndrome autoritária – sendo estas submissão à autoridade, agressividade autoritária, convencionalismo, projetividade, anti-introspecção, preocupação com o comportamento sexual das pessoas, valorização do poder e da dureza, superstição, estereotipia, visão catastrófica do mundo e cinismo.

Alguns dos padrões de comportamento autoritário são assim descritos por Luis Galeão:

¹⁸⁰ JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda., 2008, p. 206.

Entre os padrões de comportamento do indivíduo com caráter autoritário estão: a ojeriza ao fraco e a anti-intracção (não levar em conta a interioridade); a predominância do pensamento estereotipado; a crença no poder e na força como forma de evitar as angústias; a orientação política e moral conservadora; a relação ambígua com a autoridade – desrespeito por figuras de autoridade e forte adesão ao uso extremo da autoridade; a tendência ao comportamento cínico e destrutivo; e uma grande projetividade de medos e ameaças, com uma fraca elaboração da noção de realidade e da diferença entre interioridade e exterioridade. Os comportamentos típicos da pessoa com síndrome da tendência à adesão ao fascismo relacionam-se com o convencionalismo, a submissão à autoridade, a agressividade contra a autoridade, a divisão do mundo em grupos e a superstição.¹⁸¹

Adorno também identificou elementos peculiares do discurso e da propaganda fascista, permitindo uma correlação entre a contemporaneidade e o tempo histórico de efervescência do nazifascismo: independentemente do meio pelo qual é disseminado, o discurso autoritário recorre à manipulação dos inconscientes, furtando-se aos debates, bem como ao confronto de ideias e de argumentos. Nos dizeres de Adorno, a propaganda fascista:

Almeja convencer as pessoas manipulando seus mecanismos inconscientes, e não apresentando ideias e argumentos. Não apenas a técnica oratória dos demagogos fascistas é de uma natureza astuciosamente ilógica e pseudoemocional; mais que isso: programas políticos positivos, postulados ou quaisquer ideias políticas concretas desempenham um papel menor quando comparados aos estímulos psicológicos direcionados à audiência. É através desses estímulos e de outras informações, e menos das plataformas confusas e vagas dos discursos, que podemos identificá-los como fascistas.¹⁸²

O discurso autoritário também apela para a identificação entre o interlocutor e os receptores, aproximando-os. Essa intencional proximidade gera uma empatia desmedida, ao passo que propicia um pacto imune às críticas, aos questionamentos e às indagações que deveriam permear interações no universo político, como afirma Adorno: “O agitador fascista é usualmente um exímio vendedor de seus próprios defeitos psicológicos. Isso somente é possível devido a uma similaridade estrutural geral entre seguidores e líder, e o objetivo da propaganda é estabelecer um acordo entre eles”.¹⁸³

O afeto do medo e o misticismo são igualmente manejados por interlocutores fascistas para seduzir e jungir seguidores. Sabedores de que as massas se mobilizam e se atraem pela teatralização da política e pelos temores sociais – sejam reais (intencionalmente agravados ou não), sejam fictícios (criados com o intuito de fragilizar e de arrefecer

¹⁸¹ GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. Adesão ao fascismo e preconceito sutil contra negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2015.

¹⁸² ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 82.

¹⁸³ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 144.

incitações transformadoras), os candidatos a líderes investem nesses expedientes hábil e estrategicamente.

2.2 Friedrich Pollock

Partícipe do círculo interno da Escola de Frankfurt, o economista Friedrich Pollock se encarregou de desenvolver estudos econômicos no Instituto de Pesquisas Sociais e compilou a teoria geral do capitalismo de Estado – “(...) a força do amálgama entre política e capital”¹⁸⁴, pela qual propalou a solidez do sistema e uma certa imunização ao colapso a que ele estaria destinado.

Porque valorado como o núcleo da corrente de pensadores da Escola de Frankfurt¹⁸⁵, Pollock é o pesquisador de que primeiro trataremos.

O economista em questão vislumbrou a substituição do capitalismo monopolista – sustentáculo da economia liberal do *laissez-faire* – por um capitalismo erigido sob o controle estatal, com regulação de salários, de preços e da produção de mercadorias reservadas ao consumo.

Iniciado em regimes autoritários europeus, esse novo formato de capitalismo mirava o lucro, mas tinha o poder como meta preferencial, tanto que os capitalistas tradicionais passaram a abdicar das direções das empresas em prol de acionistas, ceder ao rentismo e auferir lucros menos expressivos. Era assim que Pollock caracterizava o regime nazista – como um capitalismo de Estado. Comentando essa noção, Alysson Mascaro aponta que:

Afastando a ideia de que a crise do capitalismo levaria à sucumbência do sistema, Pollock aponta para sua persistência em razão da consolidação de uma nova fase de organização, a do capitalismo de Estado. Numa fusão da intervenção estatal com a dinâmica dos capitalistas, o mercado perde primazia no direcionamento econômico, subordinando lucros ao planejamento estatal. Em diferença do capitalismo mercantil concorrencial que se deu historicamente até o início do século XX, o capitalismo de Estado apresenta a primazia do político em face do econômico. O pensamento de Pollock, sem empreender uma específica empiria acerca da ruína de Weimar e da ascensão do nazismo, estabelece, no entanto, uma chave interpretativa geral do período que se abria nos meados do século XX e que tinha no nazismo seu exemplo extremo, o do capitalismo de Estado totalitário.

(...)

O capitalismo se funde com o planejamento estatal numa logicidade que não mais se distingue entre público e privado. Os antagonismos sociais persistem, mas controlados pelo cálculo e pela técnica.¹⁸⁶

¹⁸⁴ MASCARO, Alysson. O Marxismo e Weimar, cit., p. 71.

¹⁸⁵ Conforme Mascaro, como já mencionado na introdução. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. O marxismo e Weimar, cit., p. 71.

¹⁸⁶ MASCARO, Alysson. O Marxismo e Weimar, cit., p. 73. Também comentando a concepção de capitalismo de Estado em Pollock, pode-se consultar o importante trabalho de Moishe Postone: POSTONE, Moishe.

Por meio da intervenção estatal, a durabilidade do capitalismo perdurava para além dos prognósticos de ruptura, já que foram implementadas medidas de auxílio e preservação do regime de acumulação: a lumpemproletarização fora evitada com obras públicas e a consequente empregabilidade das massas; o gerenciamento dos preços e o planejamento das demandas solveram impasses com a distribuição; e o aumento progressivo da indústria bélica freara a superacumulação.

Persistiam, contudo, a luta de classes, a redução da margem de lucro, inconstâncias pelas restrições de recursos e camadas sociais não atendidas, entre outras contradições do capitalismo. Sob outra vertente, o Estado intervencionista era composto de burocratas, militares, funcionários partidários e empresários de grande expressividade, isto é, as camadas dominantes. E, a despeito das fragilidades, Pollock constatava que o capitalismo dirigido pelo Estado tendia a se expandir e a robustecer. Restava saber se um Estado autoritário poderia coexistir com o capitalismo de Estado sob o regime democrático.¹⁸⁷

O nacional-socialismo seria, então, para Pollock, uma nova ordem, na qual a política preponderava sobre a economia e a racionalidade técnica orientava a sociabilidade. Distinto do capitalismo monopolista, o regime nazista representaria, pois, a racionalização tecnológica e a economia dirigida.

Em consonância com o Instituto de Pesquisas Sociais, opositor à tese de um economicismo que traçasse as diretrizes sociais autonomamente, Pollock defendia a politização da economia, correlacionando os anseios pelo lucro com a busca pelo poder. Contudo, nesse e em outros pontos, Pollock se opunha ao também frankfurtiano Neumann, para quem o lucro constituía – sempre – a principal motivação do sistema capitalista, ainda que sob governos totalitários.

O antagonismo mais marcante entre ambos autores concernia à tese do capitalismo de Estado, ideia que, por paradoxal – além de pessimista –, era inconcebível na concepção de Neumann. Para o autor de *Behemoth*, se o Estado detivesse integralmente os meios de produção, os processos de circulação econômica restariam prejudicados, e o capitalismo não subsistiria. É o que se extrai das seguintes colocações:

Uma vez que o Estado se tornou o único dono dos meios de produção, ele impede ou opera uma economia capitalista, destrói o mecanismo que mantém em existência ativa o próprio processo de circulação econômica. Consequentemente,

Tempo, trabalho e dominação social: uma interpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 116.

¹⁸⁷ JAY, Martin. *A imaginação dialética...*, cit., p. 207.

tal estado não é mais capitalista. Pode ser chamado de estado escravista ou ditadura administrativa ou sistema de coletivismo burocrático – isto é, deve ser descrito usando categorias políticas em vez de econômicas.¹⁸⁸

Ademais, Neumann compreendia que o governo nazista preservava o capitalismo e seus antagonismos ativamente, embora expressasse uma ideologia populista e se desenvolvesse de modo burocrático.¹⁸⁹

A divergência entre Neumann e Pollock é comumente suscitada por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social, a exemplo de Stuart Jeffries, autor de *Grande hotel abismo*, que dela tratou nestes termos:

Talvez, conjectura Pollock com pessimismo, Hitler e Stálin tivessem tornado o sistema capitalista invulnerável mesmo durante a Grande Depressão da década de 1930. Essa ideia era herética em si mesma: ia de encontro ao relato de Henryk Grossman segundo o qual o capitalismo estava destinado a afundar em suas próprias contradições. Neumann discordava. Para ele, o “capitalismo de Estado” era uma contradição em termos. Se o Estado se tornasse o único dono dos meios de produção, ele impediria o capitalismo de funcionar apropriadamente.¹⁹⁰

Como economista, Pollock se insere no primeiro dos três momentos nos quais a Escola de Frankfurt estudou o tema do Estado e da dominação tecnocrática. Inicialmente, o intento do Instituto era definir as alterações substanciais na base econômica da sociedade capitalista a partir dos estudos marxistas. Em sequência, as pesquisas acerca do Estado e da dominação tecnocrática são amalgamadas à crítica da razão instrumental. No terceiro momento, o Estado é avaliado dissociado de outros temas e com vistas à compreensão de seu atuar sob a égide do capitalismo tardio.¹⁹¹

Pollock e outros economistas frankfurtianos da primeira fase arguíam que a regulação estatal era imprescindível à economia moderna, já que a livre concorrência se revelava impraticável diante de ameaças à subsistência do modo de produção capitalista. Pressupunha-se que, não fosse a intervenção estatal, o colapso econômico das nações – e do mundo – seria inevitável. Economicamente, o Estado contornaria crises constantes e

¹⁸⁸ Tradução nossa do original: “Una vez que el estado ha llegado a ser el único propietario de los medios de producción, impide el funcionamiento de una economía capitalista, destruye el mecanismo que mantiene en existencia activa el proceso mismo de la circulación económica. Por consiguiente, semejante estado ya no es capitalista. Se le puede llamar estado esclavo o dictadura de gerentes o sistema de colectivismo burocrático – es decir, hay que describirlo valiéndose de categorías políticas y no económicas. NEUMANN, Franz L. *Behemoth: pensamiento y acción en el nacional-socialismo, 1933-1944*. Tradução de Daniel Barreto González, Vicente Herrero, Javier Márquez e Andrés Alonso Martos. Washington: United States Holocaust Memorial Museum/Barcelona: Anthropos Editorial, 2014, p. 159.

¹⁸⁹ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 161.

¹⁹⁰ JEFFRIES, Stuart. *Grande Hotel Abismo: a Escola de Frankfurt e seus personagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 264.

¹⁹¹ FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

minimizaria os prejuízos do empresariado com medidas como o controle da importação e da exportação, investimentos em infraestrutura, proteção de indústrias e produções nacionais. Politicamente, promoveria e adotaria ações de apaziguamento dos conflitos de classe.

A transição do capitalismo liberal para o capitalismo burocrático e permissivo da intervenção estatal também transformou a natureza da cultura, da política e da individualidade, mudanças sobre as quais os frankfurtianos se debruçaram. Nessa seara, Pollock compreendeu que as relações sociais então constituídas pelo mercado passaram a ser mediadas por um comando hierárquico. É o que expressa Postone ao tratar dos estudos frankfurtianos sobre as transformações históricas das questões estatais:

Essa transição, segundo Pollock, tem amplas implicações sociais. Sob o capitalismo liberal, o mercado determinava as relações sociais; pessoas e classes confrontavam-se umas com as outras na esfera pública como agentes autônomos. Não importa quão injusto e ineficiente o sistema possa ter sido, as regras que governavam a esfera pública estavam mutuamente vinculadas. Esse reino legal impessoal era constitutivo da separação das esferas pública e privada e da formação de uma burguesia independente. Sob o capitalismo de Estado, o Estado se torna o principal determinante da vida social. As relações de mercado são substituídas pelas de uma hierarquia de comando na qual a racionalidade técnica reina no lugar da lei. Indivíduos e grupos, não mais autônomos, são subordinados à totalidade, e o ímpeto para o trabalho é provocado pelo terror político ou por manipulação psíquica.¹⁹²

2.3 Franz Neumann e Alfred Sohn-Rethel

O jurista Franz Neumann e o economista Alfred Sohn-Rethel foram reunidos neste tópico pela divergência de ambos com as posições centrais – para o Instituto de Pesquisas Sociais - de Friedrich Pollock. Esses dois pesquisadores se opõem à concepção pollockiana segunda a qual o Estado Alemão seria um ente excedente em relação ao capital. É o que esclarece Alysson Mascaro:

Alfred Sohn-Rethel ocupa uma posição especial no quadro das análises da crise de Weimar e da ascensão do nazismo. Sua leitura diverge também da de Pollock, na medida em que não considera o Estado alemão nazista como um ente sobrepujante em face do capital, situando-se então em alguma similaridade com as ideias de Neumann.¹⁹³

2.3.1 Franz Neumann

Um dos mais intrigantes pensadores da Escola de Frankfurt, Franz Neumann produziu uma detalhada pesquisa acadêmica sobre o funcionamento do sistema nazista entre

¹⁹² POSTONE, Moishe. Crítica, Estado e economia. In: RUSH, Fred (Org.). *Teoria crítica*. São Paulo: Ideias & Letras, 2008, p. 214.

¹⁹³ MASCARO, Alysson Leandro. *O Marxismo e Weimar*, cit., p. 75.

1933 e 1944, *Behemoth*: pensamento e ação no nacional-socialismo. A obra foi assim intitulada pela comparação que Neumann traçou entre o Terceiro Reich e a figura mitológica monstruosa, desordeira e caótica popularizada por Thomas Hobbes:

Behemoth, o monstro bíblico, foi usado por Hobbes como o título de seu livro que descreve “a guerra civil inglesa do século XVII”. Ele retrata “um não-estado, um caos, uma situação de ilegalidade, desordem e anarquia” (VII). O *Behemoth* do século 20 é o Terceiro Reich, cuja dissecação o Dr. Neumann realiza em seu livro.¹⁹⁴

Behemoth analisa o Estado nazista, descreve detalhadamente a organização política do regime hitlerista e atribui tanto a força quanto a fragilidade deste ao imbricamento dos quatro eixos de poder então vigentes: o partido nazista, a burocracia estatal, as forças armadas e a economia – grupos combativos, totalitários e centralizados que orientavam as deliberações governamentais.

Frank Neumann integrou o Instituto de Pesquisa Social em 1936, após a sua instituição. Distinguindo-se dos demais membros porque estudara Direito, Neumann complementou sua formação acadêmica em Ciência Política na *London School of Economics*, depois de emigrar para Londres por motivos políticos.¹⁹⁵

A conjugação do direito com a teoria política conferiu a Neumann uma perspectiva diferente da dos demais membros do Instituto. Seu marxismo era mais mecanicista e menos dialético, bem como seu interesse pela dimensão psicanalítica das relações sociais estaria aquém do ideal para as reflexões da teoria crítica.

Em *Behemoth*, sua obra clássica, Neumann expõe conclusões e uma metodologia alheias à da teoria crítica, de maneira que a Escola de Frankfurt desconsiderou a obra como expressão de suas ideias.¹⁹⁶

Naturalmente, havia similitudes entre a abordagem de Neumann e a leitura dos demais frankfurtianos: ambos minimizaram a importância do antissemitismo e do racismo em geral¹⁹⁷, e Neumann também concordou que faltava ao fascismo, face ao seu irracionalismo, uma teoria política genuína. As divergências preponderaram, porém.

¹⁹⁴ Tradução nossa do original: GURIAN, Waldemar. On national socialism – Franz L. Neumann: “Behemoth”. *The Review of Politics*, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 347, jul. 1942.

¹⁹⁵ Neumann fora preso na Polônia em 1933 por conta das atividades políticas que desenvolvia. Quando estudante universitário, ele apoiou a fracassada Revolução Alemã de 1918 e, durante a República de Weimar, compromissou-se com o marxismo moderado do Partido Socialdemocrata Alemão, do qual se tornou o principal advogado.

¹⁹⁶ JAY, Martin. *A imaginação dialética...*, cit., p. 196.

¹⁹⁷ No artigo “Franz Neumann e o nazismo como a destruição do Estado”, Diogo Ramos explica que: “De acordo com Neumann, a junção do racismo com o antissemitismo tem uma importância fundamental na justificação da política imperialista nazi; contudo, ela se trata de uma estratégia relativamente convencional sua, dada a comum emergência de ideias racistas em países e períodos empenhados em aventuras coloniais e

A psicologia que os frankfurtianos reputavam essencial para a compreensão da adesão das massas ao fascismo foi relegada por Neumann a um tímido tópico no terceiro capítulo da primeira parte de *Behemoth*. Das quase quinhentas páginas que compõem a edição espanhola da obra, tal tópico é singelamente formado por duas páginas incompletas, destacando-se estas abordagens:

Não é só a ansiedade que conduz os homens a abraçar a superstição, mas também a incapacidade de compreender as razões de seu desamparo, sua miséria e sua degradação. Em períodos de guerra civil, de perturbação religiosa e profundas comoções sociais e econômicas que produzem miséria e dor, os homens por vezes são incapazes – ou são deliberadamente incapazes – de perceber as leis do processo que lhes conduzem a tal situação. Os estratos menos racionais da sociedade buscam líderes. Tal como os homens primitivos, buscam um salvador que elimine sua miséria e lhes livre da pobreza. Há sempre um fator de cálculo, com frequência em ambas as partes. O líder usa e realça e sentimento de temor reverencial. (...) A pretensão carismática dos líderes modernos funciona como um artifício consciente, destinado a fomentar o sentimento de desamparo e de desesperança do povo, a abolir a igualdade e substituí-la por uma ordem hierárquica na qual o líder e seu grupo se dividem na glória e nas vantagens do *numen*.¹⁹⁸

Diante do propósito de *Behemoth*, que era identificar as raízes econômicas e políticas do totalitarismo na sociedade industrial contemporânea e o porquê de seu surgimento na Alemanha, é questionável refletir se uma abordagem psicanalítica mais expressiva seria essencial aos estudos de Neumann. Em *Estado democrático e Estado autoritário*, um compilado de textos de Neumann organizado por Herbert Marcuse, a psicologia é correlacionada ao poder político e à teoria da ditadura em exposições igualmente singelas.

Na parte dedicada aos processos psicológicos da ditadura, Neumann faz referências à definição freudiana de ansiedade, reconhece que o medo detinha uma função social na vida política e confessa, em uma das notas vinculadas ao texto, que carecia de conhecimentos acerca da teoria psicanalítica. É o que se extrai desta afirmação: “As dificuldades no

imperialistas”. RAMOS, Diogo. Franz Neumann e o nazismo como a destruição do estado. *Ethic@*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 314, 24 jan. 2012.

¹⁹⁸ Tradução nossa do original: “No es sólo la ansiedad lo que lleva a los hombres a abrazar la superstición, sino la incapacidad para comprender las razones de su desamparo, su miseria y su degradación. En períodos de guerra civil, de perturbación religiosa y profundas conmociones sociales y económicas que producen miseria y dolor, los hombres son a veces incapaces – o se les hace deliberadamente incapaces – de percibir las leyes del proceso que les ha llevado a esa situación. Los estratos menos racionales de la sociedad buscan líderes. Como los hombres primitivos, buscan un salvador que elimine su miseria y les libre de la pobreza. Hay siempre un factor de cálculo, con frecuencia en ambas partes. El líder usa y realza el sentimiento de temor reverente (...)

La pretensión carismática de los líderes modernos funciona como un artifício consciente, encaminado a fomentar el sentimiento de desamparó y la desesperanza del pueblo, a abolir la igualdad y a sustituirla por un orden jerárquico en el cual el líder y su grupo se dividen la gloria y las ventajas del numen. NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 69.

tratamento desse problema se devem não somente ao fato de ser eu um leigo, mas também ao fato de que o assunto é altamente controverso mesmo na teoria psicanalítica.”¹⁹⁹

No aspecto econômico, Neumann discordava da ideia de capitalismo de Estado propagada pelo também frankfurtiano Friedrich Pollock por defender a própria inexistência de Estado durante o regime totalitário nazista, que se expressava caoticamente. Acerca da divergência entre Neumann e os demais integrantes do Instituto de Pesquisa Social quanto à análise político-econômica do regime nazista, especialmente à de Pollock, são oportunas as digressões de Alysson Mascaro:

Orbitando em torno do movimento frankfurtiano, mas sem ter integrado seu grupo central, Franz Neumann apresenta uma leitura divergente acerca do perecimento de Weimar e da ascensão do nazismo. Em sua obra principal, *Behemoth: Pensamento e Ação no Nacional-Socialismo*, discordará de Pollock a respeito da caracterização de seu tempo como capitalismo de Estado. Neumann, investigando em sua obra o colapso de Weimar e, em seguida, a natureza do nacional-socialismo, não enxergará uma pujança unificadora nas mãos do Estado, afastando a ideia do núcleo dos pensadores frankfurtianos de uma racionalidade técnica que estivesse se tornando hegemônica e presidindo o capitalismo de modo geral e a Alemanha nazista como paradigma específico. É na falha e na instabilidade, e não numa logicidade geral, que se funda interpretação de Neumann.²⁰⁰

Neumann busca detectar quais forças mantiveram a coesão do nacional-socialismo, ocupando-se de três aspectos importantes: (i) as forças materiais que sustentaram a economia nacional-socialista; (ii) as forças sociais que estruturaram a estratificação de classes e a formação de uma elite; e (iii) a transmutação do ser humano em vítima passiva de uma força pujante que o inferiorizou, conduzindo-o ao extermínio em campos de concentração.²⁰¹

As vitórias do regime nazista eram indenes de dúvidas entre estudiosos. Houve drástica redução do desemprego, aumento da produção, desenvolvimento industrial, controle de preços. Todavia, inexistia consenso acerca do modo como tais êxitos foram obtidos e sobre a natureza do sistema econômico vigente. Segundo Neumann, negar o caráter capitalista do nacional-socialismo era uma tendência.²⁰²

Na concepção de alguns autores (com os quais Neumann aparentou anuir), o capitalismo se caracterizava pela liberdade de iniciativa, pela relação entre o detentor do capital e o operário, pela existência de estados dotados de soberania política, por instituições

¹⁹⁹ NEUMANN, Franz L. *Estado democrático e Estado autoritário*. Organização e prefácio de Herbert Marcuse. Tradução de Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 282.

²⁰⁰ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *O marxismo e Weimar*, cit., p. 73.

²⁰¹ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 157.

²⁰² NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 157.

parlamentares, por uma classe dirigente formada por capitalistas e pela vigência de direitos civis em favor dos indivíduos – nada do que o nazismo detinha.²⁰³

Daí a impertinência, para Neumann, da classificação proposta por Pollock. A própria expressão “capitalismo de Estado” seria inadequada, porquanto o Estado impediria o desenvolvimento da economia capitalista e minaria o mecanismo que preserva a existência ativa do processo de circulação econômica quando concentrava o domínio dos meios produção.

Natascha Müller e Oliver Marusczyk explicam que: “a abordagem de Pollock havia abandonado a primazia marxista da economia em favor de uma primazia da política, na medida em que a base econômica não era mais o fator dominante sobre a totalidade social”.²⁰⁴ Com efeito, para o autor, a categorização do Estado alemão sob o domínio nazista deveria ser política, não econômica, de modo que expressões como Estado escravagista, ditadura de gestores ou sistema de coletivismo burocrático seriam mais consentâneas para o propósito de descrever o nacional-socialismo.²⁰⁵

Dissociada da ciência econômica, a política não seria senão uma técnica. Já o capitalismo de Estado representaria uma técnica de dominação de massas que muito se desenvolveu e poderia se manter estável independentemente de guerras por séculos, dado que inexistiria necessidade econômica para conduzi-las. Em complemento a essa abordagem, Neumann assevera:

... os partidários do capitalismo de estado não são nacional-socialistas. Pelo contrário, por mais que a eficácia do sistema alemão os fascinasse e por mais que creditassem tais tendências ao capitalismo monopolista, tais partidários nada apreciavam no nacional-socialismo e, portanto, tendiam a descobrir razões favoráveis à sua decadência.²⁰⁶

A teoria econômica do nacional-socialismo não se coadunaria, na leitura de Neumann, com as doutrinas do capitalismo de Estado. Em verdade, o sistema econômico do

²⁰³ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 158.

²⁰⁴ Tradução nossa do original: “hatte der Ansatz Pollocks das marxistische Primat der Ökonomie zugunsten eines Primats der Politik aufgegeben, insofern die ökonomische Basis nicht mehr der über die gesellschaftliche Totalität dominierende Faktor war”. MÜLLER, Natascha; MARUSCZYK, Oliver. *Marxistische Faschismusanalysen als Zeitdiagnose: zur unterschiedlichen rezeption des nationalsozialismus*. München: AVM, 2014, p. 117-118.

²⁰⁵ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 159.

²⁰⁶ Tradução nossa do original: “... los partidarios del capitalismo de estado no son nacional-socialistas. Por el contrario, por mucho que les fascine la eficacia del sistema alemán y por mucho que crea que es el resultado obligado de las tendencias inherentes al capitalista monopolístico, no les gusta nada y, por tanto, propenden a descubrir razones favorables a su decadencia”. NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 160.

nacional-socialismo não se amoldaria a programa algum nem se embasaria em qualquer doutrina coerente.²⁰⁷

Priorizando a política em detrimento da economia, o nacional-socialismo carecia de uma organização econômica específica e instigava divergências analíticas. Alguns estudiosos vislumbravam uma fase de transição condicionada às demandas da guerra, com a perspectiva futura de uma liberalidade econômica; outros renunciavam um sistema econômico controlado pelo Estado. Contudo, o nacional-socialismo não promoveu expropriações nem se inclinou ao socialismo; manteve-se capitalista. Nos dizeres do autor:

... nenhum líder nacional-socialista defende a expropriação da propriedade privada ou a substituição de um sistema capitalista controlado ou orientado por um socialista ou semissocialista (no sentido em que entendemos o socialismo). Em suma, não há nenhum defensor da teoria do capitalismo de estado entre os analistas que temos examinado. Isso não significa, desde logo, que o sistema econômico real não seja a-capitalista, ou que as tendências inerentes ao regime não terminem por conduzi-lo a uma ditadura de gestores burocratas. Mas esta meta não é a finalidade declarada do nacional-socialismo.²⁰⁸

Apresentam-se, a partir de então, proposições sobre: (i) o estado totalitário, no qual Neumann, na primeira parte de sua obra magna *Behemoth*, trata das técnicas do pensamento constitucional antidemocrático, do Estado autoritário propriamente dito, da sincronização da vida política e do Estado totalitário na guerra; e (ii) o direito sob o nacional-socialismo, que é objeto do derradeiro capítulo da obra *O império do Direito*.

2.3.1.1 O Estado totalitário – as técnicas do pensamento constitucional antidemocrático

No que concerne ao Estado totalitário, Neumann correlaciona o oportunismo de seu surgimento (para o que o partido nacional-socialista se empenhara intensamente) com o insucesso político da República de Weimar. Com efeito, diante do fracasso de Weimar, tal partido teria bradado com insistência e vigor em prol da preservação das liberdades cívicas e da igualdade democrática, aproveitando-se de toda e qualquer oportunidade para atacar e injuriar o regime então vigente.

²⁰⁷ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 162.

²⁰⁸ Tradução nossa do original: “... ningún líder nacional-socialista de alguna monta aboga por la expropiación de la propiedad privada ni por la sustitución de un sistema capitalista controlado o pilotado por uno socialista o semi-socialista (en el sentido que nosotros entendemos el socialismo). En remen, no hay ningún partidario de la teoría del capitalismo de estado que hemos venido examinando. Esto no quiere decir; desde luego, que el sistema económico real no sea a-capitalista, o que las tendencias inherentes al régimen no terminen por llevar o hayan abocado ya a la dictadura de la burocracia de gerentes. Peo esta meta no es la finalidad declarada del nacional-socialismo. NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 165.

Tratando das fragilidades do regime malsucedido, o autor em questão tece críticas à democracia e ao Estado liberais. Para ele, o Estado liberal seria neutro, negativo e, por isso, insubstancial, incapaz de definições e de determinações quanto ao que seria bom ou mau, justo ou injusto. A democracia, por seu turno, equivaleria ao império da massa desorganizada, e seus parlamentos, dominados por grupos privados, consistiram em palanques de lutas brutais pelo poder.²⁰⁹

Nesse contexto, o direito serviria tão somente aos interesses privados, e os juízes não seriam senão uma máquina que executa as deliberações das classes dominantes. Liberalismo e direito simbolizariam fins que se excluía mutuamente, ainda que, por conveniência, pudessem ter se aliado. Neumann entende, assim, que a era do capitalismo monopolista converteu as leis gerais em artifícios que serviram para ocultar decisões individuais:

No capitalismo monopolista, do qual o Nacional-Socialismo é a organização política correspondente, como Neumann expõe no *Behemoth*, a medida individual se torna “a única expressão apropriada do poder soberano”. O ordenamento jurídico do Estado autoritário, posto ao serviço do capitalismo monopolista, ao se apoiar em princípios e cláusulas gerais, é, portanto, um *arcanum dominationis*, ou seja, “um instrumento técnico destinado a impor objetivos políticos específicos”. A racionalidade técnica, resultante da aplicação dos métodos tayloristas de indústria à força de trabalho estatal e dominantes nas organizações nacional-socialistas, segundo Kirchheimer, “só significa aqui que todo o aparato do direito e sua aplicação se fazem exclusivamente a serviço de quem domina”.²¹⁰

Quando baseado na competição, o capitalismo ensejou liberdades pessoais e políticas. Na fase seguinte – monopolista, marcada pelo intervencionismo –, as liberdades de comércio e de contratação se esvaíram e tornaram ineficazes outras liberdades delas derivadas, como a liberdade de palavra e de reunião e a liberdade de imprensa e de associação sindical²¹¹. Nesse momento, as instituições parlamentares passaram a ser atacadas por livros, folhetos e discursos que expunham sua ineficácia, seu caráter antidemocrático e sua corruptibilidade: tudo isso a beneficiar diretamente a ideologia burocrática, calcada na ordem, no controle e numa ideia de segurança.

²⁰⁹ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 32.

²¹⁰ Tradução nossa do original: “Dans le capitalisme de monopole, dont le national-socialisme est l’organisation politique correspondante, comme Neumann l’expose dans le *Béhémoth*, la mesure individuelle devient « la seule expression appropriée du pouvoir souverain ». Le système juridique de l’Etat autoritaire, qui est mis au service du capitalisme de monopole, en s’appuyant sur des principes généraux et des clauses générales est ainsi un *arcanum dominationis*, c’est-à-dire « un instrument technique visant à imposer des buts politiques spécifiques ». La rationalité technique, issue de l’application des méthodes tayloristes de l’industrie à la main-d’œuvre étatique et dominant dans les organisations nationales-socialistes, selon Kirchheimer, « signifie seulement ici que tout l’appareil du droit et de son application est fait exclusivement au service de ceux qui dominant » (...). MAGLIACANE, Alessia. Le fasciste populiste et l’intellectuel organique. *DESC – Direito, Economia e Sociedade Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 216-217, 4 out. 2019.

²¹¹ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 33.

Consequentemente, as massas passaram a reivindicar um governo forte, que congregasse todo o poder ao gestor maior, ao presidente. Como único capacitado e intermediário autêntico das massas, o presidente deveria concentrar os poderes legislativo e executivo, valendo-se do partido, do exército e da burocracia civil como instrumentos, já que, por motivos óbvios, era incapacitado de exercer pessoalmente todos os poderes a si arrogados. Diogo Ramos, que recorre a uma citação de Neumann e menciona dois juristas nazistas, assim se expressa quanto à gestão do regime hitlerista:

... sua coordenação não é formalizada ou legalizada, apenas personalizada na figura do Líder, como reconhecem Reinhard Höhn e Gottfried Neesse, os mais respeitados e articulados juristas nazis, que inclusive rejeitam o próprio conceito de Estado para no lugar defender que o Líder “age não só para o povo e no seu lugar, mas como o povo”. O Líder não é um órgão do Estado mas é a comunidade, utilizando como seus instrumentos o partido, o exército e a burocracia civil “só porque ele não pode fazer tudo pessoalmente” (NEUMANN, 2009, p. 469). O que o sofisma desta nova teoria da transubstanciação tenta fazer é justificar o fato óbvio de que não há mais direito ou lei na Alemanha, mas apenas uma pura e direta dominação, frente à qual o ideal do Rechtsstaat ou do império da lei não tem lugar.²¹²

O decisionismo de Carl Schmitt, que pleiteava ação em vez de deliberação, decisão em vez de valorização, e se baseava em uma doutrina da natureza e da política, casava com o inconformismo e com as aspirações sociais à época.²¹³ De acordo com tal conceito, as relações de amizade e de inimizade suplantavam a política e orientavam o extermínio do inimigo público, do opositor político.

Em sentido contrário, a escola austríaca, calcada na teoria pura do direito, insistia inocentemente na validade única do direito positivo e na total exclusão das implicâncias de caráter sociológico ou político no campo da ciência jurídica. E a República de Weimar, que era supostamente a expressão constitucional da harmonia entre a estrutura democrática e as garantias liberais, personificou o fracasso dessa concepção.²¹⁴

Nesse contexto, os conservadores, críticos da democracia liberal, se aliaram ao movimento antidemocrático e prepararam a primeira etapa da ideologia nacional-socialista.

2.3.1.2 O Estado totalitário propriamente dito

A reivindicação pela concentração de poderes por parte do presidente resultou no Estado totalitário e cedeu espaço a ideias de igual viés (totalitárias) por parte de tratadistas

²¹² RAMOS, Diogo. Franz Neumann e o nazismo..., cit., p. 332.

²¹³ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 33.

²¹⁴ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 34.

de direito constitucional. Conforme Peter Intelmann em artigo que dedica aos estudos de Neumann sobre Weimar: “Adeus a uma legitimidade que cresceu a partir da legalidade. De acordo com Neumann, o sistema jurídico nacional-socialista nada mais é do que uma técnica de manipulação das massas por meio do terror”.²¹⁵

Defendia-se que o Estado deveria congrega todos os poderes e que seu líder demandava uma autoridade incompatível com a identificação entre governantes e governados, a qual orientava o princípio democrático – daí a constatação de que o Estado totalitário seria obviamente antidemocrático. Embora representasse o povo de modo direto, sem intervenções e fragmentações, o líder precisava se diferenciar e se distanciar para exercer a dominação e manter o controle dos poderes reunidos em torno de si. Por isso, a Neumann, de acordo com Diogo Ramos, o nazismo se mantinha próximo ao caos:

O regime nacional socialista, longe de ter uma estabilidade sólida e bem concebida, mais lhe parecia (a Neumann) beirar o estado de guerra civil, tendo podido facilmente implodir-se caso o difícil acordo entre seus grupos dominantes se esfalesse.²¹⁶

Após a vitória de Hitler, uma extensa bibliografia se dedicou a reexaminar as formas tradicionais de Estado e de governo. Implementaram-se distinções entre o Estado de Direito Liberal, surgido na Revolução Francesa e encarnado na Constituição inglesa, e o Estado de Direito Nacional, inicialmente desenvolvido pelo fascismo italiano e, depois, vitorioso na Alemanha nacional-socialista. Esse segundo foi caracterizado como um Estado que combinava a justiça com a necessidade política, conciliando-as. Nesse sentido, para alguns teóricos, o modelo do nacional-socialismo era a ideia hegeliana do Estado.²¹⁷

Neumann entende que o partido nacional-socialista não havia aspirado o Estado totalitário desde o princípio e sempre, tanto que a ideia de glorificação do Estado não estava contida em *Mein Kampf*, a autobiografia de Adolf Hitler.²¹⁸ Por outro lado, o *Führer* declarava que sua principal tarefa seria estabelecer a autoridade incondicional do governo, mas prometia forte estímulo à iniciativa privada e reconhecia o valor da propriedade, salvaguardando-a.

As características da totalidade germânica explicariam um aparente paradoxo. Enquanto a totalidade romana era quantitativa, a germânica era qualitativa. Aquela,

²¹⁵ Tradução nossa do original: “der Abschied von einer aus der Legalität erwachsenden Legitimität. Das nationalsozialistische Rechtssystem, so Neumann, „ist nichts“ anderes als eine Technik der Manipulation der Massen durch Terror”. INTELMAANN, Peter. Franz Neumann: Weimar, nationalsozialismus – und was dann? In: SALZBORN, Samuel. *Kritische theorie des Staates*. Baden: Nomos, 2009, p. 70-71.

²¹⁶ RAMOS, Diogo. Franz Neumann e o nazismo..., cit., p. 312-313.

²¹⁷ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 36.

²¹⁸ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 36.

arregimentava todas as esferas da vida e interferia em toda a atividade humana, em posição de superioridade inclusive ao Partido Nacional Fascista: “Como uma parte subordinada do estado, como uma instituição dentro do estado, o PNF, como a sociedade italiana como um todo, era autoritário superado pelo estado onipotente”.²¹⁹ Em agudo contraste com a totalidade romana, a germânica se limitava a estabelecer um Estado forte e poderoso que exigia pleno controle político, mas não impunha qualquer restrição às atividades econômicas.

Assim, a doutrina totalitária do Estado nazifascista satisfazia os diversos partidários tradicionais da reação alemã: professores universitários, burocratas, oficiais do exército e grandes industriais. Era também aceitável, em termos gerais, para o mundo ocidental, pois uma teoria política na qual o Estado ocupa uma posição central e dominante e tem confiança na salvaguarda dos interesses gerais integra a tradição da cultura do ocidente, por mais liberal que tal prática possa ser – e esta não considera o Estado como uma máquina opressora oposta aos direitos humanos. A soberania estatal expressaria a necessidade de seguridade, ordem, direito e igualdade perante a lei, e os nacional-socialistas, ao sublinhar a totalidade do Estado, não teriam rompido com tal tradição europeia.²²⁰

O totalitarismo também teria servido às necessidades práticas da época. Durante os primeiros meses do regime, os membros e funcionários do partido fascista teriam se esforçado para acumular todos os lugares e cargos que puderam. Wolfgang Luthardt, em artigo que trata de aspectos estruturais de Weimar e do nacional-socialismo, explicita que “Neumann vê um sistema de compromissos de poderes plurais estabelecido no nacional-socialismo, que devem ser definidos por um interesse técnico-instrumental em si mesmo e na integração e participação no cartel de poder.”²²¹

Frente à situação ainda calamitosa, Hitler se valeu da doutrina totalitária como arma e teve que desenvolver uma forma ordenada no que diz respeito à propriedade, à burocracia e ao exército para se sustentar no poder.

²¹⁹ Tradução nossa do original: “Als „untergeordneter Teil des Staates“, als „Institution innerhalb des Staates“, wurde die PNF ebenso wie die italienische Gesamtgesellschaft durch den omnipotenten Staat autoritär überwölbt”. MÜLLER, Natascha; MARUSCZYK, Oliver. *Marxistische Faschismusanalysen als Zeitdiagnose...*, cit., p. 115-116.

²²⁰ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 37.

²²¹ Tradução nossa do original: “Neumann sieht im Nationalsozialismus ein System pluraler Herrschaftskompromisse angelegt, die durch ein technisch-instrumentelles Interesse an sich selbst und an der Einbindung und Partizipation am Machtkartell zu definieren sind”. LUTHARDT, Wolfgang. *Strukturaspekte der weimarer republik und des nationalsozialismus diskutiert am beispiel zeitgenössischer sozialdemokratischer analysen. Prokla*, [S.l.], v. 13, n. 52, p. 114, 1º set. 1983.

2.3.1.3 A sincronização da vida política

Diferenciando-se da República de Weimar, pluralista e federal, o novo Estado não podia, nem pretendia, tolerar que existissem em seu núcleo corpos políticos autônomos. Narra Neumann que, menos de três semanas após sua eleição, o *Reichstag* aprovou, em 24 de março de 1933, a denominada “Constituição preliminar do *Reich* – Lei para Remediar a Miséria do Povo e do *Reich*”, que conferiu ao gabinete um poder legislativo ilimitado, junto com o direito de se apartar das disposições constitucionais e regular tudo, exceto as instituições parlamentares e o Conselho Federal (*Reichsrat*), além de prever que os poderes do presidente não seriam diminuídos. Ademais, instituiu um procedimento legislativo novo e simplificado. Assim, embora o poder legislativo não tenha sido expressamente abolido, o foi de fato, pois caiu em desuso e era utilizado em situações excepcionais, com fins “decorativos”.²²²

Finda a separação entre as funções legislativas e administrativas – o que tinha sido uma característica de quase todos os Estados modernos –, o poder político não mais foi distribuído entre diferentes estratos da sociedade, e as minorias perderam a possibilidade de se opor às propostas legislativas. Diogo Ramos recapitulou: “Não há mais direito ou lei na Alemanha, mas apenas uma pura e direta dominação, frente a qual o ideal do *Rechtsstaat* ou do império da lei não tem lugar”.²²³

O poder estatal não só se unificou, mas também passou a ser absoluto. Aqui, Neumann ressalva que a democracia liberal igualmente unificava poderes, uma vez que a separação formalmente defendida era, em verdade, de funções, não de poderes: “Numa democracia liberal, o poder estatal também se encontra unificado, e a divisão dos poderes não significa que existam três poderes distintos. Seria mais exato falar de funções separadas e distintas, ao invés de aplicar a estes qualificadores a palavra poder”.²²⁴

A lei em questão fora aprovada por uma votação de 441 contra 94 membros presentes. Obteve-se, então, a maioria de dois terços, como exigido pelo artigo 76 da Constituição de Weimar. Todavia, a reunião ocorreu em uma atmosfera de terror: haviam

²²² NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 38.

²²³ RAMOS, Diogo. Franz Neumann e o nazismo..., cit., p. 322.

²²⁴ Tradução nossa do original: “En la democracia liberal el poder estatal se halla también unificado, ya que la división de poderes no significa que existan tres poderes distintos. Sería más exacto hablar de funciones separadas y distintas en vez de aplicar estos calificativos a la palabra poderes”. NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 39.

sido detidos arbitrariamente os 81 deputados comunistas, e muitos sociais-democratas (que votariam contra essa medida) estavam, por isso, ausentes da sessão. Se os centristas não tivessem capitulado e conferido seus votos a favor do projeto, uma era de terror se teria desencadeado.²²⁵

De todo modo, o nacional-socialismo não se preocupava com a conformação ao sistema constitucional, porque a legitimidade do sistema era justificada pelo êxito da revolução nacional-socialista. Em outras palavras, a explicação da nova constituição residia em seu êxito, em seu sucesso para os anseios revolucionários; argumento que não é novo, tampouco convincente.

A lei de autorizações conservava ostensivamente as instituições parlamentares e o Conselho Federal, bem como prometia garantir os direitos presidenciais. Porém, em menos de dois anos, foi abolido o Conselho Federal (*Reichsrat* – Lei de 14 de fevereiro de 1934), e as posições de chanceler e de presidente imediatamente se fundiram após a morte do então Hindenburg. Natascha Müller e Oliver Marusczyk rememoram, sobre o mesmo ano de aprovação da lei supracitada: “Hitler fez uma declaração [...] no congresso do partido NSDAP em setembro de 1934 e enfatizou explicitamente a subordinação do estado às reivindicações do partido: ‘Não é o estado que nos comanda, nós comandamos o estado!’”²²⁶. A conclusão do processo autoritário operou-se, então, com a redução política e jurídica do referendo a um nível de mero ornamento: o poder legislativo foi confiado integralmente ao gabinete.

Ainda em 1933, no dia 7 de abril, uma segunda lei de coordenação foi aprovada, criando o cargo de governador-geral (*Reichsstatthalter*), nomeado por Hitler – na Prússia, o próprio Hitler ocupou tal cargo. Dois anos depois, em janeiro de 1935, uma outra lei submeteu os governadores às ordens do gabinete, convertendo-os em funcionários do *Reich*. Os governadores se tornaram, pois, meros figurantes, embora os cargos fossem bem remunerados e assumidos por funcionários do partido que tinham obtido méritos suficientes.

O caos era tamanho que os próprios juristas do nacional-socialismo se encontravam impossibilitados de determinar, com precisão, qual era a situação constitucional dos países. Por outro lado, os mesmos teóricos que tinham solicitado que todo o poder se concentrasse

²²⁵ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 39.

²²⁶ Tradução nossa do original: Hitler auf dem NSDAP Parteitag im September 1934 und betonte explizit die Unterordnung des Staates unter die Ansprüche der Partei: „Nicht der Staat befiehlt uns, sondern wir befehlen dem Staat! “. MÜLLER, Natascha; MARUSCZYK, Oliver. *Marxistische Faschismusanalysen als Zeitdiagnose...*, cit., p. 110.

nas mãos do presidente tratavam agora, com igual interesse, de reduzir sua posição a uma espécie de adorno representativo.

2.3.1.4 O Estado totalitário em guerra

Neste subitem, Neumann esclarece como a realidade do Estado totalitário se tornou ainda mais evidente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Diante dos conflitos surgidos, a concentração do poder político aumentou e formou-se o Conselho Ministerial para a Defesa do *Reich*, equivalente ao estabelecimento de um estado-maior para a defesa civil e a economia. O Comissário Geral de Economia (*Funk*) era superior em poder aos ministros da economia, do trabalho, da alimentação e da fazenda; já os ministros da justiça, do interior, da cultura e dos assuntos eclesiásticos estavam subordinados ao Comissário Geral da Administração do *Reich* (*Frick*).²²⁷

O Conselho Ministerial era, para todo o propósito prático, o legislador normal. Seus decretos tinham força de lei e não precisavam ser firmados pelo *Führer*, que, durante a guerra, encontrava-se frequentemente fora da capital, no quartel general. O Conselho Ministerial regulava, então, todas as matérias direta ou indiretamente conexas com a defesa do Estado, e sua estipulação não limitava a autoridade do *Führer*. Este, por sua vez, dispunha de inúmeros poderes legislativos:

- (i) Atos diretos, seja na forma de lei, portaria ou edital.
- (ii) Atos legislativos simplificados do gabinete do *Reich*, baseados na Lei de Autorizações de 1822.
- (iii) Leis aprovadas pelo parlamento.
- (iv) Referendo.
- (v) Poder legislativo do Conselho Ministerial para a Defesa do *Reich* – o legislador normal.
- (vi) “Ordenanças do triunvirato” de comissários.
- (vii) Poderes legislativos do marechal do *Reich* em matéria de proteção contra ataques aéreos.
- (viii) Poder legislativo delegado aos ministros do *Reich* em suas respectivas jurisdições.²²⁸

Finalizando a narrativa, Neumann expõe a intensificação do Estado totalitário e seu subsequente declínio, na conjuntura da guerra. Informou que, em agosto de 1939, mediante

²²⁷ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 42.

²²⁸ NEUMANN, Franz L. *Behemoth*, cit., p. 43.

um decreto, foram abolidas as restrições impostas pelos tribunais administrativos e, nos meses subsequentes, duas outras ordens aboliram todos os tribunais administrativos inferiores, bem como os órgãos administrativos judiciais inferiores nas províncias.

Dois anos depois, em 1941, se estabeleceu um novo tribunal administrativo do *Reich*, que combinou o tribunal administrativo prussiano, o antigo tribunal administrativo austríaco e o antigo tribunal disciplinário do *Reich*. Consequentemente, o novo tribunal administrativo do *Reich* não era um órgão independente, e os juízes não gozavam de nenhuma garantia nesse sentido. Assim, o poder do Conselho Ministerial para a Defesa do *Reich* e de seus órgãos inferiores (os dezoito conselhos de defesa nacional) era ilimitado e irrestrito: não estava submetido a nenhum controle institucional.

Ao fim, à medida que aumentava o poder político estatal durante a guerra, a noção de Estado totalitário, que antes angariara tantos simpatizantes, passou a ser repudiada.

2.3.1.5 O nacional-socialismo em *O império do direito*

No derradeiro capítulo da obra *O império do direito*, Neumann intenta demonstrar o contraste entre o sistema jurídico liberal – o período intermediário do capitalismo monopolista e da democracia coletiva – e do nacional-socialismo. Para tanto, indicou os principais documentos que instauraram os Estados totalitários italiano e alemão, bem como quais eram suas diretrizes.

Na Itália, a ideia do Estado totalitário fora claramente exposta em dois documentos: a “Carta del Lavoro” (de 30 de abril de 1927) e a contribuição de Mussolini para a *Enciclopédia italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. De acordo com a carta, no Estado fascista, a nação correspondia a uma entidade espiritual, econômica e política. Assim, posicionando-se de maneira hostil às ideias de democracia, regra da maioria e igualdade política, o Estado totalitário italiano era corporativo e abominava o liberalismo político e econômico – a despeito de, paradoxal e oportunamente, manter a iniciativa privada na esfera de produção.

Constituindo a base do fascismo italiano e uma verdadeira unidade moral (não somente uma máquina administrativa), o Estado era absoluto²²⁹ e atuava por meio de corporações, as quais consistiam em unidades centralizadas que operavam entre os sindicatos, sendo compostas e atuando conforme as deliberações governamentais.

²²⁹ Em relação aos grupos sociais e aos indivíduos, ver: NEUMANN, Franz L. *O império do Direito: teoria política e sistema jurídico na sociedade moderna*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 468.

Já a ideologia do nacional-socialismo fora expressa em dois principais documentos com caráter canônico – ambos concebidos antes da ascensão do nacional-socialismo ao poder: o inalterável programa do partido fascista e a autobiografia de Hitler (*Mein Kampf*), a qual evidenciava um grande desprezo pela noção do Estado – desprezo ratificado em dois discursos na Conferência do Partido em Nuremberg, em 1934 (citado em subitem anterior) e 1935.

Diferindo do fascismo, o nacional-socialismo não considerava o Estado uma unidade moral, mas servo da ideia de “povo racial”. Em outras palavras, o Estado não seria um fim em si mesmo, mas um meio para a manutenção da existência racial do homem – concepção que se aproximaria bastante do liberalismo. O Estado apareceria, então, como uma mera máquina, um meio de propagar o povo racionalmente puro.

O nacional-socialismo também se diferenciava do fascismo italiano na concepção de que o povo não seria uma criação do Estado. *A contrario sensu*, o povo criaria o Estado e o totalizaria, conferindo-lhe vivacidade e dinamismo na medida em que elegeisse líderes que o representaria integralmente, conjugando e concentrando todas as forças governamentais. A respeito disso, Neumann esclarece que:

Essa totalidade é realizada pelo movimento total (ou seja, o Partido), que por sua vez é representado exclusivamente pela liderança total. O movimento age por meio de um líder que é penetrado pela ideia. O líder representa o povo. O movimento total é a força dinâmica dirigida contra a força estática de maquinaria do Estado. Portanto, o Estado totalitário não é senão a forma da vida do povo.²³⁰

Como já explicitado em *Behemoth*, o direito se transforma na vontade do líder, de maneira que os princípios da legalidade da administração, ou seja, da sujeição do juiz frente à lei, passam a se submeter à vontade politicamente unificada do líder por meio das cortes e dos corpos administrativos. Nas palavras de José Rodrigo Rodriguez: “O juiz perde o poder de evocar o texto de qualquer lei contra o imperativo de decidir os conflitos conforme a vontade do *Führer*”.²³¹

Em contraposição à teoria hegeliana, o Estado totalitário seria aquele que lidera, fracionado em três partes: o Estado, que representaria a parte estática; o povo, que o criaria; e o partido, que dinamizaria a atividade estatal.²³² Conquanto criador e objeto do Estado, além de erigido a uma supremacia cuja intenção era abolir (ou camuflar) a luta entre as

²³⁰ NEUMAM, Franz L. *O império do Direito...*, cit., p. 471.

²³¹ RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Fuga do direito: um estudo sobre o direito contemporâneo a partir de Franz Neumann*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 60.

²³² NEUMAM, Franz L. *O império do Direito...*, cit., p. 471.

classes, o povo não participaria do governo totalitário e seria impedido de influir nas decisões políticas. “Não se tratava de um processo de participação social nas decisões do soberano, mas de um sistema altamente excludente, que concentrava o poder nas mãos de um pequeno grupo de pessoas”²³³, observou Rodriguez.

Em referência ao principal jurista do nacional-socialismo, Carl Schmitt, Neumann explica que o regime totalitário alemão não reconheceu antagonismos no seio da população, uma vez que sua ideia central seria a da *comunidade do povo*, despida de conflitos. Contudo, uma vez que a noção de política implicaria na já citada relação entre amigos e inimigos, um inimigo (no caso, os judeus, a *raça estranha*) teria de ser criado.

Já a centralidade do partido italiano se explicaria pela recente criação do próprio Estado, da burocracia, da política e do exercício. Foi durante o fascismo que a maquinaria estatal se desenvolveu, ou seja, foi o fascismo que criou o aparelho estatal italiano. Müller e Marusczyk analisam:

A necessidade fascista da doutrina do Estado total resultou principalmente da fraca assertividade do Estado italiano após o estabelecimento da nação em 1861, que incorporou um território que foi determinado por fortes contrastes econômicos, geográficos e sociais.²³⁴

Tanto na Itália quanto na Alemanha, a universalidade dos fins estatais teria preservado a propriedade privada. A esse respeito, Carl Schmitt formatara uma tese que dissociava as totalidades qualitativa e quantitativamente para justificar a coexistência do repúdio ao liberalismo e a manutenção da propriedade privada nos meios de produção – um texto tão infundado que desmereceria digressões a respeito e faria jus à seguinte ironia neumanniana: “Permanece um mistério saber como a noção de totalidade pode ser qualitativa. Se algo é total, então isso tem necessariamente que abranger o todo. A ideia de totalidade só pode ser uma noção quantitativa”.²³⁵

Derradeiramente, Neumann defende que o nacional-socialismo rejeitou o postulado de *O império do direito* e o diminuiu a uma técnica para transformar a vontade do líder em uma realidade constitucional. Isto porque o nazismo instituiu inúmeras leis individuais que concediam privilégios ou regulavam organizações monopolistas; aniquilou o princípio da

²³³ RODRIGUEZ, José Rodrigo. Franz Neumann: o direito liberal para além de si mesmo. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2008, p. 104.

²³⁴ Tradução nossa do original: “Die faschistische Notwendigkeit der Lehre des totalen Staates resultierte primär aus der schwachen Durchsetzungsfähigkeit des italienischen Staates nach der Gründung der Nation 1861, die ein Territorium verkörperte, das durch scharfe ökonomische, geographische und soziale Gegensätze bestimmt war”. MÜLLER, Natascha; MARUSCZYK, Oliver. *Marxistische Faschismusanalysen als Zeitdiagnose...* cit., p. 115-116.

²³⁵ NEUMANN, Franz L. *O império do Direito...*, cit., p. 475.

retroatividade da lei para combater oponentes políticos; rebaixou os juízes à posição de mero executores da vontade do líder, despindo-os de sua independência; implementou, enfim, inúmeras cláusulas gerais para que vigorassem os princípios do nacional-socialismo.²³⁶

2.3.2 Alfred Sohn-Rethel

Este tópico é destinado a um importante economista que orbitou o Instituto de Pesquisas Sociais, embora não o tenha integrado. As análises articuladas por ele acerca do fascismo alemão, as quais foram aglutinadas na obra *A economia e a estrutura de classes do fascismo alemão*²³⁷, justificam a inclusão desse autor no rol dos frankfurtianos.

A despeito das avaliações de Sohn-Rethel remontarem à eclosão do fascismo na Alemanha, os textos por ele produzidos só foram publicados em 1973 (na Alemanha) e em 1987 (no Reino Unido), décadas após a derrocada do regime. O retardo se deve às circunstâncias que o circundavam quando das análises.

Conforme notas biográficas introdutórias de *A economia e a estrutura de classes do fascismo alemão*, Sohn-Rethel, o economista que estudara em Berlim, envolveu-se em atividades antinazistas clandestinas ao mesmo tempo que, no ano de 1931, começou a trabalhar no centro do capitalismo alemão, o *Mitteleuropäischer Wirtschaftstag* (MWT, abreviadamente, e como nos referiremos a tal centro doravante). Sob ameaça de prisão pela Gestapo – a polícia secreta oficial da Alemanha –, o autor participou das revoltas revolucionárias de 1918-1919 e cursara filosofia marxista em Heidelberg, refugiando-se na Inglaterra em 1938, após permanecer em territórios suíços e franceses por quase um ano.

Detentor de informações privativas por conta da posição que ocupava, Sohn-Rethel revelou estratégias de guerra envolvendo aliados e opositores dos nazistas – a exemplo da capitulação da França e da Inglaterra sobre a Polônia, a qual sustentou o regime nazista em um período de vulnerabilidade (1933) – e mapeou as complexas, e por vezes antagônicas, relações da classe dominante alemã, envolvendo, notadamente, interesses industriais e agrários.

Dada sua formação marxista e sua experiência antecedente à guerra, o autor em questão pôde formatar uma análise marxista convincente acerca da crise endêmica do capital monopolista alemão, além de enfatizar – em comunhão com outros autores que compõem

²³⁶ NEUMAM, Franz L. *O império do Direito...* cit., p. 477-484.

²³⁷ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure of german fascism*, Londres, Free Association Books, 1987, p. 6.

tal pesquisa – os riscos de emergência da barbárie contrarrevolucionária no capitalismo em caso de crises agudas. Nesse sentido, *A economia e estrutura de classes do fascismo alemão* descreve, valora e correlaciona ocorrências históricas da década de 1930 em território germânico, sendo uma parte dos relatos escrita a pedido do jornalista e historiador britânico Henry Wickham Steed, na Inglaterra.

Em uma resenha de 1978 da edição inglesa da obra, Claudia von Braunmühl confirma tais circunstâncias e os pormenores em torno do qual Sohn-Rethel documentou suas percepções:

A história do livro é facilmente contada. No início dos anos 30, Alfred Sohn-Rethel se mantinha vivo atuando em vários *lobbies* industriais e, portanto, estava perto do ponto exato em que as demandas econômicas eram traduzidas em estratégias políticas adequadas. Contra o pano de fundo de sua formação marxista, o autor aqui converte os *insights* de correspondência, contatos e documentos em estudos históricos na forma de ensaio. (...)

De acordo com seu caráter documentário, o volume também contém algumas das análises de classe brilhantes do fascismo crescente que Sohn-Rethel escreveu originalmente para o “Deutsche Führerbriefe”, uma publicação de aparência irregular de um dos *lobbies*, o “Mitteleuropaischer Wirtschaftstag”; e, finalmente, o volume termina com uma análise histórica de 30 de junho de 1934, das razões e das circunstâncias subjacentes à liquidação excessivamente sangrenta da chamada Strasser-wing do NSDAP.²³⁸

O intento de Sohn-Rethel era denotar de que maneira a estrutura econômico-política alemã sedimentou a trajetória que culminou no nazismo. Para tanto, seus relatos evidenciam, cronologicamente, o desenvolvimento econômico após a Primeira Guerra Mundial, as contradições internas nas principais indústrias alemãs, os reflexos devastadores da crise de 1929, as fraturas do capital monopolista alemão e a derradeira adesão ao fascismo, bem como a eclosão da segunda grande guerra.

O tema central da obra são as diversificadas frações no interior do capital monopolista que, agudizadas pela crise de 1930-1933, teriam gerado o regime de Hitler.

²³⁸ Tradução nossa do original: “The ‘story’ of the book is easily recounted. In the early thirties Alfred Sohn-Rethel was keeping himself alive by jobbing around in various industrial lobbies, and hence he was close to the very suture where economic demands were being ‘translated’ into adequate political strategies. Against the background of his Marxist training the author here converts the insights from correspondence, contacts and documents into historical studies in essay form.” (...)

In keeping with its ‘documentary’ character, the volume also contains some of the brilliant class analyses of rising fascism which Sohn-Rethel originally wrote for the ‘Deutsche Führerbriefe’, an irregularly appearing publication of one of the lobbies, the ‘Mitteleuropaische Wirtschaftstag’; and finally the volume ends with an historical analysis of June 30 1934, of the reasons and the circumstances underlying the exceedingly bloody liquidation of the so-called Strasser-wing of the NSDAP.” VON BRAUNMÜHL, Claudia. *Economy and class structure of german fascism*. Capital & Classe, S/N, v. 4, n. 2, p. 144-147, 01 jun. 1980. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309816888001100109?journalCode=cncs>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

Nesse aspecto, destaca-se o antagonismo entre os interesses agrícolas e os das grandes corporações, a exemplo da SteelTrust, IG Farben, Krupp AG e Siemens.²³⁹

Da vitória do regime nazista ao momento em que teve de abandonar o território alemão, o autor esteve envolvido em organizações socialistas que se opunham ao regime. Duas delas são por ele mencionadas: a *Roter Sturm Trupp* (“Tropa da Tempestade Vermelha”, conforme uma tradução despreziosa), a qual congregava jovens trabalhadores, e a *Neu-Beginnen* (“Novo Começo”, conforme tradução livre), dirigida por George Eliasberg e Richard Löwenthal.²⁴⁰

Nos anos antecedentes à segunda grande guerra, as orientações políticas alemãs eram debatidas e definidas sigilosamente, sem participação popular ou mesmo publicidade. Para se obter informações, era preciso estabelecer conexões com pessoas diretamente envolvidas nas deliberações políticas, em Berlim – círculo do qual Sohn-Rethel pôde participar (omitindo, obviamente, suas inclinações genuínas e sua posição marxista).

Depois e pela razão de integrar o MWT, Sohn-Rethel acessou grupos disponíveis a poucos e deteve a excepcional oportunidade de conhecer meandros do governo hitlerista disseminados a um grupo seletivo de dirigentes e apoiadores. Foi nessa rara circunstância que o autor revelou e esmiuçou facetas econômico-políticas do regime nazista, contribuindo para a identificação e a compreensão de especificidades do capitalismo monopolista que, àquele tempo, desencadearam as rupturas e as instituições que caracterizam governos fascistas.

Ainda que publicadas nas décadas de 1970 e 1980, as revelações de Sohn-Rethel são profícuas à avaliação de um fenômeno que, intrinsecamente correlacionado ao capitalismo (dado que dele emerge), é suscetível a ressurgências. Assim, as vivências e fontes do economista em questão decerto o diferenciaram de outros *frankfurtianos* com os quais se relacionou e que também avaliaram o fascismo sob o viés político-econômico. Em alusão a Franz Neumann, Friedrich Pollock e Max Horkheimer, Giacomo Marramao tece a seguinte crítica:

Comparada com a posição de Neumann, por uma parte, e com a de Pollock e Horkheimer, por outra, a análise de Sohn-Rethel parece se colocar numa posição intermediária e, por conseguinte, híbrida e pouco resolutiva do problema fundamental, que neste nível do debate já não é tanto o da autonomia ou heterodoxia do poder fascista, mas, ao contrário, da relação que se estabeleceu no mesmo entre a política e a economia.²⁴¹

²³⁹ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 16.

²⁴⁰ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 12.

²⁴¹ MARRAMAIO, Giacomo. *O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990, p. 270.

Ainda que a avaliação de Sohn-Rethel se sujeite a análises nesse aspecto, isto é, em confronto com outros marxistas de similar categoria, a utilidade de sua experiência concreta e a sofisticação de suas construções teórico-marxistas acerca da crítica do valor²⁴² são significativas e justificam a inserção desse autor nesta pesquisa.

As descrições históricas que a obra apresenta e as adaptações que o processo de tradução para o inglês impôs às compreensões de Sohn-Rethel revelam, ainda, outras perspectivas críticas. Conforme os apontamentos de Claudia von Braunmühl, para além de registros históricos e de uma pretensa contribuição para a teoria do fascismo, Sohn-Rethel forneceu elementos descritivos aptos a suplantarem a cientificidade de uma teoria da reprodução capitalista:

Parte do material certamente será de interesse dos historiadores. Este não foi, entretanto, o significado que Sohn-Rethel vislumbrou para os seus estudos. Ele entendeu seus textos – a edição original alemã torna isso muito mais explícito do que a edição inglesa, bastante simplificada – como prolegômenos materialistas históricos para uma teoria da reprodução capitalista com aspirações epistemológicas. É importante notar que Sohn-Rethel consentiu com a publicação do livro em consideração somente depois que seu *Trabalho manual e espiritual – para a epistemologia da história ocidental* teve uma recepção ampla e animada. (...)

A tradução para o inglês foi submetida a um processo de simplificação que reduz o livro essencialmente a uma dimensão, a saber, a de uma contribuição para a teoria do fascismo. Essa operação pode ser lamentada, com razão, uma vez que a versão original, embora reconhecidamente menos rigorosa, contém vestígios de iniciativas e procedimentos teóricos e metodológicos que são pelo menos tão valiosos quanto os resultados prontos. O livro ficou mais fácil de ler, mas com alguma perda de conteúdo.²⁴³

²⁴² A esse respeito, Thiago Ferreira Lion, que publicou a dissertação intitulada *Forma mercadoria, forma pensamento e direito na obra de Alfred Sohn-Rethel*, sob a orientação de Alysson Leandro Barbate Mascaro, em comunicação apresentada ao GT 1 – A obra teórica de Marx, do VII Colóquio Marx e Engels. CEMARX/UNICAMP: “Da mesma forma, a vertente marxista hoje conhecida como ‘Crítica do Valor’, tem Sohn-Rethel como uma de suas bases. Anselm Jappe, conhecido membro do grupo Krisis/Exit, diz sobre o autor: Sohn-Rethel é um dos raros marxistas que ainda tem alguma coisa a nos dizer para a compreensão do século XXI. De início, porque ele retomou, no conjunto da teoria de Marx, o núcleo mais valioso e mais profundo: A análise da lógica do valor e da mercadoria. Sohn-Rethel compreendeu bem – em uma época em que quase ninguém conseguia – que segundo Marx a característica mais essencial do capitalismo é a “abstração” que este impõe à vida social”. LION, Thiago Ferreira. *Forma mercadoria, forma pensamento e direito na obra de Alfred Sohn-Rethel*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7133_Lion_Thiago.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

²⁴³ Tradução nossa do original: “Some of the material will certainly be of interest to historians. This is not, however, where Sohn-Rethel originally saw the significance of his studies. He understood his note – the original German edition makes this much more explicit than the rather streamlined English one – as historical materialist prolegomena to a theory of capitalist reproduction with epistemological aspirations. It is worth noting that Sohn-Rethel consented to be publication of the book under consideration only after his *Intellectual and a Manual Labour – A Critique of Epistemology* had enjoyed a wide and lively reception.

(...)
The English translation has been subjected to a process of streamlining that slims the book essentially to one dimension, namely that of a contribution to the theory of fascism. This operation one may justly regret, since the original version, although admittedly less stringent, contains traces of theoretical and methodological initiatives and procedures that are at least as valuable as the ready results. The book has been made easier to

Quanto à experiência concreta de Sohn-Rethel, explicitam-se breves relatos no tópico seguinte.

2.3.2.1 Do contexto local e histórico que permeou as análises de Sohn-Rethel

Como já suscitado, Alfred Sohn-Rethel integrou o *Mitteuropäischer Wirtschaftstag* (MWT), um dos círculos internos do capitalismo monopolista, na condição de assistente de pesquisa. O MWT estava sediado perto de Bendlerstrasse, edifício berlinense que abrigava o *Reichswehr* – conjunto das forças armadas alemãs –, cujo *status* se assemelhava ao Pentágono nos Estados Unidos da América. Tal proximidade permitiu a Sohn-Rethel obter e reunir dados de difícil acesso, o que conseguiu devido ao fato de que suas visões e atividades contestatórias (ligadas a ativistas socialistas) eram absolutamente ignoradas.

Em um artigo que compara as abordagens de Sohn-Rethel com as de Georges Bataille²⁴⁴, os três autores comentam os benefícios que o primeiro obteve para, partindo de elementos restritos à época, denotar a relevância da indústria germânica em relação à instauração da ditadura nazista:

Os estudos de Sohn-Rethel sobre a política econômica alemã na transição para o fascismo nazista são baseados em dados que ele obteve do emprego como assistente em um escritório de Berlim para estratégias econômicas industriais de grande escala (o “Mitteleuropäischer Wirtschaftstag”) no início da década de trinta. Não apenas por causa de sua atividade inofensiva, o economista graduado foi capaz de obter uma visão do “centro do capital financeiro alemão” como um “marxista incógnito”, por assim dizer. Em seus estudos ele mostra, entre outras coisas, como a formação de grupos capitalistas monopolistas na indústria alemã tornou-se posteriormente um dos mais importantes instrumentos de política econômica da ditadura nazista a partir dos anos 1920, especialmente para a indústria de armamentos.²⁴⁵

read, but with some loss of substance”. VON BRAUNMUHL, Claudia. *Economy and class structure of german fascism*. Capital & Classe, S/N, v. 4, n. 2, p. 144-147, 01 jun. 1980. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030981688001100109?journalCode=cncs>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

²⁴⁴ Referido artigo, intitulado “Análises do fascismo: Bataille e Sohn-Rethel” (em português), consiste em um relatório do *workshop* realizado na Universidade Livre de Berlim, no qual as avaliações acerca do fascismo feitas por Alfred Sohn-Rethel e Georges Bataille foram destacadas. Para os três autores do artigo – Stingl, Burnfin e Zeldin –, Sohn-Rethel concebia o fascismo alemão baseado em uma situação econômica, enquanto Bataille avaliava o fenômeno sob a perspectiva sóciopsicológica.

²⁴⁵ Tradução nossa do original: “Sohn-Rethels Studien zur deutschen Wirtschaftspolitik im Übergang zum Nazifaschismus fußen auf Daten, an die er aufgrund seiner Anstellung als Hilfskraft bei einem Berliner Büro (eine Art ‚think tank‘) für Großindustrielle Wirtschaftsstrategien (der „Mitteleuropäische Wirtschaftstag“) Anfang bis Mitte der dreißiger Jahre gelangte. Nicht zuletzt aufgrund seiner harmlosen Tätigkeit konnte der promovierte Volkswirt gewissermaßen als ‚incognito-Marxist‘ hier Einblick ins „Zentrum des deutschen Finanzkapitals“ erhalten. In seinen Studien verdeutlicht er unter anderem, wie monopolkapitalistische Konzernbildung in der Deutschen Industrie seit den 1920er Jahren später zu einem der wichtigsten Instrumente

Introdutoriamente, Sohn-Rethel tece singelas elucidações históricas entre a Primeira e a Segunda Grandes Guerras Mundiais. O autor relembra que a monarquia de Habsburgo, principal poder na bacia do Danúbio, dividira-se na Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia, formando em 1918, sem a participação da Áustria e da Hungria, a Pequena Entente. E foi a França, cujas alianças militares se estendiam até a Polônia, quem afiançara a independência dessa tríade.

Em princípio, a Alemanha aceitara a hegemonia francesa, mas a contundente crise de 1929 motivou o rompimento com a política de paz do pós-guerra que lhe fora imposta, retomando e renovando o agressivo imperialismo germânico. A indústria de ferro e aço se dissociou do *Deutsche Volkspartei*, o Partido Popular Alemão, rompendo com uma política de conciliação. Então, em março de 1931, industriais tentaram criar uma união alfandegária germano-austríaca contra a Pequena Entente; contudo, não obtiveram êxito. Em setembro do mesmo ano, a Corte Internacional de Haia rejeitou tal projeto, gerando um grave revés à indústria alemã.

Ato contínuo, o MWT se tornou um relevante veículo para a reunificação do grande capital alemão com base em uma nova política imperialista. Estrategicamente, tal entidade agregou os principais grupos industriais, reconfigurando uma união que fora destituída ao fim da primeira grande guerra. No artigo intitulado “Um comentário após 38 anos”, Sohn-Rethel reforça a posição privilegiada que ocupou no MWT e quão contributivo foram – para as conclusões delineadas – seu cargo e os contatos em razão dele estabelecidos:

Não tive qualquer intenção de desempenhar o papel de Mefistófeles marxista, de explicar ao capital financeiro, que cobiçava um ditador, a base de classe adequada para seus projetos. Pelo contrário, operar dentro desse campo me forneceu a percepção necessária. Essa percepção foi devida menos à atividade jornalística e à forma de obter informações no *Führerbriefe* do que a um tipo de experiência completamente diferente, que o trabalho no MWT trouxe consigo. Em nosso trabalho no MWT, não estávamos preocupados com a superfície política – a desordem das pessoas e os “bailes” que os pretensos protagonistas da história pareciam livremente executar com e contra o outro – mas com as realidades subjacentes que deram origem a esses “bailes” em primeiro lugar.²⁴⁶

für die Wirtschaftspolitik der Nazidiktatur wurde, insbesondere für die Rüstungsindustrie”. STINGL, Elena; BURNFIN, Daniel; ZELDIN, Noah. *Faschismusanalysen: Bataille und Sohn-Rethel. Literaturwissenschaft in Berlin*, 1º jul. 2019. Disponível em: <<https://literaturwissenschaft-berlin.de/faschismusanalysen-bataille-und-sohn-rethel/>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

²⁴⁶ Tradução nossa do original: “I had no intention of playing the role of the Marxist Mephistopheles, of explaining to finance capital, which lusted after a dictator, the appropriate class base of its projects. Rather, operating within that field provided me with the necessary insight. This insight was due less to the journalistic activity and the way of acquiring information at the *Führerbriefe* than to a completely different kind of experience, which the work at the mwt brought with it. In our work at the mwt, we were not concerned with the political surface – the clutter of people and the dances that the would-be protagonists of history seemed freely to perform with and against each other – but with the underlying realities that gave rise to these dances

Em complemento, Sohn-Rethel explicita por que o MWT constituiu um espaço vantajoso para as suas pesquisas e compreensões – em suma, o MWT se tornara o principal patrocinador do grande capital no governo hitlerista:

Entre os outros pioneiros dispostos e relutantes da ditadura de Hitler, o motivo pelo qual o MWT merece atenção especial pode ser resumido em uma frase: contribuiu como nenhum outro para a nova concentração dos grandes interesses do capital que, pela ditadura de 1933, tornou-se politicamente possível, tendo que substituir os anteriores, que se tornaram obsoletos devido à grande crise econômica.²⁴⁷

Claudia von Braunmühl confirma que a posição de Sohn-Rethel lhe permitiu acessar as raízes da crise alemã a partir de um viés singular e diferenciado, isto é, sob a perspectiva do mercado mundial. É o que se extrai das seguintes considerações:

... ele [Sohn-Rethel] se move *a priori* no nível do mercado mundial, isto é, no único nível com referência ao qual é possível lidar adequadamente com a gênese econômica, social e política específica dos fenômenos de crise mundial na Alemanha, e assim entender a solução historicamente específica da Alemanha para essa crise-fascismo. (...)

É claro que (independentemente de Sohn-Rethel ter ou não exagerado sua importância) o MTW desenvolveu, em seu programa de expansão política e econômica orientada para o Oriente Médio, uma perspectiva que se mostrou atraente para o capital alemão, visto que o mercado mundial experimentou um *boom* que contornou a Alemanha e exerceu considerável pressão sobre sua taxa de lucro.²⁴⁸

Segue-se, então, com as ponderações político-econômicas do autor, sem deixar de levar em conta as ressalvas à advertência do estudo que confrontou as análises de Sohn-Rethel com as do francês Georges Bataille – segundo o qual o capitalismo financeiro não seria, para o primeiro, determinadamente dirigido a uma economia fascista. Para Sohn-Rethel, nesse sentido, o fascismo consistiria numa: “solução perversa, particularmente

in the first place”. SOHN-RETHEL, Alfred. Alfred Sohn-Rethel: a commentary after 38 years. *Historical Materialism*, Londres, v. 28, n. 4, p. 249-263, 1º dez. 2020. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/hima/28/4/article-p249_10.xml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

²⁴⁷ Tradução nossa do original: “Among the other willing and unwilling pioneers of the Hitler dictatorship, the reason why the mwt deserves special attention can be summarized in one sentence: It contributed like no other to the new concentration of the great interests of capital which, for the dictatorship of 1933 to become politically possible, had to replace the previous ones, which had become obsolete due to the great economic crisis”. SOHN-RETHEL, Alfred. Alfred Sohn-Rethel: a commentary after 38 years, cit.

²⁴⁸ Tradução nossa do original: “(...) he moves *a priori* on the level of the world market; that is, on the only level with reference to which it is possible to deal adequately with the specific economic, social and political genesis of worldwide crisis phenomena in Germany, and so to understand Germany's historically specific 'solution' to this crisis-fascism. (...)

It is clear that (regardless of whether or not Sohn-Rethel may have exaggerated its importance) the MTW developed, in its programme of Middle-East-oriented political and economic expansion, a perspective which proved attractive to German capital, as the world market experienced a boom which by-passed Germany and exerted considerable pressure on its profit-rate”. VON BRAUNMÜHL, Claudia. *Economy and class structure of german fascism*, cit.

destrutiva e míope para um problema objetivo de lucratividade na indústria pesada alemã”²⁴⁹. Em complemento, os autores do estudo assim se expressam quanto à gênese fascista em Sohn-Rethel: “De acordo com Sohn-Rethel, o fascismo carece de raízes em uma determinada classe, por exemplo, a força de trabalho organizada, então o movimento é um mero ataque, avanço e ideologia: se esse muro desabar, choca-se com nada por trás dele.”²⁵⁰

2.3.2.2 Das análises político-econômicas de Sohn-Rethel

Ainda consoante o estudo comparativo que submeteu as abordagens de Sohn-Rethel e de Bataille a uma releitura, o método de análise do fascismo do primeiro: “não se concentra apenas nos aspectos políticos, mas também nas questões de explicações macroeconômicas, sem pensar, contudo, de forma reducionista.”²⁵¹

Sohn-Rethel informa que, entre 1924 e 1930, a indústria e a agricultura foram soerguidas com créditos externos, muitos dos quais constituídos de empréstimos de curto prazo, que beneficiaram majoritariamente a indústria de ferro e aço.²⁵² Em paralelo, instaurou-se uma nova onda de racionalização e o capital monopolista atingiu seu ápice de 1924 a 1929. Nesse ínterim, estão entre algumas das maiores indústrias aquelas em que Thyssen, Stinnes e Otto Wolff²⁵³ unificaram seus capitais e modernizaram extensivamente seus maquinários, reorganizando a divisão do trabalho. O resultado dessa fusão consistiu em um grande complexo industrial europeu que empregava cerca de duzentos mil trabalhadores.

A década de 1920 inaugurara, então, um novo tipo de economia de produção de custos fixos – em prejuízo aos fatores que regulavam a oferta e a demanda. A economia de tempo do processo de trabalho se tornou preponderante, e a discrepância com os reguladores antigos de mercado conduziram ao desenvolvimento do monopólio. A fusão de indústrias similares, especialmente dos ramos de aço e ferro, propiciou uma racionalização e, por

²⁴⁹ Tradução nossa do original: “besonders zerstörerische und kurzsichtige Lösung eines objektiven Rentabilitätsproblems der deutschen Schwerindustrie”. STINGL, Elena; BURNFIN, Daniel; ZELDIN, Noah. *Faschismusanalysen...* cit.

²⁵⁰ Tradução nossa do original: Dem Faschismus fehle Sohn-Rethel zufolge eine Verwurzelung in einer bestimmten Klasse, z.B. der organisierten Arbeiterschaft, daher sei die Bewegung bloßer Ansturm, Vormarsch und Ideologie: Breche diese Wand zusammen, stoße man dahinter ins Leere”. STINGL, Elena; BURNFIN, Daniel; ZELDIN, Noah. *Faschismusanalysen*, cit.

²⁵¹ Tradução nossa do original: “die sich nicht nur auf politische Aspekte einlasse, sondern auf Fragen makroökonomischer Erklärungen konzentriere – jedoch ohne dabei reduktionistisch zu denken”. STINGL, Elena; BURNFIN, Daniel; ZELDIN, Noah. *Faschismusanalysen*, cit.

²⁵² SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 20.

²⁵³ Expressivos industriais alemães.

consequente, a redução dos custos de produção do trabalho. Concomitantemente, contudo, os custos fixos foram majorados, sujeitando muitas indústrias a crises.

Durante a guerra, havia vantagens nessa economia de produção, porquanto se aproveitava o máximo do que fora produzido ainda que não houvesse consumo. Quando a procura aumentava e os preços acompanhavam essa progressão, as indústrias produziam a custos mais baixos, operando intensamente. Porém, com a queda da demanda, os preços diminuíaam e as despesas aumentavam demasiadamente.

Sohn-Rethel prossegue explicando que a indústria alemã fora claramente fracionada em duas facções durante os anos cruciais para a consolidação do poder em torno de Adolf Hitler (1931 e 1932).²⁵⁴ Uma das facções integrava as “indústrias de exportação”, a outra congregava as ditas serem “autarquias”, que presumivelmente ansiavam a autossuficiência e se estruturavam no mercado interno. O autor ressalva, porém, que a diferença carecia de precisão, uma vez que nenhuma das facções estaria restritivamente direcionada a exportações e, no polo oposto, ao mercado interno. Acerca dessa dissociação de que trata Sohn-Rethel, Alysson Mascaro pondera que:

Principalmente na obra *A economia e a estrutura de classe na Alemanha fascista*, Sohn-Rethel avança no sentido de ver distintos interesses no seio do complexo político-econômico nazista, mas destaca, fundamentadamente, uma dualidade entre as indústrias voltadas à exportação (Siemens, I.G. Farben, Mercedes, M. A. N., dentre outras) e aqueles do Truste do Aço. A primeira facção capitalista se orientava ao mercado externo e a segunda, dita “autarquista”, à criação de uma grande Alemanha com um mercado interno pujante. A resolução de tipo nazista, para Sohn-Rethel, representou a predominância da fração capitalista industrial, e não a daquela comercial-exportadora, tradicionalmente apontada como financeira.²⁵⁵

Em verdade, ambas as facções miravam a concorrência internacional e se diferenciavam quanto aos métodos e às abordagens utilizados, bem como quanto às espécies de mercadorias produzidas.

Quando a Alemanha enfrentou a crise econômica internacional mais devastadora de sua história – no primeiro semestre de 1930 –, pequenos comerciantes, agricultores e empresários se associaram, temendo a falência, para reivindicar a instauração de um governo ditatorial contra os trabalhadores sindicalizados, os partidos socialdemocratas e os comunistas. O governo alemão teve de oferecer, então, garantias para salvaguardar grandes bancos, prejudicando a confiança do mercado externo.

²⁵⁴ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 31.

²⁵⁵ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *O marxismo e Weimar*, cit., p. 75-76.

Direcionado ao mercado interno (“autarquicamente”) e diante de políticas antissemitas, a indústria alemã sofreu intensos revezes nos primeiros anos do governo hitlerista. À guisa de exemplo, Sohn-Rethel menciona as perdas sofridas pela Siemens, cuja estrutura fora desenvolvida visando uma extensa atuação, para muito além do mercado germânico:

Como uma empresa como a Siemens poderia sobreviver apenas no mercado doméstico? Suas instalações foram erigidas ao longo de noventa anos com o apoio não apenas da Alemanha, mas de todo o mercado mundial. E, de fato, uma empresa como a Siemens é impensável sem uma área de vendas dessa magnitude – mais por sua extensão e capacidade de sua produção do que por sua qualidade e prestígio. As políticas antijudaicas de Hitler, no entanto, já haviam imposto um boicote mundial à indústria alemã. E os principais concorrentes da Siemens – Stewart-Thompson-Houston na Grã-Bretanha, Erikson na Suécia e General Electric, ITT e Bell na América, entre outros – não hesitaram em lucrar com esta excelente oportunidade, cooptando os pedidos mais valiosos da Siemens. Uma vez expulsa do mercado mundial, dificilmente sua posição poderia ser reconquistada, de tão acirrada que se tornara a competição internacional. Ademais, surgiram dificuldades decorrentes da política geral do regime de Hitler, totalmente absorvida por armamentos e problemas monetários. A exportação fora restringida ao extremo e a importação de matérias-primas fora unilateralmente dedicada às necessidades dos interesses do ferro e do aço.²⁵⁶

Diante das potências imperialistas que, a exemplo da Inglaterra, concediam créditos, a Alemanha perdeu poder competitivo. A concessão de créditos condicionava o país tomador do empréstimo a investir em empresas dos países concessionários, estabelecendo-se uma relação de dependência entre nações. Alheia a essa dinâmica, a Alemanha – que já perdera reservas de capital estrangeiro – acabou se enfraquecendo, e a política compensatória do governo hitlerista diante do aumento de preços internos intensificou esse decréscimo.

Enquanto os Estados Unidos desvalorizavam o dólar para que a alta de preços se restringisse ao mercado interno e não refletisse na competitividade do comércio exterior, Hitler reduzia salários. Milhões de desempregados foram sistematicamente reempregados, mas as remunerações eram menores – ou pouco maiores – do que o seguro-desemprego, e isso se deu seguindo uma das premissas nazistas após a destituição dos sindicatos: “trabalho

²⁵⁶ Tradução nossa do original: “How could an enterprise like Siemens ever survive on the domestic market alone? Its works had been built up over ninety years on the support not merely of Germany but of the entire world market. And indeed, a firm such as Siemens is unthinkable without a sales area of its production than for its quality and prestige. Hitler’s anti-Jewish policies had, however, already imposed a world-wide boycott on German industry and Siemens’ main competitors, Stewart-Thompson-Houston in Britain, Erikson in Sweden and GENERAL Electric, ITT and Bell in America among others, had not hesitated to profit from this excellent opportunity by carrying off Siemens’ most valuable orders. Once pushed out of the world market, its position could hardly be regained, so acute had international competition become. On top of this came the difficulties arising from the general policies of the Hitler regime, totally absorbed with armaments and currency problems. Export was restricted in the extreme, the import of raw materials one-sidedly devoted to the needs of iron and steel interests. SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 35.

para todos; não riqueza para todos”.²⁵⁷ Já em termos de exportação, nada se fez para que a Alemanha não fosse prejudicada. De todo modo, para escapar da bancarrota, a maioria das empresas alemãs financeiramente devastadas aderiu aos métodos hitleristas.

Sohn-Rethel constata que os movimentos preparatórios para a ditadura fascista se voltaram a um antagonismo endêmico e enraizado do capitalismo alemão – antagonismo este que atingiu seu ápice diante da crise de 1929-1930. Trata-se, portanto, da contradição entre a agricultura protecionista e a indústria exportadora.²⁵⁸ Em pequena e média escalas, a agricultura alemã era desenvolvida por camponeses majoritariamente produtores de leite, frutas, vegetais, grão e forragens. Em uma escala maior, a agricultura se voltava à plantação de grãos e batatas, respectivamente destinados à feitura de pães e destilados. E os responsáveis por tal produção eram grandes proprietários de terras, herdeiros de um passado feudal, partícipes de uma elite ruralista – chamados de *Junkers*. Segundo Sohn-Rethel, em oposição aos camponeses, os *Junkers*:

... ainda eram politicamente importantes como a principal aristocracia da qual a classe dos oficiais e a alta burocracia do Estado eram tradicionalmente extraídas; nem é preciso dizer que representavam o setor mais reacionário da sociedade alemã. Somente a partir de 1945, com a criação da República Democrática Alemã e sua reforma agrária socialista, esta classe perniciosa foi eliminada.²⁵⁹

Essa aristocracia latifundiária e a plutocracia industrial constituíam a base econômica alemã. Somadas ao exército e à alta burocracia, formavam o sistema de governo que, jungindo-se às massas nazistas, criou o regime hitlerista quando a República de Weimar foi atingida pela crise que reafirmou os poderes pré-revolucionários.

Após tal crise, em 1930, o embate entre a indústria e a agricultura se agudizou. Os grandes industriais se irmanaram aos *Junkers*, e a indústria manufatureira se uniu aos camponeses. Os conflitos dificultavam as conciliações de que o governo precisava diante da crise, e a redução de salários era premente, porque representava um custo variável e compensava as perdas das fábricas diante dos custos fixos de capital. Não fosse a redução salarial, muitas fábricas não se manteriam.

²⁵⁷ Tradução nossa do original: “Work for all, not wealth for all”. SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 38.

²⁵⁸ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 51.

²⁵⁹ Tradução nossa do original: “were still politically important as the main aristocracy from whom the officer class and the high State bureaucracy were traditionally drawn; needless to say they were the most reactionary section of German society. Only since 1945, with the creation of the German Democratic Republic and its socialist land reform, was this pernicious class eliminated. SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 52.

Adicionalmente, um programa de cartelização agrária foi firmado mediante um ajuste econômico entre a agricultura em larga escala e a grande indústria. Direcionando-se para o comércio de exportação, o programa obteve a chancela dos militares e, a depender dos responsáveis por sua execução e do modo como as quotas de produção fossem administradas, poderia tanto restringir quanto majorar importações.

Com a cartelização agrária, era possível centralizar o controle político e econômico da indústria alemã sobre importações de produtos agrícolas. Ainda que o mercado mundial não reunisse condições para recuperar o capital alemão com a brevidade e a potência necessárias, os industriais almejavam controlar a cartelização, destituindo a independência econômica dos camponeses para, sequencialmente, minar as forças dos latifundiários. O intuito dos industriais era sujeitá-los (tantos os *Junkers* quanto os pequenos e médios agricultores) às suas diretrizes.

Acerca dos eventos que gestaram e alavancaram o regime nazista – reunidos em um tópico intitulado “a dialética do fascismo”²⁶⁰ –, Sohn-Rethel menciona as ações imediatistas do regime hitlerista contra os judeus, além do enaltecimento e da expansão do poderio militar. Enquanto milhões de judeus eram sistematicamente mortos, o exército alemão se fortalecia, e as organizações paramilitares eram ampliadas.

O autor recorda e enfatiza a destituição das organizações comunistas como marco da ditadura hitlerista. Em defesa da lei e da ordem e em cumprimento à Constituição – como discursara em janeiro de 1933 –, Hitler iniciou uma verdadeira caça aos comunistas, assassinando-os ou aprisionando-os em campos de concentração onde sucumbiam à morte após torturas.²⁶¹

Meses depois, mais precisamente em 02 de maio do mesmo ano, operou-se a dissolução dos sindicatos. Em junho, os nazistas constituíam a maioria no governo, e o Ministério da Economia, dirigido por Hugenberg, ocupara-se da indústria e da agricultura conjuntamente a fim de garantir, em cumprimento à política do MWT, que a grande indústria controlasse a cartelização da agricultura.

Segundo Sohn-Rethel, o partido nazista não detinha força própria suficiente, tampouco um planejamento específico para instituir e perpetuar seu poder. Foram os conflitos da burguesia que cederam espaço ao nazismo e o engrandeceram: à medida que esta se emaranhava entre cálculos de lucros e perdas, mais soberania o nazismo angariava.²⁶²

²⁶⁰ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 67-71.

²⁶¹ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 68.

²⁶² SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 71.

Valorando os métodos de Sohn-Rethel como profícuos para uma determinação materialista da ação política, Claudia von Braunmühl conclui que a concepção de fascismo do autor não se alicerça no domínio da fração mais forte do capital financeiro. Ao contrário, o fascismo, para Sohn-Rethel, é provocado pelo elo mais fraco da cadeia do capitalismo mundial e, novamente, pela fração economicamente mais fraca da burguesia.²⁶³

Em termos de empregabilidade, o regime nazista realocou um número expressivo de desempregados – cerca de seis milhões. Entretanto, não houve aumento salarial, e o poder de compra dos trabalhadores permaneceu estático. Os preços e a comercialização dos produtos agrícolas foram quantitativamente estabilizados e, em consequência, foram vedadas a liberdade de compra e venda e a divisão hereditária de terras agrícolas.

Nesse passo, Sohn-Rethel explica quão vinculada à família estava a vida econômica do camponês. A agricultura alemã de pequena e média escalas dependia da força de trabalho que os filhos garantiam aos pais em troca de receber aquelas terras como patrimônio futuro. Nessa condição, os herdeiros preservavam e perpetuavam a atividade rural, destinando seus esforços laborativos a tal mister. Contudo, se a herança não mais lhes fosse garantida, o ofício se tornaria desvantajoso, porquanto os pais não detinham poder financeiro suficiente para custear os salários que os filhos ansiavam e demandavam. Por essa razão e a fim de atrair jovens camponeses à atividade industrial, o regime nazista coibiu a transmissão hereditária de terras ao segundo filho em diante. Assim, diferentemente do que os nazistas apregoavam, o aumento do êxodo rural não decorreu das atrativas condições industriais das cidades, mas sim da referida Lei de Herança Agrícola.²⁶⁴

A agricultura era vilipendiada diante de políticas industriais fascistas, especialmente em razão da indústria armamentista, que demandava uma quantidade expressiva de trabalhadores em sua operação. Com efeito, a produção de armamentos majorou a força produtiva de trabalho, mas estagnou a indústria de bens de consumo, distorcendo a estrutura de produção. Suscitando que avaliações macroeconômicas de orientação keynesiana do fascismo alemão após 1945 confirmam tal processo e mencionando, outrossim, as já comentadas reduções salariais, Niels Kadritzke²⁶⁵, que trata do fascismo em Sohn-Rethel, expressa-se a respeito com a seguinte afirmação:

²⁶³ VON BRAUNMÜHL, Claudia. *Economy and class structure of german fascism*, cit.

²⁶⁴ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 73.

²⁶⁵ Niels Kadritzke, um dos editores da obra de Sohn-Rethel sobre o fascismo, divulgou um artigo antecedente à publicação de *The economy and class structure*, cujos dados em nota constam que referido artigo está centrado no debate em torno da KPO, conhecido como o Partido Comunista Alemão de Oposição. Na parte

Quando havia necessidade de um aumento qualitativo da força produtiva do trabalho, uma parte crescente do produto social de valor era consumida pela produção de armamentos, mais ou menos fora do processo normal de reprodução. O aumento da produtividade do trabalho dificilmente continuou nos setores da economia alemã que produziam os alimentos necessários. Não ocorreu uma diminuição no valor da força de trabalho correspondente ao aumento da força produtiva. Ao mesmo tempo, o preço do trabalho caiu abaixo de seu valor, uma vez que o aumento da jornada de trabalho e a majoração da intensidade do trabalho não foram compensados por uma correspondente elevação salarial. O redirecionamento organizado pelo Estado do produto do valor e da mais-valia a ser acumulada na produção de armamentos (garantida pela nacionalização de todo o sistema de crédito) resultou em uma tremenda distorção da estrutura de produção: um aumento desproporcional dos meios de produção e uma estagnação da indústria de bens de consumo.²⁶⁶

Com a redução da produção agrícola, a Alemanha se deparou com a carência de mantimentos básicos (como ovos e manteiga) e teve de lidar com um descompasso paradoxal entre o desenvolvimento industrial, sobretudo o militar, e a paralisação no mercado de alimentos. Essa ausência ensejou outras faltas, agravando o déficit no mercado alimentício em todo o país. Conforme explicações de Sohn-Rethel:

No outono de 1936, já havia uma escassez generalizada; faltavam suprimentos em todos os setores da distribuição de alimentos. Essa tendência de deficiência de um setor se espalhar pelo todo é verdadeira em todas as crises alimentícias, pois diferentes setores se substituem. A escassez de gorduras e ovos leva a um consumo excessivo de carne, a falta de carne ao consumo excessivo de pão, a falta de gorduras, ovos e pão a um consumo excessivo drasticamente intensificado de peixes, vegetais, frutas, açúcar, etc. Se este processo não for interrompido por um excedente correspondentemente grande de suprimento de uma direção ou outra, a escassez, tendo começado em um canto, automaticamente se estende para cobrir todo o campo. No entanto, na Alemanha não havia abastecimento da dimensão necessária e o déficit alimentar, uma vez generalizado, tornou-se mais grave em cada setor.²⁶⁷

especificamente reservada à Sohn-Rethel, o artigo foca no texto *The social reconsolidation of capitalism* e é posteriormente conjugado à obra supracitada.

²⁶⁶ Tradução nossa do original: “(...) die Notwendigkeit einer auch qualitativen Steigerung der Produktivkraft der Arbeit eintrat, wurde durch die Rüstungsproduktion ein wachsender Teil des steigenden gesellschaftlichen Wertprodukts quasi außerhalb des »normalen« Reproduktionsprozesses verbraucht. Die Steigerung der Produktivkraft der Arbeit setzte sich kaum in die Sektoren der deutschen Wirtschaft fort, die die notwendigen Lebensmittel produzierten. Eine der steigenden Produktivkraft entsprechende Senkung des Werts der Arbeitskraft trat nicht ein. Gleichzeitig fiel der Preis der Arbeitskraft unter ihren Wert, da der durch höhere Arbeitszeit und steigende Intensität der Arbeit erhöhte (und zwar überproportional erhöhte) Verschleiß der Arbeitskraft nicht durch eine entsprechende Erhöhung des Lohns kompensiert wurde. Die staatlich organisierte Umlenkung des Wertprodukts und des zu akkumulierenden Mehrwerts in die Rüstungsproduktion (garantiert durch eine »Verstaatlichung« des gesamten Kreditwesens) hatte eine ungeheure Verzerrung der Produktionsstruktur zur Folge: ein überproportionales Anschwellen der Produktionsmittel- und eine Stagnation der Konsumtionsmittelindustrie”. AGNOLI, Johannes; BLANKE, Bernhard; KADRITZKE, Niels. Einleitung der herausgeber. In: SOHN-RETHEL, Alfred. *Ökonomie und klassenstruktur des deutschen faschismus: aufzeichnungen und analysen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973, p. 6.

²⁶⁷ Tradução nossa do original: “In autumn 1936 it had already become a generalised shortage; supplies were lacking in every sector of food distribution. This tendency for a deficiency in one sector to spread over the whole is true of every real food crisis since the effect is for the different sectors to stand in for one another. Shortage of fats and eggs leads to an over-consumption of meat, shortage of meat to over-consumption of bread, shortage of fats, eggs, meat and bread to a drastically intensified over-consumption of fish, vegetables, fruit, sugar, etc. If this process is not halted by a correspondingly large surplus of supply from one direction or

O uso de áreas agrícolas para acampamentos, campos de tiro e fortificações, entre outros fins militares, também prejudicou a atividade rural. Era impossível promover, conjuntamente, a autossuficiência de alimentos humanos e a autossuficiência em forragens para animais – a criação de ovelhas e o plantio de soja, por exemplo, foram algumas das práticas afetadas. Tudo isso porque o fascismo alemão se comprometera com o desenvolvimento da indústria armamentista a fim de ascender ao poder. E, ao cumprir o compromisso, os próprios operadores nazistas assumiram o comando econômico industrial, alijando a burguesia desse posto.

Diante da crise, grandes nações capitalistas apostaram na indústria bélica como solução. Publicamente, anunciavam que a produção de armas se prestava à promoção da paz; em verdade, visavam o lucro e a exportação dos armamentos. Na Alemanha, especificamente, o intento era, além de preparar-se para a guerra, alavancar exportações industriais, uma vez que economia fascista fora planejada para que produtos finais não retornassem ao mercado interno.

Em análise à economia nazista, Sohn-Rethel creditou o estabelecimento do fascismo alemão – em janeiro de 1933 – a uma vitória política de grupos formados por grandes e pequenas empresas tidos por disfuncionais. Pouco antes da vitória nazista, no fim de 1932, o capital financeiro alemão se voltara majoritariamente a uma estratégia de guerra e de expansionismo radical. Como reflexo desse projeto, o governo hitlerista inaugurara uma política econômica capitalista instável e desequilibrada.²⁶⁸

Para o autor, a crise da década de 1930, distintamente dos conflitos mundiais anteriores, não restaurara o equilíbrio econômico do capitalismo. A recomposição do capital só fora possível com o fomento da indústria armamentista pelo fascismo alemão e com dez anos de economia de guerra. Daí a conclusão de que o sistema inaugurado na Alemanha em 1933 representou um modo viável de capitalismo disfuncional.²⁶⁹

Diante da crise e de trabalhadores então desgastados (embora inicialmente complacentes), a luta de classes se agravou no território germânico. Como marco do aumento dessa complicação, Sohn-Rethel menciona uma greve de grandes proporções no ramo dos

another, the shortage, having started at one corner, automatically rolls on to cover the whole field. However, in Germany no supplies of the required dimension were forth coming and the food deficit, having once become general, became more severe in each sector”. SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 78.

²⁶⁸ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 89.

²⁶⁹ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 89.

transportes, liderada por comunistas, em novembro de 1932. Enquanto os socialdemocratas e a burocracia sindical se opuseram à paralisação, os nazistas, sob o comando de Goebbels²⁷⁰, uniram-se aos paredistas. A despeito de a greve ter se dissipado concomitantemente ao fim da eleição no Reichstag, o que foi uma coincidência, sua ocorrência motivou os trabalhadores à insurgência e influiu na ampliação de apoio para os comunistas, ao passo que os nazistas perderam uma quantidade significativa de votos.²⁷¹

Tal derrota no parlamento preocupou o governo e os grandes industriais, que vislumbraram uma perda de controle em relação à massa de operários com a qual os nazistas haviam interagido. Isso porque a derrota eleitoral do nazismo apresentava uma possibilidade de enfraquecimento do movimento, de modo que os trabalhadores poderiam se voltar ao comunismo.

Nesse período crucial, as estratégias políticas dos comunistas e dos socialdemocratas paralisaram as forças trabalhadoras. Enquanto os comunistas atacavam os socialdemocratas intitulando-os de “social-fascistas”, os socialdemocratas intentavam colapsar os nazistas, mas se mantinham inertes contra eles, ao passo que enfrentavam os comunistas.

Com a formação do governo hitlerista em janeiro de 1933, os grandes industriais se tranquilizaram diante da expectativa das forças insurgentes serem combatidas entre os trabalhadores. Nesse aspecto, as medidas ágil e radicalmente adotadas por Hitler confirmaram o que ansiava a elite industrial. Nas palavras de Sohn-Rethel:

Convocando novas eleições para o Reichstag e aproveitando ao máximo a campanha eleitoral, incendiando o Reichstag para desencadear o terror nos comunistas, criando os campos de concentração e fazendo do “Gleichschaltung” (conformismo obrigatório) sua principal arma estratégica para subjugar todas as outras forças políticas enquanto destruíam o império da lei, eles – nazistas – impuseram sua supremacia sobre seus parceiros burgueses no poder.²⁷²

Assim, no intuito de resgatar o capitalismo, os nazistas dissolveram o Movimento Sindical Livre no dia seguinte a uma pomposa celebração do 1º de maio. Violentamente, ocuparam o prédio que abrigava o movimento em Berlim e conduziram vários líderes sindicais a campos de concentração. Além disso, como já mencionado, compeliram empresas a absorverem trabalhadores desempregados, mas mediante salários bastante

²⁷⁰ Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista entre 1933 e 1945, Paul Joseph Goebbels foi um dos principais aliados políticos de Adolf Hitler.

²⁷¹ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 90.

²⁷² Tradução nossa do original: “By calling for new Reichstag elections and making the most of the electoral campaign, setting the Reichstag on fire to unleash the terror on the communists, by creating the concentration camps and making ‘Gleichschaltung’ (compulsory conformism) their main strategic weapon for subduing all other political forces while playing havoc with the rule of law, they enforced their supremacy over their bourgeois partners in power”. SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 91.

reduzidos – tidos como indignos pelo próprio *Führer* em um de seus discursos públicos, mas, segundo ele, preferíveis ao desemprego quantitativamente expressivo.²⁷³

Sohn-Rethel aclara, por fim, que o propósito do capital alemão de retomar a competitividade perante o mercado mundial motivou sua conexão com o fascismo, operando-se, entre outras medidas, uma empregabilidade massiva. Aspirava-se conter insurgências proletárias de toda a ordem – de um lado, empregando insurgentes em potencial “a qualquer custo”, isto é, independentemente de condições dignas e de remunerações minimamente justas; de outro, com a dissolução de movimentos sindicais. É o que pontuam os já referenciados Kadritzke, Agnoli e Blanke:

... a retomada da acumulação capitalista após a crise econômica mundial e a perspectiva do Estado-nação-imperialista de recuperar a competitividade do capital alemão (especialmente com base em uma política da Europa Central em uma grande área) não fornecem apenas uma justificativa puramente econômica para a aliança entre capital e fascismo, mas pressupõe uma qualidade histórica específica no movimento fascista e no regime fascista: não apenas a conquista do poder político e a salvaguarda de um mercado expandido, mas principalmente a criação dos pré-requisitos políticos de classe para que essa estratégia de expansão fosse possível, a garantia de uma situação de classe que em certa medida invertesse todo o movimento operário desde a luta pela “jornada normal de trabalho”. A perspectiva de uma presença renovada no mercado mundial estava sujeita à condição de que os nazistas eliminassem antecipadamente o perigo, institucional, terrorista ou não, de que a mão de obra necessária não estivesse totalmente disponível. Esta é a derivação materialista para o esmagamento do movimento sindical e se aplica igualmente à Itália.²⁷⁴

Deste modo, aqui unidos pela próxima oposição à teoria de Friedrich Pollock, o jurista Franz Neumann apresenta a natureza belicosa entre as frações de classes capitalistas, militares, nazismo e Estado em *Behemoth*, ao passo que Alfred Sohn-Rethel contribui para a compreensão da economia nazista, na medida em que compartilha e analisa dados relevantes, aos quais teve acesso privilegiado em razão da atuação na MWT.

²⁷³ SOHN-RETHEL, Alfred. *The economy and class structure...*, cit., p. 91.

²⁷⁴²⁷⁴ Tradução nossa do original: “(...) die Wiederingangsetzung der kapitalistischen Akkumulation nach der Weltwirtschaftskrise und die nationalstaatlich-imperialistische Perspektive der Wiedererlangung der Konkurrenzfähigkeit des deutschen Kapitals (insbesondere auf der Basis einer mitteleuropäischen Großraumpolitik) für die Allianz von Kapital und Faschismus nicht nur eine rein ökonomische Begründung abgibt, sondern bei der faschistischen Bewegung und dem faschistischen Regime eine spezifische geschichtliche Qualität voraussetzt: nicht nur die machtpolitische Eroberung und Absicherung eines erweiterten Marktes, sondern primär die Schaffung der klassenpolitischen Voraussetzungen dafür, daß diese Expansionsstrategie überhaupt möglich wurde, die Garantie einer Klassensituation, die gewissermaßen die ganze Arbeiterbewegung seit dem Kampf um den »Normalarbeitstag« rückgängig machte. Die sich eröffnende Perspektive einer erneuten Weltmarktpräsenz hatte zur Bedingung, daß die Nazis im voraus, institutionell, terroristisch oder anders, die Gefahr ausschalteten, daß die dazu nötige Arbeitskraft nicht zur vollständigen Verfügung gestanden hätte. Dies ist die materialistische Ableitung für die Zerschlagung der Gewerkschaftsbewegung und gilt gleichermaßen für Italien”. AGNOLI, Johannes; BLANKE, Bernhard; KADRITZKE, Niels. Einleitung der herausgeber, cit., p. 7.

2.4 CRÍTICA DO FASCISMO PELA PSICANÁLISE: O FREUDOMARXISMO

Este último item do segundo capítulo, reservado às reflexões frankfurtianas que entrelaçaram o marxismo e a psicanálise freudiana, originando o termo *freudomarxismo*, contempla estudos dos psicanalistas Eric Fromm e Wilhelm Reich; do filósofo, sociólogo e musicólogo Theodor Adorno, além do também filósofo e sociólogo Herbert Marcuse.

Com diferentes recortes, métodos e orientações, os quatro frankfurtianos contribuíram decisivamente para a compreensão das atrocidades nazifascistas sob a integração dos pensamentos de Karl Marx e de Sigmund Freud. As origens da correlação entre o marxismo e a psicanálise são mencionadas por Sérgio Paulo Rouanet em referência não só à Escola de Frankfurt, como também à Revolução Russa:

O trabalho teórico do Instituto de Pesquisa Social só pode ser compreendido em sua especificidade se confrontado com um movimento que em parte lhe foi contemporâneo, e com o qual partilhou um certo número de temas: o movimento freudo-marxista dos anos vinte e trinta.

Essas primeiras tentativas de integrar o pensamento de Freud e de Marx tiveram como pano de fundo dois marcos históricos – a revolução bolchevista, em 1917, e a chegada de Hitler ao poder, em 1933. Esses dois fatos condicionaram a forma e as características da recepção de Freud pelos marxistas.²⁷⁵

2.4.1 Eric Fromm

O psicanalista alemão Erich Fromm integrou o antigo Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt entre os anos 1930 e 1939, dedicando grande parte de seus estudos aos aspectos psicanalíticos do antissemitismo e do nazismo. Responsável pelas questões de psicanálise e psicologia social no referido Instituto, Fromm desenvolveu pesquisas afetas a uma teoria sociopsicanalítica subsidiada nas teorias freudiana e marxista. O resultado dessas análises compôs a obra *O medo à liberdade*, publicada em 1941, e majoritariamente voltada à psicologia do nazismo. A respeito dessa relação entre teoria freudiana e marxista no pensamento de Erich Fromm, comenta Alysson Mascaro:

Erich Fromm, também inspirado na junção de Marx com Freud, reconhece a importância do desvendamento de caracteres psicológicos para o entendimento do todo social. A guerra, o ódio, a apatia, a submissão aos líderes, a naturalização das injustiças, em todos esses processos há uma junção de questões psicanalíticas e estruturais da sociedade.²⁷⁶

²⁷⁵ ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 13.

²⁷⁶ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*, cit. p.450.

A essencialidade das concepções freudianas para os estudos psicanalíticos da Escola de Frankfurt é incontroversa. Diversas foram as formulações de Freud que contribuíram para as análises a que os frankfurtianos, especialmente Fromm, Reich e Adorno, dedicaram-se. De *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1908) a *Moisés e a religião monoteísta* (1939), destacando-se a *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), os textos de Freud conferiram subsídios valorosos às buscas das razões psicológicas que propiciaram a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, bem como das consequências deste nos aspectos privado e coletivo.

Temas como repressão das pulsões e renúncia de desejos agressivos, paranoia, delírio, perseguição neurótica, narcisismo, desencontro entre o concreto e a realidade psíquica, tendência de os indivíduos seguirem o grupo quando nele inseridos, prevalência do instinto gregário nas massas, agruras do processo civilizatório (que demanda renúncia aos instintos e às pulsões) e até razões religiosas do antissemitismo constituíram contribuições freudianas para a compreensão do nazifascismo por pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais.

A interdisciplinaridade da Escola de Frankfurt permitiu que a psicanálise fosse integrada às pesquisas e conferiu a Freud um *status* similar ao de filósofos como Hegel, Weber e Marx. Desse modo, conjugado à psicanálise, o marxismo – pedra angular das reflexões frankfurtianas e, até então, restrito a fatores socioeconômicos – ampliou-se no aspecto psicológico.

A correlação entre a psicanálise e a Escola de Frankfurt ultrapassou o campo teórico, já que um mesmo prédio sediava o Instituto de Pesquisa Social e o Instituto Psicanalítico, e pesquisadores críticos financiavam aulas públicas oferecidas por psicanalistas de renome (a exemplo de Anna Freud, Paul Federn, Hans Sachs e Siegfried Bernfeld), além de que Horkheimer cumulava as direções do Instituto de Pesquisa Social (protagonizando-a) e do Instituto de Psicanálise (como partícipe). Fromm, especificamente, atuava nos dois institutos e viabilizou pesquisas vanguardistas na interação de estudos críticos e psicanalíticos. Conforme informativos de Joel Whitebook:

Erich Fromm – psicanalista formado e membro dos dois institutos – ajudou os críticos teóricos a entenderem os trabalhos da teoria psicanalítica. Essa contribuição possibilitou os estudos inovadores, como *Autoridade e Família*, do Instituto. O estudo foi a primeira pesquisa empírica interdisciplinar que usou a teoria psicanalítica – neste caso a teoria do caráter – para investigar a relação entre desenvolvimentos sociológicos e fenômenos psicológicos.²⁷⁷

²⁷⁷ WHITEBOOK, Joel. A união de Marx e Freud: a teoria crítica e a psicanálise. In: RUSH, Fred (Org.). *Teoria crítica*. São Paulo: Ideias & Letras, 2008, p. 106.

Embora diretamente influenciada pelas premissas freudianas, a psicologia social analítica proposta por Fromm opôs algumas ressalvas às conclusões da psicanálise, cujo quadro de referência teórico estaria incorreto. A universalidade do complexo edípico é desconsiderada na medida em que o psicanalista frankfurtiano relaciona a subserviência ao autoritarismo ao rigor e demandas da vida adulta, fase em que se dá uma simbiose incestuosa com consequências análogas ao narcisismo exacerbado. É dessa forma que, tal como Alysson Mascaro acentua: “Fromm reconhece a necessidade de uma passagem para além de Freud”.²⁷⁸

Fromm também se dissocia das teorias de Freud quanto aos impactos das pulsões de morte e de vida sobre a existência humana. Enquanto para Freud os indivíduos seriam frequentemente movidos por tais pulsões, Fromm não reputa a violência nazifascista tão somente a elas (ou predominantemente a elas), fosse por sufocamento, fosse por estímulo. Segundo o frankfurtiano, o contexto social da época, para além das pulsões, fora imprescindível para a adesão da massa à proposta fascista.

Todavia, as concordâncias prevaleceram. Em alinhamento às leituras freudianas, Fromm imputou ao narcisismo a liderança impositiva e atrativa de líderes autoritários, a exemplo de Hitler; em contrapartida, massas também narcisistas seriam menos propensas a dispersões do que outros grupos.

A liberdade integrou os estudos frommianos e culminou na conclusão de que os indivíduos modernos, nos contextos social e cultural em que estavam inseridos e pelos quais eram modelados, não souberam ou não conseguiram vivenciá-la, submetendo-se mais facilmente, pois, às crenças do nacional-socialismo:

Fromm argumentou que o fascismo emerge em parte de um desejo de fugir do fardo da liberdade. Ao derrubar as antigas estruturas feudais, o capitalismo abriu o caminho para certas liberdades políticas, mas também deu origem a um abismo de significado que hoje as pessoas estão procurando freneticamente preencher.²⁷⁹

Fromm empreende um estudo das reações psicológicas de grupos sociais, sopesando aspectos socioeconômicos e ideológicos em que tais coletivos estão contextualizados. A

²⁷⁸ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*, cit. p.450.

²⁷⁹ Tradução nossa do original: “Fromm argued that fascism emerges partly from a desire to flee the burdens of freedom. In tearing down the old feudal structures, capitalism paved the way for certain political freedoms but also gave birth to an abyss of meaning that today people are frantically seeking to fill”. BRAUNE, Joan. Conclusion: Why Anti-Fascism Needs Erich Fromm’s Critical Theory. In: BRAUNE, J; DURKIN, K. (org.). *Erich Fromm’s Critical Theory: Hope, Humanism, and the Future*. New York: Bloomsbury Academic, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/40273197/Conclusion_Why_Anti-Fascism_Needs_Erich_Fromms_Critical_Theory. Acesso em 03 de jul. de 2021, p. 4-5.

estrutura de caráter dos indivíduos não é desconsiderada, tampouco ignorada, mas não é vista a partir de aspectos diferenciais e singulares nem desintegrada da historicidade. Fromm se volta ao que é comum nos membros das massas, ou seja, a uma índole social, uma congregação de fatores que configura o caráter da maioria dos integrantes de um grupo em comum, porque vivem experiências análogas e são partes de um processo histórico da mesma ordem social.

É o caráter, segundo Fromm, que determina o pensamento, o sentimento e a atividade dos indivíduos, o que contraria uma convicção generalizada pela qual o pensamento derivaria de um processo intelectual e desvinculado da organicidade psíquica. A estrutura da personalidade, segundo o autor, reflete diretamente em pensamentos afetos a questões éticas, filosóficas, políticas, sociais ou psicológicas, bem como nas definições e compreensões emocionais.

Partindo dessa concepção, Fromm procurou elucidar as matrizes pulsionais do protestantismo primitivo e do autoritarismo moderno. Quanto à compreensão das sensações, denotou que: em vez de implicar na conjunção calcada na igualdade e na afirmação recíproca, o amor consiste em uma dependência simbiótica para uma concepção sadomasoquista; ao invés de consistir no pleito do eu mental e moral a cada qual, o sacrifício seria a subordinação integral do eu individual a algo tido por superior; ao invés de significar a concretização da individualidade baseada na igualdade, a diferença é compreendida no seio das relações de poder; ao invés da obtenção de direitos essenciais e inegociáveis, a igualdade se verifica em ganhos por merecimento; e, por fim, ao invés de configurar a supremacia da individualidade diante da força, a coragem se verifica na capacidade de enfrentar e superar sofrimentos.²⁸⁰ Entretanto, como observa Kiera Durkin a respeito da extensão dessa análise do autoritarismo moderno:

É importante observar que o livro não se concentrou apenas no fascismo, mas no autoritarismo na URSS e em aspectos do que Fromm argumentava ser um autoritarismo nos EUA e no “mundo livre”, por assim dizer. Esse autoritarismo, dizia Fromm, era menos aberto nos Estados Unidos e em outras nações democráticas, mas também era mais anônimo. Era impulsionado pela opinião pública, pelo rádio, pelos comerciais e por outros meios de condicionamento cultural. Por causa disso também era, de certa forma, mais insidioso. O livro era uma crítica geral a esse movimento da cultura mundial em direção a diferentes formas de autoritarismo.²⁸¹

²⁸⁰ FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983 p. 220.

²⁸¹ DURKIN, Kiera. *Erich Fromm e a psicologia de massas do fascismo: uma entrevista com Kiera Durkin*. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/05/erich-fromm-e-a-psicologia-de-massas-do-fascismo/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

Sob o pressuposto de que as sociedades detêm caracteres sociais singulares, os quais determinam pensamentos e sentimentos, além de basearem e fortalecerem ideias próprias, Fromm menciona, em sequência, que as estruturas de caráter de Hitler e de parte da população alemã eram equivalentes e que ambos concebiam o sofrimento, a guerra e a desgraça como intrínsecos à história e à vivência humanas. De acordo com o psicanalista em questão, o caráter social também interioriza necessidades externas, de modo a direcionar a energia humana à execução de atividades em um determinado sistema econômico, sem necessidade de coerção ou de imposição autoritárias. O trabalho e a obediência seriam exercidos, então, por compulsões interiorizadas.

Adicionalmente, Fromm suscita que a adaptação humana às necessidades da estrutura econômica e social não atinge demandas fisiológicas e psicológicas intrínsecas aos indivíduos, sendo a predisposição ao crescimento, ao desenvolvimento e à realização de potencialidades a mais relevante das demandas humanas no campo psicológico e que, sufocada, ensejaria impulsos destruidores e simbióticos. É o que explica o autor, voltando-se ao tema da obra destacada, isto é, a liberdade:

Assemelha-se, igualmente, que esta tendência geral para crescer – que é o equivalente psicológico da tendência biológica idêntica – dá origem a tendências específicas, tais como o anseio de liberdade e o ódio à opressão, uma vez que a liberdade é a condição fundamental para qualquer crescimento. Ainda mais o anseio de liberdade pode ser reprimido, pode desaparecer da consciência do indivíduo, mas mesmo assim não cessa de existir como potencialidade, e indica sua sobrevivência através do ódio, consciente ou não, de que sempre é acompanhada essa repressão.²⁸²

2.4.2 *Wilhelm Reich*

Para Reich, as propagações marxistas, enquanto voltadas apenas para questões socioeconômicas nos momentos de crise, não atingiriam as massas, permanecendo restritas àqueles que já creditavam suas energias e convicções à esquerda. Foi Wilhelm Reich quem, categoricamente, apontou o equívoco das divulgações marxistas por ignorarem ou desconsiderarem a estrutura de caráter das massas e o efeito social do misticismo, ainda que corretamente orientados pelos métodos do materialismo histórico. Com efeito, omitindo-se em relação aos aspectos subjetivos da história e à ideologia das massas, os marxistas alemães se restringiram aos processos objetivos relativos à economia e à política governamentais.

²⁸² FROMM, Erich. *O medo à liberdade*, cit., p. 227.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, para Reich, o “(...) marxismo comum deixa de lado a vida psíquica, o fator subjetivo. Os processos internos, as necessidades ou pulsões são negados”.²⁸³

Reich ponderou que nem Marx nem Engels haviam vivenciado o fascismo, de maneira que os marxistas contemporâneos ao fenômeno deveriam vislumbrá-lo como uma nova realidade histórica, partindo do materialismo dialético. Sob um viés notadamente crítico, Reich também atentou para a equivalência das bases (em especial as classes médias baixas) das quais, contraditoriamente, despontavam forças tanto revolucionárias quanto reativas. Conhecer e desvendar as forças retrógradas deveria constituir, pois, uma efetiva preocupação da esquerda.

Sucedo que, na leitura reichiana, os marxistas haviam relegado a cientificidade, tornando-se assaz práticos. Depreende-se dos julgamentos do autor que o marxismo não se atualizara o bastante para enfrentar e compreender as peculiaridades da crise em que imergiam essencialmente os trabalhadores na primeira metade do século XX.

As preocupações da esquerda se voltavam restritivamente à concretude, ou seja, ao desemprego, à inflação exacerbada, à insatisfação das necessidades primárias. Reduzindo os problemas a categorias econômicas durante o pós-Primeira Guerra, o marxismo deixou de detectar, na percepção do autor, o que ele próprio denominou de “clivagem” entre a base econômica e a ideologia de largas camadas da sociedade – especialmente da classe média baixa que, a par de ser formada por diferentes camadas no campo econômico, mantinha a mesma estrutura familiar: patriarcal, hierárquica e autoritária.

Já na clivagem defendida por Reich, consistia que enquanto a base econômica pendia para a esquerda, a base ideológica se orientava à direita.²⁸⁴ Porém, sem ter sido notada, essa dicotomia não pôde ser avaliada e repelida a tempo, de maneira que os marxistas permaneciam convictos de que o proletariado, diante das crises e da miserabilidade, perpetuaria uma revolução e se revoltaria contra os detentores dos meios de produção. Daí os marxistas da época acreditarem que as:

... “condições objetivas” para uma economia socialista estavam presentes: um grande proletariado industrial; empobrecimento econômico da classe trabalhadora; um forte Partido Comunista para fornecer a “vanguarda” do proletariado. No entanto, não ocorreu nenhuma virada para a esquerda.²⁸⁵

²⁸³ OLIVEIRA, Dayse de Marie; CRUZ, Maria Helena Simão. Sobre a Psicologia de Massas do Fascismo de W. Reich. *Revista Psicologia e Saúde*, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 70-76, 1 jan. 2009. Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/15/32>. Acesso em: 29 jun. 2021, p. 72.

²⁸⁴ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 43-44.

²⁸⁵ Tradução nossa do original: “(...) the ‘objective conditions’ for a socialist economy were present: a large industrial proletariat; economic impoverishment of the working class; a strong Communist Party to provide the

A pauperização seria o bastante, pois, ao clamor revolucionário e à decorada do capitalismo, cujas costumeiras contradições se encontravam exasperadas. Contudo, tais previsões não se concretizaram: em vez de se direcionarem à antítese do capitalismo e apoiarem o socialismo, a sociedade se orientou e se entregou à derrocada, à truculência e ao retrocesso. Mencionando as circunstâncias caóticas das quais o fascismo emergiu, Reich aborda essa reversão das perspectivas:

A maioria da população dos países industrializados vivia miseravelmente; havia na Europa cerca de 50 milhões de desempregados; milhões de trabalhadores levavam uma vida de fome e miséria. Mas não ocorreu a expropriação dos expropriadores, e, ao contrário do que se esperava, no cruzamento entre “socialismo e barbárie”, a sociedade encaminhava-se, antes, em direção à barbárie. Assim deve ser entendido o fortalecimento internacional do fascismo e o retrocesso do movimento dos trabalhadores.²⁸⁶

O autor imputa a ascensão do fascismo à ideologia (convertida em força material) e à atitude emocional das massas então reduzidas à miséria. Rebaixados a condições de extremo empobrecimento, os cidadãos não se motivaram a uma revolução social porque haviam sido ideologicamente impelidos a rechaçar um processo revolucionário.

A ausência de um preparo ou de uma formação para a revolução se deveu à parca compreensão, pela esquerda, da força ideológica. Reich acusa o marxismo dito comum de desmerecer a influência da ideologia e sequer cogitar que forças ideológicas pudessem repercutir na história e na economia. Reduzida por marxistas a um componente do contexto econômico, a ideologia fora muito mal compreendida e, por isso, tornou-se indomável para os fins de barrar a virada dos trabalhadores à direita e de impedir a clivagem entre o contexto social do operariado e a consciência desse contexto. Nesse sentido, o que especifica epistemologicamente a original operação reichiana de análise do fascismo é o encontro entre marxismo e psicanálise. Trata-se de uma:

... análise da ideologia do fascismo nos princípios da economia sexual, o que harmonizaria a psicologia profunda de Freud com a teoria econômica de Marx. Reich entendia que a existência humana é determinada tanto pelos processos instintivos quanto pelos processos socioeconômicos. Na economia sexual, a psicanálise representa a mãe, e a sociologia representa o pai. Desse modo, na psicologia política de Reich, o que se estuda é o fator subjetivo da história, a estrutura do caráter do homem numa determinada época e a estrutura ideológica da sociedade que ela forma. Não se opõe à sociologia de Marx quando sugere uma

“vanguard” of the proletariat. Yet no swing to the left occurred”. SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*. New York: les atoms de l’âme, 2011, p. 157-158.

²⁸⁶ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 8.

visão psicológica dos fenômenos sociais, nem se afasta da psicanálise quando considera os fatos econômicos constituintes da formação de caráter.²⁸⁷

Em comparação com a base econômica, a ideologia se desenvolveria – segundo Reich – em um tempo maior (já que se constitui desde a primeira infância) e com mais contundência. Disso resultaria um descompasso e, por vezes, um conflito entre as forças econômicas (que se alteram com certa frequência) e as estruturas psíquicas (as quais, enraizadas, comumente não acompanham as condições sociais). Daí a seguinte ponderação reichiana:

A situação econômica não se traduz automaticamente em consciência política. Se assim acontecesse, há muito se teria verificado a revolução social. Devido a essa dicotomia entre situação social e consciência social, o estudo da sociedade deve-se fazer ao longo de duas linhas. Independentemente do fato de a estrutura psíquica derivar da existência econômica, a situação econômica tem de ser estudada com métodos diferentes daqueles a que se recorre para estudar a estrutura do caráter: ali, métodos de economia social, aqui, métodos de biopsicologia.²⁸⁸

O distanciamento temporal entre as condições sociais e a estrutura psíquica também explicaria pensamentos e comportamentos opostos à situação econômica então vigente. Não faltaria às massas consciência social acerca de sua posição e de sua responsabilidade. O cerne do problema seria o bloqueio dessa consciência. Para Reich, marxistas deveriam questionar e averiguar o que inibiria a tomada dessa percepção, apurando, então, a estrutura do caráter das massas. Assim:

Reich argumentou que uma psicologia social era necessária para explicar a contradição entre as frustrações econômicas sofridas pelo proletariado e sua falta de afirmação revolucionária contra as condições sociais. Ele prosseguiu argumentando que a estrutura de caráter do trabalhador refletia sua posição socioeconômica atual; também refletia experiências sociais anteriores, especialmente as familiares. O trabalhador quando criança aprendera a obedecer aos pais em particular e às figuras de autoridade em geral; além disso, ele havia sido ensinado a suprimir seus impulsos sexuais. Assim, no adulto, rebeliões e impulsos sexuais eram acompanhados de ansiedade, uma vez que ambos haviam sido suprimidos indiscriminadamente pelo educador da criança. O medo da revolta, assim como o medo da sexualidade, foram, portanto, “ancorados” nas estruturas de caráter das massas. Essa “ancoragem” na personalidade fornecia uma chave para a irracionalidade da classe trabalhadora - uma irracionalidade que muitas vezes era explicada de forma inadequada por abstrações como “a força da tradição”.²⁸⁹

²⁸⁷ OLIVEIRA, Dayse de Marie; CRUZ, Maria Helena Simão. Sobre a Psicologia de Massas do Fascismo de W. Reich, cit., p. 72.

²⁸⁸ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 18.

²⁸⁹ Tradução nossa do original: “Reich argued that a social psychology was necessary to explain the contradiction between the economic frustrations endured by the proletariat and their lack of revolutionary assertion against social conditions. He went on to argue that the character structure of the worker reflected his current socioeconomic position; it also reflected earlier social experiences, particularly his familial ones. The worker-as-child had learned obedience to his parents in particular and to authority figures in general; moreover, he had been taught to suppress his sexual impulses. Hence in the adult, rebellions and sexual impulses were

A emergência do fascismo não seria explicada tão apenas por equívocos da social-democracia na esfera política, bem como seria inócuo reputar ao fenômeno uma certa aptidão para ludibriar os indivíduos, falseando a realidade – o que de fato ocorreu. Ambas as constatações não redundavam em soluções para o problema complexo que o nazifascismo representava. Para Reich, a situação social ensejava impulsos revolucionários; porém, com igual ou maior potência, o autoritarismo também reverberava na estrutura psíquica. Em conclusão, as massas eram concomitantemente atingidas por forças antagônicas: transformativas e reacionárias.

Sob tais circunstâncias, isto é, envoltos nessa contradição, os trabalhadores receariam o progresso e contra ele se insurgiriam, ainda que pauperizados, economicamente marginalizados. Isso porque a estrutura econômica estaria imbricada com e enraizaria seus paradoxos na estrutura psicológica das massas – de maneira que a classe dominante imporia a elas sua ideologia.

Além da ideologia, a pulsão, a necessidade, os processos internos e até as ideias irracionais foram minimizados, quando não ignorados, pelos marxistas – o que é criticado por Reich tal qual ele critica o pressuposto de que o concreto se converte no abstrato, isto é, de que o material se transmuda em ideológico. Para o autor, dessa teoria emergem duas indagações impassíveis de repostas: (i) como se dá tal processo? E (ii) quais os efeitos dessa suposta conversão sobre a economia? As resoluções seriam conferidas pela psicologia política, porquanto se mostra apta a avaliar a estrutura do caráter humano em uma determinada época, sua forma de pensar, seu comportamento e a maneira como as contradições impactam sua existência, bem como a forma pela qual os indivíduos resolvem os problemas que os permeiam.²⁹⁰

As críticas do psicanalista em questão também abarcam a sexologia, que fora obviamente desconsiderada por Marx, pois, em termos científicos, era desconhecida quando da formatação dos materialismos histórico e dialético. Segundo Reich, só sob o viés da economia sexual – erigida sob a base sociológica marxista e a psicologia freudiana – seria possível conceber e compreender como, no contexto de duas guerras mundiais, a ideologia

accompanied by anxiety, since both had been indiscriminately suppressed by the child's educator. Fear of the revolt, as well as fear of sexuality, were thus "anchored" in the character structures of the masses. This "anchoring" in personality provided a key to the irrationality of the working class—an irrationality that was often inadequately explained by such abstractions as "the force of tradition". SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*, cit. p. 158.

²⁹⁰ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 15.

imperialista transformou concretamente as estruturas das massas trabalhadoras para servir ao imperialismo.²⁹¹

Com efeito. Marx não conheceu a psicologia científica, tampouco a psicanálise como método e, desse modo, não pôde usufruir de suas principais descobertas para aprimorar o continente histórico que desbravou. Em total oposição à filosofia moral reacionária e à metafísica religiosa, as quais propagariam valores morais estáticos e restringiram a sexualidade à reprodução, as principais constatações da psicanálise foram assim enumeradas por Reich: (i) primeiro, o direcionamento que o inconsciente confere às existências humanas e o quão reduzida é a participação do consciente para a tomada de decisões; (ii) a dissociação e a independência entre os conceitos de sexualidade e de reprodução, além do impacto da libido no comando da psique; (iii) a repressão e o bloqueio que tais mecanismos produzem na sexualidade infantil e como, longe de atingir o intuito de extirpá-la, ensejam perturbações patológicas; e (iv) a educação e o ambiente infantis como origens dos códigos morais adotados pelos indivíduos.²⁹²

Sob a perspectiva da economia sexual, que sopesa os reflexos patológicos das repressões sexuais, Reich atenta para a importância de se questionar, sociologicamente, sobre o porquê da opressão sexual – sobretudo no seio da família patriarcal (“um Estado autoritário em miniatura”, nas palavras do próprio autor²⁹³) e das Igrejas. Para tanto, invoca os interesses econômicos que impuseram a repressão sexual e expõe quanto ela está correlacionada à exploração humana. Em acréscimo, suscita como tal opressão reverbera na personalidade dos indivíduos, modelando-os para que se submetam mais facilmente à ordem imposta e freiem impulsos revolucionários:

A inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa” e “dócil”, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação.²⁹⁴

Reich prossegue comparando as necessidades materiais com as sexuais: a coibição da primeira conduziria à revolta, mas a repressão sexual bloquearia insurgências tanto em relação às insuficiências de bens quanto no que diz respeito às carências de cunho sexual.

²⁹¹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 21.

²⁹² REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 24-25.

²⁹³ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 28.

²⁹⁴ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 28.

Atingindo o inconsciente, tal repressão dá ensejo ao reacionarismo, ao conservadorismo, ao medo da liberdade e à passividade.

Não à toa, a repressão sexual e o embate contra a própria sexualidade integravam a base socioeconômica da ideologia nacional-socialista, junto à consagração do casamento e à compensação por meio do enaltecimento da honra pessoal, nacional e familiar. Nesse sentido, a família autoritária, conforme as digressões reichianas, seria altamente eficaz no embate contra a sexualidade de crianças e de adolescentes e a conseqüente interação com o mundo em diversas formas, já que os impulsos sexuais compeliriam os indivíduos a descobertas e conexões externas, bem como à emancipação e ao encorajamento.

Altamente oprimida nas esferas econômica e sexual, a sociedade aderira ao fascismo também por receio da libertação que um processo revolucionário poderia implementar. Equivocados quanto à relevância e às benesses da liberdade sexual, indivíduos reacionários a confundiam com o caos e dela se esquivavam, temendo, também, o “desejo de libertação do julgado da exploração econômica”.²⁹⁵ Isto atesta o:

(...) papel central que ocupa a repressão da sexualidade na ideologização, tornando os indivíduos vulneráveis. É ela que, inibindo a libido e impedindo a satisfação, obriga o sujeito à satisfações neuróticas substitutivas, que obriga um alto investimento de energia no aparelho psíquico para a manutenção do represamento pulsional, deixando o Ego enfraquecido para administrar os conflitos com o mundo exterior, incapaz de criticar a ideologia e, finalmente, é ela a responsável pela criação da instância interna que permite a introjeção dos valores da cultura. De fato, é na obra de Reich que encontraremos essas idéias desenvolvidas extensamente (...).²⁹⁶

A mudança desse contexto, ou seja, o encorajamento dos indivíduos para a insurgência diante de injustiças econômico-sociais e o fomento do desejo de emancipação competiriam, segundo Reich, com a psicologia das massas – da qual Hitler teria se valido para manipular emoções em seus discursos, suprimindo fundamentos, argumentos, logicidade e objetividade.

A propósito, Reich dedica algumas digressões acerca do *Führer* quando trata da ideologia autoritária da família. Para o autor, da vida e da trajetória de Adolf Hitler só interessava a classe a que ele pertencia – a classe média baixa –, porque esta possuía estrutura similar à organização das massas que aderiram ao nacional-socialismo.

²⁹⁵ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 55.

²⁹⁶ RAMALHO, S. A. *Psicologia de massas do fascismo: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.ibpb.com.br/2013/DissertacaoSimone.pdf>. Acesso em 30 de jun. de 2021, p.111.

Privada dos principais meios de produção e sem que neles trabalhasse, a classe média não constituiu uma força apta a protagonizar transformações e operar rebeliões. A depender da conjuntura socioeconômica e da crise em que o capitalismo estivesse imerso, tal classe apoiava capitalistas ou trabalhadores. Não se tratava, então, de uma parceira fidelizada, permanente – fosse do operariado, fosse dos detentores do capital (dos que operavam as expropriações).

Os fascismos italiano e alemão provaram essa inclinação oportunista da classe média, porquanto, no auge das graves crises econômicas nas primeiras décadas do século XX, tanto Mussolini quanto Hitler ascenderam ao poder sustentando bandeiras e discursos anticapitalistas. Contudo, abandonaram tais propostas e se inclinaram para os interesses do capital tão logo galgaram as posições almejadas. Abordando a situação germânica, Reich considera que:

O nacional-socialismo foi verdadeiramente anticapitalista e revolucionário, enquanto foi obrigado a acentuar o seu caráter de movimento de classe média (antes da subida ao poder e imediatamente depois). Contudo, uma vez que não privou a grande empresa de seus direitos, e teve de consertar e consolidar o poder adquirido, sua função capitalista destacou-se cada vez mais, até finalmente se transformar num defensor acirrado e representante do imperialismo e da ordem econômica capitalista.²⁹⁷

Também em consonância com a psicologia das massas, o líder personificaria a nação, agregaria o sentimento nacional dos membros e atrairia para si as emoções que indivíduos conferiam à figura paterna – que representava não só a rigidez e a severidade, mas também a proteção e o poder.²⁹⁸ Assim, formados sob a dependência e a imposição da figura paterna, além de material e sexualmente empobrecidos, os membros das massas se identificariam com governantes que, tal como Hitler, ditavam suas existências com uma pretensa proteção, reduzindo-os, em verdade, a uma desonrosa submissão.

Na leitura de Reich, indivíduos que conseguissem neutralizar suas estruturas de submissão e se identificassem com seus trabalhos e seus equivalentes, ou seja, com outros trabalhadores (e não com um líder que detivesse traços similares aos de um *Führer*), sentir-se-iam fortalecidos, teriam consciência de que executam atividades vitais para a existência social, poderiam se autogerir e atingiriam autonomia e cooperação nacionais²⁹⁹.

²⁹⁷ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 39.

²⁹⁸ Nesse sentido, ressalva-se a já citada dissertação de: RAMALHO, S. A. *Psicologia de massas do fascismo: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico*, cit.

²⁹⁹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*, cit., p. 57-58.

2.4.3 Theodor Adorno

Aproximando-se da psicanálise, Theodor Adorno, um dos maiores expoentes do Instituto de Pesquisas Sociais, predispôs-se a uma nova pesquisa que atendesse às exigências científicas e empíricas das ciências sociais e psicológicas sem relegar conceitos filosóficos e a dialética da razão.

Além de sua notória pesquisa sobre a personalidade autoritária, ensaios acerca da psicanálise e da psicologia produzidos entre os anos 1942 e 1966 constituíram o objeto de pesquisa acerca da compreensão adorniana do fascismo. Apesar da pesquisa se centrar neste aspecto, o entendimento de Adorno quanto à natureza do fenômeno ultrapassa estudos sociológicos e de psicologia social, de artefatos e de estratégias propagandistas – tanto que ele próprio afirmou que o fascismo não é um problema psicológico e, em complemento, aclarou:

Embora o agitador fascista indubitavelmente assuma certas tendências internas daqueles a quem se dirige, ele o faz como mandatário de poderosos interesses econômicos e políticos. Disposições psicológicas, na verdade, não causam o fascismo; em vez disso, o fascismo define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem-sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio completamente não psicológicas.³⁰⁰

Na compreensão adorniana, a psicologia estaria distante de constituir a raiz do fenômeno fascista. Em verdade, as teorias freudianas, essencialmente no que concerne à identificação narcísica com a figura do líder, teriam sido apropriadas, utilizadas e até aprimoradas por autoridades nazifascistas a fim de neutralizar a resistência das massas e direcioná-las contra seus interesses genuínos. Assim, em vez de tornar os sujeitos conscientes de seus inconscientes, emancipando-os, o movimento fascista expropriou o inconsciente pelo controle social, perpetuando a dependência das massas.³⁰¹

Ressalvado o pressuposto adorniano quanto à função e relevância da psicologia para a sedimentação do fascismo (não como fonte, mas como meio de dominação), expõem-se, neste tópico, abordagens do autor acerca da manipulação do inconsciente pelos nazifascistas e dos caracteres psicanalíticos que poderiam explicar a adesão ao movimento.

Adorno constatou em seu ensaio intitulado “A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”, de 1951, que os materiais divulgados pelo regime hitlerista não continham abordagens políticas efetivas. Isso porque o propósito da propaganda fascista não

³⁰⁰ ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 185-186.

³⁰¹ ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 187.

era de convencer racionalmente seus destinatários, mas atraí-los por mecanismos psicológicos e incitá-los a ações truculentas politicamente injustificadas. Sistematizados por padrões preestabelecidos, os pronunciamentos dos agitadores fascistas, dos mais expressivos aos menos notórios³⁰², apresentam traços similares de frequente reiteração e escassez de ideias, permitindo uma fácil identificação ou categorização.

A obra de Freud intitulada *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921) que tem por referência o famoso livro de Gustave Le Bon, *Psicologia das massas* (1895), forneceu a Adorno explicações sobre categorias psicológicas nas quais o psicanalista se pautou para, antecipadamente à ascensão do fascismo alemão – antes que o regime se tornasse um risco –, investigar e descrever a morfologia das massas.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, Freud voltou sua atenção aos problemas do narcisismo e do *eu* em sentido estrito, relacionando a psicologia das massas ao tipo de sofrimento psicológico que submetia o indivíduo a um tempo marcado pelo seu próprio enfraquecimento e declínio.

Para Adorno, Freud anuiu com as caracterizações de Le Bon acerca das massas como entes extremamente desindividualizados, irracionais, influenciáveis e dispostos a condutas violentas. Contudo, diferenciou-se de Gustave e da maioria dos psicólogos mais antigos ao negar que instintos sociais ou gregários explicariam, por si só, a origem das massas e o porquê de suas formações.³⁰³

Freud avança na análise de Le Bon porque, embora despreocupado com a dimensão política da questão, parte do pressuposto de que os membros das massas eram, contemporaneamente, partes de uma sociedade liberal, individualista e competitiva, sendo conduzidos, pois, a se tornarem unidades autônomas e autossuficientes. Dessa constatação, Freud tenta identificar quais forças psicológicas direcionaram indivíduos modernos e pretensamente distanciados de pulsões arcaicas e pré-individuais à formação das massas, a grupos que se combinavam em uma unidade.

Freud procura identificar, então, o vínculo artificial que une milhões de indivíduos em torno do demagogo fascista e em prol de intentos colidentes com objetivos que deveriam beneficiá-los. Valendo-se das avaliações freudianas, Adorno compreende o surgimento e a proeminência periódica das lideranças fascistas como um fenômeno intrínseco à democracia liberal, já que o individualismo, a competitividade, a autossustentabilidade e outros valores

³⁰² ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 154.

³⁰³ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 158.

estereotipados das massas contemporâneas, próprios das produções da indústria cultural, as tornariam suscetíveis a paranoias de que os regimes e as propagandas fascistas se alimentam. Daí a ponderação de Vladimir Safatle, segunda a qual a: “(...) experiência do nazismo aparecerá a Adorno como modelo nunca ultrapassado de regressão, imanente ao funcionamento normal das democracias liberais”.³⁰⁴

Na icônica e aforística *Mínima moralia*, obra que concentra considerações sociais e antropológicas atinentes à psicologia, à estética e à filosofia a partir de experiências subjetivas, Adorno correlaciona a inversão da mentira em verdade com o processo democrático. Performados pela indústria cultural, o falseamento da realidade e a atribuição de verossimilhança às mentiras seriam intrínsecos à democracia e teriam se potencializados durante o fascismo. A esse respeito, Adorno obtemperou:

As mentiras têm pernas compridas: adiantam-se ao tempo. A transmutação de todas as questões da verdade para questões de poder, a que a própria verdade não se pode subtrair, se não quiser ser aniquilada pelo poder, não se limita a reprimi-la, como nos antigos despotismos, mas apodera-se até ao mais íntimo da disjunção entre o verdadeiro e o falso, em cuja eliminação cooperam ativamente os mercenários da lógica. Hitler, de que ninguém pode dizer se morreu ou escapou, está ainda vivo.³⁰⁵

Sob a conclusão de que o fascismo seria latente nos regimes democráticos, Vladimir Safatle assim elucida a correlação adorniana entre o fascismo e as características elencadas por Freud:

Adorno começa por aproximar as descrições freudianas e a fenomenologia das lideranças fascistas, para ao final mostrar o quão vulneráveis seríamos ao retorno periódico de tais figuras. Ele percebe assim, no livro de Freud, o quadro teórico fundamental para uma teoria do totalitarismo pensada como fenômeno interno à própria elaboração das estruturas de interação social na democracia liberal. Isso nos explica por que Adorno precisa lembrar, sobre o escopo do texto freudiano *Psicologia das massas...*, que “os membros das massas contemporâneas são, ao menos prima facie, indivíduos, as crianças de uma sociedade liberal, competitiva e individualista, condicionados a manter a si mesmos como unidades independentes e autossustentáveis”. Ele ainda deve afirmar que a propaganda fascista “apenas toma os homens por aquilo que eles são: verdadeiras crianças da cultura de massas atualmente estereotipada”. Assim, ela necessita apenas “reproduzir a mentalidade existente para seus próprios propósitos”. Pois “a tarefa da propaganda fascista é facilitada na medida em que o potencial antidemocrático já existe na grande massa de pessoas”. O que não poderia ser diferente para alguém que insistirá em compreender o fascismo como uma patologia social de traços paranoides e encontra os mesmos traços de patologia social na ideologia das sociedades de democracia liberal, especialmente através das produções da indústria cultural.³⁰⁶

³⁰⁴ SAFATLE, Vladimir. *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 209-210.

³⁰⁵ ADORNO, Theodor. *Minima moralia*. Lisboa: Edições 70, 2017, p. 111-112.

³⁰⁶ SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 77.

Para além da natureza libidinal já invocada por outros psicólogos para explicar a agregação dos indivíduos às massas, Freud se vale do princípio do prazer, isto é, das gratificações que os indivíduos obtinham quando absorvidos no grupo. Com tal intento, teria indicado, em um complemento de *Psicologia das massas e análise do eu*, segundo Adorno³⁰⁷, o papel da homossexualidade inconsciente, uma vez que esta é mais compatível com os vínculos de grupo do que as relações heterossexuais.

A passagem mencionada por Adorno em uma nota de rodapé com a referência ao celibato exigido pela Igreja católica, a fim de que os padres se preservassem vinculados a ela, é aqui ampliada:

Mesmo para a pessoa que em outros aspectos foi absorvida no grupo os impulsos sexuais diretos conservam um quê de atividade individual. Quando se tornam muito intensos, desintegram qualquer formação grupal. A Igreja católica teve bons motivos para recomendar a seus crentes que não se casassem e para impor o celibato a seus padres, mas frequentemente também eles foram impelidos a deixar a Igreja por se apaixonarem. De modo semelhante, o amor à mulher irrompe através de ligações de raça, particularidades nacionais e ordem social de classes, e promove, assim, realizações culturalmente importantes. Parece seguro que o amor homossexual é bem mais compatível com laços de grupos, mesmo quando aparece como impulso sexual não inibido; algo notável, cujo esclarecimento poderia levar longe.³⁰⁸

A libido na psicologia das massas permite aos indivíduos anular recalques de pulsões inconscientes, o que justifica a afinidade entre certas peculiaridades das massas e alguns traços arcaicos. Isso explica a reprodução do arcaico pelo fascismo, que se deu na e pela própria civilização.

Os mecanismos psicológicos transformadores da energia libidinal primária em sentimentos que preservam a coesão das massas constituem fenômenos intitulados “sugestão” e “sugestionabilidade”, os quais ocultam elos amorosos por meio do inconsciente.³⁰⁹ Para Freud, grupos organizados, como o exército e a Igreja, formam relações amorosas não reveladas ou manifestas de modo indireto, a exemplo do culto a imagens.

No fascismo alemão, a energia sexual primária era mantida em um nível inconsciente para que suas manifestações fossem desviadas a intuitos políticos. As referências ao amor eram quase inexistentes, e o padrão libidinal era autoritário. Longe de desempenhar o papel de um pai acolhedor, o *Führer* cumpria o personagem de um genitor temido e ameaçador,

³⁰⁷ SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos...*, cit., p. 160.

³⁰⁸ FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 110.

³⁰⁹ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 162.

que transformava o amor não inibido em obediência, reduzindo os indivíduos em grupo a meros membros submissos.

O líder fascista, atuando efetivamente como tal ou em representação a interesses ocultos, é essencial à preservação do grupo, que se une em torno dele – e por ele – em uma relação paternal primitiva, pautada no temor e na correspondente obediência. Era essa a natureza que as propagandas fascistas expressam, na medida em que seus fins são irracionais e autoritários. Por vezes, em um aspecto primitivamente narcísico, os seguidores se identificam com o líder e o tomam como parte de si mesmos; dá-se uma projeção coletiva na figura aumentada deste guia.

Em acordo com Adorno, Freud explicaria essa outra figuração do líder, isto é, a personificação engrandecida de seus próprios seguidores (em vez da figuração do pai temido), pela teoria da idealização. Imersos no conflito entre o eu racional e o constante fracasso em satisfazer as exigências de seu próprio eu – o que é próprio da modernidade –, os indivíduos desenvolveriam fortes impulsos narcísicos que só podem ser realizados mediante a idealização:

Isso, mais uma vez, corresponde à semelhança da imagem do líder com um engrandecimento do sujeito: ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo, por assim dizer, mas se livra das manchas de frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico.³¹⁰

O líder fascista promove, então, a idealização de si próprio em seus seguidores, bem como se apresenta extremamente narcisista para permitir a identificação narcísica. Além disso, a imagem que o líder propaga realiza dois desejos ambivalentes de seus seguidores: o de submissão à autoridade e o de desempenhar o papel autoritário. A satisfação do segundo – o de ser o próprio soberano – permite aos discípulos se reconciliarem com a contradição que emerge da percepção de que os líderes são uma superficialidade.³¹¹ Nesse contexto:

Além de sua função de substituto da autoridade do pai, o líder moderno é “uma ampliação da própria personalidade, uma autoprojeção coletiva” do indivíduo. Na medida em que o homem transfere seus próprios impulsos instintivos para o líder ou o idealiza, na verdade ele só ama a si mesmo com a exclusão de todas as experiências de fracasso e sentimento de impotência da história de sua vida. Como representante típico da pessoa comum, o líder deve mostrar, além de suas qualidades divinas, as de um “homem simples” para poder satisfazer o narcisismo egocêntrico do sujeito.³¹²

³¹⁰ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 169.

³¹¹ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 172.

³¹² Tradução nossa do original: “Neben seiner Funktion als Ersatz für die Autorität des Vaters ist der moderne Führer „eine Vergrößerung der eigenen Persönlichkeit, eine kollektive Selbstprojektion“ des Individuums. Insofern der Mensch seine eigenen Triebimpulse auf den Führer überträgt, respektive ihn idealisiert, liebt er eigentlich nur sich selbst unter Ausschluss aller lebensgeschichtlichen Misserfolgserfahrungen und Ohnmachtsgefühle. Als typischer Repräsentant eines Durchschnittsmenschen muss der Führer neben seinen

Em meio às distinções hierárquicas e às frequentes cerimônias ritualísticas, uma outra fonte libidinal da qual os fascistas se valiam era o sadomasoquismo. Os seguidores foram incitados a desprezar e perseguir quem estivesse em um nível hierárquico inferior (por critérios pseudonaturais, a exemplo da raça) e a obedecer e respeitar os que lhes ascendessem. Assim, ao mesmo tempo que mantinham o domínio sobre seus seguidores, os fascistas promoviam a opressão aos inimigos do sistema. A compreensão dessa tendência por Adorno se opera pela teoria freudiana acerca da extrema dicotomia entre os que se inserem no grupo (*ingroup*) e os que dele estão excluídos (*outgroup*), da qual nem as civilizações em progresso estariam imunes.³¹³

Assim, tanto a pulsão de destruição quanto o narcisismo permitiam aos fascistas reduzir os inimigos – assim eleitos – a condições de fragilidade e de extermínio. Nesse sentido, enquanto a pulsão de destruição nutria afetos negativos, sobretudo a hostilidade e o ódio, dos seguidores para com os excluídos, o narcisismo incitava aqueles à crença de que seriam melhores, mais puros e superiores a estes. E quando a crença de superioridade era confrontada com as realidades que a ela se opunham, mediante críticas externas ou por autoconstatação, os membros do grupo suportavam uma perda narcísica e reagem violentamente contra os que, de acordo com a propaganda fascista, deveriam ser inferiores.

Outro aspecto da dicotomia entre partícipes e excluídos era a minimização, senão total desconsideração, das variadas diferenças entre os próprios componentes do grupo. À exceção dos níveis hierárquicos, quaisquer outras distinções no interior do grupo eram maliciosamente olvidadas, com vistas à constituição de um nivelamento ilusório e de um igualitarismo repressivo, que evitasse insurgências, oposições e consequentes transformações. É o que Adorno explica:

Quanto menos eles querem que a inerente estrutura social mude, mais tagarelam sobre justiça social, insinuando que nenhum membro da comunidade do povo deve se permitir prazeres individuais. Igualitarismo repressivo em vez de realização da verdadeira igualdade através da abolição de repressão é parte e parcela da mentalidade fascista e é refletida no dispositivo se você soubesse dos agitadores, que promete a revelação vingativa de toda sorte de prazeres proibidos usufruídos por outros. Freud interpreta esse fenômeno em termos da transformação dos indivíduos em membros de uma “horda fraterna” psicológica. A coerência de tais indivíduos é uma formação reativa contra o ciúme primário de um em relação aos outros, forçada a serviço da coerência do grupo.³¹⁴

gottgleichen Eigenschaften auch diejenigen eines „einfaches Mannes“ aufweisen, um den selbstbezogenen Narzissmus des Subjekts befriedigen zu können”. MÜLLER, Natascha; MARUSCZYK, Oliver. *Marxistische Faschismusanalysen als Zeitdiagnose...*, cit., p. 175.

³¹³ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 174.

³¹⁴ ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 178.

Depois de identificar na propaganda e nos discursos fascistas os mecanismos psicanalíticos que uniam e mantinham indivíduos em grupos – revelados por Le Bon e aprimorados por Freud –, Adorno se propõe a responder se os líderes fascistas conheciam e se utilizavam conscientemente desses mecanismos. Em referência a Hitler e a Goebbels, a conclusão de Adorno é negativa. Nem o *Führer*, tampouco o famoso propagandista do fascismo alemão, cuja intelectualidade e erudição não passavam de lendas, detinham conhecimentos sobre a psicanálise³¹⁵.

A identificação singela entre líder e seguidor explicaria, por si só, o êxito da propaganda fascista. Hitler, Goebbels e outros expoentes do regime, de menor ou maior importância, adivinhavam as exigências psicológicas dos que estavam suscetíveis à propaganda fascista já que delas comungavam. Além de compreenderem e absorverem as demandas psicanalíticas de seus seguidores, deles se diferenciavam, fazendo com que os atraíssem não porque seriam intelectualmente superiores, mas dado que expressavam afetos latentes (comuns a ambos – líderes e seguidores) de forma despudorada e com notável oralidade. Adorno assim descreve as manifestações dos líderes fascistas:

Os líderes são geralmente tipos de caráter oral, com uma compulsão para falar incessantemente e enganar os outros. O famoso encantamento que eles exercem sobre seus seguidores parece depender, em larga medida, de sua oralidade: a própria linguagem, desprovida de seu significado racional, funciona de uma forma mágica e favorece aquelas regressões arcaicas que reduzem os indivíduos a membros de multidões.³¹⁶

O líder expõe seu próprio inconsciente para satisfazer o inconsciente de seus seguidores. E assim age de forma instintiva, ignorando os mecanismos da psicanálise. Conquanto os agitadores fascistas atuassem irracionalmente, suas metas seriam exitosas pelo simples fato de a teoria psicanalítica ser verdadeira.

Nesse passo, no contexto em que o fascismo eclodiu, os indivíduos estavam submersos em uma cultura de massa padronizada, despidos de autonomia e espontaneidade, frustrados e tendentes a desenvolver mentalidades mesquinhas e irracionais. Por isso, na avaliação de Adorno, tornaram-se alvos fáceis a orientações psicologicamente irracionais, a mobilizações inconscientes e regressivas, em reprodução à mentalidade existente:

A propaganda fascista precisa apenas reproduzir a mentalidade existente para seus próprios propósitos – ela não precisa induzir uma mudança –, e a repetição compulsiva, que é uma de suas características mais importantes, irá se coordenar com a necessidade por sua reprodução contínua. Ela se apoia absolutamente na

³¹⁵ ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 180.

³¹⁶ ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 181.

estrutura total, bem como em cada traço particular do caráter autoritário, que é ele mesmo o produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna.³¹⁷

Além de perquirir se os agitadores reconheciam os mecanismos psicanalíticos de que tanto se beneficiavam, Adorno problematiza a suscetibilidade latente das massas para o fascismo. Sua conclusão é que a manipulação do inconsciente e a sugestionabilidade esclarecidas por Freud aprimoraram tal potencial fascista, confirmando que a constituição do fascismo não é um desvio psicológico, isto é, que suas origens não são de natureza psicanalítica, mas econômica e política. Em outras palavras, apropriando-se da psicologia das massas como instrumento de dominação, os líderes servem a interesses nada psicológicos: agem por – e em nome de – razões políticas e econômicas, com vistas a obstar pensamentos, ações e resistências racionais.

Assim, como já ressaltado, a psicologia das massas serviu ao fascismo para impedir a emancipação dos indivíduos, na medida em que expropriou o inconsciente pelo controle social, perpetuando a dependência ao invés da autossuficiência e da autonomia. Impediu, também, que os indivíduos se conscientizassem de seus inconscientes.

Da mesma maneira, Adorno evidencia um outro aprimoramento da psicologia das massas pelo regime fascista: a coletivização do encantamento hipnótico, que se relacionaria à categoria de falsidade detectada por Freud quando discutira a hipnose como uma regressão dos indivíduos à relação entre a horda primitiva e o pai primitivo.³¹⁸

Nesse sentido, a identificação com o líder e a repulsa contra os excluídos do grupo nada mais seriam do que encenações por meio das quais os seguidores obtinham um equilíbrio entre seus ímpetos pulsionais e os esclarecimentos até então alcançados. Se acaso despertassem do encantamento e refletissem acerca da encenação em que estavam inseridos e com a qual contribuía, os seguidores entrariam em pânico.

Na pesquisa relativa à personalidade autoritária, Adorno e o círculo de pessoas com o qual trabalhou buscaram verificar quais foram as gratificações emocionais e pulsionais no processo de identificação com o autoritarismo. Em outras palavras, eles intentaram apurar como uma condição inicialmente latente poderia progredir para comportamentos explicitamente violentos contra determinados grupos em momentos de crise. Desenvolvido na conjuntura do capitalismo democrático estadunidense dos anos 1940, tal estudo adorniano

³¹⁷ ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 184.

³¹⁸ ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, cit., p. 188.

avalia, então, a formação subjetiva que tornou os sujeitos receptores e divulgadores de ideologias autoritárias.

Marcadamente contraditório, o sujeito autoritário seria esclarecido e supersticioso, orgulhosamente individualista e receoso de se distinguir dos demais, cauteloso com sua independência e propenso a uma submissão inquestionável diante da autoridade assim reconhecida (ou assim imposta)³¹⁹. Para formular uma escala do padrão autoritário – a conhecida escala “F” –, Adorno conta com muitas variáveis, essencialmente: (i) o convencionalismo; (ii) a submissão autoritária; (iii) a agressão autoritária; (iv) a anti-intracção; (v) a superstição e a estereotipia; (vi) o poder e a dureza; (vii) a destrutividade e o cinismo; (viii) a projetividade; e (ix) a sexualidade. Agregadas, tais variáveis formam uma estrutura sólida que tornariam homens e mulheres propensos à propaganda antidemocrática e suscetíveis à fascistização.

Dentro da escala, o convencionalismo consistiria na adesão absoluta a valores tradicionais de classe média. Distinta da simples aceitação de padrões costumeiros, tal categoria seria determinada pela pressão social externa e implicaria na vinculação rígida a padrões de poderes coletivos com os quais o indivíduo se identificaria, sujeitando-o, por isso, a atitudes antidemocráticas.

A submissão autoritária representaria a conduta subserviente e despida de crítica diante de autoridades morais idealizadas, a exemplo dos pais, idosos, líderes e sujeitos dotados de poderes supostamente sobrenaturais. Para além do respeito razoável às autoridades assim legitimadas, tal categoria indicava uma necessidade psíquica exacerbada e generalizada de servilismo, sendo bastante significativa para identificar a sujeição ao fascismo. Segundo Adorno: “parece claro que a submissão autoritária por si só contribui em grande parte para o potencial antidemocrático ao tornar o indivíduo particularmente receptivo à manipulação pelos poderes externos mais fortes”³²⁰.

Correlacionada ao convencionalismo, a agressão autoritária corresponderia ao controle, ao julgamento, à condenação, à rejeição e à punição de sujeitos que contrariassem os valores convencionais. Marcadamente sádicos, tais comportamentos derivariam do masoquismo sofrido por indivíduos rigidamente convencionalistas, uma vez que renunciavam a prazeres essenciais e restringiam impulsos naturais, sobrecarregando-se. A esse respeito, Adorno assim se expressa:

³¹⁹ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Tradução de Viginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 29.

³²⁰ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 141.

É de se esperar, portanto, que o convencionalista que não consegue fazer qualquer crítica real à autoridade aceita tenha o desejo de condenar, rejeitar e punir aqueles que violam esses valores. Como a vida emocional que essa pessoa considera adequada e parte de si mesma é provavelmente muito limitada, os impulsos, especialmente os sexuais e os agressivos, que permaneceram inconscientes e alienados do eu [*ego-alien*], provavelmente serão fortes e turbulentos.³²¹

Nesse sentido, a agressão autoritária operaria também um deslocamento da hostilidade inicialmente direcionada a forças de um mesmo grupo. Reprimida em relação a tais forças, ou seja, às autoridades do *ingroup*, a agressividade se deslocaria a partícipes dos *outgroups*.

A anti-intracção ou extracção, quarta variável, implicaria na negação dos sentimentos, dos impulsos, das especulações, das fantasias, da intuição e da imaginação. Interpretados como sinais de fraqueza, o sentir, o experimentar e a compreensão das sensações foram reprimidos por indivíduos autoritários que, voltados à objetividade e à praticidade, opunham-se ao exame de suas complexidades e subjetividades. Nesse aspecto, Adorno ressaltou ter havido uma desvalorização do humano e uma sobrevalorização do objeto físico, de maneira que seres humanos podiam ser tidos como objetos físicos friamente manipuláveis. O autor também pontua que:

Uma característica importante do programa nazista, deve-se lembrar, foi a difamação de tudo que tendia a tornar o indivíduo consciente de si mesmo e de seus problemas; não só a psicanálise “judia” foi rapidamente eliminada, mas todo tido de psicologia, exceto o texto de aptidão, foi atacado.³²²

A quinta variável, representada pela superstição e pela estereotipia, traduziria uma tendência a atribuir responsabilizações que seriam internas a ocorrências externas, primitivas, bastante singelas, ilógicas e fantasiosas. Mesmo pessoas tidas como inteligentes e informadas recorreriam a respostas simplificadas e ilógicas na medida em que se opunham à compreensão da interioridade, de suas próprias pulsões e desejos, projetando angústias no mundo externo.

O poder e a dureza, sexta variável, exprimiria uma concepção de autosuperioridade tanto por parte dos líderes quanto por parte de seus seguidores – estes se identificariam e se alinhariam com aqueles por submissão. Então, submetendo-se, os seguidores ansiavam participar do poder. Os que aderiam a essa categoria compreendiam as relações humanas como vínculos de poder, classificando indivíduos por dois polos extremos. Enquanto alguns eram categorizados como dominantes, fortes e propensos à liderança, outros eram tidos por

³²¹ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 143.

³²² ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 148.

fracos, submissos e inclinados a serem seguidores. Com isso, formar-se-ia um complexo de poder que teria íntima ligação com o etnocentrismo, a crença de superioridade de raças. Nas palavras de Adorno:

O complexo do poder tem relações imediatas com certos // aspectos do etnocentrismo. Um indivíduo que pensa na maioria das relações humanas a partir de termos tais como forte *versus* fraco provavelmente aplica essas categorias em seu pensamento sobre *ingroups* e *outgroups*, por exemplo, para conceber raças “superiores” e “inferiores”.³²³

Já a destrutividade e o cinismo, sétima categoria da escala “F”, consistiriam na agressividade generalizada e despudorada e no desprezo ao humano, bem como na adoção e externalização de impulsos primitivos e hostis, os quais eram direcionados aos *outgroups*.

A penúltima variável, expressada na projetividade, envolvia interpretações e julgamentos fáticos deturpados por desejos psicológicos. Com o intuito de acessar impulsos emocionais em si suprimidos – vindos do inconsciente –, o indivíduo que pontuava nessa categoria tendia a projetá-los no mundo exterior.

Por fim, a preocupação exacerbada com a sexualidade, correlacionada à agressividade e à projetividade, é abordada na derradeira variável. Sexualmente reprimidos e receosos de que suas pulsões sexuais inconscientes fossem descobertas, os indivíduos que se enquadravam nessa última categoria tendiam a fazer julgamentos e apoiar rígidas punições aos que transgrediam as normas da sexualidade, a exemplo de criminosos sexuais e de homossexuais.

Entre outras apurações, Adorno também detecta que altos pontuadores da escala eram governados pelo “supereu”³²⁴ e apresentavam as seguintes características:³²⁵

(i) Um ressentimento artificial, próprio dos que adotavam preconceitos prontos e estereotipados, com o propósito de racionalizar, justificar e superar suas próprias deficiências. Segundo Adorno, adeptos da suposta “teoria do bode expiatório”, nazistas seriam ressentidos porque atribuíam aos judeus tendências que, em verdade, eram inerentes ao processo econômico. O autor também conjectura que a culpabilização de terceiros por

³²³ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 153.

³²⁴ Supereu ou superego consiste, conforme definições compiladas por Jean Laplanche e Pontalis, no *Vocabulário da Psicanálise*. 4ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2016: em “uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: o seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um censor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideais, funções do superego. Classicamente, o superego é definido como o herdeiro do complexo de Édipo; constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais”, p. 497-498.

³²⁵ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 532.

situações sociais precárias manteria uma certa ordem social e uma harmonia do eu, já que as pessoas ressentidas:

Provavelmente, buscam primeiramente essa culpa dentro de si mesmas e se consideram, pré-conscientemente, como “fracassadas”. Os judeus as aliviam superficialmente desse sentimento de culpa. O antissemitismo lhes oferece a gratificação de serem “boas” e inocentes e de colocar o ônus em alguma entidade visível e altamente personalizada.³²⁶

(ii) A síndrome convencional, pela qual a adesão integral e incondicional a padrões sociais preestabelecidos preponderaria sobre quaisquer desconfortos.

(iii) A síndrome autoritária, ponto em que Adorno ressalva que tendências sádicas e masoquistas seriam gratificadas na sociedade, além de que parte do caráter autoritário adviria da transmutação do ódio ao amor – ódio pelo pai em confronto com o amor primário pela mãe. Nessa transformação, uma parte dos resquícios da agressividade precedente seria convertida em masoquismo e outra parcela seria transmudada em tendências sádicas, por sua vez direcionadas ao *outgroup*. Em um nível de delírio, os judeus assumiriam o papel do pai odiado, tornando-se rivais e alvos de ataque.³²⁷

(iv) A rebeldia e a psicopatia, características menos rígidas das verificáveis nos que exibiam a síndrome autoritária de modo exacerbado, revelariam uma deformação do “supereu”. Antissociais e fracassados no que tange ao desenvolvimento e à moldagem civilizacional, indivíduos rebeldes e tidos como “psicopatas” executavam as mortes, as torturas e as barbáries idealizadas pelo nazifascismo.

(v) A alucinação, típica de indivíduos paranoicos, demasiado projetivos, desconfiados, tendentes a teorias conspiratórias e afinados à psicose. O padrão era verificável, por exemplo, em mulheres e idosos socialmente isolados pelo processo econômico de produção. Tornando-se fanáticos, alguns formavam seitas nas quais calcavam ideários de superioridade racional e comungavam de ilusões, creditando a si próprios uma intelectualidade falseada.

(vi) A manipulação, tida por Adorno como a síndrome mais danosa, configuraria um realismo extremo e uma certa compulsão por tratar tudo e todos como objetos passíveis de utilização e apreensão. Homens de negócios e aristocratas apresentariam tal padrão. Mencionando Heinrich Himmler³²⁸ como símbolo dos manipuladores, Adorno pondera: “Sua inteligência sóbria, junto com a ausência quase completa de quaisquer afetos, torna-os

³²⁶ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 538.

³²⁷ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 545.

³²⁸ Nomeado por Hitler como Comandante do Exército de Reserva e um dos principais líderes do partido nazista.

talvez os mais impiedosos de todos. Seu modo organizacional de olhar para as coisas os predispõe a soluções autoritárias”.³²⁹

Embora o Terceiro Reich seja irrepitível por conta da singularidade do momento histórico em que eclodiu, tendo em vista a economia, a política e a sociedade alemãs na primeira metade do século XX, e, apesar de o fascismo – como regime – ter sido militarmente derrotado na Europa continental em igual período, Adorno avalia que a barbárie extrema dos movimentos nazifascistas pode ser revivida. Em seu prestigiado ensaio “Educação após Auschwitz”, Adorno externaliza tal risco em forma de alerta:

Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação. Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora.³³⁰

Com efeito. Na concepção adorniana, os pressupostos sociais do fascismo permanecem: mantém-se, pois, a ameaça de radicalismos à direita. Isso porque a concentração do capital ainda predomina, desqualificando, de quando em quando, camadas burguesas que anseiam preservar e majorar seus *status* sociais e temem a proletarização. Além disso, a propaganda continua sendo uma técnica de psicologia das massas, e o modelo da personalidade permanece fixado na autoridade.³³¹

Assim, conquanto sabedor de que o radicalismo de direita não constitui um problema psicológico e/ou de cunho ideológico, mas concreto e político, Adorno sugere que truques propagandistas e outras estratégias do autoritarismo exacerbado sejam revelados, descritos, compreendidos e nomeados, a fim de que as massas se imunizem contra eles.

2.4.4 Herbert Marcuse

O psicanalista Herbert Marcuse, que empreendeu uma leitura filosófica da psicanálise, transpôs as premissas freudianas para os campos social e histórico e priorizou as dimensões psicológica e pulsional em seus estudos, além de compor a cúpula da Escola de Frankfurt junto a Horkheimer e Adorno, com os quais compartilhou o diagnóstico da dialética do esclarecimento.

³²⁹ ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, cit., p. 562.

³³⁰ ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: _____. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119.

³³¹ ADORNO, Theodor. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 67.

Criticado por uma suposta conversão ao utopismo, Marcuse se distanciou de Horkheimer e Adorno quanto à trajetória acadêmico-profissional no pós-guerra, porque, enquanto estes se refugiaram nas artes e na filosofia – enclausurando-se em “torres de marfim” –, Marcuse se rendeu ao ativismo, entusiasmando movimentos estudantis na década de 1960. Como explicação para tal distanciamento, Joel Whitebook referencia uma “falta de limitação teórica” de Marcuse em comparação com uma “dialética fina e sutil de Adorno, que não poderia jamais resultar num clamor para a guerra”. Além disso, segundo o pesquisador, “Marcuse frequentemente escreveu num estilo declamatório que é muito mais próximo das *Teses sobre Feuerbach* do que da *Minima Moralia*”.³³²

Atuando como analista de informações da Inteligência junto a Neumann e a Kirchheimer para o Escritório de Serviços Estratégicos, a agência de inteligência precursora da CIA, Marcuse teria atribuído sua contribuição com o governo estadunidense ao intento de derrotar o fascismo, o que o blindaria de qualquer crítica por essa parceria.³³³

Então, sendo o responsável por cunhar o conceito de “sociedade unidimensional”, o qual corresponderia à dinâmica do Iluminismo, Marcuse se valeu do freudismo para compreender os mecanismos pelos quais a cultura unidimensional é interiorizada e perpetuada, tal como Horkheimer e Adorno avaliaram a introjeção nos indivíduos de valores e estruturas do Iluminismo.³³⁴

A satisfação das necessidades reais ou imaginárias dos sujeitos nas distintas classes sociais – no grau decorrente do avanço técnico alcançado pelo capitalismo monopolista – enseja o fortalecimento de uma ideologia comum, sem espaço para a insurgência. Luiz Antonio da Silva Peixoto observa que “o indivíduo acaba despojado de toda personalidade, não tem espessura nem relevo, está perfeitamente nivelado, ou seja, é *unidimensional*.”³³⁵

Lastreado na psicanálise e nas concepções primárias de Marx, Marcuse tenta compreender as razões pelas quais a classe proletária aderira ao nazismo, tomando para si interesses sociopolíticos extrínsecos. É o que sintetiza Marcos Alcyr Brito de Oliveira:

Marcuse, conjuntamente com os integrantes da chamada Escola de Frankfurt, adeptos da teoria crítica, com uma ótica humanista partindo do “homem”, passa a utilizar a Psicanálise para tentar entender a submissão do proletariado, que seria o sujeito histórico das transformações sociais, à ideologia nazista, o porquê de esta classe deixar-se seduzir pelo nazismo.

³³² WHITEBOOK, Joel. A união de Marx e Freud, cit., p. 117.

³³³ JEFRIES, Stuart. *Grande Hotel Abismo*, cit., p. 267.

³³⁴ ROUNAT, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise. 3ª edição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 200.

³³⁵ PEIXOTO, Luiz Antonio da Silva. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v11n1/artigos/html/v11n1a08.html>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

Utiliza-se da tese de que o homem na sociedade capitalista é normalmente alienado, salienta a ideia de uma sociedade doente, retomando a temática da alienação do trabalho humano desenvolvida por Marx nas suas obras de juventude.³³⁶

Em arquivos reunidos por seu filho na obra *Tecnologia, guerra e fascismo*, Marcuse intenta demonstrar que a sociedade nacional-socialista elevou os indivíduos em seus instintos mais brutais e organizou a forma mais agressiva e destrutiva do imperialismo.³³⁷ Sua estruturação ocorre, de acordo com a argumentação do autor, a partir de condições fomentadas pelo êxito da burguesia em sua luta contra o sistema feudal. Essas circunstâncias foram elencadas por John Abromeit e W. Mark Cobb:

... divisão da sociedade em classes antagônicas; desemprego estrutural e crises periódicas; concentração crescente de riqueza e poder social nas mãos de grandes monopólios; formas repressivas de socialização que instilaram submissão acrítica à autoridade; e formas afirmativas de cultura que encobrem as contradições sociais reais.³³⁸

Sob o pressuposto comumente aceito de que o nacional-socialismo não constituiu nem uma revolução, tampouco uma restauração do antigo *Reich*, Marcuse põe em xeque a dualidade totalitária atribuída ao regime fascista alemão, isto é, a concepção de que o nacional-socialismo se expressava em um Estado totalitário mediante uma sociedade com igual característica. Em seu entendimento, o nacional-socialismo não formou um Estado totalitário, na medida em que aboliu a divisão entre Estado e sociedade, própria dos Estados modernos – incluindo os absolutistas e os totalitários. Em essência: “O próprio Estado, portanto, não é “totalitário”, é antes o partido nazista que procura controlar a vida política, social e cultural, deixando, no entanto, a propriedade dos meios de produção nas mãos da classe capitalista”.³³⁹

Sob o governo nacional-socialista, os grupos dominantes ditavam as regras sociais direta e imediatamente, eliminando a abstração, a autonomia e a superioridade estatais: inexistia um apartamento, ainda que aparente, entre Estado e os interesses econômicos imperialistas. Desprezavam-se, por conseguinte, as características do Estado moderno,

³³⁶ OLIVEIRA, Marcos Alcyr Brito de. *Sujeito de direito e marxismo: da crítica humanista à crítica anti-humanista*. São Paulo: Alfa Omega, 2017, p. 246.

³³⁷ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Unesp, 1999.

³³⁸ ABROMEIT, John; COBB, W. Mark (Eds.). *Herbert Marcuse: a critical reader*. New York: Routledge, 2004.

³³⁹ SANTOS, Gisele Silva. *Herbert Marcuse: crítico da sociedade tecnocrática*. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009, p. 59.

notadamente o domínio da lei, o monopólio do poder coercitivo e a soberania nacional. Mesmo a separação dos poderes, teorizada por Montesquieu, remanesceu desatendida.³⁴⁰

Ao fundamento de que vigorava uma pluralidade de ordens, o fascismo alemão aboliu o caráter universal da lei e o substituiu por uma variedade de direitos categorizados. Assim, autoridade dos julgadores foi reforçada, evidenciando privilégios sociais e políticos. Adicionalmente, leis retroativas eram promulgadas por conveniência política. Nas palavras de Marcuse: “A lei não é mais uma realidade estabelecida e geralmente conhecida que equilibra os interesses sociais e políticos, mas a expressão direta destes próprios interesses, mudando constantemente, à medida que mudas as exigências sociais e políticas”.³⁴¹

O resgate de uma política imperialista direta e imediata, dispensando-se a autonomia estatal, ocorreu em um contexto de frustrações econômicas após a Primeira Guerra Mundial. Embora houvesse reconstruído e modernizado seu aparato industrial, a Alemanha perdera mercado externo, sofrera a diminuição do mercado interno e adotara, na República de Weimar, uma legislação social incompatível com a lucratividade almejada pelos grupos dominantes.³⁴²

Diante disso, o nacional-socialismo defendeu a transformação do Estado democrático em um sistema que restaurasse a eficiência alemã em meio a um mercado internacional no qual a competição era bastante acirrada. Propagou-se, então, que somente um sistema autoritário, em que a economia seria gerida por decisões políticas, e não por resoluções econômicas, destacaria a Alemanha no cenário mundial.³⁴³ Nesse passo, o Estado nacional-socialista avocou os riscos que o empresariado não ousava assumir, transformou forças econômicas em forças políticas diretas e liquidou todo e qualquer empecilho contra a utilização integral da capacidade industrial.³⁴⁴

Foi assim que o nacional-socialismo operou um controle rígido do mercado, isto é, da produção, do investimento e do consumo, favorecendo grandes monopólios na mesma proporção em que exterminara pequenos e médios produtores, tornando-os submissos aos conglomerados eficientemente aparelhados. No âmbito social, as classes médias foram rebaixadas, e os operários sofreram um processo bem próximo ao de escravização.³⁴⁵

³⁴⁰ SANTOS, Gisele Silva. *Herbert Marcuse*, cit., p. 59.

³⁴¹ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 110.

³⁴² MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 370-371.

³⁴³ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução...*, cit., p. 370-371.

³⁴⁴ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 114.

³⁴⁵ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução...*, cit., p. 374.

Em paralelo, o partido nacional-socialista matinha um aparato ideológico e terrorista que reprimia possíveis insurgências no presente ao mesmo tempo em que prevenia potenciais oposições futuras. Em sua contribuição ao estudo da gênese da *Filosofia da psicanálise*, Silvio Ricardo Gomes Carneiro avaliou que: “o fascismo libera as forças vitais contrárias ao racionalismo crítico, estabelecendo um terreno que vai ‘além do bem e do mal’ e que parte do aquém da razão, impondo-se como além da razão.”³⁴⁶

As polícias, secretas ou regulares, constituíam um monopólio do partido, e a formação educacional dos jovens era por ele controlada. E junto ao partido, por vezes em sobreposição a ele, as forças armadas formavam a tríade pela qual o Estado nacional-socialista, soberanamente, monopolizava o poder coercitivo em prol de interesses imperialistas. A indústria, o partido e as forças armadas constituíram, então, as três hierarquias dominantes do sistema fascista alemão.

Harmonizadas em torno do líder e pelo líder, o qual personificava a raça alemã com sua vontade e sabedoria infalíveis, as três hierarquias se subjugavam e se submetiam aos ditames do *Führer* por pura conveniência, não porque compactuassem com sua ideologia. Enquanto Hitler detivesse o controle das massas e estimulasse o processo concorrencial, eliminando os menos eficientes, os grupos dominantes se manteriam aliados a ele e fiéis ao regime nazista. Marcuse assim explica o oportunismo que conecta os grupos dominantes ao *Führer*:

Hitler lhes prometeu continentes como mercados exclusivos e todas as populações dos territórios conquistados como fregueses e fornecedores compulsórios. As forças armadas alemãs estão em marcha para garantir estas promessas. Os atuais dirigentes da Alemanha não acreditam em ideologias nem no poder misterioso da raça, mas seguirão seu líder enquanto ele mantiver a figura que sustentou até agora: o símbolo vivo da eficiência.³⁴⁷

Voltado à conquista do mercado mundial, o Estado nacional-socialista convergia forças econômicas, sociais e políticas, explorando ao máximo, sob os valores da velocidade, precisão e eficiência, a força de trabalho e os recursos naturais de que dispunha. Assim, enquanto controlava a competição interna e mantinha os trabalhadores sob seu jugo, o nacional-socialismo consumou o individualismo competitivo em vez de dominar o auto interesse exacerbado que as nações democráticas haviam tentado conter.³⁴⁸

³⁴⁶ CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. *O discurso ontológico e a teoria crítica de Herbert Marcuse: gênese da filosofia da psicanálise (1927-1955)*. 2008. 267f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.156-157.

³⁴⁷ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 117.

³⁴⁸ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 121.

Dessa maneira, as massas que representavam o Terceiro Reich eram formadas por indivíduos que se juntavam e se fortaleciam nesse elo para preservar interesses privados – não por propósitos coletivos. Conscientes de que a união os respaldava em seus intentos particulares, os seguidores do *Führer* se mantinham próximos por sobrevivência, pelo instinto de autopreservação.

Recorrendo à obra *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, de Marcuse, Luiz Antonio da Silva Peixoto conceitua a sociedade tecnocrática sob análise:

Tudo nela, homens e coisas, aparece como produto do conformismo social. Neste estágio, os direitos e as liberdades perdem sua vitalidade e se esvaziam de seu conteúdo. A independência de pensamento e o direito à oposição política perdem sua função crítica no momento em que a organização dessa sociedade a torna cada vez mais apta a satisfazer as necessidades individuais.³⁴⁹

Marcuse pondera que o princípio da eficiência serviu tanto ao fortalecimento dos grandes conglomerados industriais – uma vez que pequenos e médios produtores não detinham espaço em um âmbito altamente competitivo – quanto à manutenção, à majoração e ao aprimoramento da força de trabalho.³⁵⁰ Esta, por ser tida como fundamento da grandeza e do poder da nação, passa a ser também objeto de refinamento e é submetida a um sistema de educação direcionado à elevação física, moral e intelectual dos trabalhadores. Em sua obra *Fascism and political theory: critical perspectives on fascist ideology*, Daniel Woodley anota: “Para Marcuse, a função totalitária do fascismo alemão era estender o padrão existente de atomização na sociedade de classe industrial, promovendo o dinamismo no trabalho e o dever do sacrifício.”³⁵¹

O lazer passa a ser conjugado ao trabalho, opondo-se à dualidade destas duas atividades (trabalho-lazer), que vigorava na ordem capitalista liberal. Com essa junção, suprimia-se a independência propiciada pela privacidade em momentos de diversão ou descanso dissociados do labor. Como compensação por essa supressão, o nacional-socialismo ofertava segurança econômica aos trabalhadores. Assim, a promessa de amparo e estabilidade mantinha oprimidos todos os alemães submetidos ao regime nazista – não somente os inimigos que se intentava exterminar –, dado que a economia imperialista era necessariamente vinculada à opressão e à escassez.

³⁴⁹ PEIXOTO, Luiz Antonio da Silva. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio, cit.

³⁵⁰ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 123.

³⁵¹ Tradução nossa do original: “For Marcuse, the totalitarian function of German fascism was to extend an existing pattern of atomization in industrial class society by fostering dynamism in labor and the duty of sacrifice”. WOODLEY, Daniel. *Fascism and political theory: critical perspectives on fascist ideology*. Nova York: Routledge, 2010, p. 226.

Por conseguinte, diante da insuficiência da segurança econômica, o nacional-socialismo aboliu alguns tabus na esfera da dominação social para transparecer que concedia liberdade. E Marcuse indaga se o modo como se concedeu essa liberdade não agravaria, ao invés de atenuar, a submissão dos indivíduos a um sistema que tolhe suas potencialidades. Tais concessões são assim exemplificadas por ele:

Os fatos são bem conhecidos e basta mencioná-los. O Terceiro Reich aboliu a discriminação contra mães e filhos ilegítimos, encorajou relações extramatrimoniais entre os sexos, introduziu um novo culto da nudez na arte e entretenimento e dissolveu as funções protetoras e educacionais da família. Frequentemente estas mudanças foram consideradas como algo que tendia à destruição das fundações sociopsicológicas da civilização ocidental.³⁵²

Em resposta positiva à indagação, isto é, a fim de defender que a liberdade associada à abolição dos tabus não implicou na emancipação concreta dos indivíduos, Marcuse aponta três fatores: (i) o nacional-socialismo desvencilhou o prazer sexual da relação marital (“amorosa”), mas o vinculou a uma finalidade política (ao controle populacional), reprimindo ainda mais os instintos sexuais; (ii) a prática sexual passou a ser manipulada politicamente (com estímulos à gravidez e/ou a casamentos), submetendo os indivíduos cujo prazer mais íntimo era incitado pelo Estado a uma dominação ainda mais pungente; e (iii) a fim de incutir um sentimento de superioridade nas massas e consequente ojeriza pelos que não as compunham (os inimigos do regime), o nacional-socialismo só concedia as novas liberdades aos membros da “raça alemã”.³⁵³

Tais fatores revelam a utilização inoficiosa de mecanismos sociopsicológicos que perpetuaram a dominação dos alemães enquanto os transformaram em carrascos dos grupos que se pretendia exterminar. Em seu artigo “A atualidade de Marcuse: contrarrevolução e resistência”, Robespierre de Oliveira aponta:

As contradições do Estado nazista mostram como tais contradições fazem parte, embora não sejam determinantes do próprio Estado, pois ao mesmo tempo em que aparentava liberalidade em relação ao sexo, o Estado era extremamente conservador, valorizando a tradição de um passado mítico.³⁵⁴

Marcuse menciona os apelos e os impulsos de que os nacional-socialistas se valeram para dominar seus seguidores e lhes direcionar o comportamento:

Os liberadores apelam para impulsos que mantinham os indivíduos liberados presos à frustração social e à submissão: apelam para o ressentimento, a inveja, a crueldade, o ódio ao companheiro mais fraco. Estes impulsos florescem somente

³⁵² MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 126-127.

³⁵³ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 128-129.

³⁵⁴ OLIVEIRA, Robespierre de. A atualidade de Marcuse: contrarrevolução e resistência. *Revista Ideação*, [S.l.], n. 36, p. 45, jul.-dez. 2017.

num sistema social antagônico e, fomentando-os, o regime perpetua o sistema dominante na estrutura do caráter dos indivíduos e faz que suas reivindicações e protestos passem dos executores para suas vítimas.³⁵⁵

Derradeiramente, o autor reputa à educação nacional-socialista dos jovens a curiosa naturalização (além de uma absurda excitação) diante do sofrimento atroz a que seres humanos eram submetidos dentro e fora dos campos de concentração. Acionando intensos mecanismos de identificação dos jovens para com os que ordenavam e executavam torturas e extermínios, o sistema educacional enfraquecia instintos de rebeliões e protestos que deveriam ser espontâneos diante do padecimento humano, sobretudo por parte da juventude.³⁵⁶

Os estímulos para a insurgência, a rebelião e o protesto eram também enfraquecidos esteticamente. O fascínio, a beleza e a ordem que circundavam a rotina alemã induziam os indivíduos que dela participavam a se contentar com a realidade que os oprimia, além de aniquilar outros seres humanos, assim invisibilizados. Discorreu sobre o tema o professor Luiz Antonio da Silva Peixoto: “A satisfação estética e intelectual da classe dominante era assegurada através das privações impostas à maioria, isto é, à classe trabalhadora, cujo trabalho gerava o excedente sem o qual a esfera da cultura careceria de base material.”³⁵⁷

Em *Razão e revolução*, obra cuja primeira parte foi dedicada a Hegel e na qual Marcuse tentou denotar que as premissas hegelianas são hostis às tendências que conduziram à teoria e à prática fascistas, há esboços históricos do totalitarismo e digressões sobre a rejeição do nacional-socialismo às definições hegelianas de Estado, bem como discussões sobre um ressurgimento dessas mesmas definições em prol do fascismo implementado por Mussolini. Além disso, Marcuse atribuiu o surgimento do fascismo aos conflitos entre o sistema democrático e a monopolização industrial em ascensão, pois a legislação social que amparava o operariado constituía um entrave à desenfreada expansão de grandes grupos industriais. Segundo explicações do autor:

Na Europa, depois da primeira Grande Guerra, a engrenagem industrial, altamente racionalizada e em rápida expansão, encontrava crescente dificuldade de utilização, principalmente devido à ruptura do mercado mundial e à ampla rede de legislação social ardentemente defendida pelo movimento trabalhista. Nesta situação, os mais poderosos grupos industriais tendiam a assumir diretamente o poder político para organizar a produção monopolista com o fim de destruir a oposição socialista e retomar o expansionismo imperialista.³⁵⁸

³⁵⁵ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 129.

³⁵⁶ MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo...*, cit., p. 130.

³⁵⁷ PEIXOTO, Luiz Antonio da Silva. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio, cit.

³⁵⁸ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução...*, cit., p. 370.

Quanto à oposição do regime nazista a Hegel em contraposição à postura italiana – que se valera da concepção hegeliana como manobra ideológica contra a fraqueza do liberalismo –, Marcuse invoca a diversidade das conjunturas históricas que as duas ideologias fascistas tinham de confrontar:

Ao contrário da Itália, o Estado alemão havia sido uma realidade poderosa e solidamente estabelecida, cujos fundamentos nem mesmo a República de Weimar conseguira abalar. Ele era um *Rechtsstaat*, um sistema político racional completo, com esferas de direitos e liberdades demarcadas e reconhecidas, que não poderiam ser utilizadas pelo novo regime autoritário. Além disto, este último podia desfazer-se daquela forma de Estado porque os poderes econômicos que se escondiam por trás do movimento Nacional-Socialista eram, desde muito, fortes bastante para governarem diretamente, sem a mediação desnecessária de formas políticas que, pelo menos, teriam de conceder um mínimo de igualdade e garantia legais.³⁵⁹

Mencionando Carl Schmitt, o mais importante filósofo político do Terceiro Reich, Marcuse também elucida que a repulsa do nacional-socialismo ao conceito hegeliano de Estado fora evidenciada na substituição da clássica dicotomia entre Estado e sociedade por Estado, movimento (o partido) e povo (*volk*) – trindade na qual o primeiro é superado e determinado pelo movimento e por sua liderança, perdendo a marca de derradeira realidade política.³⁶⁰

³⁵⁹ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução...*, cit., p. 372.

³⁶⁰ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução...*, cit., p. 372-373.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISES MARXISTAS CONTEMPORÂNEAS: O “NOVO MARXISMO”

Este terceiro e último capítulo da primeira unidade aglutina os althusserianos Charles Bettelheim e Nicos Poulantzas, dois representantes do “novo marxismo”, além das seguintes correntes nele compreendidas, de acordo com a sistematização de Alysson Mascaro: o derivacionismo, alternativismos políticos, a nova crítica do valor e tangentes do novo marxismo e do pós-marxismo.

3.1 Charles Bettelheim

Charles Bettelheim foi um dos economistas marxistas que se debruçaram sobre os meandros do sistema econômico da Alemanha ao tempo do hitlerismo. A obra em que ele compilou análises formatadas antes do término da Segunda Guerra Mundial, *La economía alemana bajo el nazismo*³⁶¹, norteará o tópico a esse autor reservado.³⁶² Em sua produção, sob o ângulo da economia política, Bettelheim ratificou os estreitos liames entre o grande capital industrial e o aparato nazista, além da dependência estatal pelos grandes monopólios como um entrave fulcral das sociedades capitalistas ocidentais.

A obra mencionada é composta de dois volumes divididos em duas partes. O primeiro trata, inicialmente, da dinâmica da economia alemã entre 1860 e 1933 e da ascensão do nacional-socialismo ao poder. Na segunda parte, é apresentada a estrutura da economia alemã em capítulos que abordam as cidades e os campos, as diferentes classes sociais, a propriedade privada, as formas de concentração de capitais (cartéis e trustes) e as medidas

³⁶¹ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1972, v. 1-2.

³⁶² A dissertação intitulada “Contribuições a uma sistematização sobre a teoria da transição e o papel do direito no socialismo a partir da experiência chinesa” (2015), de Irene Maestro Sarrión dos Santos Guimarães, apresenta um itinerário da trajetória política e intelectual de Charles Bettelheim. Evidenciam-se três fases reflexivas desse autor: (i) a vinculação ao Partido Comunista Francês em 1933 e o tratamento da questão colonial; e (ii) a adesão ao althusserianismo; (iii) a produção de *A luta de classes na URSS*. Referência acerca da dissertação: GUIMARÃES, Irene Maestro Sarrión dos Santos. *Contribuições a uma sistematização sobre a teoria da transição e o papel do direito no socialismo a partir da experiência chinesa*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1157/1/Irene%20Maestro%20Sarrión%20dos%20Santos%20Guimaraes.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

que contribuía para tal concentração, bem como os grandes bancos e as companhias securitárias, entre outros temas.

O volume seguinte, o qual mais nos interessa pela sua especificidade, reúne avaliações acerca do Estado, da economia e de como o sistema econômico alemão se desenvolveu sob o regime nazista. Quanto à relação entre nação e economia, Bettelheim debate a intervenção estatal na terceira parte da obra em itens concernentes às empresas públicas, à atividade bancária e à regulação de preços e salários. Além disso, correlaciona a atuação do Estado com o mercado mundial, esmiuçando o controle de câmbios e as intervenções favoráveis à exportação. Na quarta e derradeira divisão, o autor se empenha no estudo da economia nazista e a expõe no que concerne à indústria e a agricultura, aos mercados internos e à relação da Alemanha com o mercado externo, evidenciando também o financiamento da política econômica.

Segundo Bettelheim, os textos que formam o livro resultaram de análises requeridas por militantes trotskistas que se impressionaram com sua tese sobre o planejamento econômico soviético, defendida pouco antes da Segunda Guerra. Essa curiosidade contextual consta de um artigo de François Denord e Xavier Zunigo nos seguintes termos:

Charles Bettelheim parece ter participado pouco nas atividades militantes do POI (Partido Operário Independente), para o qual escreveu principalmente um panfleto sobre a economia alemã, do qual se extrai *A economia alemã sob o nazismo*: uma face da decadência do capitalismo (Paris, Marcel Rivière, 1946). “Pouco antes da guerra, eu havia defendido minha tese de economia sobre o planejamento soviético e fui visitado por militantes trotskistas que ficaram favoravelmente impressionados com a maneira como analisei as coisas (...). Os bolcheviques-leninistas eram realmente uma organização pequena, que não tinha muito peso. Quando a guerra estourou, eles acreditavam que poderiam desempenhar um papel muito importante por causa das posições ambíguas, no início, do PCF. Eles entraram em contato comigo novamente para perguntar se eu concordaria em participar de suas atividades. Aceitei sob a forma de textos, análises que lhes daria (...). Eles me pediram sobretudo análises sobre o nazismo.”³⁶³

³⁶³ Tradução nossa do original: “Charles Bettelheim semble n’avoir que peu participé aux activités militantes du POI, pour lequel il a surtout rédigé une brochure sur l’économie allemande, d’où est en partie tiré *L’Économie allemande sous le nazisme: un aspect de la décadence du capitalisme* (Paris, Marcel Rivière, 1946). «J’avais juste avant la guerre soutenu ma thèse d’économie sur la planification soviétique et j’avais eu la visite de militants trotskistes qui avaient été très favorablement impressionnés par la façon dont j’analysais les choses [...]. Les bolcheviks-léninistes, c’était vraiment une petite organisation, qui n’avait pas beaucoup de poids. Quand la guerre a éclaté, ils ont cru qu’ils allaient pouvoir jouer un très grand rôle en raison des prises de position équivoques, au début, du PCF. Ils ont repris contact avec moi pour me demander si j’accepterais de participer à leurs activités. Je l’ai accepté sous forme de textes, d’analyses que je leur remettrai [...]. Ils m’ont demandé surtout des analyses sur le nazisme. »”. DENORD, François; ZUNIGO, Xavier. “Révolutionnairement vôtre”: économie marxiste, militantisme intellectuel et expertise politique chez Charles Bettelheim. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 3, 2013.

O mesmo artigo informa que Bettelheim angariou o cargo de diretor da *École des hautes études em sciences sociales* (em português, Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais) depois de Lucien Febvre, um importante historiador francês, ter tido acesso às análises econômicas objeto deste tópico:

Foi Lucien Febvre quem leu meu texto sobre a economia alemã sob o nazismo e decidiu (ele era muito autoritário em seu campo) que eu deveria encontrar uma vaga na Escola de Estudos Avançados, mas ele nem sequer comentou isso comigo. Uma noite recebi um telefonema dele dizendo: “Você foi eleito Diretor de Estudos na Escola de Estudos Avançados”. Eu não tinha me candidatado. Serviu-me bem porque era um cenário onde eu poderia falar como queria, não tinha um programa prefixado. Agradei-lhe. Depois disso, o vi muitas vezes. Ele me ajudou quando o Daniel Mayer me fez sair do Ministério do Trabalho, ele me arranhou um cargo de pesquisador do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica). Fui à Alemanha para fazer um inquérito sobre a situação econômica em 1948. (...) Ele tinha gostado disso. Provavelmente, foi por isso que ele propôs então a minha candidatura.³⁶⁴

Comparando os intuítos analíticos de Bettelheim com os do frankfurtiano Franz Neumann, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida evidencia três dos principais escopos que nortearam os estudos expressos em *A economia alemã sob o nazismo*, sendo eles:

... distinguir o nazismo do socialismo; destacar os pontos de afinidade do primeiro com o capitalismo, especialmente em sua fase monopolista; e, em decorrência, sinalizar o potencial de fascismo presente nas formações sociais capitalistas do século XX.³⁶⁵

A exemplo de Neumann e de outros autores, Bettelheim identifica e explora as circunstâncias em que o nazismo emergiu, os conflitos econômicos com os quais o regime se deparou e a sua incapacidade de apaziguá-los.

A Alemanha enfrentava restrições nos mercados interno e externo quando Hitler se sagrou vitorioso. O reaquecimento do primeiro era prioritário e exigia medidas que minorassem os índices de desemprego e liquidassem o excedente de capital fixo. Por outro

³⁶⁴ Tradução nossa do original: “«C’est Lucien Febvre qui avait lu mon texte sur l’économie allemande sous le nazisme et avait décidé (il était très autoritaire dans son domaine) que je devais trouver une place à l’École des hautes études mais il ne m’en a même pas parlé. Et un soir, je reçois un coup de téléphone de lui me disant : “Vous avez été élu Directeur d’études à l’École des hautes études.” Je n’avais pas posé de candidature. Ça m’arrangeait bien parce que c’était un cadre où je pouvais parler comme je le voulais, je n’avais pas de programme préfixé. Alors j’ai accepté. Je l’ai remercié. Ensuite, je l’ai souvent vu. Il m’avait dépanné quand Daniel Mayer m’avait fait quitter le ministère du Travail, il m’avait trouvé un poste de chargé de recherches au CNRS. J’ai été en Allemagne faire une enquête sur la situation de l’économie en 1948. [...] Ça lui avait plu. C’est sans doute pour cela qu’il a ensuite proposé ma candidature»”. DENORD, François; ZUNIGO, Xavier. *Révolutionnairement vôtre...*, cit.

³⁶⁵ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Estado, relações de classes e totalitarismo: algumas aproximações. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, IX., 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Cemarx, 2018. Disponível em: <<https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/estado-relac3a7c3b5es-de-classes-e-totalitarismo-algumas-aproximac3a7c3b5es-lc3bacio-flc3a1viorodrigues-de-almeida-puc-sp.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

lado, dada a influência dos mercados entre si, resoluções voltadas às relações exteriores também eram prementes. Isso porque a capacidade produtiva da indústria alemã dependia de importações, uma vez que grande parte da matéria-prima provinha do exterior. Daí o impacto das restrições no mercado mundial sobre o interno, ou seja, sobre o potencial produtor da nação.

Sucedeu que o governo nazista camuflava as suas deficiências no mercado externo e negava que a Alemanha estivesse sob uma crise de superprodução após 1933, início do domínio hitlerista. Propagava-se, *a contrario sensu*, que as crises cíclicas e as restrições da economia capitalista estariam superadas – o que era concretamente improvável, na medida em que economias capitalistas marcadas pela superprodução de bens de consumo ensejavam crises cíclicas.

Com efeito, economias capitalistas estão imersas em crises: nelas se estruturam e a partir delas se fortificam. E o Estado, derivado que é da forma-mercadoria, carece de aptidão para as resoluções socialmente perseguidas. Conforme esclarecimentos de Alysson Mascaro em obra vanguardista que expõe reflexões e conclusões sofisticadas quanto às formas sociais do capitalismo:

A burocracia estatal não se levanta acima das classes, grupos e indivíduos de tal modo que seja um sujeito onisciente, tampouco é totalmente poderosa e independente em relação a estes. É por isso que seu papel agente e reagente no quadro da dinâmica da reprodução das relações sociais capitalistas não pode ser pensado como necessariamente salvador das condições gerais da sociabilidade. O Estado não é o garantidor totalmente funcional do equilíbrio capitalista ideal. Ele está atravessado pelas próprias contradições que são oriundas das estruturas da exploração da força de trabalho pelo capital, numa sociedade fundada em antagonismos. A revolta das massas exploradas e despossuídas, a disfuncionalidade da regulação média da economia, a inflação, a superprodução, o desemprego, a crise de mudança tecnológica e de despreparo de meios produtivos e a tendência de diminuição na taxa de lucros são sintomas de que a reprodução geral não é totalmente controlada a partir da ação da burocracia estatal, justamente porque o Estado não se forma como capitalista geral nem como poder materialmente soberano em relação às contradições das relações capitalistas.³⁶⁶

Internamente, a superprodução se justificava não pela carência de rendimentos para o consumo. Embora houvesse necessidades, inexistia poder de compra. Verificava-se, então, um subconsumo.

Outro fator que gerava e agravava as restrições do mercado interno era o desenvolvimento dos monopólios privados e da economia a eles direcionada. Diante de

³⁶⁶ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82.

parcas oportunidades de investimento interno (dado que o aparato produtivo era subutilizado), o capital monetário era exportado, e a dívida pública aumentava.

Antes da crise de 1929-1930, a Alemanha já subutilizava seu aparato industrial. Depois, parte da produção interna, subsidiada pelo Estado, voltou-se à preparação bélica, direcionando-se ao exército e à composição de estoques para a guerra. Porém, a população em geral não financiou tal trabalho, pois, além de carecer de renda, o povo não era o seu destinatário final. Entretanto, a economia de guerra por si só não é capaz de explicar o declínio dos bens de consumo – mas compreende o capital monopolista. Com o determinante amparo estatal, os monopólios controlavam a produção para o mercado interno a fim de não gerar excedentes e regular os preços, impedindo reduções. É o que explica Bettelheim:

O declínio dos bens de consumo destinados ao mercado decerto pode ser parcialmente atribuído à economia de guerra e à preparação para a guerra, mas é verdadeiramente atribuível (exceto pelo período de guerra em si) aos propósitos dos monopólios auxiliados pelo Estado para que os limites do mercado não fossem ultrapassados, a fim de evitar precisamente o excesso de produção e a baixa dos preços.³⁶⁷

Alysson Mascaro também aclara tal ponto em artigo diverso da obra já mencionada e em análise às conclusões de Bettelheim:

Numa economia de capitalismo monopolista na qual o rendimento se vê entravado por impossibilidades de circulação externa, o papel de uma indução estatal de guerra vai apenas até um limite, dado que a distribuição de riquezas está condicionada à manutenção dos mesmos padrões que geram os impasses de acumulação. Bettelheim chama a atenção para o fato de que, em parcial diferença em relação à indução econômica de uma economia de tipo socialista – tratando, no caso, da experiência soviética –, cuja margem de ação é bastante mais ampla, a intervenção nazista sustenta uma divisão social da propriedade e, por consequência, dos rendimentos mediante a forma de salários, benefícios, juros, rendas, benefícios de monopólios.³⁶⁸

Com efeito. Contrariamente ao que defendiam os apoiadores do nazismo, a intervenção governamental na economia sob a gestão hitlerista não era significativa a ponto de minar ou restringir a atuação e as estratégias das grandes indústrias unidas em cartéis. Não era o Estado nazista, mas sim o mercado, com óbvias ambições de majoração dos lucros, quem controlava e orientava a economia. Ainda que o governo nazista interviesse economicamente mediante congelamento de salários, controle de preços, regulação de investimentos, administração do câmbio e instituição de políticas voltadas à administração

³⁶⁷ Tradução nossa do original: “La disminución de objetos de consumo destinados al mercado puede, ciertamente, atribuirse en parte a la economía de guerra y de preparación a la guerra, pero sobre todo es atribuible (salvo para el período de guerra propiamente dicho) a la voluntad de los monopolios ayudados por el Estado de no superar los límites del mercado, con objeto precisamente de evitar la superproducción y la baja de los precios”. BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v. 2., p. 179.

³⁶⁸ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *O marxismo e Weimar*, cit., p. 61.

da demanda e de alocação da força de trabalho, entre outras medidas, as diretrizes monopolistas preponderavam.

Nota-se que a preservação dos monopólios era incompatível com o soerguimento dos mercados alemães interno e externo: enquanto apoiasse o capital monopolista, o nazismo e qualquer outro governo capitalista naturalmente ancorado no regime de acumulação não obteria resultados práticos significativos em comparação com uma economia de livre concorrência. Assim, o governo nazista, em parceria com o capitalismo monopolista, fracassou na tentativa de dominar as contrariedades intrínsecas à economia alemã – sabidamente fragilizada após a derrota na Primeira Grande Guerra (diante dos dividendos que teve de assumir) e o intenso abalo com a crise de 1929-1930.

Ainda que o governo hitlerista tenha – nos primeiros anos – minorado impactos financeiros que haviam empobrecido a população, além de, sequencialmente, mascarar a permanência da crise econômica com o desenvolvimento e a ampliação da indústria armamentista, o conluio com os monopólios já existentes estagnou as forças produtivas. Outrossim, por preservar a propriedade privada, o governo nazista não alterou as tendências econômicas até então dominantes. Nesse sentido, Bettelheim alerta que as distribuições de rendas derivadas da propriedade (a exemplo de salários, juros e aluguéis) não são suficientes às mudanças estruturais que, nos níveis econômico e social, podem evitar a repetição do fenômeno nazista.³⁶⁹

Em resumo, a manutenção da propriedade privada e outras providências naturalmente capitalistas, tais como empréstimos públicos ao setor privado, isenção de impostos ou redução da carga tributária, fortalecimento de cartéis, garantia de créditos, controle legislativo de salários, etc., potencializam estruturas econômicas similares à do nacional-socialismo.

Com o intuito de compreender o fenômeno nazista em meio a interpretações diversificadas, Bettelheim aponta dois impasses da economia alemã que, genéricos e permanentes, perpassavam o período então analisado. Tratavam-se do intervencionismo estatal e dos conflitos dos mercados interno e externo, ambos derivados do capitalismo monopolista e ampliados pelas contradições da economia mundial. Alicerçada em propriedades privadas, grandes monopólios e instituições bancárias, a própria economia alemã e o fracasso da política econômica nazista correspondiam ao primeiro impasse – o da intervenção estatal. A outra celeuma consistia nas restrições impostas pelos monopólios ao

³⁶⁹ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v. 2, p. 183.

mercado interno e, externamente, nos atritos afetos às exportações de produtos finais e à importação de matérias-primas.

Segundo Bettelheim, o estudo desses dois problemas era primordial para identificar e afastar as falácias criadas em torno do sistema econômico alemão, porquanto a subsistência do capitalismo e as práticas monopolistas tenderiam a soluções análogas às do regime nazista, incluindo a guerra. É o que se extrai desta síntese:

... enquanto sobreviverem no mundo – e não apenas na Alemanha – bases econômicas semelhantes às que serviram de alicerce para a ereção desse sistema (o sistema nazista), outros sistemas semelhantes tentarão renascer e indubitavelmente com a mesma procissão de mentiras e barbárie.³⁷⁰

Acerca de tais bases econômicas e das especificidades que conduziram a Alemanha a aceitar um governo cujos *slogans* iniciais eram calcados no nacionalismo e na propriedade privada, apresentam-se algumas das principais digressões de Bettelheim. O autor observa que, embora a Alemanha tenha ingressado tardiamente no comércio mundial devido ao retardo de suas unificações política e econômica, a indústria germânica se expandiu de forma notável a partir de 1860. Até então, o país detinha uma extensa base agrária e era industrialmente subdesenvolvido.

De 1860 a 1913, a economia alemã cresceu exponencialmente, ocupando a segunda posição entre as grandes potências industriais e a terceira entre os exportadores de capitais, perdendo apenas para a Grã-Bretanha e a França (industrialmente, os Estados Unidos lideravam).³⁷¹

Contudo, a notoriedade e a rapidez com que a Alemanha ascendeu sob o ponto de vista industrial e de exportações conflitou com algumas de suas próprias deficiências, como: (i) a insuficiência de matérias-primas; (ii) o desnivelamento com outras nações perante ao mercado mundial como reflexo do atraso na industrialização; e (iii) a debilidade industrial antecipada – de modo que a Alemanha sofreu um declínio tão rápido (antes da Primeira Guerra Mundial) quanto o desenvolvimento que obtivera desde 1860.³⁷²

Então, após a Primeira Grande Guerra, a Alemanha se transformou em um devedor estrangeiro enquanto mantinha-se um relevante desequilíbrio entre seu potencial industrial

³⁷⁰ Tradução nossa do original: “... mientras sobrevivan en el mundo —y no solamente en Alemania— bases económicas semejantes a las que sirvieron de base para la erección de ese sistema, otros sistemas parecidos tratarán de renacer y sin duda también con el mismo cortejo de mentiras y barbárie”. BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*. cit., v.1, p. 12.

³⁷¹ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, v. 1, cit., p. 19-20.

³⁷² BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, v.1, cit., p. 20.

e a capacidade de consumo. Conquanto a inflação e os empréstimos houvessem retomado a vice-liderança alemã em termos industriais (dado que perdera tal posição por um tempo), o escoamento no mercado interno foi reduzido com o aumento do desemprego, que atingira cerca de dois milhões de pessoas. Paralelamente, os juros que a Alemanha tinha de pagar aos demais países capitalistas a enfraquecia ainda mais.

Ademais, as fragilidades da economia alemã foram escancaradas com a crise econômica de 1929. A Alemanha regrediu da segunda para a quinta posição no *ranking* industrial, e o aparato bancário estava propenso ao colapso devido à dependência de empréstimos estrangeiros. Falências e suspensões de pagamentos impediram a derrocada total, e o Estado assumiu as perdas da economia privada.³⁷³

O nacional-socialismo, então, ancorou-se nesse contexto catastrófico para implementar sua base política. A agudez da crise econômica, o desemprego em larga escala e a insatisfação populacional diante da impotência dos partidos tradicionais quanto à recuperação econômica oportunizaram os discursos e as propostas demagógicas do nazismo, os quais atraíram uma parte das massas trabalhadoras, a pequena burguesia, pequenos comerciantes, agricultores e funcionários públicos, entre outras categorias.

Nesse sentido – e em obra posterior em que compilou as análises da política econômica sob o nazismo –, Bettelheim reconhece que a experiência fascista contrariou a premissa de que o movimento das massas, a despeito de eventuais desvios, tenderia sempre ao progressismo social. Nas palavras do autor, que cita Lin Piao, um integrante do Partido Comunista Chinês que ocupou cargos de destaque desde a instauração da República Popular da China:

Lin Piao, como sabemos, também tentou exaltar o espontaneísmo. Por exemplo, ele afirmou: “O movimento revolucionário de massas é naturalmente sensato. Embora existam entre as massas certos grupos e indivíduos que cometem desvios à direita ou à esquerda, a corrente principal do movimento de massas é sempre sensata e tendente ao progresso social”. Isto é contrário a uma das lições decisivas da história – que existem, e podem existir, movimentos de massas sob direção burguesas, como é infelizmente comprovado pela experiência do fascismo, hitlerismo, variedades do racismo, e assim por diante.³⁷⁴

³⁷³ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, v.1, cit., p. 39.

³⁷⁴ Tradução nossa do original: “Lin Piao, as we know, also tried to extol spontaneism. For instance, he asserted: “The revolutionary movement of the masses is naturally reasonable. Although there are among the masses certain groups and individuals who commit right or left deviations, the main current of the mass movement is always reasonable and always conducive to social progress.” This is contrary to one of the conclusive lessons of history -- that there exist, and can exist, mass movements under bourgeois direction, as is unfortunately proven by the experience of fascism, Hitlerism, varieties of racism, and so on”. BETTELHEIM, Charles. *Cultural revolution and industrial organization in China: changes in management and the division of labor*. Tradução Alfred Ehrenfeld. New York/London: Monthly Review Press, 1974, p. XX. Disponível em: <<http://marx2mao.com/Other/CRIOC74.html>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Paralelamente, em defesa da propriedade privada, o nacional-socialismo obteve apoio do aparato econômico alemão, dos empresários e das instituições bancárias. A grande indústria também sustentou o movimento, temendo que a miserabilidade das massas desencadeasse uma revolução proletária. Nesse sentido, Bettelheim expõe pormenores da aliança entre o nazismo e os protagonistas do capital:

... basta lembrar o bloco formado em 1927 entre o movimento nacional-socialista e Hugenberg (chefe do partido nacional e presidente do conselho de administração da siderúrgica Krupp, líder do maior consórcio de jornais alemães, as edições Scherl, o noticiário agência de publicidade Ala, UFA, etc.). A aliança foi concluída com a mídia de direita em outubro de 1931, por ocasião da conferência de Harzburg, onde Adolf Hitler e Rudolf Hess se encontraram oficialmente com Hugenberg, Linaltt e von Sybel (representante da capital agrícola), Grandi (da União de as Minas de Essen), Schlenken e Poensgen (do cartel do aço), Krueger (do potash truste), Bluhm e Gok (dos estaleiros), Ravene (da indústria do ferro), Delius (dos têxteis), Scacht, Seide, Düsterborg, enquanto Krupp e von Thyssen, em uma viagem à América, se desculparam. Da mesma forma, o acordo entre os representantes dos círculos econômicos e do movimento nacional-socialista foi marcado pelas circunstâncias em que a queda do governo Schleider e a constituição, em janeiro de 1933, do governo de Adolf Hitler, com a participação de von Papen e Hugenberg e o apoio do movimento conservador do "Capacete de Aço", posteriormente fundiu-se com as milícias nacional-socialistas.³⁷⁵

Em colaboração com os líderes da economia, os bancos e as grandes indústrias, o regime nazista programou obras públicas e planejou o rearmamento contando com os financiamentos privados, porque os recursos estatais haviam cessado. A grande indústria e o setor bancário sustentaram, pois, o nacional-socialismo.

Na análise da estrutura econômica alemã sob o regime nazista, Bettelheim buscou identificar qual era a forma dominante de apropriação, revelar as contradições que regulavam a dinâmica econômica e esclarecer a natureza de classe do Estado nazista e de qualquer outro que dependesse de uma construção análoga. Posto isso, para o autor, tal natureza era determinada por seu conteúdo social, ou seja, pelo caráter das formas de propriedade e das

³⁷⁵ Tradução nossa do original: "... basta recordar el bloque formado en el año 1927 entre el movimiento nacional-socialista y Hugenberg (jefe del partido nacional y presidente del Consejo de Administración de las acerías Krupp, dirigente del mayor consorcio de diarios alemanes, de las ediciones Scherl, de la agencia de publicidad Ala, de la U.F.A., etc.); la alianza concluida con los medios de la derecha en octubre de 1931, con ocasión de la conferencia de Harzburg, donde Adolf Hitler y Rudolf Hess se reunieron oficialmente con Hugenberg, Linaltt y von Sybel (representante del capital agrícola), Grandi (de la Unión de Minas de Essen), Schlenken y Poensgen (del cartel del acero), Krueger (del trust de la potasa), Bluhm y Gok (de los astilleros navales), Ravene (de la industria del hierro), Delius (de los textiles), Scacht, Seide, Düsterborg, mientras que Krupp y von Thyssen, de viaje por América, se disculparon. Igualmente, el acuerdo entre los representantes de los medios económicos y el movimiento nacional-socialista estuvo marcado por las circunstancias en las que se produjo la caída del gobierno Schleider y la constitución, en enero de 1933, del gobierno de Adolf Hitler, con la participación de von Papen y de Hugenberg y el apoyo del movimiento conservador del «Casco de Acero», fusionado seguidamente con las milicias nacional-socialistas". BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v.1, p. 43-44.

relações jurídicas que o Estado mantinha, preservava e protegia – formas essas que estavam imbricadas com a distribuição dos meios de produção, de maneira que os graus e modos de concentração econômica, industrial e bancária demandavam estudos centralizados por trustes, cartéis e bancos.³⁷⁶

Então, na condição de representante e agente da classe dominante, o Estado, quando intervém na economia por meio de alterações legislativas, confere expressão jurídica às relações de produção desse grupo. Em outras palavras, a intervenção estatal implica na defesa das relações de produção. Por consequência, especificamente nos períodos de crise, o Estado ampara e substitui empresas falidas, operando uma espécie de “reprivatização” – tendência que os nazistas operaram expansivamente tanto na produção quanto no crédito.

A quantidade precisa de operações de reprivatização nazista não pôde ser contabilizada por conta da falta de transparência quanto às receitas e despesas do *Reich* e da desconsideração de empresas cujo capital estatal não atingia noventa por cento, bem como porque as cotas sociais eram absorvidas pelo Estado como garantias, não como propriedade pública.³⁷⁷ De todo modo, o Estado nazista mirou na reprivatização de empresas mais lucrativas ao passo que desenvolveu empresas públicas ou semipúblicas cujas esferas de produção não eram ou não poderiam ser lucrativas.

O caráter intervencionista estatal foi amplamente incrementado no regime nazista em paralelo à autocracia e à economia bélica. Os entraves que a Alemanha enfrentava na exportação, a insuficiência de divisas disponíveis e a necessidade de distribuir matéria-prima importada motivaram essa expansiva intervenção do Estado. Não houve, porém, restrições à iniciativa do capital privado: contrariamente, o grande capital obteve incentivos estatais na Alemanha hitlerista. Bettelheim assim aborda essa aparente incoerência, indicando algumas das benesses conferidas pelo Estado à iniciativa privada:

... apesar do desenvolvimento de suas intervenções, o Estado sempre procurou deixar o máximo de espaço à iniciativa dos capitais privados, seja incentivando-os pelo jogo de espaços à iniciativa dos capitalistas privados, seja incentivando-os pelo jogo de preços, subsídios e proteção aduaneira, seja por envolvê-los nos órgãos de gestão econômica. Esta última característica revela que na Alemanha, como em outros países, assistiu-se, ao mesmo tempo que o desenvolvimento da intervenção estatal, a integração de uma parte dos capitalistas (geralmente os mais poderosos) no aparelho administrativo ou para-administrativo encarregado de tarefas de orientação econômica.³⁷⁸

³⁷⁶ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v.1, p. 49.

³⁷⁷ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v. 1, p. 15.

³⁷⁸ Tradução nossa do original: “...a pesar del desarrollo de sus intervenciones, el Estado pretendió siempre dejar el máximo de sitio a la iniciativa de los capitalistas privados, bien animándolos por el juego de los precios, de las subvenciones y de la protección aduanera, bien haciéndolos participar en los órganos de dirección económica. Este último rasgo revela que, en Alemania, como en otros países, se asistió, al mismo

Internamente, políticas autárquicas e de ideologia nacionalista amparavam a monopolização, o que caracterizava o caráter real do Estado nazista e sua submissão ao capital financeiro. Externamente, exportavam-se bens e capitais, os quais assistiam à internacionalização.

No que concerne às relações com o mercado mundial, houve uma intervenção ofensiva do Estado alemão para proteger os ramos de produção capacitados a driblar a concorrência externa. Preservaram-se cartéis e trustes, permitindo, assim, a elevação de preços no mercado interno para majorar os lucros monopolistas, além de facilitar a prática de *dumping*, ou seja, a venda de produtos no mercado internacional por preços reduzidos para confrontar e derrotar oponentes em outros países.

As exportações de mercadorias interessavam às grandes indústrias por razões óbvias: permitiam a majoração no volume dos negócios, um expressivo desenvolvimento das forças produtivas e fabricação em larga escala sem redução de preços no mercado interno. Para além das exportações de produtos, o Estado nazista avalizou e incentivou a exportação de capital, prática que, em países capitalistas avançados, é acelerada diante das restritas possibilidades de investimento no mercado interno.

Bettelheim trata desse ponto como um fenômeno natural do capital financeiro, cujos lucros expressivos são incompatíveis com as características impostas pelos monopólios, ou seja, preços elevados e demandas reduzidas no mercado interno. Consequentemente, a coexistência do capitalismo monopolista com o capitalismo financeiro aumentaria as exportações de capital e geraria tendências imperialistas.³⁷⁹

Nesse passo, bens e capitais eram simultaneamente exportados durante o capitalismo monopolista sob gestão imperialista. Internacionalmente, a concorrência aumentava; internamente, esta diminuía à medida que os monopólios se expandiam. Tal conjuntura compelia o Estado a interceder para aumentar exportações em apoio ao capital. E o intervencionismo estatal com vistas à conquista de novos mercados e novos setores de investimento poderia tender às forças bélicas, à guerra.

tiempo que al desarrollo de la intervención del Estado, a la integración de una parte de los capitalistas (generalmente los más poderosos) en el aparato administrativo o para-administrativo encargado de tareas de orientación económica". BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v. 2, p. 44.

³⁷⁹ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v.2, p. 51.

Em *A luta de classes na URSS*, Bettelheim ratifica a premissa de que exportações de capital por países de posição debilitada no mercado mundial motivam embates bélicos para a conquista de *status* mais prestigiosos:

Notar-se-á que estas operações de exportação de capital ou de importação de forças de trabalho exigem que os países que a elas recorrem tenham uma situação suficientemente poderosa no mercado mundial. Na falta de tal situação, eles não conseguem desenvolver suficientemente as suas exportações, o que pode forçá-los a conquistar pela força uma situação mundial mais vantajosa. Tal foi o caso da Alemanha nazista a partir de 1933, como tentei provar em *A economia alemã sob o nazismo*.³⁸⁰

Os riscos bélicos se confirmaram após a grave crise de 1929-1930, que restringiu vendas e preços, impossibilitando países devedores (entre os quais a Alemanha – que era também um país credor) de pagar suas dívidas e os respectivos juros, precisando recorrer a suspensões nos pagamentos e moratórias. Algumas moedas foram desvalorizadas, os câmbios passaram a ser controlados e os credores, depois de perderem bilhões, recebiam retomar operações de crédito. Nesse contexto, os capitais antes destinados à exportação foram utilizados para a especulação monetária e o pagamento de impostos internacionais.³⁸¹

Assim, para suprir a exportação de capitais e retomá-la concomitantemente, a indústria armamentista se expandiu, demandando uma exasperação da força coercitiva estatal própria de ditaduras fascistas. Isso porque o rearmamento minorou quantitativamente os bens de consumo disponíveis ao mesmo tempo que aumentou as tensões sociais e a insatisfação popular, gerando possíveis revoltas que viriam a ser contidas com ações estatais truculentas e autoritárias.

Bettelheim elenca outras providências adotadas pelo governo hitlerista para retomar o ritmo da exportação de capitais, quais sejam: (i) a moratória das dívidas, muitas das quais decorrentes da Primeira Grande Guerra – o saldo, porém, era insuficiente para reaquecer as exportações pretendidas; (ii) medidas em prol da exportação de mercadorias, o que resultou no aumento de créditos internacionais; (iii) créditos comerciais concedidos por bancos privados a tomadores estrangeiros, com amparo estatal, para a aquisição de bens alemães mediante elevadas taxas de juros; e (iv) acordos de compensação envolvendo indústrias exportadoras alemães (que recebiam créditos bancários) e empresas também germânicas estabelecidas em países que detinham dívidas de compensação com a Alemanha.³⁸²

³⁸⁰ BETTELHEIM, Charles. *As lutas de classe na URSS: 3º período (1930-1941) – os dominados*. Sintra: Publicações Europa-América, 1982, p. 309.

³⁸¹ BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v.2, p. 69.

³⁸² BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*, cit., v. 2, p. 71-72.

Em suma, Bettelheim explicita que o grande capital apoiou, financiou e patrocinou o regime nazista, bem como foi por ele majorado, de modo que os investimentos surtiram efeito. Além disso, o autor esmiúça a força e os poderes conferidos aos aparatos e às formas sociais que suplantaram o capitalismo sob o governo hitlerista, revelando a genuína natureza econômica do regime nazista.

Nesse sentido, é demonstrado como e em que órgãos de gestão econômica constituídos por representantes do grande capital (grupos econômicos, sindicatos, *Reich* e cartéis, entre outros) foram suplementados pelo Estado e pelos próprios monopólios. Complementarmente, Bettelheim ressalva a utilização do aparato público para que tais representantes pudessem agir e atingir seus propósitos, operando regulações estatais, alterações legislativas e atuações nas esferas judicial e policial.

3.2 Nicos Poulantzas

A análise do fascismo por parte de Nicos Poulantzas é preponderantemente política. Na obra *Fascismo e ditadura*³⁸³, que consagra seus estudos em meados de 1970, Poulantzas evidencia o fenômeno fascista e justifica sua eclosão sob o prisma da relação entre as classes sociais. Em “Call, state and fascism: the work of Nicos Poulantzas”, Abercrombie, Turner e Urry explicitam sobre a pesquisa em questão:

Neste estudo em particular, Poulantzas tenta demonstrar a “recompensa” analítica das formulações conceituais e epistemológicas do PPSC [Poder Política e Classes Sociais]. O FD [Fascismo e Ditadura] não é, nesse sentido, um trabalho teórico, mas uma análise de formações sociais concretas e lutas de classes.³⁸⁴

Sua leitura não coincide com as interpretações simplificadas da Terceira Internacional, as quais são alvo de duras críticas em um dos primeiros tópicos de sua obra. Ainda de acordo com os três sociólogos, para Poulantzas: “Os erros políticos (especialmente a ausência de uma linha de massa e o abandono do internacionalismo proletário) foram os

³⁸³ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. Edição mais recente: *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Florianópolis, Enunciado Publicações, 2021.

³⁸⁴ Tradução nossa do original: “In this particular study, Poulantzas attempts to demonstrate the analytic ‘pay-off’ of the conceptual and epistemological formulations of PPSC. FD is not in this sense a theoretical work, but an analysis of concrete social formations and class struggles”. ABERCROMBIE, Nicholas; TURNER, Bryan; URRY, John. Class, state and fascism: the work of Nicos Poulantzas. *Political Studies*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 517, 1º dez. 1976. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9248.1976.tb00138.x>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

produtos específicos de uma teoria inadequada do fascismo, nomeadamente o economicismo mecanicista.”³⁸⁵

O fascismo emergiu, na leitura de Poulantzas, de uma conjuntura específica de transição ao capital monopolista, bem como de conflitos políticos peculiares entre as classes sociais afetadas. Esse contexto teria permitido que o fascismo, mediante repressões físicas e intervenções ideológicas – especialmente sobre a pequena e ressentida burguesia –, instaurasse uma forma distinta de Estado com os propósitos bem-sucedidos de reorganizar as classes dominantes no poder e assegurar a supremacia do grande capital.³⁸⁶

Poulantzas enfatiza a luta de classes da qual emergiu o fascismo, mas supera leituras calcadas somente na ação e reação das classes dominantes na medida em que investiga especificidades histórico-sociais que contextualizaram o fenômeno. Nesse aspecto, enveredando por uma apuração conjuntural dos dois países onde o fascismo despontou com mais vigor (Itália e Alemanha), o autor se distancia da abstração e da pesquisa epistemológica que caracterizam suas obras anteriores. É o que sintetiza Eduardo Luiz Motta:

Fascismo e Ditadura, livro que se seguiu a *Poder Político e Classes Sociais*, foi publicado em 1970 e apresenta algumas mudanças na teoria de Poulantzas na definição sobre o Estado capitalista. O tratamento metodológico empregado por ele em sua abordagem sobre o Estado modificou-se: nesse livro, seu enfoque não é mais um objeto abstrato formal – como foi em *Poder Político e Classes Sociais*, valendo-lhe críticas pelo seu abstracionismo de tendência estrutural-funcionalista¹⁸ –, mas sim uma pesquisa sobre formações sociais historicamente específicas (Alemanha e Itália fascistas), e Poulantzas realiza uma análise da conjuntura histórica. Há, portanto, uma diferença em relação aos seus trabalhos prévios, marcados por altas doses de abstração, o que era típico dos seguidores de Althusser (como Balibar, Badiou e Pêcheux) que estavam mais voltados a pesquisas de caráter epistemológico.³⁸⁷

Fascismo e ditadura também aborda o direito ao traçar distinções entre os estados de exceção e os Estados liberais ou intervencionistas não-fascistas. Nos dois últimos, o exercício do poder político seria regulado pelo direito por meio dos aparelhos de Estado, e estes estariam acessíveis mediante um sistema de normas gerais, abstratas, formais e regulamentadas. Submetido às regras por si próprio criadas, o direito organizaria o jogo de

³⁸⁵ Tradução nossa do original: “The political errors (especially the absence of a mass line and the abandonment of proletarian internationalism) were the specific products of an inadequate theory of fascism, namely mechanistic economism”. ABERCROMBIE, Nicholas; TURNER, Bryan; URRY, John. *Class, state and fascism...*, cit., p. 516.

³⁸⁶ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito. *Dados*, [S.l.], v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 abr. 2021.

³⁸⁷ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

poder, equilibrando as forças sociais para preservar o domínio da classe burguesa. Assim, enquanto apresenta às classes dominadas a falsa impressão de que elas poderiam ascender ao poder, o direito apaziguaria insurgências transformadoras e, quiçá, revolucionárias, ao mesmo tempo que tolheria toda e qualquer possibilidade de efetiva derrocada das classes dominantes.³⁸⁸

Nesse contexto, o controle policial e repressivo seria exercido sob diretrizes previamente estabelecidas; a intervenção estatal seria delimitada juridicamente; os espaços público e privado seriam demarcados; e haveria formal divisão entre os poderes executivo, legislativo e judiciário: “Trata-se da chamada ‘liberdade negativa’, consagrada pelo pensamento liberal contemporâneo por Berlin e Bobbio, que têm como ponto de partida os preceitos estabelecidos por Locke, Montesquieu, Constant e Tocqueville.”³⁸⁹ Todo esse aparato, afinal, permitiria que classes dominada e dominante coexistissem, convivessem e se mantivessem nas posições desde sempre ocupadas de modo menos conflituoso, porque se concederiam àquelas condições e possibilidades de fantasiosa proximidade com as classes dominantes.

No estado de exceção, em contrapartida, vigoraria o arbitrário e preponderariam a deliberação e a vontade do líder; o direito nada regularia e sequer estabeleceria suas próprias regras de atuação. O Estado atuaria e interviria irrestritamente, sem limitações de poder e sem que espaços público e privado fossem dissociados. Agravar-se-ia, assim, o poder repressivo sobre as classes populares, e a magistratura passaria a ser integralmente submetida ao controle político.³⁹⁰ Acerca da repressão impingida contra as classes pauperizadas no estado de exceção, Walter Andrade pontua: “O estado de exceção tem sido a *regra* enquanto a vida ética se confundiu com o direito, que procurou congelá-la em termos normativos, a serviço dos poderes míticos e da opressão de classe”.³⁹¹

Em suma, Poulantzas explicita as distintas etapas de lutas que viabilizaram a intervenção fascista e denota como a atuação estatal na Itália e na Alemanha, mediante a repressão e a ideologia, reestruturou as classes dominantes e preservou o grande capital na

³⁸⁸ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

³⁸⁹ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

³⁹⁰ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

³⁹¹ ANDRADE, Walter Pedrozo Parente de. *Liberdade ou estado de exceção? O direito em Kant, Schmitt e Benjamin*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 127.

crise então vigente. Destacam-se, doravante, os seguintes tópicos da obra que reúne os estudos “poulantzanos” sobre o fascismo: (i) a relação entre imperialismo e fascismo; (ii) o fascismo e as classes sociais; e (iii) o Estado fascista.

3.2.1 A relação entre imperialismo e fascismo

Pautando-se nos regimes alemão e italiano, Poulantzas não remete o surgimento do fascismo nem às crises econômicas que solaparam os países peculiarmente nem aos legados da primeira grande guerra sobre estes. Embora tais ocorrências tenham contribuído para a eclosão do fascismo, esse fenômeno histórico que foi e é objeto de estudos das mais variadas vertentes só pôde emergir, segundo o autor, devido ao estágio imperialista do capitalismo:

O fascismo, com efeito, situa-se no estágio imperialista do capitalismo. (...) Alguns fatores que são, muitas vezes, considerados como as causas fundamentais e *sine qua non* do fascismo, a saber: as crises econômicas particulares que, no momento de seu estabelecimento, atravessam a Alemanha e a Itália, as particularidades nacionais destes dois países, as sequelas da Primeira Guerra Mundial, etc., não constituem as causas primeiras do fascismo. Eles só têm importância na sua relação com o estágio imperialista, como elementos de uma das conjunturas possíveis deste estágio.³⁹²

Para além da concentração monopolista, da emergência do capital financeiro mediante a fusão dos recursos bancários com os industriais, da exportação de capitais e do expansionismo colonialista, entre outras modificações eminentemente econômicas, o imperialismo anunciaria relevantes transformações políticas e ideológicas. Sob a diretriz deste, o papel do Estado – que é economicamente relevante em qualquer estágio do capitalismo – tornar-se-ia marcadamente intervencionista e operaria a fase de transição entre o capitalismo concorrencial e o monopolista.³⁹³ Já no âmbito político, seria o desempenho estatal voltado à dominância do capitalismo monopolista que caracterizaria o imperialismo. A esse respeito, Poulantzas esclarece:

Este papel do Estado no estágio imperialista é redobrado, no caso dos fascismos, pelo papel particular que o Estado desempenha numa fase de transição de um estágio para um outro. (...) Aqui, no caso do fascismo na Alemanha e na Itália, o papel decisivo do Estado exprime-se, não só através do seu novo papel no estágio imperialista, mas também através do seu papel crucial na transição particular, nestes dois países, para o estabelecimento da dominância do capitalismo monopolista.³⁹⁴

³⁹² POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 17.

³⁹³ “... a função do Estado fascista consistiu em estabelecer e organizar a hegemonia do capital monopolista.” Tradução nossa do original: “(...) la función del Estado fascista ha consistido en establecer y organizar la hegemonía del capital monopolista”. LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia em la teoría marxista*, cit., p. 102.

³⁹⁴ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 21.

Também seria possível verificar a transformação ideológica na medida em que a crise no campo da ideologia consistiria em um elemento essencial nas conjunturas italiana e alemã quando da ascensão do fascismo. Assim, exsurgiria a ideologia imperialista, da qual o pensamento fascista constituiria uma variante.³⁹⁵

As primeiras elucidações de Poulantzas acerca do período em que o fascismo despontou (no estágio imperialista) expandem as causas que determinaram o fenômeno e que foram por ele determinadas para os âmbitos político e ideológico, avançando sobre as leituras economicistas para tal. Sobre o que o economicismo exprimiu na prática para o autor, Abercrombie, Turner e Urry indicam:

... significou que os partidos comunistas subestimaram os perigos do fascismo, especialmente na Alemanha. Isso porque seu economicismo os cegava para a importância da luta de classes (...) dentro das formações sociais que constituíam elos fracos da cadeia imperialista.³⁹⁶

O estudo das relações e da formação sociais descortinava a desigualdade no desenvolvimento da cadeia imperialista, revelando que alguns países tidos como elos mais fortes se sobrepujam aos elos mais fracos, bem como eram sobrepostos por elos ainda mais fortes:

É mesmo a existência desta cadeia que dá um significado novo ao desenvolvimento desigual particular que caracteriza o imperialismo, porque, como também se sabe, o desenvolvimento desigual caracteriza o próprio começo do capitalismo. Entre outras coisas, o desenvolvimento desigual da cadeia imperialista significa que, acima do elo mais fraco, também os outros elos não têm a mesma força: também eles são relativamente mais fracos e mais fortes. Rigorosamente, a força de uns depende diretamente da fraqueza dos outros, e vice-versa.³⁹⁷

A atribuição de uma condição na cadeia imperialista, ou seja, de um elo mais ou menos forte, justificava-se não só por razões meramente econômicas, mas também, e sobretudo, pelo conjunto da formação social e pelas peculiaridades da luta de classes nesses países:

Rompendo assim com o economicismo, descobre-se, ao mesmo tempo, o lugar dos outros elos na cadeia, os elos relativamente mais fracos e mais fortes. O que intervém na atribuição deste lugar, e também nos seus deslocamentos, determinantes para a conjuntura, não é apenas a situação econômica de um país relativamente aos outros, mas a particularidade de conjunto da formação social.³⁹⁸

³⁹⁵ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 22.

³⁹⁶ Tradução nossa do original: “meant that Communist parties underestimated the dangers of fascism, especially in Germany. This was because their economism blinded them to the importance of class struggle (...) within social formations that constituted weak links in the imperialist chain”. ABERCROMBIE, Nicholas; TURNER, Bryan; URRY, John. *Class, state and fascism...*, cit., p. 516.

³⁹⁷ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 23.

³⁹⁸ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 25.

Seguidos da Rússia, onde se instaurou a revolução, os outros elos mais fracos e menos desenvolvidos da região europeia – Itália e Alemanha – foram os mais propensos ao fascismo. Bob Jessop, autor de *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*, resume: “o fascismo chegou ao poder nos elos fracos da cadeia imperialista durante a transição para o domínio do capital monopolista.”³⁹⁹ Nesse sentido, a atribuição desses países na cadeia imperialista determinada pelas conjunturas particulares da luta de classes teria sido essencial à ascensão do fascismo – circunstância que fora ignorada pela Terceira Internacional, cujos debates se restringiam ao grau de desenvolvimento econômico das duas nações.

Embora fossem dissonantes as razões pelas quais o elo italiano e o elo alemão se apresentavam enfraquecidos na cadeia imperialista, ambos compartilhavam contradições na conjuntura da luta de classes em relação ao poder estatal e às formas e aparelhos de Estado quando da transição para o capitalismo monopolista.

Entre 1922 e 1923, a partir do 4º Congresso, a Internacional Comunista passa a abordar e a discutir o fascismo como fenômeno, mas sob premissas errôneas que orientaram ações conseqüentemente ineficazes para combatê-lo. Conforme a concepção evolucionista da crise econômica que desencadearia um inevitável processo revolucionário, a Internacional Comunista teria desconsiderado a possibilidade de o fascismo representar uma etapa da luta de classes no estágio imperialista, subestimando seus riscos.

Além de – e talvez por – interpretar o fascismo como uma das fases de um processo automático que, tendencialmente catastrófico, terminaria com uma inevitável revolução, os congressistas da Internacional supunham que as tendências fascistas revelavam a fraqueza da burguesia e se esvaneceriam por si mesmas. Nessa perspectiva, consistiria o fascismo em uma reação da burguesia, no âmbito da crise econômica, durante uma ofensiva da classe operária em que esta ascendesse ao poder, instaurando a fatal ditadura do proletariado. Essa interpretação positiva que a Internacional conferiu ao fascismo obstaculizou, na leitura de Poulantzas, o planejamento e a adoção de medidas de resistência e de combate. Nas palavras do autor, “... para voltar à Internacional, se ela não deu oficialmente este passo, pode dizer-

³⁹⁹ Tradução nossa do original: “Fascism came to power in weak links of the imperialist chain during the transition to dominance of monopoly capital”. JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. London: Palgrave Macmillan, 1985, p. 241.

se que foi como se o tivesse dado: ela impediu a si mesma de lutar eficazmente contra a ascensão do fascismo.”⁴⁰⁰

A periodização histórica na qual o fascismo emergiu revelava, no interior das metrópoles do imperialismo, um estágio de transição para o capitalismo monopolista marcado por crises políticas locais anteriores ao seu aparecimento. Em outras palavras, embora os conflitos políticos tenham sido especialmente delineados pelo regime fascista, poderiam, porque antecedentes a ele, desencadear outras formas de Estado de exceção que não o fascismo:

Este período é caracterizado pelas contradições do imperialismo e do capitalismo monopolista, combinadas com as contradições próprias de uma fase de transição (...) esta fase de transição não explica, enquanto tal, o fascismo: o fascismo não é, de forma alguma, um fenômeno exclusivamente ligado a este período. Este período só tem importância na medida em que circunscreve conjunturas de luta de classes, nas quais contribui para a emergência das crises políticas a que corresponde o fascismo: crises políticas que não são exaustivamente determinadas pelo caráter do período e que podem muito bem surgir em períodos diferentes.⁴⁰¹

Sob o pressuposto de que a emergência do fascismo corresponde a uma instabilidade política afeta ao equilíbrio de igualdade das principais forças sociais, Poulantzas prossegue sua análise delineando os contornos dessa crise. Para o autor, tanto o fascismo quanto a revolução poderiam emergir e se desenvolver no Estado burguês regido pelo capitalismo em uma democracia parlamentar. A conjuntura específica da luta de classes – “onde havia um acúmulo de contradições ideológicas, políticas e econômicas”⁴⁰² – é que indicaria, então, a instauração do fascismo e não de um processo revolucionário.

Ao tratar da tese da crise política, Poulantzas recorre às concepções do filósofo e ativista italiano Antonio Gramsci e do teórico marxista alemão August Thalheimer sobre a autonomia relativa do Estado em um contexto de equilíbrio entre burguesia e proletariado em uma formação social.⁴⁰³ Identifica-se que, para Thalheimer, o fascismo consistiria em uma forma particular de bonapartismo, pois a peculiar autonomia do Estado em relação à classe dominante se aproximaria à dos regimes bonapartistas, nos quais os grupos em domínio abdicam da soberania política em prol de um estadista, mas agem assim para preservar tal ascendência. Já para Gramsci, que particulariza a crise hegemônica ou a crise de equilíbrio catastrófico no quadro geral da crise política e de relativa autonomia do Estado,

⁴⁰⁰ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 55.

⁴⁰¹ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 57.

⁴⁰² Tradução nossa do original: “an accumulation of ideological, political and economic contradictions”. ABERCROMBIE, Nicholas; TURNER, Bryan; URRY, John. *Class, state and fascism...*, cit., p. 516.

⁴⁰³ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 66.

não seria possível a coexistência da burguesia e do proletariado nesse contexto. Em tal caso, à semelhança do fenômeno cesarista, as principais classes em disputa se destruiriam.

A despeito das divergências, tanto Gramsci quanto Thalheimer teriam se equivocado em um ponto comum e essencial: a tese de que a crise política, no fascismo, consistiria em uma crise política de equilíbrio. No entender de Poulantzas, o fascismo é implementado quando a classe operária já estava enfraquecida.

Leon Trotsky, por seu turno, ao tratar da Alemanha, discerniu o fascismo do bonapartismo e, embora partilhasse das conclusões errôneas da Internacional Comunista (subestimação e restrição do fenômeno a uma reação da burguesia enfraquecida), foi um dos poucos que previram como o processo fascista tramitaria no território alemão⁴⁰⁴.

A crise, portanto, é o tema central da análise de Poulantzas sobre o fascismo, sendo abordada em contexto econômico, político, ideológico, hegemônico, estatal. Na compreensão de Adriano Codato:

Um tema que unifica toda a discussão de Fascismo e ditadura é a questão das “crises”: crise econômica, crise política, crise ideológica, crise de hegemonia, crise de Estado etc. O Estado fascista é uma forma de Estado “de crise”. Como compreender as crises políticas que estão na origem da crise generalizada dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado – crise essa a que o Estado fascista constitui a resposta? A abordagem mais problemática a refutar sobre o tema é a análise institucionalista. Ela termina por reduzir o fascismo a uma vaga “crise das instituições” do Estado democrático-parlamentar, sem ver, no entanto, que “não são as instituições que determinam os antagonismos sociais, é a luta de classes que comanda as modificações do aparelho do Estado”. A tal “crise das instituições” não é senão o seu efeito.⁴⁰⁵

Sequencialmente, as análises de Poulantzas são sistematizadas mediante exposições envolvendo as classes em luta (dominantes, operária, pequeno-burguesa, camponesa), chegando à abordagem do fascismo como uma forma específica do Estado de exceção ao cotejar os Estados italiano e alemão em todas suas avaliações.

Antes, e metodologicamente, o processo de instauração do fascismo é fracionado nestes quatro períodos: (i) do princípio ao ponto de irreversibilidade – que não necessariamente coincide com a ascensão formal ao poder; (ii) do ponto de irreversibilidade à ascensão ao poder, que oficializa a vitória fascista no cenário político; (iii) o primeiro período no poder, marcado por ambiguidades e instabilidades, uma vez que as promessas que angariaram o apoio das massas ao fascismo são dificilmente executáveis; e (iv) o período de estabilização, em que o fascismo se dissocia violentamente das massas que o apoiaram.

⁴⁰⁴ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 67.

⁴⁰⁵ CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. *Crítica Marxista*, n. 27, 2008, p. 80.

3.2.2 *Fascismo e classes sociais*

As primeiras classes que Poulantzas relaciona com o período de fascização são as dominantes, uma vez que “em qualquer sociedade é a classe dominante no nível dominante da formação social.”⁴⁰⁶ Suas frações foram abruptamente atingidas por contradições internas do bloco no poder na conjuntura fascista que reverberaram nos planos político e ideológico, gerando crises na ideologia dominante e de representação partidária.⁴⁰⁷

Politicamente, as classes dominantes romperam com os partidos políticos que as representavam e radicalizaram em direção às formas de estado de exceção. Ideologicamente, a formação social foi afetada por uma crise generalizada na medida em que tanto o pensamento preponderante quanto os subconjuntos ideológicos a ela subordinados (da classe operária, da pequena-burguesia) sofreram desgastes que atingiram a própria relação entre a classe dominante e sua ideologia.⁴⁰⁸ Nesse sentido, a ação dos grupos em domínio durante o fascismo não teria sido de reação a um suposto ataque ou a uma ameaça da classe operária; distintamente do que a Internacional Comunista diagnosticara, esses grupos, representando o grande capital nos blocos de poder, adotaram uma estratégia ofensiva (ao invés de defensiva) perante a classe operária.⁴⁰⁹

Opostamente ao que a Internacional, orientada pelo economicismo, propagara à época, o processo de fascização teria se iniciado exatamente com a ofensiva das classes burguesas em contraposição a uma etapa reativa da classe operária: “O processo de fascização corresponde a uma viragem decisiva na relação das forças em presença; corresponde, com exatidão, a uma etapa e a uma estratégia ofensivas da burguesia e a uma etapa defensiva da classe operária”.⁴¹⁰

Politicamente enfraquecida até então, a burguesia fora consagrada pelo fascismo, que instaurou uma verdadeira guerra civil contra o proletariado porque este ameaçava as bases do regime burguês. Contudo, não fosse a adesão maciça da burguesia, o fascismo não se instalaria, não se expandiria, não ascenderia ao poder. Nas palavras do próprio autor:

⁴⁰⁶ Tradução nossa do original: “in any society is the class which is dominant at the dominant level of the social formation”. JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas...*, cit., p. 241.

⁴⁰⁷ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo, populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 100.

⁴⁰⁸ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista...*, cit., p. 100.

⁴⁰⁹ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista...*, cit., p. 100.

⁴¹⁰ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista...*, cit., p. 84.

A pequena burguesia tradicional (...) inclina-se, efetivamente, de maneira massiva e aberta para o lado do fascismo, e encontra-se consideravelmente sobrerrepresentada nos aparelhos fascistas, são sua base de sustentação. Em suma, a especificidade do fenômeno do impacto popular do fascismo, da relação fascismo-massas populares, se reduz, no essencial, ao problema da relação entre o fascismo e a pequena burguesia, relação marcada, contudo, como veremos, por numerosas ambiguidades.⁴¹¹

A cumplicidade entre o grande capital e o partido fascista no interregno do processo de fascização seria insuficiente, porém, para explicar sua instauração e sua vitória. O patrocínio e o estímulo do grande capital, os quais instrumentalizaram militarmente o partido fascista para que este servisse aos seus interesses, contribuíram decisivamente para o êxito do regime, mas de modo secundário, pois o sistema já havia conquistado as massas e se implantado sobre elas política e ideologicamente.⁴¹² Nesse sentido, destacamos os seguintes trechos do já citado artigo de Alysson Leandro Mascaro acerca das análises marxistas no entorno da República de Weimar:

Para Poulantzas, a ascensão do fascismo se dá mediante específicos arranjos das frações de classe que constituem, em suas palavras, o bloco de poder. Numa crise de hegemonia da classe burguesa ou das frações que a dirigiam, dá-se então um deslocamento do poder para frações de classe que não possuíam tal liderança e, ao tê-la, estabelecem uma hegemonia política outra, cimentando a aliança do poder em seu entorno. As contradições internas das frações de classe dominantes e as contradições entre tais frações e a classe dominada são o estopim do processo.⁴¹³

Embora houvessem perpetrado a hegemonia do grande capital, o partido e o Estado fascistas se mantiveram relativamente distanciados desse poder que os financiara. Tal fenômeno, denominado “autonomia relativa”⁴¹⁴, estaria relacionado a antagonismos internos e externos, isto é, a crises políticas nas próprias classes e frações da aliança no poder (que demandavam reorganização para se estabelecerem hegemonicamente), bem como a contradições entre classes dominantes e dominadas.

Relacionada às mesmas etapas do processo de fascização, a “autonomia relativa” fora atenuada à medida que o fascismo evoluía. De início, até que atingido o ponto de irreversibilidade, o partido fascista recebeu apoio do grande capital monopolista, mas se apresentava como representante das classes populares. Quando se estabeleceu no poder, o partido iniciou o processo de hegemonia do capital monopolista e preservou os espaços conferidos às massas populares. Então, no instante em que o fascismo se estabilizou, a

⁴¹¹ POULANTZAS, Nicos. Sobre o impacto popular do fascismo. *Cadernos Cemarx*, Universidade Estadual de Campinas, n. 12, p. 178, 2 out. 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11321/6564>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

⁴¹² POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 91.

⁴¹³ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *O marxismo e Weimar*, cit., p. 54.

⁴¹⁴ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 92.

pequena burguesia perdeu o *status* de classe reinante e, a despeito de se preservarem concessões às massas populares, a hegemonia do capital monopolista se consolidou.⁴¹⁵

Suscitando os conflitos entre as classes dominantes, a emergência do grande capital monopolista, a crise política que contextualiza tal ascensão e a autonomia relativa do Estado, Ernesto Laclau assim sintetiza o processo de fascização descrito por Poulantzas:

O processo de fascistização e a ascensão do fascismo ao poder correspondem a um aprofundamento e exacerbação aguda das contradições internas entre as classes e frações de classes dominantes. Nenhuma classe ou fração de classe foi capaz de impor, por seus próprios meios de organização política ou por meio do Estado “democrático-parlamentar”, sua liderança a outras classes e frações de classe do bloco de poder. O fascismo corresponde a uma reorganização desse bloco que impõe a hegemonia de uma nova fração de classe: o grande capital monopolista. Essa transição se efetua por meio de uma crise política – que implica a ruptura do vínculo representante-representado entre as classes e os partidos políticos que os representam – e por uma crise da ideologia dominante que se desdobra em uma crise ideológica generalizada. O processo de fascistização corresponde a uma estratégia ofensiva da burguesia e a uma fase defensiva do movimento operário. Diante das várias concepções, segundo as quais o fascismo é a ditadura do capital monopolista, ou um regime bonapartista fundado no equilíbrio de forças, ou uma ditadura política da pequena burguesia, o Estado fascista tem para Poulantzas uma autonomia relativa característica com respeito ao bloco de poder e à fração do grande capital monopolista cuja hegemonia ele estabelece. Essa autonomia relativa baseia-se tanto nas contradições internas das classes e frações do bloco de poder quanto nas contradições entre classes dominantes e classes dominadas.⁴¹⁶

Depois de tratar das relações do fascismo com as classes dominantes, Poulantzas analisa a situação da classe operária na conjuntura do processo de fascização e da permanência do fascismo no poder, além de examinar a política fascista em relação a tal classe.

Nesse enquadramento, o término da primeira grande guerra ensejou discussões e ações revolucionárias. Porém, tanto na Alemanha quanto na Itália, a classe operária fracassou nas tentativas de tomada do poder e se enfraqueceu com tais derrotas, ao passo que a burguesia ganhou força. Foi nesse cenário – de enfraquecimento das massas populares e engrandecimento da burguesia – em que se instaurou o processo de fascização. Enquanto a burguesia, ainda atemorizada diante das tentativas de tomada do poder pela classe operária, assumiu a posição de ataque, esta, fragilizada pelas derrotas, resguardou-se na posição defensiva. Disso, Poulantzas concluiu que “(...) o processo de fascização corresponde ao caráter cada vez mais político da luta de classes.”⁴¹⁷

⁴¹⁵ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 94-95.

⁴¹⁶ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista...*, cit., p. 100.

⁴¹⁷ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 152.

Em outros termos, a burguesia se voltou ao domínio político e avançou nesse campo, visando à desmobilização da classe operária, que se fragilizou. Economicamente, contudo, o grupo dos trabalhadores continuou reagindo, visto que manteve o movimento grevista. Identifica-se, nesse sentido, que, por parte da classe operária, o viés econômico da luta de classes passou a preponderar sobre o político. Como Laclau observou: “Por trás dos erros estratégicos e táticos da classe trabalhadora há um erro fundamental que está na base de todos: o economismo.”⁴¹⁸

Logo, ideológica e politicamente fragilizada após as fracassadas tentativas de empreender um processo revolucionário, a classe operária se distanciou dos partidos comunistas alemão e italiano, os quais, internamente fragmentados, não lograram êxito em reagir contra a ameaça fascista. Inertes e paralisados porque ideologicamente desguarnecidos, os partidos comunistas cederam espaço às ideologias burguesa e pequeno-burguesa.

Em outras palavras, a crise ideológica que abalou as organizações revolucionárias e, conseqüentemente, a classe operária, permitiu que as ideologias burguesa e pequeno-burguesa, em defesa do reformismo e da socialdemocracia, conseguissem se infiltrar nas classes operárias. Poulantzas descreveu esse fenômeno:

Sabe-se o que acontece quando as organizações revolucionárias falham no seu papel ideológico de direção numa linha de massa: são a ideologia burguesa e a ideologia pequeno-burguesa quem, sob formas específicas, invadem o vazio deixado pela retirada da ideologia marxista-leninista.⁴¹⁹

A ideologia pequeno-burguesa, especificamente, influenciara a classe operária sob formas próprias do viver popular, incitando o desprezo pela organização política que sustentava o sistema capitalista (anarquismo) e direcionando uma revolta abstrata a minorias ativas (espontaneísmo).⁴²⁰ Somada à demagogia fascista e às promessas ilusórias propagadas pelo regime, a influência desse pensamento teria desmobilizado politicamente os trabalhadores e neutralizado suas forças reativas:

Essas frações haviam considerado, diante dessa privação, na verdade, que o fascismo seria mais apto a atender os seus objetivos: amplos conjuntos dessas frações transferiram, durante um tempo, suas aspirações revolucionárias para o fascismo.⁴²¹

⁴¹⁸ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista...*, cit., p. 101.

⁴¹⁹ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 155.

⁴²⁰ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 156.

⁴²¹ POULANTZAS, Nicos. *Sobre o impacto popular do fascismo*, cit., p. 187. Os grifos são do próprio Poulantzas.

Uma das formas pelas quais a burguesia e a pequena burguesia teriam repercutido sobre a classe operária com vistas a subjugar-la foi a atuação do partido socialdemocrata, cuja base, a rigor, era constituída pelas massas em uma formação capitalista. Vinculado a uma função social bastante específica, tal partido constitui um dos aparelhos ideológicos que, no Estado burguês, são destinados a incutir o pensamento burguês na classe operária na medida em que a repressão física organizada é insuficiente para dominá-la. A burguesia depende, portanto, de aparelhos ideológicos para manter as massas sob seu jugo.

No fascismo, o partido socialdemocrata tendeu à aniquilação: ainda que tenha colaborado com a burguesia, transformando-se em um veículo de introjeção de sua ideologia sobre as massas que o compuseram, ele não ocupou espaço na forma do Estado fascista. Isso porque fascismo e socialdemocracia não se amalgamaram; em verdade, foram inconciliáveis na medida em que o intento da política burguesa durante o Estado e o regime fascista foi, ao fim e a cabo, destruir a massa representada pela socialdemocracia, ou seja, a classe operária.

Quanto às relações entre a classe operária e o partido fascista, Poulantzas evidencia dois aspectos: o repressivo e o ideológico. No poder, o partido fascista teria coagido fisicamente as classes operárias e, paralelamente, mediante uma reorganização dos aparelhos ideológicos do Estado, as teria neutralizado, agravando as várias formas de exploração.⁴²²

As definições de aparelhos ideológicos e repressivos de Estado são, a propósito, marcos distintivos da obra pela qual Poulantzas alcançou notoriedade, *Poder político e classes sociais*. Luiz Eduardo Motta avalia que tais conceitos são empregados em um contexto no qual o Estado é tratado não como uma estrutura, mas como um conjunto de aparelhos, o que denota parcial vinculação às concepções de Louis Althusser:

Apesar de sua identificação com a teoria althusseriana, Poulantzas reivindicava que Gramsci era sua maior influência nessa nova definição sobre o Estado, não obstante houvesse equívocos por parte deste em suas análises, devido às suas influências historicistas e ao emprego do conceito “maculado” de “sociedade civil” (Poulantzas, 1978a:320). Para alguns intérpretes de sua obra, como Martin (2008) e Jessop (1985; 1991), é nesse momento que Poulantzas começa a cindir com o paradigma althusseriano. A despeito da refutação de Poulantzas ao formalismo de Althusser, devido à ausência do conceito de lutas de classes em seu artigo, a influência do filósofo francês ainda era presente em *Fascismo e Ditadura* e na definição do conceito de aparelho ideológico e repressivo de Estado.⁴²³

A relatividade da influência althusseriana em *Fascismo e ditadura* também é avaliada por Motta no que concerne à definição de ideologia. Conquanto os conceitos de aparelhos

⁴²² POULANTZAS, Nicos. Sobre o impacto popular do fascismo, cit., p. 178.

⁴²³ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

de Estado contidos na obra coincidam parcialmente com os da teoria de Louis Althusser, a definição de ideologia se dissociaria da versão althusseriana. É o que se deduz desta afirmação:

Embora Poulantzas ainda fosse identificado com o paradigma althusseriano, em nenhum momento em *Fascismo e Ditadura* ele trata especificamente do significado do conceito de ideologia como foi proposto por Althusser (Laclau, 1979:106). O mesmo já não ocorre com o conceito de aparelhos de Estado. Poulantzas trata o Estado não mais como uma instância que mantém a coesão de uma formação social e local de unidade de poder das classes dominantes, mas como um conjunto de aparelhos repressivos e ideológicos.⁴²⁴

Depois de abordar a relação do Estado fascista com as classes dominantes e operárias, Poulantzas dirige sua análise à pequena burguesia, a qual, no plano econômico, correspondia à pequena produção e à pequena propriedade. Dado que a referida classe não pertenceria ao modo de produção capitalista genuíno, calcado no binômio “capital-trabalho assalariado”, sua formação correspondia a trabalhadores ditos “não produtivos”, pois pertencentes à esfera da circularização do capital e compostos de prestadores de serviços (a exemplo de comerciantes e bancários), os quais não produziam nem mercadorias nem mais-valor, embora contribuíssem para a sua realização. Além desses, funcionários estatais e de seus aparelhos compunham a pequena burguesia, porquanto não produziam mais-valor, mas asseguravam a reprodução das condições de produção.

Ideologicamente, a pequena burguesia seria assim caracterizada pela pequena produção e pequena propriedade que as vinculavam. Politicamente, porque sua sobrevivência dependia da forma jurídica do salário; e não diretamente da produção.⁴²⁵

A pequena produção e a pequena propriedade, por um lado, aproximavam a pequena burguesia tanto da burguesia (dada a condição de proprietário) quanto do proletariado (dada a condição de trabalhador, embora da própria propriedade). Por outro lado, a distanciava dessas duas classes sociais uma vez que (i) a pequena burguesia era economicamente massacrada pela burguesia; e (ii) a pequena burguesia temia proletarizar-se. Bob Jessop resumizou esse ponto:

A nível ideológico, a crise da ideologia dominante teve duas repercussões importantes no subconjunto ideológico da pequena burguesia. Permitiu que os elementos especificamente pequeno-burgueses se acentuassem às custas dos temas burgueses ortodoxos. Também encorajou uma apropriação mais ampla e significativa dos elementos ideológicos da classe trabalhadora.⁴²⁶

⁴²⁴ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

⁴²⁵ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 254.

⁴²⁶ Tradução nossa do original: On the ideological level the crisis in the dominant ideology had two major repercussions on the ideological sub-ensemble of the petty bourgeoisie. It allowed the specifically petty bourgeois elements to be accentuated at the expense of orthodox bourgeois themes. It also encouraged a more

Assim, a pequena burguesia carecia de um espaço ideológico próprio: não se identificava totalmente nem com a burguesia nem com o proletariado. Contudo, entre as duas classes que a circundavam, pendia para a burguesia, com a qual pretendia aproximação. Por esse motivo, era favorável a toda e qualquer mudança que a equiparasse à burguesia ou que atenuasse o poder e a influência burguesas sobre si, a exemplo do sufrágio universal e da defesa de justa concorrência contra a formação de monopólios.

Quanto à carência de um plano político próprio por parte da pequena burguesia como ponto de vulnerabilidade que viabilizou a cooptação dessa classe pelo fascismo, são pertinentes as seguintes ponderações de Bob Jessop:

Poulantzas teve o cuidado de estabelecer as nuances e contradições da relação entre a pequena burguesia e o fascismo. Ele argumentou que a velha e a nova pequena burguesia não podem ter interesses políticos próprios de longo prazo, têm dificuldade em se organizar politicamente em um partido pequeno-burguês específico e normalmente atuam como um pilar “pacífico” da “ordem republicana democrática”. Ao mesmo tempo, ele observou que eles têm uma natureza politicamente instável e às vezes podem desempenhar um papel político independente como uma força social autêntica. É exatamente esse o papel que a pequena burguesia desempenha no período fascista. Esse papel reflete elementos específicos da conjuntura.⁴²⁷

Em um nível mais amplo, a pequena burguesia até defendia certas transformações sociais, mas não para romper com o sistema de exploração de uma classe por outra. Longe de pretender que se implementasse uma revolução, a pequena burguesia, quando lutava por alterações mais bruscas, objetivava ocupar o lugar político, social e econômico ostentado pelas classes dominantes. Visava, então, a substituição da burguesia por seus componentes; ansiava uma renovação das elites.

Como resultado, o distanciamento ideológico da pequena burguesia em relação aos dois grupos com os quais se relacionava conduziram-na à crença de um Estado neutro que se sobreporia às classes (estatolatria), desejando se unir a este na suposta neutralidade perante operários e burgueses, inconciliáveis entre si.⁴²⁸

extensive and significant appropriation of working-class ideological elements”. JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas...*, cit., p. 236.

⁴²⁷ Tradução nossa do original: Poulantzas was careful to establish the nuances and contradictions of the relationship between the petty bourgeoisie and fascism. He argued that the old and new petty bourgeoisie can have no long-term political interests of their own, find it difficult to organize politically into a specific petty bourgeois party, and normally act as a 'peaceful' pillar of the 'democratic republican order'. At the same time he noted that they have a politically unstable nature and can sometimes play an independent political role as an authentic social force. It is just such a role that the petty bourgeoisie plays in the fascist period. This role reflects specific elements in the conjuncture”. JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas...*, cit., p. 235.

⁴²⁸ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 255-256.

A condição jurídica de trabalhadores assalariados que sujeitava os pequeno-burgueses à exploração pelas classes dominantes, sem que estes disso se apercebessem, também repercutia no campo ideológico. Porque ignorava os mecanismos da produção e o papel da propriedade dos meios de produção na efetiva exploração, a pequena burguesia receava mudanças revolucionárias que pudessem lhes privar dos salários recebidos. Todavia, porque obtivera instrução escolar mais elevada em comparação com a classe operária, creditava a si própria melhores condições sociais por merecimento e capacitação.

Politicamente, o isolamento da pequena burguesia refletia na sua dificuldade de organização em um partido próprio, em seus apoios contingenciais ao Estado e numa instabilidade generalizada, porque pendia para um ou para outro lado das classes em disputa, a depender das circunstâncias. No entanto, durante o fascismo, a pequena burguesia teria se fortalecido na esfera política e se expressado de forma autônoma, sem se aliar de modo secundário às duas classes que protagonizavam os embates políticos. É o que explica Poulantzas:

Com efeito, o fato da pequena burguesia não ter, a longo prazo, uma posição de classe própria não quer de modo algum dizer que não se possa constituir em, e desempenhar o papel de, autêntica força social: casos de que faz parte o fascismo e que correspondem a conjunturas bem determinadas. Nestes casos, mesmo se a pequena burguesia faz em última análise, e a longo prazo, o jogo ou da burguesia ou da classe operária, ela entra, não obstante, na cena política, precisamente enquanto força social, de forma relativamente autônoma e com um peso político específico.⁴²⁹

O autor em análise também expõe que a Internacional constatou rapidamente a aliança do fascismo com a pequena burguesia, mas subestimou o papel desempenhado por essa classe, relegando-a à condição de mera e circunstancial apoiadora do grande capital.

Tanto na Alemanha quanto na Itália, a crise econômica que marcou a transição para o capitalismo monopolista atingiu peculiarmente a pequena burguesia: verificou-se um aumento expressivo e repentino de subempregos e desempregos habituais, evidenciando-se a pauperização dos assalariados comerciais.⁴³⁰ Não fosse a frustração enfrentada por tal classe na tentativa fracassada de ascender ao mesmo *status* da burguesia, as perdas econômicas não teriam sido tão contundentes e representativas no contexto de eclosão do fascismo. Isso porque a pequena burguesia seria comumente atingida pelas crises das formações capitalistas, e a afetação econômica não explicaria, por si só, sua intensa participação no processo de fascização.

⁴²⁹ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 259.

⁴³⁰ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 261.

Sucedeu que nem os partidos comunistas nem a socialdemocracia conseguiram conquistar a pequena burguesia, então economicamente fragilizada, como aliada na insurgência contra o fascismo. Diante da crise hegemônica das frações dominantes e da ausência de um programa (de ambos os lados) que atendesse aos interesses da pequena burguesia, esta – que não conseguia formar um partido próprio – encontrou força social no fascismo. Foi justamente assim que se estabeleceu um laço político e ideológico entre os partidos fascistas e a pequena burguesia, a qual passou a ser por eles representada. Consequentemente, esta classe formou a base de massa dos partidos fascistas.⁴³¹

Em um texto publicado em 1975 na obra *Éléments pour une analyse du fascisme* e traduzido para o português em 2019 sob o título “Sobre o impacto popular do fascismo”, Poulantzas atribui a adesão das classes populares ao fascismo ao fracasso dos partidos comunistas italiano e alemão em agregá-las e orientá-las à revolução:

O que é, de outra maneira, mais importante de observar, é que, de fato, certas classes populares que se inclinaram para o lado do fascismo, fizeram-no em razão do insucesso dos partidos comunistas italiano e alemão por não atingirem seus objetivos revolucionários e iniciarem um processo de transição ao socialismo. Essas frações haviam considerado, diante dessa privação, na verdade, que o fascismo seria mais apto a atender os seus objetivos: amplos conjuntos dessas frações transferiram, durante um tempo, suas aspirações revolucionárias para o fascismo.⁴³²

Até a fase de irreversibilidade, os partidos fascistas atenderam às reivindicações da pequena burguesia, que se tornara a classe reinante e assumira o espaço ideológico antes reservado à ideologia burguesa. Contudo, depois de ascenderem ao poder, os partidos fascistas se voltaram exclusivamente aos interesses da burguesia, desamparando por completo a classe ressentida que os apoiara massivamente. À pequena burguesia restou, então, a posição de classe detentora dos aparelhos de Estado. A esse respeito, Bob Jessop pronunciou o seguinte:

Um resultado disso é que os elementos “anticapitalistas” da ideologia pequeno-burguesa se tornaram dominantes no primeiro período da ascensão do fascismo. Por sua vez, isso significava que esses elementos deveriam ser neutralizados antes que o fascismo pudesse servir adequadamente aos interesses do capital monopolista.⁴³³

⁴³¹ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., 263-264.

⁴³² POULANTZAS, Nicos. Sobre o impacto popular do fascismo, cit., p. 173. Acréscimo: Cadernos Cemarx, [S.L.], n. 12, p. 173-188, 2 out. 2019. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/cemarx.v0i12.11321>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11321/6564>. Acesso em: 16 abr. 2021.

⁴³³ Tradução nossa do original: One result of this is that the 'anticapitalism' elements of petty bourgeois ideology became dominant in the first period of the rise of fascism. In turn this meant that these elements had to be neutralized before fascism could properly serve the interests of monopoly capital”. JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas...*, cit., p. 236.

Em termos históricos, o fascismo se expressou de modo intensamente paradoxal: apresentava-se como anticapitalista, mas aliou pequena burguesia e grande capital. Com isso, indireta e dissimuladamente, a ideologia burguesa ampliou e consolidou o seu domínio sobre a pequena burguesia:

Por outro lado, mesmo os elementos ideológicos próprios da pequena burguesia jogam, ao fim e ao cabo, em proveito da burguesia. Assim, a ideologia burguesa perpetua a sua dominação, mas sob formas indiretas e disfarçadas. É, aliás, aí que reside o caráter específico da ideologia fascista: a dominação indireta da ideologia imperialista, pela dominância direta da ideologia pequeno-burguesa. Porque, sob o fascismo, assiste-se igualmente a uma dominância, no seio da própria ideologia burguesa, da ideologia imperialista do grande capital sobre a ideologia liberal clássica.⁴³⁴

Os elementos comuns à ideologia imperialista e à ideologia da pequena burguesia a que Poulantzas se refere seriam, entre outros, a idolatria ao Estado, o nacionalismo expressivo, o fetichismo por poder, o antiparlamentarismo, o corporativismo, o autoritarismo e o “tecnocratismo”, todos perfeitamente correspondentes aos interesses do grande capital.

Nesse sentido, para aprofundar suas análises, Poulantzas delimitou diversos aspectos de convergência entre as ideologias imperialista e pequeno-burguesa – cuja composição teria consolidado a ideologia fascista, embora comumente se declarasse “anticapitalista”:

- (i) aspecto estatólatra – culto ao Estado;
- (ii) aspecto antijurídico – culto ao chefe, de quem as ordens deveriam constituir a lei e a regra;
- (iii) aspecto elitista – concepção fascista do racismo que convinha ao grande capital na medida em que afastava o médio capital e seus representantes da cena política;
- (iv) aspecto racista antisemita – representante dos interesses colonialistas e expansionistas do grande capital;
- (v) aspecto nacionalista – culto à nação;
- (vi) aspecto militarista – culto abstrato à violência;
- (vii) aspecto anticlerical – expressão da revolta pequeno-burguesa contra privilégios clericais;
- (viii) aspecto obscurantista – ressentimento contra intelectuais;
- (ix) aspecto corporativista – nostalgia em relação à era das corporações.⁴³⁵

⁴³⁴ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 266.

⁴³⁵ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...*, cit., p. 265-267.

Em suma, por garantir permanentemente o grande capital, o fascismo acabou prejudicando a pequena burguesia, que fora elevada à categoria de classe reinante. Isso se deu pois, no estágio monopolista do capitalismo, o fascismo elevou os preços de custo, produção e venda do pequeno comércio, cartelizando-os. Além disso, permitiu que monopólios e cadeias de grandes lojas fixassem os preços, lesando intensamente o pequeno comércio e a pequena produção, ou seja, a pequena burguesia.

A última classe social a que Poulantzas se dedicou foi o campesinato. Tal como a pequena burguesia, os camponeses, especialmente o campesinato pobre e os operários agrícolas, foram econômica e ideologicamente afetados pela crise no pós-guerra. Ernesto Laclau sintetizou:

Poulantzas sustenta, frente as tendências que veem o fascismo como um movimento de base camponesa, que o fascismo constituiu um fenômeno essencialmente urbano. O fascismo rural teve um papel claramente subordinado e, onde se desenvolveu, constituiu um movimento ideológico militar, diretamente ligado à grande propriedade.⁴³⁶

Embora tenha sido um fenômeno eminentemente urbano, o fascismo conquistou apoio unânime entre os camponeses. Isso porque, estrategicamente, o partido fascista se valeu da demagogia ao resgatar promessas utópicas de colonização e divisão de terras quando pretendia, em verdade, angariar e repassar grandes extensões territoriais a uma nova fração de médios e ricos proprietários, além de criar uma base sólida no campo.

Atingindo tais metas, o partido fascista inseriu o capitalismo monopolista no campo, beneficiou os grandes proprietários e o campesinato rico e lesionou economicamente os operários agrícolas e a pequena burguesia rural, tal como prejudicara a urbana.

Os momentos em que o fascismo ensejou prejuízos ao proletariado e à pequena burguesia com correlatas benesses ao grande capital foram simplificados neste interesse gráfico de Dylan Riley:

⁴³⁶ Tradução nossa do original: “Poulantzas sostiene, frente a las tendencias que ven en el fascismo un movimiento de base campesina, que el fascismo ha constituido un fenómeno esencialmente urbano. El fascismo rural ha tenido un papel claramente subordinado y, en los casos en que se ha desarrollado, ha constituido un movimiento ideológico militar, directamente ligado a la gran propiedad”. LACLAU, Ernesto. *Política e ideología na teoría marxista*, cit., p. 102.

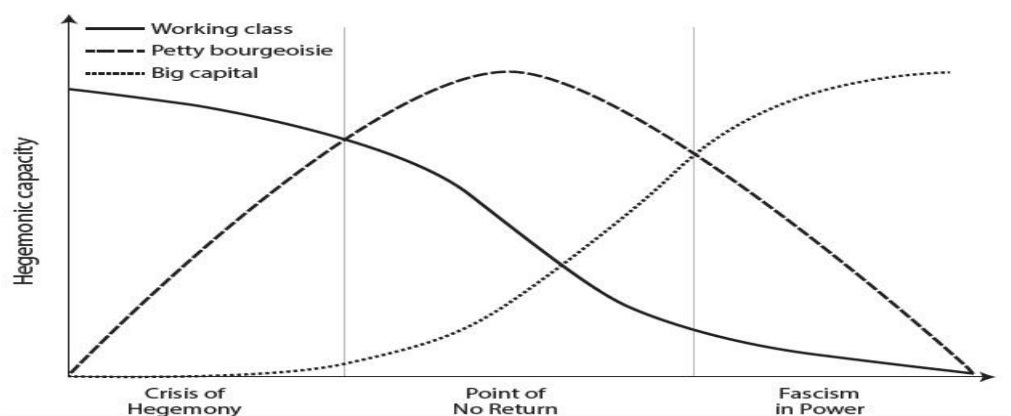


Figure 1. The Central Argument of *Fascism and Dictatorship*

Fonte: RILEY, Dylan. Foreword. In: POULANTZAS, Nicos. *Fascism and dictatorship: the Third International and the problem of fascism*, p. 15.

Orientando-se por fases de desenvolvimento hegemônico, o referido autor explicita o gráfico por ele compilado da seguinte maneira:

O núcleo de *Fascismo e Ditadura* consiste nas partes três a seis, que se dedicam a explicar a relação entre o fascismo e as classes sociais. Cada seção começa com uma discussão conceitual geral, seguida por dois estudos de caso. O argumento geral de Poulantzas pode ser pensado como três curvas sobrepostas de desenvolvimento hegemônico: uma curva descendente que descreve o desenvolvimento da classe trabalhadora conforme ela recua de seus ambiciosos objetivos revolucionários do período pós-guerra imediato para demandas econômicas crescentes, uma curva ascendente que descreve o desenvolvimento do capital monopolista à medida que ele passa de uma fase econômica corporativa para uma mais política, e uma parábola que descreve a ascensão hegemônica e a queda subsequente da pequena burguesia. A intersecção das três curvas são dois pontos de viragem principais em torno dos quais a narrativa de Poulantzas é organizada: o ponto sem volta e a tomada do poder.⁴³⁷

⁴³⁷ Tradução nossa do original: “The core of *Fascism and Dictatorship* consists of parts three through six, which are devoted to explaining the relationship between fascism and social classes. Each section begins with a general conceptual discussion, followed by two case studies. Poulantzas’s argument can be thought of as three superimposed curves of hegemonic development: a descending curve that describes the development of the working class as it retreats from its ambitious revolutionary goals of the immediate post-war period to increasingly economic demands, an ascending curve that describes the development of monopoly capital as it moves from an economic corporate phase to a more political one, and a parabola that describes the hegemonic rise and subsequent fall of the petty bourgeoisie. Intersecting the three curves are two key turning points around which Poulantzas’s narrative is organized: the point of no return and the seizure of power”. RILEY, Dylan. Foreword. In: POULANTZAS, Nicos. *Fascism and dictatorship: the Third International and the problem of fascism*. 2. ed. Londres: Verso, 2018, p. 14.

3.2.3 O Estado fascista

No capítulo que encerra *Fascismo e ditadura*, Poulantzas aborda as formas institucionais de que o Estado fascista se revestiu e apresenta as premissas que orientaram tal abordagem, as quais podem ser assim sintetizadas:

- (i) O aparelho de Estado não só se revestiria de um papel repressivo em sentido estrito mas também de um papel ideológico, tendo em vista seu caráter de organização hegemônica.
- (ii) A ideologia se concretizaria nas práticas das formações sociais e, quando dominante, se inseriria em instituições variadas: igrejas, partidos políticos, sindicatos, escolas e universidades, meios de comunicação, cultura, entidades familiares etc.
- (iii) Conquanto a ideologia atuasse e se propagasse mediante instituições majoritariamente privadas, sua vinculação com o Estado seria indubitável, até mesmo porque a distinção entre público e privado era meramente jurídica.
- (iv) Várias e distintas ideologias coexistiriam em uma formação social, dado que são diversas as classes em luta e que cada qual dispõe de um sistema ou de um subsistema ideológico próprio.
- (v) O Estado fascista seria uma das formas de exceção do Estado capitalista na medida em que corresponderia a uma crise política e se diferenciaria de ditaduras militares e do bonapartismo, porque também representaria a uma relação de classe específica.

Então, sob a vigência do Estado totalitário, todas as instituições lhe seriam atribuídas, de maneira que o conjunto da vida social ficaria estatizado. Depois de estabelecido, o fascismo promoveria uma reorganização das relações no âmbito dos aparelhos ideológicos do Estado, e a ideologia fascista assumiria três principais formas: o partido fascista, a família e a propaganda.

A propósito das ideologias, cuja função seria, na concepção marxista descrita por Poulantzas em *Poder político e classes sociais*, inserir os agentes nas atividades práticas que suportam a estrutura social, mencionam-se as seguintes explicações:

A ideologia consiste, de fato, em um nível objetivo específico, em um conjunto de coerência relativa de representações, valores, crenças; da mesma maneira que os “homens”, os agentes em uma formação participam de uma atividade econômica e política; participam também de atividades religiosas, estéticas, filosóficas. A ideologia refere-se ao mundo no qual os homens vivem, às suas relações com a natureza, com a sociedade, com os outros homens, com sua própria atividade, inclusive sua atividade econômica e política. O estatuto do ideológico decorre do fato de que ele reflete a maneira pela qual os agentes de uma formação, portadores de suas estruturas, vivem suas condições de existência, a relação “vívida” dos agentes com essas condições. A ideologia está a tal ponto presente em todas as atividades dos agentes, que é indiscernível de sua experiência vivida. Nessa medida, as ideologias fixam em um universo relativamente coerente não

simplesmente uma relação real, mas também uma “relação imaginária”, uma relação real dos homens com suas condições de existência em uma relação imaginária.⁴³⁸

Formalmente, o acesso do fascismo ao poder se daria em respeito às formas democrático-parlamentares, tanto que Mussolini e Hitler se elegeram em conformidade com as normas estatais à época vigentes. Por outro lado, a ascensão dos fascistas ao poder só foi possível porque o aparelho repressivo estatal, amparado “constitucionalmente”, atuou de modo incisivo contra as massas oponentes.

No decorrer do processo de fascização, o poder formal e o poder real foram distorcidos, agravando contradições internas e conflitos no seio dos aparelhos. Com a permissão implícita do próprio Estado, milícias privadas passaram a atuar como força repressora e redes paralelas de poder. Além disso, o sistema jurídico foi mitigado e os magistrados passaram a ser direta e explicitamente controlados pelo fascismo – já que, “nesse tipo de Estado, o direito não regula nada, é o arbitrário que reina”⁴³⁹ –, e a polícia política dominou o aparelho de Estado, sujeitando o exército e a burocracia administrativa, a qual seria marcadamente elevada nos regimes de estado de exceção.

3.3 Debates atuais

Tendo em vista que esta tese está estruturada na sistematização mascariana, faz-se importante expor a forma como o novo marxismo é anunciado por Alysson Mascaro, isto é, contemplando quatro eixos - três centrais e um tangente. Os eixos centrais são formados pelo derivacionismo, pelos alternativismos políticos e pela nova crítica do valor. Já o eixo tangente agrega leituras outras e atuais do novo marxismo e do pós-marxismo.

Os próximos subitens destinam-se, pois, a esclarecer tais conceitos.

3.3.1 O novo marxismo

No que concerne à leitura do fascismo, o marxismo não está confinado ao tempo histórico e à problemática de seus momentos clássico, revolucionário e ocidental. Isto porque o marxismo detém uma dinâmica atual própria, a qual se espraia por um conjunto de autores

⁴³⁸ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora Unicamp, 2019, p. 210.

⁴³⁹ MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito, cit.

que lidaram diretamente com as manifestações contemporâneas do fascismo a partir de uma análise fincada no horizonte e nos problemas do capitalismo tardio, acoplando às pesquisas tradicionais uma reunião de temas ainda não trabalhados. Dessa forma, é fundamental entender o pensamento marxista hodiernamente, de modo a apreender os diversos elementos e a maneira pela qual o fascismo é atualmente estudado.

Nesse sentido, o pensamento marxista atual tem em Ingo Elbe e Alysson Leandro Mascaro dois pontos fundamentais de sistematização de formação e problemática.⁴⁴⁰ De um lado, Ingo Elbe, em *Marx in Westen* (2010), elabora um encadeamento cronológico dos pensadores que compõem o quadro do marxismo ao longo da história e sistematiza as problemáticas de cada um deles, apontando suas posições frente à obra marxiana. Além disso, o autor expõe os textos e referências que cada momento do marxismo mobiliza até a sua configuração atual⁴⁴¹, tratando, então, em “novo” marxismo. Por outra via, Alysson Mascaro avança para além de um mero encadeamento cronológico em *Filosofia do Direito* (2019), propondo uma problemática central interna a esse novo marxismo. Para Mascaro, a arquitetura do novo marxismo teria por denominador comum a “forma social”, sendo esta operada por quatro eixos de pensamento que servem para apreender os lineamentos fundamentais dos modos da prática teórica e política desse momento do marxismo.

Sobre o novo marxismo - sua estrutura é, de certa forma, antecedida por pensadores que são considerados, tanto por Elbe quanto por Mascaro, como pioneiros ou predecessores – trata-se de Evguiéni Pachukanis, Isaac Rubin, além de Louis Althusser e sua escola. Esses três pesquisadores são os responsáveis por uma ruptura nas formas de ler e compreender o pensamento marxiano e são trazidos como referências e alicerces para tomar a obra de maturidade de Marx, *O capital*, como paradigmática no desenvolvimento de sua teoria.

Enquanto Pachukanis abre o caminho para uma leitura do fenômeno jurídico a partir da forma-mercadoria, Rubin empreende esforços na leitura específica da forma-valor e do fetichismo em *O capital*.⁴⁴² Quanto a Louis Althusser, ao apreender as conclusões

⁴⁴⁰ Ainda sobre o marxismo contemporâneo, veja: THERBORN, Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012; BOUCHER, Geoff. *Marxismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

⁴⁴¹ O quadro proposto por Ingo Elbe pode ser visto em: ELBE, Ingo. *Marx im Westen: die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965*. Berlin: Akademie Verlag, 2010, p. 29.

⁴⁴² “Pachukanis, diretamente para o campo do direito, e Rubin, para o campo da economia, postulam compreender a sociabilidade a partir das implicações da forma-valor, fazendo da mercadoria o eixo central da problemática marxista. Com isso, rompem com organicismos, como aqueles derivados de leituras classistas – trabalho como categoria central – e superam esquemas politicistas – partido e sujeito revolucionário – ou economicistas –, motores intrínsecos da superação do capitalismo como socialismo inexorável.” MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 509.

produzidas por ele e por seus discípulos no sentido da formação da problemática do novo marxismo, Alysson Mascaro comenta:

Althusser e seus discípulos, na França, começam a empreender uma leitura rigorosa de *O capital* a partir do começo dos anos 1960. Em 1965, vêm à luz os livros althusserianos *Para ler "O capital"* e *Por Marx*. Na Alemanha, movimentos paralelos de retorno à cientificidade de *O capital* surgem logo depois. Em 1968, postumamente, são publicados os estudos de Roman Rosdolsky a respeito, sob o título *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx*. Ainda na mesma época, autores como Hans-Georg Backhaus, Alfred Schmidt e Helmut Reichelt despontam como retificadores das leituras científicas de Marx. Reichelt, em obras como *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*, põe-se a investigar o método de Marx, seus paralelos e suas distinções com a dialética e a lógica hegelianas. Nesse momento, grandes rupturas e reconstruções teóricas se forjam⁴⁴³.

3.3.2 A sistematização mascariana do novo marxismo

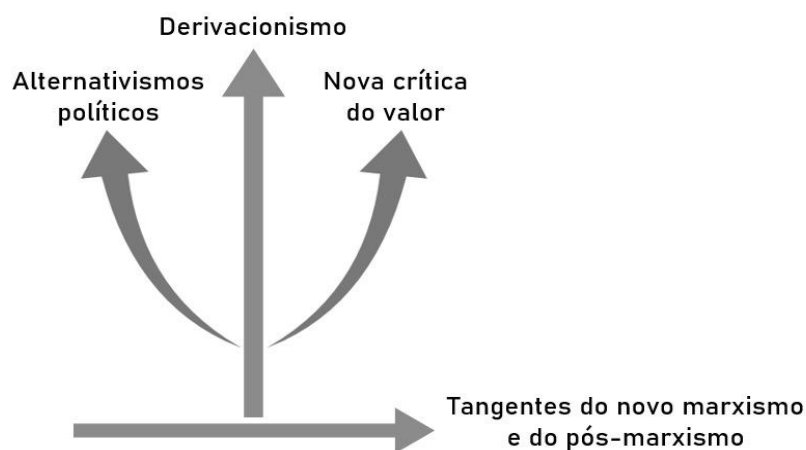
Avançando na leitura mascariana quanto ao novo marxismo, sua problemática pode ser unificada a partir de um “denominador comum”, que representa o ponto de ruptura e fundação em relação aos momentos anteriores:

Um denominador comum de todos os pensadores do “novo” marxismo é alcançar a leitura das formas sociais do capitalismo. Forma-mercadoria, forma-valor, forma política estatal e forma de subjetividade jurídica são os elementos basilares para estabelecer a crítica do capitalismo.⁴⁴⁴

É no esforço para entender as diferentes injunções a partir desse denominador que Mascaro propõe sua original sistematização do novo marxismo em quatro eixos, sendo três eixos centrais (o *derivacionismo*, os *alternativismos políticos* e a *nova crítica do valor*) e um eixo tangente dessa configuração central. Em uma representação gráfica, é dessa maneira que estes ficariam dispostos:

⁴⁴³ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 196.

⁴⁴⁴ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 196.



Sistematização de Alysson Mascaro – imagem criada por nós

Esses três eixos centrais se lastreiam nos elementos próprios à teoria de maturidade de Marx, à sua crítica da economia política e à análise contida em *O capital* a partir das formas sociais. Dentre eles, seria o derivacionismo o integrante central, enquanto os alternativismos políticos e a nova crítica do valor representariam injunções próprias baseadas nesse lastro comum na forma social. Já o eixo da tangente agrupa pensadores que constituem, ainda que em diálogo com o horizonte marxista, caminhos próprios de pensamento, abrindo intercâmbios com o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Em seguida, esmiuçam-se detalhes sobre cada um desses eixos e quais suas posições e leituras face ao fenômeno do fascismo.

3.3.2.1 Derivacionismo

Como pode-se observar na representação gráfica acima, o derivacionismo é o eixo central do novo marxismo. Nele, o denominador comum se lastreia amplamente e as formas sociais compõem seu núcleo fundamental. A partir desse eixo, a leitura das injunções da política e da economia deve ser sempre realizada a partir o interior da apreensão das formas que estruturam a sociabilidade capitalista.

Surgido em 1970, na Alemanha, como um debate intenso e produtivo, o derivacionismo se tornou conhecido tanto por este signo quanto por “debate da derivação”. Suas principais figuras na Alemanha são Rudolf W. Müller, Christel Neusu, Elmar Altvater e Joachim Hirsch. Porém, esse debate não se limitou à nação alemã, repercutindo também na Inglaterra em figuras como John Holloway, Bob Jessop e Sol Picciotto.

Comentando o contexto que antecede a ruptura proporcionada pelo derivacionismo, bem como apresentando elementos que constituem sua problemática, Mascaro acentua:

De modo geral, as leituras sobre o Estado tomavam-no como instrumento neutro, à disposição de diferentes injunções políticas. As próprias definições consagradas da história do marxismo a respeito do Estado – instrumento da classe burguesa, seu comitê gestor – levam em conta uma consideração genérica sobre a imposição do poder político, não a especificidade da forma social que constitui a política no modo de produção presente. Pautado numa rigorosa leitura de Marx e Pachukanis, o debate derivacionista aponta uma ligação necessária entre o capitalismo e uma forma política que lhe é específica, estatal. O Estado deriva das relações capitalistas, daí o termo pelo qual o debate é conhecido.⁴⁴⁵

Ao contrário do mando direto de quem detinha o poder econômico, característico do modo de produção feudal, a especificidade do capitalismo reside na constituição da forma política como um terceiro apartado dos agentes da produção, dissociando economia de política. Assim, a ereção da forma política estatal é uma derivação necessária e específica da dinâmica da forma-mercadoria. É nesse sentido que Mascaro pondera que: “O Estado é um modo de articulação social insigne do capitalismo, organizando a política a partir de um campo institucional terceiro em face da miríade dos agentes sociais em concorrência.”⁴⁴⁶

O deslocamento epistemológico fundamental que caracteriza a problemática do derivacionismo é a saída de uma leitura do conteúdo do Estado para a apreensão de sua forma social. Nesse sentido, repete-se o gesto pachukaniano na obra *Teoria geral do direito e marxismo*, em que o Estado só pode ser compreendido se considerado em sua materialidade relacional e social na derivação da forma-mercadoria. A esse respeito, comenta Camilo Onoda Caldas:

O caminho adotado pela teoria da derivação partia da premissa de que era insuficiente o conteúdo da atividade estatal e do direito com os interesses da classe dominante, ou ainda explicar as funções do Estado apenas a partir da luta de classes e predomínio de uma delas. Assim, o derivacionismo – rejeitando a concepção do Estado como um aparelho genérico de dominação de classe – partia da análise da natureza das relações de produção capitalistas, mais precisamente, do estudo das categorias econômicas de Marx – utilizadas para explicar o capitalismo – derivando destas o Estado, e explicando sua *forma política*, ou seja, existente apenas nesse modo de produção.⁴⁴⁷

Mascaro ainda avança e associa nomes como Umberto Cerroni, na Itália, e Bernard Edelman, na França, a autores que, de certa maneira, também se relacionam com o campo das leituras sobre a derivação capitalista do Estado. Ambos os filósofos resgatam a

⁴⁴⁵ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 511.

⁴⁴⁶ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 511.

⁴⁴⁷ CALDAS, Camilo Onoda. *A teoria da derivação do Estado e do direito*, cit., p. 90.

radicalidade e cientificidade do pensamento pachukaniano para suas leituras sobre o direito, chegando ao Brasil com a figura de Márcio Bilharinho Naves.⁴⁴⁸

Por fim, no interior desse eixo, Mascaro agrupa a teoria da regulação marxista. Advindos da França, na década de 1980, pensadores como Michel Aglietta, Alain Lipietz⁴⁴⁹ e Robert Boyer avançam numa reflexão do interior do novo marxismo, em paralelo ao eixo da derivação, para a economia. Nesse contexto, conceitos de regime de acumulação e modos de regulação servem como termos médios para a leitura das fases e formações do capitalismo, a exemplo das marcações de fordismo e pós-fordismo. É o que pontua Mascaro:

Os regulacionistas buscam desenvolver, na articulação entre formas sociais (que são gerais e necessárias a um modo de produção) e formações sociais (que são os específicos arranjos espaciais e temporais dentro do modo de produção), aquilo que denominarão por termos médios: materialidades relacionais, categorias e ferramentas teóricas que cubram fenômenos que estão sob os termos gerais das formas capitalistas, mas têm abrangência mais específica que estes.⁴⁵⁰

3.3.2.2 Alternativismos políticos

No que concerne ao denominador comum do novo marxismo, os alternativismos políticos, representados por John Holloway e Antonio Negri, representam uma saída de tipo politicista e voluntarista quanto às formas sociais, na medida em que reconhecem a obsolescência das formas tradicionais de luta e organização da classe trabalhadora face às modulações na dinâmica do valor e, por isso, apostam em movimentos sociais alternativos para driblá-las. Nesse sentido, Mascaro aponta os movimentos que são paradigmáticos para tal eixo:

O pano de fundo de suas leituras é o dos movimentos altermundistas da virada do século XX para o século XXI. Fóruns sociais mundiais, articulações de grupos e movimentos sociais em variados países – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil – e o próprio zapatismo, no México.⁴⁵¹

Assim, associado a um diagnóstico do capitalismo contemporâneo que compreende a universalização da forma-mercadoria e a nova dinâmica que o valor assume, o grande impasse fundamental desse eixo é construir alternativas políticas de transformação social que não atravessem as formas sociais próprias à manutenção e à reprodução do capitalismo

⁴⁴⁸ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 199.

⁴⁴⁹ O próprio Alan Lipietz aponta as bases althusserianas da teoria da regulação em: LIPIETZ, Alain. From althusserianism to “Regulation Theory”. In: KAPLAN, E. Ann; SPRINKER, Michael (Eds.). *The althusserian legacy*. Londres/Nova York: Verso, 1993.

⁴⁵⁰ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 200.

⁴⁵¹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 514.

– formas política estatal e jurídica – e que sejam capazes de lidar com os novos impasses que tal sistema gestou. Portanto, não cabem nesse eixo do novo marxismo lutas no interior da institucionalidade burguesa que mobilizem as formas do capital contra a própria sociedade capitalista. Sobre as propostas políticas deste eixo, Mascaro esclarece:

Holloway, cujas leituras partiram dos debates da derivação, é destacado por propor que movimentos revolucionários devem ser realizados em espaços sociais indiferentes ao Estado. Seu livro *Mudar o mundo sem tomar o poder* é uma proposta de alternativismo político, que crê que movimentos como o do zapatismo, no México, conseguiriam alcançar antizonas de poder. Antonio Negri, em livros como *Multidão*, escrito em conjunto com Michael Hardt, aponta para o fato de que lutas de esquerda tradicionais – dos partidos políticos, dos sindicatos, das organizações não governamentais – operam sob a forma mercadoria, a forma política estatal e a forma jurídica. Quando pleiteiam novos direitos ou representações, assim o fazem dentro das formas da sociabilidade capitalista, não as rompendo. Por isso, de outro lado, movimentos populares ou esparsos, como os das multidões, sem representação nem intermediação com as instituições, poderiam ter um vigor material mais decisivo na transformação do modo de produção.⁴⁵²

Um dos diagnósticos que deslocam as formas de luta e organização política no capitalismo é realizado por Negri e Hardt: autores que partem da constatação de que a soberania moderna se dá em outro momento histórico, quando assume uma nova forma a partir de certa dinâmica que agrupa organismos tanto nacionais como supranacionais, unificados sob uma regra: o *império*. Esse império seria, todavia, diferente do imperialismo com suas barreiras e centralizações, pois operaria descentralizando e desterritorializando – de forma que seria capaz de regular subjetividades extremamente plásticas⁴⁵³. Daí a alternativa específica da multidão, que Negri e Hardt definem da seguinte maneira na obra *Império*:

Também a multidão pode ser encarada como uma rede: uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum.⁴⁵⁴

Mantendo-se no âmbito dos alternativismos políticos, no específico da “dinâmica política a partir da luta de classes”⁴⁵⁵, Alysson Mascaro inclui ainda o nome de Nicos Poulantzas, que construiria, a partir da noção althusseriana das massas como o motor da história, um caminho próprio de análise do fascismo no novo marxismo:

Vindo de uma formação jurídica, Poulantzas teve várias fases em sua obra, destacando-se, em especial, sua reflexão sobre o Estado, as classes sociais e as

⁴⁵² MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 200-201.

⁴⁵³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 12.

⁴⁵⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio *apud*. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 516.

⁴⁵⁵ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 201.

frações de classe. *Poder político e classes sociais* é seu texto fundamental, no qual estabelece uma sofisticada compreensão do poder político, evitando os esquematismos de que o Estado um mero reflexo econômico da burguesia ou de que o poder popular no Estado seja suficiente para alterá-lo. Suas posições sobre o Estado sofrerão ainda alterações em obras posteriores. A análise de Poulantzas também estabelece uma rigorosa compreensão de fenômenos políticos do século XX, como os fascismos e as ditaduras.⁴⁵⁶

No interior desse eixo, Antonio Negri, notório militante antifascista⁴⁵⁷, é quem desenvolve reflexões mais atuais sobre o fascismo. Especialmente no texto “Primeiras observações sobre o desastre brasileiro”, o autor avança para ler a difusão do fascismo em um conjunto de governos mundo afora, focando, particularmente, no caso brasileiro do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e proporcionou a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência.⁴⁵⁸

Para Negri, a ascensão do fascismo em países como EUA, Brasil, Turquia, Egito etc. pode ser lida diretamente em conjugação com a crise do liberalismo. Em verdade, o lastreamento dessa escalada no momento de instabilidade do neoliberalismo é específico do fenômeno fascista na contemporaneidade, pois, em oposição ao fascismo dos anos 20 e 30 do século XX, um suposto fascismo do século XXI não congrega reacionarismo na política e progressismo relativo na economia com uma política econômica de corte *pseudo-keynesiano*; ao contrário:

As atuais conversões fascizantes da classe dirigente capitalista (não toda, no momento), de fato, parecem determinadas pela necessidade de apoiar com mais força, por todos os meios estatais, compulsivamente, um desenvolvimento mais neoliberal em profunda crise. *É importante sublinhar esta deformidade usual: a força do autoritarismo é chamada em apoio à crise do liberalismo.* Agora, nesta perspectiva, o fascismo parece apresentar-se (embora não somente) como a face dura do neoliberalismo, como pesada recuperação do soberanismo, como inversão do slogan “primeiro o mercado, depois o Estado”, em várias formas, nos pontos de máxima dificuldade do desenvolvimento ou de quebra de seus dispositivos, ou melhor, em face das fortes resistências que emergiram.⁴⁵⁹

⁴⁵⁶ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 201.

⁴⁵⁷ Um importante balanço das ideias e da trajetória de Antonio Negri pode ser visto em: MURPHY, Timothy S.; MUSTAPHA, Abdul-Karim (Eds.). *The philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Londres: Pluto Press, 2005.

⁴⁵⁸ O autor, então, propõe-se a ler criticamente esse processo à luz de uma reflexão sobre o significado atual de termos como “democracia representativa” e “democracia” – em geral –, bem como os meios organizativos e estratégicos no sentido da defesa de uma Constituição que tem a liberdade, a igualdade e as condições de efetivação de ambas como um de seus elementos constitutivos. Porém, chega a questionar se não se trataria de produzir um deslocamento quanto à própria problemática que levanta, perguntando-se: “se ainda é possível fazer estas perguntas ou se deve reciclar o tecido mesmo do questionamento”. (NEGRI, Antonio. Primeiras observações sobre o desastre brasileiro. *Cult*, 29 nov. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/antonio-negri-desastre-brasileiro/>>. Acesso em: 13 dez. 2021.)

⁴⁵⁹ NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit.

Esse seria o fascismo que tem no centro da luta de classes a *multidão*, rede aberta as modulações da própria conjuntura. É o que Negri expõe:

O elemento de cooperação é para a multidão (especialmente para as metrópoles) o ponto central de sua existência de classe. Em termos produtivos, esse poder cooperativo leva a multidão em direção ao comum. Quando, todavia, intervêm fortes tensões que agem sobre as singularidades (que compõe a multidão), em termos, por exemplo, de insegurança econômica ou ambiental e de medo do futuro, então a cooperação multitudinária pode implodir em termos de defesa da identidade. O fascismo do século 21 parece apoiar-se nesses incidentes da natureza cooperativa da multidão.⁴⁶⁰

Dessa forma, o fascismo do século XXI surge e se estrutura na crise do neoliberalismo, conduzindo os sujeitos a um regresso social. Esse é o contexto específico no interior do qual Constituições servem ao fascismo sob uma lógica.

Para Negri, tal desenvolvimento oblitera as dinâmicas dialéticas constitucionais, que seriam justamente as formas pacíficas de solução do conflito de interesses entre direita e esquerda no interior da institucionalidade. Assim, a democracia passa a ser um poder destrutivo na gestão de fascistas que ascenderam, na medida em que “qualquer operação de ‘exceção’ é dada dentro da *governance* democrática (...).”⁴⁶¹

Rejeitando a analogia entre o regime democrático e o fascista e entendendo que a leitura do fascismo, bem como a insurgência contra o fenômeno se iniciam com uma perspectiva democrática, Negri volta sua atenção ao conteúdo das Constituições vigentes nos países por ele analisados e avança para examinar especificamente o caso brasileiro. O autor compreende, então, que o “golpe de Estado” no Brasil foi um processo interno à institucionalidade garantida e instituída por uma via constitucional. Assim, não se tratou de uma ruptura com a constitucionalidade, mas da formação com amparo constitucional de uma legitimidade própria às necessidades políticas de quem operou no *front* o câmbio social.

No caso brasileiro, a ascensão do fascismo por meio do “golpe de Estado”⁴⁶² se deu ao largo das figuras tradicionais da “exceção”: tratou-se, em verdade, de um golpe peculiar, que ocorreu no interior da institucionalidade democrática. Negri ainda conjectura que a *governance* – conjunto de dispositivos que configuram de maneira unitária o horizonte de governo nacional e global –, no Brasil, sucederá no interior do tecido constitucional,

⁴⁶⁰ NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit.

⁴⁶¹ NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit.

⁴⁶² “‘Golpe de Estado institucional’ e/ou ‘Golpe de Estado democrático’: assim se pode chamar o ocorrido no Brasil, e agora inseri-lo numa nova categoria acadêmica do direito constitucional. A derrubada do poder legitimamente existente e sua substituição por um poder não legitimado pelo sufrágio universal mas por um órgão de Estado, o Congresso Nacional, foi realizado por detrás de uma máscara constitucional.” (NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit.)

operando modulações sem necessariamente rompê-lo, com uma “atenuação suave” das liberdades civis.⁴⁶³ Nesse aspecto:

Esse perverso caminho, da democracia ao fascismo, linear, organizado não por movimentos externos, mas pelas mesmas instituições do poder constitucional, pela conformação dos órgãos de controle (da magistratura em particular) às linhas da extrema direita, é o desvelamento de um projeto coerente que atravessa as instituições, destruindo todos os elos e incidindo, sobre novas conformações, nas figuras formais da Constituição e na materialidade de sua direção política garantida pelo processo de legitimidade eleitoral, e assim dissipando qualquer caráter ético do princípio democrático.⁴⁶⁴

Como formas de combate ao fascismo no século XXI, é interessante pontuar a aposta em movimentos alternativos, a exemplo do comentário do autor sobre o caso brasileiro:

O fascismo se apoia no medo. Aqui isso suscita e cultiva o medo do negro e do comunista. Mas este casal é símbolo da vida e sua luta é um sinal de libertação. Os partidos de esquerda, começando pelo irrecuperável PT, estão em crise. É na relação e na recomposição política dos negros e comunistas que uma esquerda radicalmente antifascista pode ser construída. Esta passagem é essencial. Não há antifascismo no Brasil sem uma recomposição política dos comunistas brancos e da população negra. Desnecessário acrescentar que desta recomposição os movimentos feministas já são a faísca de hoje. Estes são os movimentos majoritários e a maioria não tem medo.⁴⁶⁵

A força disruptiva desses movimentos em relação ao fenômeno fascista é um elemento já presente em sua obra clássica, escrita em conjunto com Michael Hardt, *Império*:

... mediante suas monstruosidades, que reduzem seres humanos a um mínimo de vida sem disfarces, o fascismo e nazismo tentaram em vão destruir o enorme poder em que a vida sem disfarces poderia se transformar e eliminar a forma pela qual os novos poderes de cooperação produtiva da multidão são acumulados. Pode-se dizer, seguindo esta ideia, que os delírios reacionários do fascismo e do nazismo foram desencadeados quando o capital descobriu que a cooperação social já não era o resultado dos investimentos do capital, mas, antes, um poder autônomo, a priori de todos os atos de produção. Quando o poder humano aparece imediatamente como uma autônoma força coletiva de cooperação, a pré-história do capitalismo chega ao fim. Em outras palavras, a pré-história capitalista chega ao fim quando a cooperação social e subjetiva já não é produto, mas pressuposição, quando a vida sem disfarces é elevada à dignidade de poder produtivo, ou, melhor dizendo, quando ela aparece como riqueza da virtualidade.⁴⁶⁶

3.3.2.3 Nova crítica do valor

Em uma chave radicalmente distinta do eixo anterior, a relação que estabelece a nova crítica do valor com o denominador comum do novo marxismo é de uma leitura direta, que

⁴⁶³ Em NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit. – nesse mesmo sentido, referindo-se às questões levantadas acima.

⁴⁶⁴ NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit.

⁴⁶⁵ NEGRI, Antonio. *Primeiras observações sobre o desastre brasileiro*, cit.

⁴⁶⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, cit., p. 388.

pesa a dimensão das formas sociais a ponto de propor que “o capitalismo fecha as possibilidades de se furtar às suas determinações”⁴⁶⁷. Não há lugar, aqui, para alternativismos, mas tão somente para o aprofundamento da destruição do capitalismo que vive sua crise terminal. Essa diferença entre os eixos se faz sentir na leitura sobre o fenômeno do fascismo.

Robert Kurz, Anselm Jappe e Roswitha Scholz são alguns dos nomes centrais desse eixo, juntamente com a figura de Moishe Postone⁴⁶⁸ e Alfred Sohn-Rethel. De acordo com a nova crítica do valor, não há espaço para o aparecimento de um novo regime de acumulação no capitalismo: sua crise é grave e terminal, pois sua fonte fundamental – a transformação de trabalho vivo em valor – está se esgotando⁴⁶⁹. A esse respeito, Anselm Jappe pondera:

No início da década de 1970, foi atingido um triplo ou mesmo quádruplo ponto de ruptura: econômico (visível no abandono da indexação do dólar pelo padrão-ouro), ecológico (visível no relatório do Clube de Roma), energético (visível no “primeiro choque petrolífero”), a isso se acrescentando as mudanças na mentalidade e de formas de vida do período pós-1968 (“modernidade líquida”, “terceiro espírito do capitalismo”). Deste modo, a sociedade mercantil começou a esbarrar nos seus limites, simultaneamente externos e internos.⁴⁷⁰

Tal leitura apoia-se na obra de maturidade de Marx, especialmente em *O capital*, e recupera a centralidade de categorias como mercadoria, valor, fetichismo, dinheiro e trabalho abstrato. Robert Kurz associa a crítica radical do valor com uma crítica não só ao esclarecimento, mas também “a todo o complexo teórico que funda o núcleo do homem branco como sujeito universal e os ‘valores ocidentais’”⁴⁷¹, tanto assim que:

O principal foco é o conceito de valor, objeto de uma crítica vinculada aos processos de fetichização e de valorização das sociedades capitalistas fundadas no princípio de produção de mercadorias e num trabalho ontologizado e trans-histórico. Amiúde, trata-se de uma revisão hermenêutica dos diagnósticos marxianos, com a perspectiva de constituir uma crítica marxista do valor para um mundo capitalista estruturalmente em crise. Para Kurz, os processos de

⁴⁶⁷ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Sociologia do direito*, cit., p. 202.

⁴⁶⁸ Não sem considerar o importante apontamento de Taylisi Leite: “(...) Roswitha faz questão de advertir que as formulações de Moishe não podem ser completamente identificadas com as perspectivas dela ou de Robert Kurz, embora, obviamente, ambos tenham bebido também nessa fonte para desenvolver suas teses. Para ela, há um equívoco em Postone, corrigido pelas análises de Kurz, quando este critica o fato de muitos marxistas centrarem suas análises do capital na forma simples de mercadoria, o que careceria de veracidade histórica. O maior problema, porém, seria a desconsideração do capital global, pois a ideia de mercadoria tomada por Postone parte da mercadoria individual, relacionada ao capital individual. Neste cenário, as análises das relações sujeito-objeto, para Kurz, reproduziriam o fetichismo, asseverando que o capital não pode ser interpretado como resultante de relações subjetivas.” (LEITE, Taylisi. *Crítica ao feminismo liberal...*, cit., p. 185.)

⁴⁶⁹ JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Lisboa: Antígona, 2019, p. 327.

⁴⁷⁰ JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica...*, cit., p. 239.

⁴⁷¹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 518.

valorização chegaram ao seu limite e a crise do sistema econômico é irreversível – a modernização está em colapso. Por isso, para os teóricos críticos do valor, mais do que nunca, é premente elaborar uma crítica consistente do modo de produção.⁴⁷²

Para a ação política, a decorrência fundamental dessa leitura é um deslocamento da compreensão convencional do marxismo sobre o lugar que ocupa o sujeito político gestado no interior das formas sociais capitalistas.⁴⁷³ Do lado avesso, a crítica do valor não tem espaço para “compreender um sujeito que, sendo produzido pela dinâmica do valor, seja aquele que venha a ensejar a transformação do próprio sistema econômico que lhe forma”.⁴⁷⁴ Nesse sentido, a classe trabalhadora é resultado do próprio modo de produção capitalista, de modo que a luta se faz contra a existência da própria classe; fala-se, então, no fim da classe trabalhadora como tal.

No interior desse eixo, é Robert Kurz quem desenvolve uma reflexão singular sobre o fascismo – e, especialmente, a respeito de sua relação com a democracia – na obra *A democracia devora os seus filhos*.⁴⁷⁵ Em uma chave radicalmente distinta daquela desenvolvida por Antonio Negri, Kurz parte do elo essencial entre democracia e fascismo. Roswitha Scholz, comentando a questão do fascismo em Robert Kurz, assim se pronuncia:

Para Kurz, o fascismo e o nacional-socialismo são o outro lado da mesma moeda da democracia, e não seu adversário, como pensa a maior parte das esquerdas, no que, para ele, a diferença entre democracia e nacional-socialismo não é uma diferença não medida, mas uma diferença “histórico-genética”.⁴⁷⁶

A ascensão dos novos radicais de direita e do fascismo não pode ser entendida como um acidente, nem como um elemento da essência humana que insurge como se não houvesse nenhum lastro de sua existência no presente. Tais fenômenos são, em verdade, a contraface necessária da própria democracia, que nada mais é do que “o tipo mais moderno de ditadura de uma forma social coercitiva sobre o desenvolvimento das necessidades e relações humanas.”⁴⁷⁷

⁴⁷² LEITE, Taylisi. *Crítica ao feminismo liberal...*, cit., p. 209.

⁴⁷³ “O populismo constitui atualmente um grande perigo. No populismo critica-se unicamente a esfera financeira, e misturam-se nele elementos de esquerda e de direita, evocando por vezes o truncado ‘anticapitalismo’ dos fascistas. É necessário combater o capitalismo em bloco, não apenas a sua fase neoliberal. Um regresso ao keynesianismo e ao Estado social não é desejável nem possível. Valerá a pena as pessoas lutarem para se ‘integrarem’ na sociedade dominante (obter direitos, melhorar sua situação material) – ou isto é simplesmente impossível?” (JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica...*, cit., p. 333).

⁴⁷⁴ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 519.

⁴⁷⁵ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

⁴⁷⁶ SCHOLZ, Roswitha. Prefácio. In: KURZ, Robert. *A democracia devora seus filhos*, cit., p. 8.

⁴⁷⁷ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 25.

Kurz critica a ilusão politicista que isola a promessa emancipatória da democracia de sua forma econômica de mercado. Para ele, a mobilização do mote da “democratização” na esquerda é expressão de sua decadência e carência de conceito, uma maneira de aprisionamento do pensamento de esquerda no interior das formas próprias ao iluminismo.⁴⁷⁸

Nesse sentido, o deslocamento analítico operado por Kurz atenta para a *forma social* assumidas por sujeitos e figuras próprias ao regime democrático:

O problema não é a vontade, mas a *forma social da vontade* comum a todos os envolvidos. (...) Liberdade significa ter de subjugar todos os recursos e desejos impiedosamente sempre à mesma forma-dinheiro sem sujeito. Esse é o “fetiche” moderno do qual falava Marx, e isso constitui o *caráter de dominação* da democracia. (...) A democracia não é o oposto do capitalismo, e sim a maneira pela qual o “povo” organizado de modo capitalista se “autodoma” segundo critérios capitalistas, com fúria cega e autodestrutiva.⁴⁷⁹

Fazendo alusão a Marx, Kurz aventa que o regime democrático constituiria o lugar em que ocorrem as *coerções surdas*, em que o elemento fundamental é a forja da universalização da figura do indivíduo. Em outras palavras, partindo da dominação senhorial do feudalismo, o indivíduo nascido na democracia conhece um novo senhor, que exerce uma dominação impessoal e que preenche todos os espaços: o *dinheiro*. Assim é que:

Todos podem defender os “seus interesses”, mesmo “como” sem-tetos; mas é essa categoria mesma do “interesse” baseada na forma-mercadoria que os prende estruturalmente à sua miséria. A democracia é a liberdade de morrer, pelo menos para uma parcela crescente da humanidade.⁴⁸⁰

Há, dessa forma, uma relação essencial entre democracia e fascismo: ambos compartilham o mesmo plexo das *formas sociais capitalistas*. A democracia produz, necessariamente, o radicalismo de direita no interior de suas várias figuras. Daí que as tentativas da esquerda e da consciência democrática ocidental de tratar o fascismo e a direita radical como elementos externos à dinâmica da democracia partem de uma atemporalidade caótica, na qual os eventos irrompem de uma teia que não tem um *continuum*, ou, se tem o *continuum* histórico, só aparecem na condição de serem tomados como “(...) ‘princípios’ externos supostamente contrários (princípios ‘bons’ e ‘maus’, é claro) que lutam entre si e contam ‘vitórias’ e ‘derrotas’”.⁴⁸¹ Sobre essa estrutura dupla de leitura, Kurz ressalva:

O fascismo histórico, tanto para os democratas oficiais do pós-guerra quanto para os seus irmãos adotivos da esquerda e da esquerda radical, tinha de ser caracterizado como um “princípio” hostil: uma espécie de bicho-papão no nevoeiro a-histórico da modernidade, que sempre pode voltar. Ou como grave

⁴⁷⁸ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 25-26.

⁴⁷⁹ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 28-29.

⁴⁸⁰ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 32.

⁴⁸¹ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 35.

“acidente de trabalho” das reformas democráticas, que sempre pode ocorrer quando não se está atento, ou simplesmente como evento transcendental, como singularidade que fica sem conceituação, e nessa falta de conceituação também pode retornar quase mutatoriamente como nova singularidade do horror. “Resista desde os primeiros sinais!” ou “Pense em 33!” eram motes que atravessavam o espectro político-ideológico, e a suspeita mútua de fascismo avançava como meio mais efetivo de denúncia. Assim, não surpreende que o novo radicalismo de direita seja tomado prontamente sob o aspecto do “retorno” de um “princípio” hostil.⁴⁸²

Porém, assevera Kurz, “a história não se repete”. Logo, o fascismo histórico tem de ser determinado como parte mesma do *continuum* histórico no interior da sociabilidade que tem na forma-mercadoria sua relação central. Assim, o fascismo não é algo externo a esse *continuum*, mas um trecho temporal em seu interior. Kurz chega a falar em “forma de incubação” da própria democracia, que pode se tornar uma modulação possível em momentos específicos, sob condições determinadas em cada país. Por isso:

Na Alemanha, o fascismo foi mal compreendido como um desvio completo do processo de democratização, como uma simples aberração de terríveis proporções no período entre a República de Weimar e a República Federal. Mas a “democracia germânica” de Hitler não era de maneira alguma apenas um fantástico selo da barbárie (como ainda podia espantar-se Lukács). Na verdade, o nacional-socialismo colocou em curso mudanças sociais estruturais que eram parte do processo de democratização, caso se entenda a democracia como estrutura totalizante da democracia de mercado, incluindo o seu lado repressivo⁴⁸³. (...) Se o problema for despido das vestes ideológicas finalmente tornadas supérfluas e considerado como um problema “sistêmico” ou “estrutural”, trata-se essencialmente da superação factual das relíquias estruturais estamentais, pré-modernas e guilherminas já apodrecidas, que ainda não haviam caído. Desta perspectiva decisiva, então, o nacional-socialismo não foi, de maneira alguma, retrógrado ou reacionário, pelo contrário. À sua maneira bestial (e temos de pedir desculpa aos animais pela comparação), ele executou o resultado da guerra mundial, mobilizando em sua forma o próximo estágio dos processos sistêmicos da democracia de mercado.⁴⁸⁴

Tal afirmação não deveria surpreender se entende-se que o que realiza efetivamente o nacional-socialismo nesses termos é a promoção estrutural das categorias funcionais ao sistema capitalista de produção de mercadorias⁴⁸⁵. Daí o Estado nacional-socialista ter realizado a subsunção das massas a uma figura indiferenciada face ao *Führer*, funcionalizando democraticamente a hierarquização.⁴⁸⁶

⁴⁸² KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 36.

⁴⁸³ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 37.

⁴⁸⁴ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 39.

⁴⁸⁵ “O nacional-socialismo promoveu ao mesmo tempo a liberdade, ao alargar o sistema de relações do indivíduo nesse grande espaço abstrato, dissolvendo a velha cultura de estamentos e classes com seus vínculos pessoais no totalitarismo do partido único (‘partido do povo’), que tornou mais fácil para o indivíduo a admissão nas diferentes estruturas de função e comando e, com isso, mais do que antes, fez dele um ‘indivíduo abstrato’.” (KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 44).

⁴⁸⁶ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 44.

Entretanto, a identidade entre nacional-socialismo e democracia, no caso específico da Alemanha, é, para Kurz, uma identidade de tipo histórico-genética, dado que o nacional-socialismo é um momento do próprio processo de construção da democracia moderna da economia de mercado⁴⁸⁷: sua função específica foi o desenvolvimento do universalismo abstrato da forma-mercadoria na sociedade de então, por meio da ditadura “totalitária” e do “princípio Führer”.⁴⁸⁸

Esse desenraizamento de relações produzido pelo nacional-socialismo também se faz sentir quanto ao conceito de nação e sua função política. Para Kurz:

O nacional-socialismo eliminou, assim, a não simultaneidade contraditória do conceito de nação Guilhermino, e tornou a nação definitivamente o sistema de referências do cálculo econômico-empresarial, do trabalho abstrato, do crédito estatal e da regulação política no contexto das estruturas fordistas.⁴⁸⁹

Entretanto, o que é específico da crise atual, que vê a ascensão da direita radical, é justamente a presença da coesão produzida pela economia nacional, ou seja, há um transbordamento pela forma-mercadoria da economia nacional, e sintomática disso é a noção de “globalização” que, nas palavras de Kurz, “marca uma nova qualidade de internacionalização tanto da produção econômico-empresarial quanto dos mercados financeiros e sistemas de crédito”.⁴⁹⁰ A partir dessa concepção, o que há para Kurz é a desintegração do complexo trabalho-povo-nação como suporte da forma-mercadoria, ocasionando a decomposição da coesão social, e a democracia de mercado é incapaz de frear esse processo. Nesse interregno, abre-se a possibilidade do *revival* de tudo o que já foi:

Todos os ideologemas, formas políticas, objetivos, programas e métodos da história da modernização podem, assim, ter o seu *revival*, tudo é novamente testado, mas nada pode mais ser erguido à hegemonia social geral, permanecendo tudo no estado (mais ou menos atraente e com grande esforço) da particularidade.⁴⁹¹

Esse é um diagnóstico que reaparece sob formas distintas no interior de outras análises contemporâneas, que vão desde a crise e dinâmica específica da Alemanha⁴⁹² até o capitalismo tardio de modo geral.⁴⁹³ É sob o pano de fundo dessa reflexão que Kurz se propõe a ler o novo radicalismo de direita:

⁴⁸⁷ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 45.

⁴⁸⁸ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 47-48.

⁴⁸⁹ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 55.

⁴⁹⁰ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 56.

⁴⁹¹ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 58.

⁴⁹² Ver: SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012, p. 149-152.

⁴⁹³ Ver: FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

O novo radicalismo de direita também deve ser visto diante desse pano de fundo. Trata-se de um fenômeno de crise, mas sob as novas condições, e assim um fenômeno de crise da própria democracia de mercado em decomposição. A própria universalização total de suas formas de base a conduzem *ad absurdum*. O velho radicalismo de direita foi um fenômeno da ascensão e das crises de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias, que ainda tinha diante de si um espaço de desenvolvimento histórico; foi uma função do “crescimento interno” no interior das vestes ainda não completamente preenchidas do universalismo abstrato no campo do trabalho, do povo e da nação. O novo radicalismo de direita já é ele mesmo uma forma visível do esgarçamento daquelas vestes, um fenômeno da desrazão das particularidades não mais generalizáveis dos sujeitos concorrenciais que se veem diante do universalismo abstrato totalizado da mercadoria e do dinheiro que não é mais capaz de integrar.⁴⁹⁴

3.3.2.4 Tangentes do novo marxismo e pós-marxismos

O eixo de tangente trabalha parcialmente com o denominador comum e os horizontes do novo marxismo. No interior desse eixo, a leitura estritamente marxista combina-se com horizontes estruturalistas e pós-estruturalistas, e figuras como Gilles Deleuze e Pierre Bourdieu ganham uma proporção significativa em seus desenvolvimentos.

Surgido especialmente a partir da década de 1980 com os discípulos diretos e indiretos de Althusser⁴⁹⁵, o eixo traz em destaque Alain Badiou, Étienne Balibar e Jacques Rancière, como discípulos diretos, e Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Fredric Jameson e Slavoj Žižek como indiretos, que têm a subjetividade, a ideologia e as alternativas pós-capitalistas como seus temas fundamentais de análise. Conforme ensina Mascaro:

... na década de 1980, Laclau e Mouffe investem na construção de um campo teórico que avança para além do marxismo, baseado na discursividade, distanciando-se da questão de fundação da política na luta de classes. Tratando da hegemonia, consideram-na não diretamente um produto de classe, mas entremeado de múltiplas posições – nacionalidade, grupo, raça, sexo etc. Reivindicando-se pós-marxistas, rompem com uma noção de totalidade e direcionam sua reflexão para uma estratégia socialista chamada de democracia radical.⁴⁹⁶

Em outras chaves internas da tangente do novo marxismo, Mascaro aponta para a possibilidade de uma leitura marxista de Gilles Deleuze⁴⁹⁷, bem como reconstrói sinteticamente os pensamentos de alguns dos autores mencionados.

⁴⁹⁴ KURZ, Robert. *A democracia devora os seus filhos*, cit., p. 59.

⁴⁹⁵ Uma leitura das injunções internas à obra dos principais discípulos de Althusser pode também ser vista em: ŽIŽEK, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 143-263.

⁴⁹⁶ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 522.

⁴⁹⁷ Veja: MASCARO Alysson Leandro Barbate. *Filosofia do direito*, cit., p. 520-21.

Para a questão do fascismo, Alain Badiou, em uma recente análise sobre Donald Trump, chega a abordar um conceito paradoxal de “fascismo democrático” para analisar as novas figuras políticas da extrema-direita. Segundo Badiou, apesar da semelhança entre tais figuras e os fascistas dos anos 1930, a conjuntura na qual estas se inserem é posterior ao fim da União Soviética e aos partidos comunistas. O fascismo democrático seria, então, o “novo” vestido em roupas velhas e conhecidas. Por exemplo, o nome “Trump” traz em si todo o conjunto de elementos nacionalistas, sexistas, racistas, da defesa da propriedade privada e próprios à oligarquia dominante, mas sob a forma de um aparente “precursor alucinatório de um ‘novo caminho’”.⁴⁹⁸ Assim, sobre o fascismo democrático, comenta Badiou:

A música própria a este tipo de fascismo democrático é um discurso que não se preocupa minimamente com a coerência, um discurso de impulso, que se contenta com alguns *tweets* noturnos, e que impõe uma espécie de deslocamento da linguagem, ostentando positivamente sua capacidade de dizer tudo e seu oposto. Para essas novas figuras políticas, o objetivo da linguagem não é mais explicar algo ou defender um ponto de vista de maneira articulada. Seu objetivo é produzir afetos, que são usados para criar uma unidade fugaz, poderosa, em grande parte artificial, mas capaz de ser explorada no momento.⁴⁹⁹

Também Slavoj Žižek desenvolve uma interessante reflexão sobre o fascismo em sua obra *Em defesa das causas perdidas*⁵⁰⁰, rejeitando os paralelos tradicionais do revisionismo histórico entre o socialismo e o nazismo. A esse respeito, Mascaro diz:

Para Žižek, comparar o radicalismo revolucionário socialista ao nazista já é, de início, um movimento pela relativização ou, até mesmo, pela absolvição do nazismo. Embora este tenha empregado muito menos agentes de repressão do que o socialismo da Alemanha Oriental, para a análise žižekiana isso não quer dizer que a natureza do socialismo seja mais repressora que a do fascismo. Pelo contrário, o nazismo era muito mais totalitário; porque contava com uma repressão conectada à própria sociedade. A repressão stalinista se dava contra um povo que utilizava, como resistência, a ideologia oficial de liberdade real, solidariedade social e verdadeira democracia que, na verdade, o Estado não praticava. Do comunismo para o nazismo, é a forma que muda: não a luta política, mas sim o conflito racial; não o antagonismo de classe, mas o corpo estranho judeu que perturba a harmonia comunitária ariana. Se o nazismo estabelece algum vínculo com o socialismo, isto se dá apenas como reação: “o nazismo foi uma repetição, uma cópia do bolchevismo; em termos nietzschianos, foi um fenômeno profundamente re-ativo”.⁵⁰¹

⁴⁹⁸ Tradução nossa do original: “the hallucinatory harbinger of a ‘new path’”. BADIOU, Alain. *Trump*. Cambridge: Polity Press, 2019, p. 11-12.

⁴⁹⁹ Tradução nossa do original: “The music proper to this type of democratic fascism is a discourse that does not worry in the least bit about coherence, a discourse of impulse, comfortable with a few nighttime tweets, and that imposes a sort of dislocation of language, positively flaunting its ability to say everything and its opposite. For these new political figures, the aim of language is no longer to explain anything or to defend a point of view in an articulate manner. Its aim is to produce affects, which are used to create a fleetingly powerful unity, largely artificial but capable of being exploited in the moment”. BADIOU, Alain. *Trump*, cit., p. 12.

⁵⁰⁰ ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵⁰¹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Prefácio. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*, cit., p. 16-17.

UNIDADE II

CRÍTICA MARXISTA DO FASCISMO: DIREITO

CAPÍTULO 4 – DIREITO: SALVAGUARDA SOCIAL OU FORMA DO FASCISMO?

Após expor e cotejar as avaliações políticas, econômicas e psicanalíticas de autores vinculados ao marxismo ocidental e ao novo marxismo, avalia-se a influência do direito no surgimento e no desenvolvimento do fascismo como estado de exceção. Também, questiona-se se o direito, na concepção marxista mais refinada – das quais são expoentes Evguiéni Pachukanis e, no Brasil, Márcio Bilharinho Naves e Alysson Leandro Barbate Mascaro –, estaria capacitado a impedir uma eventual ressurgência do fascismo.

4.1 Direito como forma do capital

Sob os pressupostos de que a forma jurídica, tal como a forma política, deriva das formas sociais mercantis capitalistas e de que o direito constitui uma forma social exclusiva do sistema capitalista, a conclusão já anunciada será de que o direito não só é incapaz de reagir aos excessos e às arbitrariedades de estados de exceção coincidentes ou similares ao fascismo, mas também pode agravar o totalitarismo e estender os períodos de sua atuação. Nesse sentido, as leituras de Pachukanis, Naves e Mascaro conflitam diretamente com as convicções que Franz Neumann propagou em *Behemoth* e no *Império do direito* de que o direito fora suprimido nos regimes nazifascistas, e a constituição de uma sociedade idealmente igualitária não prescindia das normas.

Uma das obras mais recentes de Mascaro – *Crise e golpe* (2018) – colide frontalmente com a tese de Neumann e de qualquer outro pesquisador que credite ao direito a condição de forma social autônoma e o *status* de um poder próprio que elevaria e transformaria a sociedade, sendo capaz de minimizar e talvez extirpar as agudas disparidades econômico-sociais que atravessam as classes em embate.

4.2 Evguiéni Pachukanis

Evguiéni Pachukanis, jurista russo, compilou uma sofisticada tese científica do marxismo nas esferas política e jurídica. Em sua obra magna, *Teoria geral do direito e marxismo*, o autor elege a forma-mercadoria como o núcleo da sociabilidade capitalista e evidencia a relação de causa e efeito entre a referida forma e as formas jurídica e política estatal.

Na concepção pachukaniana, tanto a forma da subjetividade jurídica quanto a forma política estatal provêm da forma-mercadoria, de modo que a forma, e não o conteúdo normativo e/ou a ação política, constitui o foco de estudos críticos desse autor. Dado isso, em sua consagrada *Teoria geral do direito e marxismo*, Pachukanis recomenda que a forma jurídica seja analisada em seu aspecto mais abstrato para, gradualmente, atingir a concretização histórica – sempre considerando, nesse percurso, o desenvolvimento dialético.

Citando Reisner, para quem o direito como objeto de estudo só interessaria ao marxista como uma das formas de ideologia, Pachukanis reconhece e ratifica o caráter ideológico das categorias da mercadoria, do valor e do valor de troca, ou seja, o “fetichismo da mercadoria”, mas ressalva sua realidade objetiva, isto é, sua existência no mundo exterior.⁵⁰² Critica-se, então, a posição de Reisner, pois esta desencadearia um subjetivismo sem saída na medida em que a restrição ao plano psicológico desconsidera dados objetivos essenciais. A compreensão do Estado, por exemplo, exige que o encaremos com seus elementos materiais, enxergando-o como uma organização real da dominação de classe, não apenas no plano psicológico.⁵⁰³

Em sequência, Pachukanis expõe que a normatização das relações sociais assume um caráter jurídico e que as relações de direito privado, nas quais atuam o proprietário privado e/ou o sujeito econômico egoísta, constituem o cerne do universo jurídico. Com o fito de adentrar nos meandros das formas sociais e de reconduzir as relações humanas aos seus próprios partícipes (à pessoa humana), a teoria marxista deve compreender por que e como o conteúdo de classe assume as formas jurídicas, em vez de somente reconhecer que o direito constituiu um sistema de relações que correspondem à classe dominante.

Pachukanis defende também que o direito só se concretiza na relação jurídica, e esta, por sua vez, é engendrada pela norma objetiva. Em vista disso, a norma é emanada,

⁵⁰² PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 88.

⁵⁰³ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 89.

inicialmente, por uma autoridade inserida em uma organização política (o Estado), de modo que a superestrutura jurídica deriva da superestrutura política. Todavia, a camada mais profunda da superestrutura jurídica é constituída pelas relações de propriedade/produção, as quais, em conjunto com a expressão jurídica, compõem a sociedade civil. Com efeito, a organização oficial do Estado e a superestrutura política que a integra, embora criadoras de normas jurídicas, não fazem parte de seu momento primário, porque derivam das relações de produção.

Abstratamente, a norma consagra um comando imperativo que se distingue das demais ordens sociais (estéticas, morais e utilitárias, entre outras) por pressupor uma pessoa dotada de direitos e que os pleiteia enfaticamente.

Após explicitar as conhecidas dificuldades da teoria jurídica, bem como da diferenciação entre direito público e privado, Pachukanis evidencia que o reconhecimento da forma jurídica e a consideração das categorias que a expressam são essenciais à análise marxista. Portanto, quando analisa o sujeito da relação jurídica, Pachukanis o toma como átomo da teoria jurídica, insuscetível às necessárias decomposições da abordagem científica. Compara-se, por exemplo, a situação do servo, cuja subordinação não demanda uma forma jurídica particular (pois irrestrita) à situação do trabalhador assalariado, que, vendedor de sua força de trabalho, exige a forma jurídica do contrato para atuar livremente e viabilizar a relação capitalista de exploração.

Segundo Pachukanis, embora Marx não tenha aprofundado os pressupostos materiais da comunicação entre sujeitos de direito, elucidou condições materiais históricas que a realizam e conduziu à conclusão de que a forma do sujeito deriva diretamente da forma da mercadoria.

Marx esclarece que, primariamente, a mercadoria se expressa como valor a par da vontade, do ato consciente daquele que a produz. No processo de troca, contudo, a realização do valor pelo detentor da mercadoria dá-se voluntariamente. Nesse sentido, ao sujeito de direito, inserto nas relações econômicas que lhes são impostas como leis de valor, confere-se a vontade juridicamente presumida que o torna um possuidor de mercadorias totalmente livre e igual perante os demais. Então, à medida que o trabalho se divide, que os meios de comunicação e de troca se desenvolvem, o valor se transforma em uma categoria econômica, na personificação das relações sociais de produção, dominando o indivíduo. Blindada dessa

dinâmica, a propriedade burguesa capitalista é erigida ao *status* de direito absoluto, salvaguardado pelos tribunais, pela lei e pela polícia.⁵⁰⁴

Já em relação à teoria da vontade dos direitos subjetivos, esta se dissocia da realidade, desconsiderando a capacidade de ação e de desejo. O poder, e não só a vontade, torna-se essencial às conquistas e às imposições. E é no ato de troca que o sujeito, enquanto possuidor da mercadoria, releva a plenitude de suas determinações.

No processo de produção, as relações interpessoais evidenciam liames entre mercadorias ao mesmo tempo em que denotam vontades entre unidades independentes e iguais – umas perante as outras. Adquirem, pois, aspectos econômico e jurídico. Em outras palavras, complementa-se o fetichismo da mercadoria com o fetichismo jurídico.

Das ocasiões de economia mercantil, exsurge a capacidade genérica de adquirir direitos e contrair deveres simultâneos, ou seja, a forma jurídica abstrata. Concomitantemente, o aprimoramento das relações burguesas conduz à formação de um direito absoluto, ascendendo “aos céus” o sujeito de direito (possuidor de mercadorias). Assim, convergem-se as vontades de um possuidor de mercadorias e de um proprietário de mercadorias mediante acordo de vontade, o que motiva a constituição do contrato como um dos conceitos centrais e universais do direito. Ademais, foi a circulação da propriedade que gerou o interesse na transmissão seja por troca interna (atos recíprocos de alienação e aquisição), seja por herança.

Lutas de classes ensejaram novas distribuições de propriedades, além da expropriação de usuários e de senhores latifundiários, mas não transformaram o vínculo das esferas econômicas mediado pela troca, os quais constituem os fundamentos da propriedade. Por conseguinte, os que se opunham à propriedade passaram a ocupar a posição contra a qual se insurgiam, preservando-se a circulação de mercadorias.

Diante disso, a propriedade capitalista consiste na liberdade de transmutar o capital de uma forma em outra, extraindo-se o máximo de lucro – e, para tanto, são indispensáveis a existência e a atuação dos proletários, os quais carecem de propriedade. Nessa conjuntura, a capacidade de direito se revela meramente formal. Embora todas as pessoas sejam igualmente aptas a se tornar proprietárias, nenhum mecanismo propicia essa condição.

Derradeiramente, Pachukanis então expõe que a transição ao socialismo demanda a assunção do poder político pelo proletário, mas com a substituição gradual, e não radical, das trocas mercantis por produção e distribuição plenamente organizadas, erradicando-se as

⁵⁰⁴ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 123.

relações de valor na economia e o direito privado na superestrutura jurídica, bem como os processos fundamentais da própria estrutura jurídica.⁵⁰⁵

Expostas algumas considerações sintéticas acerca da compreensão pachukaniana do direito, prosseguimos com análises do autor a respeito do nazifascismo, contemporâneas à eclosão dos dois regimes e caracterizadas por um rigorismo intelectual que busca a especificação conceitual do fenômeno. Nesse sentido, partindo dos conflitos inerentes à sociabilidade capitalista e calcado em sua tese, Pachukanis avalia tal fenômeno sem considerar resoluções nas esferas institucional ou jurídica. Sua análise perscruta, nos âmbitos político, econômico e da luta de classes, as origens e as interações do fascismo com o capitalismo.

Distinguindo-se de outros autores, o jurista russo dissocia o fascismo da pequena burguesia e credita o movimento ao capital financeiro e aos grandes industriais. Quanto à natureza do fenômeno, Pachukanis se recusa a atribuir um caráter doutrinário ou filosófico ao fascismo, haja vista o primitivismo, as contradições e as fragmentações das ideias que o sustentam. A negativa do autor, nesse sentido, fica evidente nestes termos:

Alguns pesquisadores do fascismo, na tentativa de aprofundar filosoficamente a questão, chegam a considerar o fascismo uma nova era, a qual substituiu a era do Estado liberal que, a seu tempo, substituíra o absolutismo. É preciso dizer que, com essa tentativa, engrandecem o fascismo, aprofundam-no filosoficamente, atribuem-lhe um sentido de “época” ou, em todo caso, um grande sentido histórico, sobretudo ao se referir aos centelhas negras alemães.⁵⁰⁶

Além disso, para Pachukanis, “a próxima característica do fascismo – e, talvez, a mais marcante – é o uso da organização de massa, além da organização disciplinada, construída à maneira de guerra.”⁵⁰⁷ Nisso, o fascismo se diferenciaria do bonapartismo, cujo sustentáculo seria tão apenas o militarismo. Embora similares, fascismo e bonapartismo também se dissociariam no que concerne ao caráter repressivo, já que o primeiro manteve a repressão truculenta e arbitrária depois de ascender ao poder, enquanto o segundo restringiu as repressões ao nível da legalidade.

A constância de embates entre apoiadores e opositores do regime, isto é, entre fascistas e antifascistas, amparariam e preservariam o fascismo, que, erigido ao poder, operaria de acordo com regras próprias, sem se amoldar à burocracia vigente.

⁵⁰⁵ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*, cit., p. 135.

⁵⁰⁶ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 27.

⁵⁰⁷ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 33.

É o que sintetiza Alysson Mascaro, no prefácio da obra que reúne textos pachukanianos acerca do fascismo:

Pachukanis dirá que sua característica talvez mais marcante é a organização de massa, disciplinada, ao modo da guerra. Nisso, o fenômeno se diferencia do bonapartismo, que é calcado no Exército. O fascismo é apoiado na organização política de massas, de tal sorte que se alimenta de uma luta e de um conflito constantes entre fascistas e antifascistas. Já no poder, o fascismo atua como um Estado dentro do Estado: não se estabiliza como uma burocracia impessoal, mas como uma organização que dita sua vontade ao governo ou aos órgãos estatais. Por isso, ao contrário da expectativa do grande capital e da burguesia liberal, Mussolini não suprimiu nem dissolveu as milícias fascistas.⁵⁰⁸

Pachukanis, então, atribui a nascente do fascismo, na Itália, às reações de latifundiários, bem como refere o grande capital às ações e greves provocadas por sindicatos e à pujança de governos de esquerda em diversos municípios. É assim que o autor historiciza tais circunstâncias:

Na prática, os fascistas mantinham-se neutros. Contudo, as massas pequeno-burguesas do fascismo estavam, evidentemente, alinhadas contra os operários e prontas para iniciar uma luta contra eles. A arena de lutas era, antes de mais nada, as municipalidades socialistas. Os fascistas dirigiram seus golpes tanto contra as municipalidades socialistas quanto contra as organizações operárias que a apoiavam.⁵⁰⁹

Morto em 1937, o autor pôde acompanhar o desenvolvimento fascista e constatar que, tão logo eleito, o fascismo italiano reprimiu ações operárias (regular e irregularmente, isto é, legal e arbitrariamente) e defendeu com veemência a circulação de capital, agradando a burguesia que o apoiara por medo de uma iminente revolução.

Nesse sentido, Pachukanis menciona uma série de medidas adotadas por Mussolini em favor do capital assim que o governo fascista se estabilizou: redução severa do aparelho estatal; abolição do Ministério do Trabalho; união do Ministério da Economia com o da Fazenda; supressão de inúmeros postos de ministros aliados; dissolução da Guarda Real (força armada que fora criada por um inimigo, Frank Nitti); redução de estradas de ferro; racionalização do transporte; restauração da disciplina em todo o aparelho estatal; “desnacionalizações” em diversos setores (telefonia, radiotelegrafo, expedição de encomendas); abolição do monopólio do fósforo; anulação do imposto sobre herança; tributação sobre salários aos médios proprietários de terra e fazendeiros; extinção da aposentadoria por idade; extinção da jornada de oito horas; e enfraquecimento do sindicalismo, o que resultou na redução de salários dos operários⁵¹⁰. Então, alinhando-se

⁵⁰⁸ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Prefácio. In: PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 14.

⁵⁰⁹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 36.

⁵¹⁰ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 41.

à leitura trotskista, o jurista russo alertou para a necessidade de resistir ao fascismo com as armas de que o proletariado dispunha àquele tempo (se a oportunidade surgisse), ainda que frágeis e inábeis à assunção do poder.

Na obra pachukaniana sobre o fascismo, o autor também apresenta digressões sobre a malsucedida e despropositada tentativa de identificação entre tal fenômeno e o comunismo, já que ambos se oporiam à democracia. Recorrendo às formas, Pachukanis avalia que o socialismo se apresenta como um regime ditatorial do proletariado, a fim de implementar um sistema de relações produtivas que rompa com as formas de sociabilidade capitalista. Já a ditadura fascista tende a preservar essas mesmas formas e não intenta superá-las, de modo que as bases econômicas permanecem intocadas – no fascismo, tão somente a superestrutura política é movimentada. Tolhem-se, portanto, as liberdades associativas e individuais, diminui-se, restringe-se ou extirpa-se o parlamento e fragiliza-se o sistema democrático, tudo mantendo a exploração do capital sob o aparato estatal.

Para além da incursão estatal, o fascismo teria se imiscuído nas esferas política e social. Em desfavor do proletariado e conseqüente amparo ao capital, os fascistas teriam fortalecido o aparato estatal tanto quanto (ou mais) do que robusteceram as milícias. Os instrumentos de guerra foram majorados, intimações e repressão foram intensificadas, instituições bancárias foram salvaguardadas e a miserabilidade foi contornada – porém, preservada, na medida em que programas sociais garantiram a sobrevivência dos italianos então paupérrimos, mas os mantiveram dependentes de auxílios mínimos.

Em sua acurada e avançada análise do fascismo, o autor diverge das concepções da URSS, as quais vislumbravam um esmorecimento das instituições estatais diante do fascismo, direcionado a oposição – erroneamente – à defesa do aparato estatal, quando deveria, na verdade, bradar por sua ruptura. Complementarmente, é esta a avaliação de Mascaró acerca do compreendido alinhamento entre fascistas e sociais-democratas no que Pachukanis se aproximaria da visão stalinista:

A leitura pachukaniana da crise não admite a posição liberal que busca dissociar os sociais-democratas dos fascistas. São duas brigadas que se completam e se continuam. Pachukanis assume a chave de leitura de Stálin, que afirmar ser a social-democracia a ala moderada do fascismo, chamando-a, inclusive, pelo termo social-fascismo.⁵¹¹

Em verdade, o fascismo teria robustecido o Estado, unindo forças estatais e forças militares. Os mecanismos estatais foram oportunamente ocupados e conduzidos por

⁵¹¹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 17.

organizações militares e paramilitares, assegurando o controle do proletariado e obstaculizando eventuais insurgências.

Pachukanis também dissocia o fascismo do marxismo, rechaçando teorias que tentam aproximá-los política ou economicamente. Na esfera política, ambos os movimentos se conjugariam na crítica à democracia burguesa, diferenciando-se tão somente no que tange à desvalorização estatal por Marx. Na esfera econômica, fascismo e marxismo se equivaleriam quanto aos avanços econômicos havidos na Itália fascista e na URSS. Contudo, sucede que, politicamente, tais teóricos ignoram que a ruptura propalada por Marx não se dará com radicalidade, mas mediante uma ditadura do proletariado com temporária preservação dos elementos estatais. Lado outro, os fascistas não se desvencilharam, sequer pretendiam se afastar, dos quadrantes estatais. Economicamente, o êxito dos regimes confrontados (fascista e marxista) se deveria a um capitalismo de Estado como evolução do capitalismo monopolista, categorização que é tida como êxito, mas que expressa insucesso. É o que explica Alysson Mascaro:

Tratar-se-ia de um avanço nas forças produtivas, sucedendo consecutivamente às fases industrial e monopolista do capitalismo. Tal posicionalmente acabaria por enxergar traços positivos no fascismo, se o tomarmos, em termos econômicos, também como um capitalismo dirigido pelo Estado. Pachukanis se insurge contra tal leitura. O capitalismo de Estado é índice da fraqueza, da impotência e das contradições do capitalismo, não de seu incremento ou do aumento olímpico de suas forças produtivas. Daí decorre que essa visão, além de equivocada por enxergar sucesso no fracasso – cujo sintoma é o fascismo –, revela-se também plenamente reformista, não contribuindo para as lutas revolucionárias. A intenção dos teóricos fascistas era exatamente manter sob seu poder, mediante a demagogia ideológica, as camadas intermediárias da sociedade que poderiam conquistar o proletariado. Tudo isso a benefício apenas da rentabilidade capitalista.⁵¹²

Outrossim, Pachukanis estende sua análise crítica à reação da esquerda diante da ameaça fascista em território alemão, valendo-se do jargão stalinista “social-fascismo”. Com esse escopo, o jurista russo avalia detidamente os embates e as dissonâncias do proletariado alemão entre 1918 e 1919, ao fim da Primeira Guerra Mundial. No seu entender, a Alemanha não deveria ter transitado da monarquia para uma tentativa democrática, dado que estaria preparada para a revolução socialista. Era essa a luta que carecia de ter sido travada naquela oportunidade, a exemplo do que ocorrera na Revolução Russa.

E foi por temer o mesmo resultado obtido pelos bolcheviques no Oriente que os sociais-democratas desmobilizaram as lideranças e as organizações partidárias, cedendo espaço à ideologia fascista. É o que se extrai dessas ríspidas e incisivas críticas

⁵¹² PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*, cit., p. 20.

pachukanianas à atuação do Partido Social-Democrata da Alemanha, que, intencionalmente, teria afastado o proletariado da direção revolucionária:

A mediocridade, a covardia, a frouxidão pequeno-burguesa, a traição acobertada por uma fraseologia revolucionária – eis a essência da maioria dos dirigentes do Partido Social-Democrata Independente. E esse partido era, naquele momento, a única organização de massas que abarcava camadas significativas de trabalhadores revolucionários. A Liga Espártaco, em termos de organização, não significou quase nada. Sua separação dos independentes e a formação do Partido Comunista da Alemanha já haviam ocorrido no auge dos eventos revolucionários, em dezembro de 1918.

Dessa maneira, no momento decisivo, o proletariado revolucionário da Alemanha, que representava uma força poderosa, mostrou-se desarmado no sentido da liderança e da organização partidárias em relação à burguesia internacional e à alemã, que aprenderam todas as lições da Revolução Russa e agiram com crueldade calculada.⁵¹³

Em síntese, fosse na União Soviética, fosse no Ocidente, a luta pelo socialismo deveria ocorrer, para Pachukanis, no âmbito ideológico. Para além das análises políticas e econômicas, mas sem minimizá-las ou desconsiderá-las, o jurista russo contribui determinantemente para as reflexões acerca das causas e dos contextos que favoreceram a implementação de regimes fascistas, denotando as deficiências das críticas a ele contemporâneas.

4.3 Debates contemporâneos

Na contemporaneidade, Alysson Leandro Barbate Mascaro se destaca pela compreensão crítica do direito, opondo-se à interpretação juspositivista acerca da relação entre direito e Estado, a qual credita ao Estado a instituição do direito pela norma jurídica e defende que o poder estatal emanaria dessas normas. Dar-se-ia o contorno do jurídico pelo político, e não pelo econômico. Assim, sendo denominador comum entre a forma política e a jurídica, a forma-valor expõe os fenômenos do Estado e do direito sobre os mesmos alicerces da reprodução capitalista, ressaltadas as peculiaridades das duas formas.

Para Mascaro, o surgimento do sujeito de direito, elemento central da forma jurídica, não está atrelado ao advento do Estado; decorre, *a posteriori*, do acoplamento entre forma jurídica e forma política, sopesadas suas particularidades. Segundo o autor, a dinâmica do surgimento do sujeito de direito é necessária e diretamente atrelada às relações de produção capitalistas. Seriam, então, a circulação mercantil e a produção baseada na exploração da

⁵¹³ PACHUKANIS, Evguéni B. *Fascismo*, cit., p. 79.

força de trabalho jungida de modo livre e assalariado as constituidoras sociais do sujeito portador de direitos subjetivos.

Mascaro também se atenta para um descompasso entre a constituição do Estado, suas normas e as antagônicas classes burguesa e de trabalhadores, sobretudo em sociedades subdesenvolvidas. Vale ressaltar que, no exercício de suas funções políticas, Estados em constituição nem sempre estarão parelhos às formas jurídicas postas pelo capital, as quais terão seus contornos definidos quando a sociabilidade geral estiver permeada pelo direito. Forma-se, desse modo, o Estado de direito, e as relações sociais são erigidas à subjetividade, revelando-se um processo de conformação a partir do qual o Estado e o direito estão mobilizados enquanto uma forma acoplada à outra, e aquele atuará sobre um conteúdo já posto na realidade.

Em suma, as nuances da forma jurídica e do sujeito de direito se constituíram formalmente a partir de estruturas e relações sociais derivadas diretamente da forma-mercadoria, que pressupõe a existência, *a priori*, do trabalho assalariado e dos sujeitos mobilizados pelo capital.

Em relação à definição dos agentes da produção na condição de sujeitos de direito, esta se dá pelo Estado, e a manifestação social de tais sujeitos advém estruturalmente da própria dinâmica da reprodução capitalista. São estatais, contudo, a institucionalização normativa do sujeito de direito, os contornos da capacidade e as garantias a essa condição jurídica. Em outras palavras, a forma-sujeito de direito é talhada pela troca de mercadorias e pelo trabalho como mercadoria, e a normatividade estatal opera sobre essa forma já dada, conformando-a.⁵¹⁴

A par da proximidade entre forma política e forma jurídica, o processo que as vincula, segundo Mascaro, é de conformação: qualitativamente, dá-se “uma derivação de segundo grau”, já que ambas derivam da forma-mercadoria, condição primeira e necessária para a sociabilidade capitalista.

O fenômeno político-jurídico (complexo) emerge, então, da correlação entre um aparato estatal necessário e as formas jurídicas socialmente estabelecidas. Mascaro diz, ainda, que “a conformação opera na quantidade da política e do direito, nunca na qualidade de estatal ou jurídico. Nas palavras do autor:

O sujeito de direito pode perder, por intervenção extrema do Estado, o direito ao voto, o direito à dignidade da identidade cultural, religiosa, de sexo ou raça, mas não perde o núcleo da subjetividade jurídica, que é dispor-se contratualmente ao

⁵¹⁴ MASCARO, Alysson. *Estado e forma política*, cit., p. 41.

trabalho assalariado, bem como o capital privado quase nunca é expropriado em sua total extensão.⁵¹⁵

Conformando a forma jurídica sem qualquer prejuízo à reprodução do capital, a forma política goza de autonomia. Similarmente, ao acoplar o político, dando-lhe forma, o jurídico não nega o elemento terceiro, garante da reprodução do capital; confirmando esse movimento, observa-se que a existência e a atuação do sujeito volitivo, dotado de liberdade para vender a sua força de trabalho, só se realizam sob a tutela do Estado, o qual engendra, articula, mobiliza e reconfigura, enfim, os elementos do direito.

Em síntese, conquanto derivadas de formas sociais comuns e forjadas a partir de relações sociais capitalistas, as formas política estatal e jurídica são dotadas de singularidades que as distinguem: trata-se de duas formas insignes. Quando operacionalizadas, formam um agrupamento sob o amálgama das técnicas jurídicas, aproximando-se do direito e do Estado. E é a partir da mediação entre direito e Estado, sob o jugo das técnicas normativas estatais, que o Estado de direito sucede o Estado e, simultaneamente, confere ao direito a “qualidade de direito”, estatizando-se sua processualidade.

De acordo como Mascaro, perfaz-se um transbordamento das formas próprias do direito privado e de suas técnicas para o direito público e, reversamente, de influências deste naquele, em um processo de implicação recíproca ou, nas palavras do autor, em uma “conformação social”.⁵¹⁶ Já a técnica jurídica corresponde a uma consubstanciação das formas distintas (jurídica e política), operando-se, ou totalizando no mesmo plano, direito e Estado.

A teoria geral do direito se incumbem, então, de desenvolver os conceitos jurídicos fundamentais, abstratos e aplicados a outros ramos do direito sem que seus significados lógico e sistemático sejam alterados. À guisa de exemplo, citam-se a “norma jurídica”, “a relação jurídica” e o “sujeito de direito”.

A filosofia burguesa do direito, majoritariamente pautada no ponto de vista neokantiano, propõe a contraposição dos princípios do ser e do dever-ser e o conseqüente reconhecimento de duas categorias científicas – causal e normativa, para esclarecer as abstrações.

⁵¹⁵ MASCARO, Alysson. *Estado e forma política*, cit., p. 43.

⁵¹⁶ MASCARO, Alysson. *Estado e forma política*, cit., p. 43.

O autor defende, ainda, que alheado de seus opostos (a exemplo de direito objetivo e direito subjetivo, direito público e direito privado), o direito não é cognoscível como forma, e somente a sociedade burguesa capitalista evidencia a elaboração dialética dos conceitos jurídicos fundamentais, refletindo o processo de desenvolvimento histórico real.

Na transição do capitalismo ao socialismo desenvolvido, os conceitos jurídicos fundamentos têm de ser extintos, e não substituídos por outros que, em princípio, seriam próprios do direito proletário. Seria um erro preservar a forma do direito, suplantada em condições históricas substanciais que propiciam seu renascimento, para extrair novas categorias, encontrar outros conceitos gerais.

A teoria marxista do direito deve, portanto, buscar a extinção das categorias do direito burguês e a consequente extinção do direito em geral, bem como o mercado precisa ser integralmente substituído por uma economia planificada, capaz de eliminar tanto o mercado quanto as trocas mercantis. Contudo, conservar-se-ão, por um tempo, as relações pautadas na forma de troca entre equivalentes e a forma do direito, além do próprio Estado burguês, embora alijado da burguesia. De maneira simplificada, o término da divisão de classes não implicará, por si só, na ascensão do socialismo e no subsequente implemento do comunismo enquanto preservados o direito e o Estado. Será necessário extirpar a forma da mercadoria e a forma do direito, as quais são intimamente relacionadas.

Já em *Crise e golpe*, obra na qual Mascaro evidencia a conotação jurídica do golpe acontecido no Brasil em 2016, revela-se que, em um contexto de crise, o golpe foi engendrado-executado politicamente por meio das instituições, e sua gênese e orientação derivaram do capital. Nesse aspecto, a função do Poder Judiciário e dos operadores do direito – com decisões e posturas supostamente ativistas e dissociadas dos princípios democráticos que deveriam norteá-las – contribuíram ativamente para a derrocada que o Brasil tem testemunhado de 2016 até então.⁵¹⁷ Em suma, de modo enfático e muito bem fundamentado, Mascaro correlaciona crise, golpe e reacionarismo em uma tríade bastante vantajosa ao capital e ao regime de acumulação.

Além disso, comparando o contexto dos séculos XX e XXI, respectivamente representados pelos regimes fordista e pós-fordista, Mascaro denota as diferenças nas resoluções das crises inerentes ao capitalismo. Enquanto no regime fordista os conflitos foram solvidos pela força, por guerras e articulações militares, as crises no regime pós-

⁵¹⁷ Quando do depósito desta tese, em 2021, o golpe completou cinco anos.

fordista têm sido solucionadas pelo direito⁵¹⁸. Isso porque o pós-fordismo promove uma articulação mais organizada e mais sofisticada de resoluções das crises, na qual Estados nacionais, governos, burocracias e empresas se estruturam em redes internacionais de regulação normativa, protocolos, acordos, compromissos, responsabilizações e fiscalizações. Em outras palavras, forjam-se crises e instauram-se canais para a sua solução nos níveis políticos e econômicos em um ambiente jurídico.

Por isso, conforme avaliação de Mascaro, para compreender a crise e o golpe havidos no Brasil, é preciso, antes, apreender o direito como instrumento desta. Em outras palavras, a fim de compreender a formação social do capitalismo brasileiro, sua crise e a resolução alcançada, faz-se fundamental partir do campo jurídico nacional. Nesse passo, para entender a própria natureza do capitalismo, é preciso partir da natureza do direito.

Consoante à tese de Mascaro, a crise brasileira é a crise das formas sociais, na formação social brasileira. Sua determinação é econômica em um processo que atravessa a política, e sua sobredeterminação é jurídica, permitindo a manutenção dessas sociabilidades, bem como que haja uma inteligibilidade entre as determinações econômica e política.

Sinteticamente, a crise perpassa três das formas determinantes do capitalismo: (i) a forma-mercadoria, no que se refere à acumulação e à valorização do valor; (ii) a forma política estatal, quanto aos inúmeros modelos de administração política da economia e da luta de classes; e (iii) a forma jurídica, conformada à forma política estatal em aparatos e aparelhos de legação, perseguição e julgamento.⁵¹⁹ Então, se a forma-valor engendra a forma econômica e determina, por seu turno, a forma política, será a forma jurídica que, nas condições neoliberais e pós-fordistas, sobredeterminará as crises.

Partindo do pressuposto de que o capital porta crises e que as crises são intrínsecas ao capital e precisam ser resolvidas, porque não haverá mudanças na valorização do valor e no regime da acumulação, é necessário que algo sobredetermine tais crises para que estas sejam solucionadas e se preserve uma estabilidade na exceção a fim de que o capital continue operando.

Nesse sentido, se no modelo fordista da década de 1970 para trás ocorria uma interferência no campo militar, seja por golpes de Estado militares nos países periféricos e semiperiféricos, seja pela intervenção das potências centrais nas suas próprias guerras e conflitos – de modo que havia, em um primeiro plano, a sobredeterminação militar e, em

⁵¹⁸ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Crise e golpe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 19.

⁵¹⁹ MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Crise e golpe*, cit., p. 24.

segundo, uma sobredeterminação jurídica —, no modelo pós-fordista, sob o neoliberalismo, ocorre uma inversão. Dá-se a substituição da sobredeterminação militar pela sobredeterminação jurídica. Assim, o viés militar passa a ser coadjuvante, ocupando uma posição de retaguarda frente à sobredeterminação do judiciário, que se torna protagonista.

De tudo, Mascaro conclui que o direito é tão inexorável ao capitalismo quanto o aparato militar e repressivo do Estado. Quando de impasses, conflitos, antagonismos e contradições que geram crises, o direito e as forças armadas são os instrumentos que mais tipicamente tomam a frente da resolução crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que as origens do fascismo e as conjunturas do processo de fascistização estão relacionadas a diversas ciências humanas e sociais, este trabalho destaca a política, a economia, a psicanálise e o direito, todos sob as diretrizes, os pressupostos e a metodologia marxistas, para explicitar as leituras de autores que se voltaram a análises político-econômicas, psicanalíticas e jurídicas do fascismo.

Alguns dos autores vislumbravam antecipadamente o risco do movimento fascista e o analisaram no mesmo momento em que testemunharam sua irrupção. Enquadram-se nessa categoria Clara Zetkin, Leon Trotsky e Antonio Gramsci.

Outros pensadores estudaram o fenômeno quando de sua queda e poucos anos após, tais como os frankfurtianos, dos quais alguns autores agregaram inovações da psicanálise freudiana à teoria marxista. Tais pesquisadores integraram o Instituto de Pesquisas Sociais, destacando-se no estudo do fascismo: (i) Franz Neumann, especialista em ciência política e em direito; (ii) Friedrich Pollock, cientista social, filósofo e economista; (iii) Theodor W. Adorno, especialista em crítica da cultura; (iv) Herbert Marcuse e Max Horkheimer, estudiosos da filosofia; e (v) Wilhelm Reich e Eric Fromm, focados na psicologia e na psicanálise.

Aproximando-se do tempo presente, em vista de outras e agudas crises capitalistas, pesquisadores marxistas “contemporâneos”, como Nicos Poulantzas, retomaram a análise e alertaram para a possibilidade real de expansão dos movimentos fascistas e consequente retorno de governos da mesma natureza.

Na leitura marxista clássica, destacaram-se as reflexões dos seguintes autores: o italiano Antonio Gramsci, Leon Trotsky, Josef Stalin, György Lukács e Ernst Bloch. A cada um deles foi reservado um tópico, e cada tópico teve por objeto as principais obras de cada qual acerca do fascismo:

(i) *La lucha contra el fascismo en Alemania*, composta por uma seleção de textos nos quais Trotsky debateu a situação política da Alemanha, alertou para o perigo que a ascensão do fascismo representava e propôs formas de insurgência contra o fenômeno.

(ii) *Sobre el fascismo*, que reúne textos de 1916 a 1926 nos quais Antonio Gramsci não só se opôs ao regime fascista em seus diversos aspectos e etapas, mas também profetizou sua queda, o autor sardo tratou da crise italiana no regime fascista, da correlação entre democracia e fascismo e, por fim, da política fascista. É fundamental ressaltar, nesse ponto,

que Gramsci percebeu que o fascismo, de forma inédita, constituiu uma organização de massas da pequena burguesia – classe até então incapaz de formar uma ideologia e uma solidariedade unitárias – que se deu no campo em parceria com as milícias, as quais constituíam o eixo do Partido Nacional Fascista.

(iii) *Herencia de esta época*, em que Ernst Bloch diagnosticou a evolução política da República de Weimar e expôs como o nacional-socialismo se apropriou de um legado cultural específico para atrair o proletariado, enquanto o Partido Comunista da Alemanha se voltava à crença de que as contradições do capitalismo então vigente incitariam um movimento revolucionário.

(iv) *El asalto a la razón*, tida com a obra mais controvertida de György Lukács, estabelece um liame entre filósofos alemães (partindo de Schelling e passando por Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, Spengler e Ernst Jung) que teriam conduzido um processo de irracionalização ascendente e pungente até o nazismo.

Tal como o primeiro, o segundo capítulo associou fascismo, economia e política à leitura marxista, mas se destinou, especialmente, à Escola de Frankfurt, enfatizando alguns de seus principais expoentes (Adorno, Marcuse, Reich e Fromm), além de Friedrich Pollock, Franz Neumann e um terceiro autor que se aproximou de alguns outros do Instituto de Pesquisas Sociais, embora não o tenha integrado de forma permanente, Alfred Sohn-Rethel.

Referido capítulo destacou o cofundador e diretor associado do Instituto de Pesquisas Sociais, Friedrich Pollock, que desenvolveu uma teoria geral do capitalismo de Estado e, em coerência com a teoria crítica, enfatizou a politização da economia. Seja pela posição ocupada, seja pela convergência de suas conclusões com as orientações da teoria crítica, Pollock se aliou a autores de maior representatividade da Escola de Frankfurt, razão pela qual suas análises são associadas às de Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Eric Fromm e Wilhelm Reich.

Já Franz Neumann, que compilou um verdadeiro tratado sobre o funcionamento do sistema nazista – o clássico *Behemoth* –, e Alfred Sohn-Rethel, o qual formatou a obra *The economy and class structure of german fascism*, reúnem um tópico apartado do segundo capítulo devido às divergências de suas compreensões com as premissas dos demais frankfurtianos.

O terceiro capítulo teve por objeto representantes do “novo marxismo”, apresentando leituras econômico-políticas do althusseriano Charles Bettelheim (autor de *La economía alemana bajo el nazismo*), de Nicos Poulantzas (cuja obra *Fascismo e Ditadura* é icônica) e

de alguns autores que integram a sistematização mascariana do período, partícipes do derivacionismo; de alternativismos políticos; da nova crítica do valor; e das tangentes do novo marxismo e do pós-marxismo.

Por exemplo, na reflexão de Poulantzas, o fascismo emergiu em uma conjuntura de transição ao capital monopolista e de conflitos políticos peculiares entre as classes sociais afetadas (as dominantes, representando a burguesia; a operária, coagida fisicamente e neutralizada pelos aparelhos ideológicos; e a pequena burguesia, que não se identificava nem com a burguesia, nem com o proletariado, embora tendesse a se distanciar do proletariado por temer uma revolução dos trabalhadores). Para o autor, esse contexto teria permitido ao fascismo, por meio de repressões físicas e intervenções ideológicas (especialmente sobre a pequena e ressentida burguesia), instaurar uma forma distinta de Estado, com os propósitos bem-sucedidos de reorganizar as classes dominantes no poder e assegurar a supremacia do grande capital.

Concluída a primeira unidade, seguiu-se com a segunda e com o capítulo derradeiro a ela vinculada. Este correlaciona fascismo e direito na leitura marxista e debate a interferência e a atuação jurídicas na formação (e para a formação) de regimes totalitários, a exemplo do fascismo.

Com esse propósito, a tese marxista de Evguiéni Pachukanis, as explanações de Márcio Bilharinho Naves e as recentes análises de Alysson Mascaro acerca da atual crise brasileira esclarecem se o direito constitui uma forma autônoma e neutra perante situações de exceção, se contribui para a instauração de Estados ditatoriais ou se é dotado de força e poder suficientes para, desvencilhado de poderes políticos e econômicos, impedir o advento de novos fenômenos fascistas.

Nesse sentido, embora todas as análises sejam bastante importantes e contribuam para o desvelamento de um cenário tendente ao fascismo (buscando, conseqüentemente, armas para a sua derrocada), leituras que não partiram do pressuposto de que as formas sociais derivam da forma-mercadoria se revelam ineficazes para prevenir e/ou combater o fascismo. Estado, direito, política, psique e outras formas sociais são derivações da forma-mercadoria, que constitui o núcleo do sistema capitalista. Todas essas formas estão imbricadas à forma-mercadoria, às diretrizes e à estrutura do capitalismo, sistema pautado na valorização do valor e na dinâmica da acumulação. Portanto, nenhuma delas poderá impedir um processo de fascistização ou aniquilar o fenômeno, caso seja implementado.

Em suma, enquanto atreladas à forma-mercadoria, porque delas são derivadas, as formas sociais não operarão as necessárias transformações para extirpar os riscos de irrupção do fascismo. Em vista disso, também não é o Estado – ainda que os governantes “democraticamente” eleitos estabeleçam políticas públicas de integração e minoração das desigualdades –, e muito menos o direito – ainda que os operadores do ordenamento jurídico tendam ao progressismo – que derrotarão o fascismo de forma total e definitiva.

A partir do entendimento de que as estruturas que forjam o Estado, o direito e a política são pautadas na lei de acumulação, na valorização do valor e na propriedade privada, não há como manter tais formas sociais (ainda que sob outras e temporárias vertentes) e se assegurar de que os riscos de governos autoritários estejam extirpados. Portanto, uma vez que o direito constitui o fascismo, não são as instituições por ele erigidas e mantidas que afastarão as ameaças de fascistização.

Convenientemente e estrategicamente, o capitalismo oscila para uma maior ou menor opressão às lutas sociais, às trabalhadoras e aos trabalhadores. É também por conveniência (a depender das crises econômicas e políticas então vigentes – porque o capitalismo está enraizado em crises, desencadeia crises e se alimenta das crises) que tal sistema viabiliza – ou não – movimentos fascistas e lhes concede espaço governamental.

Mantendo-se a estrutura do capital, a forma-mercadoria e as formas sociais dela derivadas, que se acoplam e se amoldam numa conformação, bem como quaisquer ganhos salvaguardados pelo Estado e pelo direito – a exemplo de leis trabalhistas e previdenciárias, de programas assistenciais e outras benesses –, estão fadados a minorações, reduções e extinções.

Por conseguinte, chega-se à eminência de que as teses de Marx precisam ser retomadas. Contudo, tal resgate exige uma leitura marxista aprofundada e sofisticada, voltada não só à compreensão das agruras do sistema capitalista mas também – e especialmente – às formas eficazes de derrotá-lo, para que emerja uma nova forma social, dissociada da troca, dissociada da mercadoria.

Tais teses, quando corretamente compreendidas, não compactuam com soluções jurídicas, políticas e/ou econômicas direta ou indiretamente vinculadas ao capitalismo para a derrocada do fascismo. Isso porque o fenômeno político-jurídico (complexo) emerge da correlação entre um aparato estatal necessário e as formas jurídicas socialmente estabelecidas. Opera-se uma conformação quantitativa entre a política e o direito, de sorte que o Estado pode, ilustrativamente, imprimir mudanças jurídicas nas relações de trabalho

(em prol ou contra trabalhadores, reduzindo ou ampliando benefícios), mas nunca negará a forma jurídica dos sujeitos de direito, os quais são livres e juridicamente equiparados nas contratações. Em outras palavras, enquanto persistir o capitalismo, haverá riscos de movimentos fascistas, de modo que impedir o implemento de processos fascistizantes implica em extirpar as formas jurídica e estatal – em vez de enaltecê-las –, porquanto são derivadas da forma-mercadoria.

Em conclusão, análises econômicas, políticas, jurídicas e psicanalíticas – antecedentes, contemporâneas ou posteriores à primária manifestação fascista – obviamente contribuem para a compreensão das nuances de um fenômeno cujo ressurgimento é inevitável enquanto o capitalismo subsistir. No entanto, se o intento é afastar as ameaças de fascistização ou de ofertar mecanismos de embate com o propósito de extirpar movimentos fascistas – nascentes ou já implementados –, só serão eficazes leituras marxistas acuradas, que pressuponham a dissolução do Estado e do direito.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, Nicholas; TURNER, Bryan; URRY, John. Class, state and fascism: the work of Nicos Poulantzas. *Political Studies*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 510-519, 1º dez. 1976. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9248.1976.tb00138.x>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ABROMEIT, John; COBB, W. Mark (Eds.). *Herbert Marcuse: a critical reader*. New York: Routledge, 2004.

ADORNO, Theodor. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

_____. Educação após Auschwitz. In: _____. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____. *Minima moralia*. Lisboa: Edições 70, 2017.

AGNOLI, Johannes; BLANKE, Bernhard; KADRITZKE, Niels. Einleitung der herausgeber. In: SOHN-RETHEL, Alfred. *Ökonomie und klassenstruktur des deutschen faschismus: aufzeichnungen und analysen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

ALBERTINI, Paulo. Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 61, n. 135, p. 159-176, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Estado, relações de classes e totalitarismo: algumas aproximações. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, IX., 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Cemarx, 2018. Disponível em: <<https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/estado-relac3a7c3b5es-de-classes-e-totalitarismo-algumas-aproximac3a7c3b5es-lc3bacio-flc3a1vio-rodriques-de-almeida-puc-sp.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz. *O direito no jovem Lukács: a filosofia do direito em “História e consciência de classe”*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2006.

ANDRADE, Walter Pedrozo Parente de. *Liberdade ou estado de exceção? O direito em Kant, Schmitt e Benjamin*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANGOTTI, Thomas. The Stalin period: opening up history. *Science & Society*, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 5-34, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40403206>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional – de Gramsci à crise do stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 10.

BADIOU, Alain. *Trump*. Cambridge: Polity Press, 2019.

BALCONI, Lucas Ruíz. *Direito e política em Deleuze*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

BERTONCELLO, Thiago Colombo. *Wilhelm Reich: marxismo, psicanálise e justiça*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

BETTELHEIM, Charles. *As lutas de classe na URSS: 3º período (1930-1941) – os dominados*. Sintra: Publicações Europa-América, 1982

_____. *Cultural revolution and industrial organization in China: changes in management and the division of labor*. Tradução de Alfred Ehrenfeld. New York/London: Monthly Review Press, 1974. Disponível em: <<http://marx2mao.com/Other/CRIOC74.html>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

_____. *La economia alemana bajo el nazismo*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1972, v. 1-2.

BIANCHI, Alvaro. *Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BLOCH, Ernst. *Herencia de esta época*. Tradução, introdução e notas de Miguel Salmerón Infante. Madrid: Editorial Tecnos, 2019.

_____. *Heritage of our times*. Cambridge: Polity Press, 1991.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5 ed., São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUCHER, Geoff. *Marxismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BRAUNE, Joan. Conclusion: why anti-fascism needs Erich Fromm's critical theory. In: _____.; DURKIN, K. (Orgs.). *Erich Fromm's critical theory: hope, humanism, and the future*. New York: Bloomsbury Academic, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/40273197/Conclusion_Why_Anti-Fascism_Needs_Erich_Fromms_Critical_Theory>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRICK, Barbara; POSTONE, Moishe. Introduction Friedrich Pollock and the "Primacy of the Political": a critical reexamination. *International Journal of Politics*, v. 6, n. 3, 1976.

BUENO, Sinésio Ferraz. A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: implicações no campo formativo. *Educação*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 492-500, set.-dez. 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/25982>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CALDAS, Camilo Onoda. *A teoria da derivação do Estado e do direito*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

_____. *Perspectivas para o direito e a cidadania: o pensamento jurídico de Cerroni e o marxismo*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2006.

CARLI, Ranieri de. A destruição da razão [Georg Lukács]. *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 662-665, abr. 2021.

CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. *O discurso ontológico e a teoria crítica de Herbert Marcuse: gênese da filosofia da psicanálise (1927-1955)*. 2008. 267f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. *Revista Crítica Marxista*, n. 27, p. 65-68, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. Trotsky, the rise of nazism and Stalin's role. In: SEMINAR ON FASCISM IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE, 2009, Kolkata. *Anais...* Kolkata: Jadvapur University, 2009. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/node/1761>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Paula Loureira da. *Alexandra Kollontai: feminismo e socialismo – uma abordagem crítica do direito*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2012.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional – da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6.

DAVOGLIO, Pedro. *Althusser e o direito*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

DENORD, François; ZUNIGO, Xavier. “Révolutionnairement vôtre”: économie marxiste, militantisme intellectuel et expertise politique chez Charles Bettelheim. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 3, 2013.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: _____. et al. *O outro Gramsci*. 2. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

DURKIN, Kiera. Erich Fromm e a psicologia de massas do fascismo: uma entrevista com Kiera Durkin. *Jacobin Brasil*, 1º maio 2021. Disponível em:

<<https://jacobin.com.br/2021/05/erich-fromm-e-a-psicologia-de-massas-do-fascismo/>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ELBE, Ingo. *Marx im Westen: die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965*. Berlin: Akademie Verlag, 2010.

ERKERT, Jonathan. *Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

FERREIRA, Adriano de Assis. *Questão de classes: direito, Estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2009.

FILHO, Antônio Rago. Lukács e a crítica à decadência ideológica. In: VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel. *Lukács: estética e ontologia*. São Paulo: Alameda, 2014.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISCHER, Ruth. *Stalin and german communism: a study in the origins of the state party*. Cambridge: Harvard University Press, 1948.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FRESU, Gianni. Gramsci e o fascismo. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 9-20, 2019.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. Adesão ao fascismo e preconceito sutil contra negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2015.

GANGL, Manfred. The controversy over Friedrich Pollock's state capitalism. *History of the Human Sciences*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 23-41, abr. 2016.

GARZARELLI, Benedetta. Il fascismo e la crisi italiana negli scritti di Antonio Gramsci del 1924-1926. *Studi Storici*, Roma, v. 48, n. 4, p. 1.059-1.090, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Democracia y fascismo (1924). In: _____. *Sobre el fascismo*. Prólogo e seleção de Enzo Santarelli. México: Ediciones Era, 1979.

_____. Después del discurso del 3 de enero (1925). In: _____. *Sobre el fascismo*. Prólogo e seleção de Enzo Santarelli. México: Ediciones Era, 1979.

_____. El fascismo y su política (1926). In: _____. *Sobre el fascismo*. Prólogo e seleção de Enzo Santarelli. México: Ediciones Era, 1979.

_____. La crisis italiana (1924). In: _____. *Sobre el fascismo*. Prólogo e seleção de Enzo Santarelli. México: Ediciones Era, 1979.

GRILLO, Marcelo Gomes Franco. *O direito na filosofia de Slavoj Žižek: perspectivas para o pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Alfa Omega, 2011

GUIMARÃES, Irene M. S. dos Santos. *Contribuições a uma sistematização sobre a teoria da transição e o papel do direito no socialismo a partir da experiência chinesa*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1157/1/Irene%20Maestro%20Sarrion%20dos%20Santos%20Guimaraes.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GURIAN, Waldemar. On national socialism – Franz L. Neumann: behemoth. *The Review of Politics*, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 347-352, jul. 1942.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HORKHEIMER, Max. (1939). Die Juden und Europa. *Studies in Philosophy and Social Science*, 8, Caderno 1. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980.

HOSHIKA, Thais; MASCARO, Alysson Leandro Barbate (Orientador). *Relação jurídica, norma, privado e público em Pachukanis*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

INFANTE, Miguel Salmerón. Introdução de *Herencia de esta época*, de Ernst Bloch. Madrid: Editorial Tecnos, 2019.

INTELMANN, Peter. Franz Neumann: Weimar, nationalsozialismus – und was dann? In: SALZBORN, Samuel. *Kritische theorie des Staates*. Baden: Nomos, 2009.

JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Lisboa: Antígona, 2019.

JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda., 2008.

JEFFRIES, Stuart. *Grande Hotel Abismo: a Escola de Frankfurt e seus personagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. London: Palgrave Macmillan, 1985.

JUNTA, Cristiano Moraes. Notas sobre a destruição da razão de George Lukács: filosofia e história. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 5., out. 2009, São Carlos. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2009. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/JUNNSA>> Acesso em: 13 mar. 2022.

KELLNER, Douglas. *Critical theory, marxism and modernity*. Oxford: Polity Press, 1989.

KÖVES, Margit. Lukács and fascism. *Social Scientist*, [S.l.], v. 25, n. 7/8, p. 27-38, jul.-ago. 1997.

KURZ, Robert. *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo*. México, Espanha, Argentina e Colômbia: Siglo Vientiuno, 1986.

LAPLANCHE, Jean e Pontalis, *Vocabulário da Psicanálise*. 4. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LEITE, Taylisi. *Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LENIN, V. I. *O esquerdismo: doença infantil do comunismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LIGUORI, Guido. Gramsci, o fascismo, a hegemonia. *Margem esquerda*, São Paulo, n. 28, maio 2017.

LION, Thiago Ferreira. Forma mercadoria, forma pensamento e direito na obra de Alfred Sohn-Rethel. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7133_Lion_Thiago.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

LIPIETZ, Alain. From althusserianism to “Regulation Theory”. In: KAPLAN, E. Ann; SPRINKER, Michael (Eds.). *The althusserian legacy*. Londres/Nova York: Verso, 1993.

LUKÁCS, György. *A destruição da razão*. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. Revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

_____. Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo: In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. *La herencia de este tiempo*. Disponível em: <<file:///C:/Users/TTR/Downloads/Dialnet-LaHerenciaDeEsteTiempo-7882089.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2021

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmasia; ALCÂNTARA, Norma. *Anuário Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUTHARDT, Wolfgang. Strukturaspekte der weimarer republik und des nationalsozialismus diskutiert am beispiel zeitgenössischer sozialdemokratischer analysen. *Prokla*, [S.l.], v. 13, n. 52, p. 103-122, 1º set. 1983.

MAGALHÃES, Juliana Paula. *Marxismo, humanismo e direito: Althusser e Garaudy*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

MAGLIACANE, Alessia. Le fasciste populiste et l’intellectuel organique. *DESC – Direito, Economia e Sociedade Contemporânea*, v. 2, n. 1, 4 out. 2019.

MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Unesp, 1999.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. *Contribuições psicanalíticas de Erich Fromm para a compreensão do nazismo*. 2015. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARRAMAIO, Giacomo. *O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

MARTENS, Ludo. *Um outro olhar sobre Stáline*. Bélgica: EPO, 1994. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/martens/1994/olhar/index.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MARX, Karl. *O Capital [Livro 1]: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro Barbate. *Crise e golpe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Direito, capitalismo e Estado: da leitura marxista do direito. In: JUNIOR, Celso Naoto Kashiura; JUNIOR, Oswaldo Akamine; MELO, Tarso de (Orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões/Editorial Dobra, 2015.

_____. Ernst Bloch hoje. *A terra é redonda*, [S.l.], 11 maio 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/ernst-bloch-hoje/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

_____. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Filosofia do direito*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

_____. Gadamer: hermenêutica existencial e saúde. *Revista de Direito*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 68-78, fev. 2020.

_____. O marxismo e Weimar. In: BERCOVICI, Gilberto (Coord.). *Cem anos da Constituição de Weimar (1919-2019)*. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

_____. Prefácio. In: ŽIŽEK, Slavojk. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Sociologia do direito*. São Paulo: Atlas, 2021.

_____. *Utopia e direito: Ernst Bloch e a ontologia jurídica da utopia*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MONDAINI, Marco. Togliatti, Gramsci e os debates sobre o fascismo nos anos 20 e 30. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2003, João Pessoa. *Anais...* ANPUH: João Pessoa, 2003. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_fef22e2d227c41f2308853696c93591c.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o direito. *Dados*, [S.l.], v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MÜLLER, Natascha; MARUSCZYK, Oliver. *Marxistische Faschismusanalysen als Zeitdiagnose: zur unterschiedlichen rezeption des nationalsozialismus*. München: AVM, 2014.

MURPHY, Timothy S.; MUSTAPHA, Abdul-Karim (Eds.). *The philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Londres: Pluto Press, 2005.

NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Universitária, 2014.

_____. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEGRI, Antonio. Primeiras observações sobre o desastre brasileiro. *Cult*, 29 nov. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/antonio-negri-desastre-brasileiro/>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

NETTO, José Paulo. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NEUMANN, Franz L. *Behemoth: pensamiento y acción en el nacional-socialismo, 1933-1944*. Tradução de Daniel Barreto González, Vicente Herrero, Javier Márquez e Andrés Alonso Martos. Washington: United States Holocaust Memorial Museum/Barcelona: Anthropos Editorial, 2014.

_____. *Estado democrático e Estado autoritário*. Organização e prefácio de Herbert Marcuse. Tradução de Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969

_____. *O império do Direito: teoria política e sistema jurídico na sociedade moderna*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

OLIVEIRA, André Côrtes de. *Ação política e formação da consciência de classe no pensamento de Wilhelm Reich*. 2014. 178f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-28112014-105533/publico/oliveira_do.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, Dayse de Marie; CRUZ, Maria Helena Simão. Sobre a psicologia de massas do fascismo de W. Reich. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 70-76, 2009. Disponível em: <<https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/15/32>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

- OLIVEIRA, Marcos Alcyr Brito de. *Sujeito de direito e marxismo: da crítica humanista à crítica anti-humanista*. São Paulo: Alfa Omega, 2017.
- OLIVEIRA, Robespierre de. A atualidade de Marcuse: contrarrevolução e resistência. *Revista Ideação*, [S.l.], n. 36, p. 42-58, jul.-dez. 2017.
- OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e relações internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. *Fascismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEIXOTO, Luiz Antonio da Silva. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v11n1/artigos/html/v11n1a08.html>>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- PEREIRA, Luiz Ismael. Adorno e o direito: para uma crítica do capitalismo e do sujeito de direito. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- PLAICE, Neville; PLAICE, Stephen (Eds.). Translator's introduction. In: BLOCH, Ernst. *Heritage of our times*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- POSTONE, Moishe. Crítica, Estado e economia. In: RUSH, Fred (Org.). *Teoria crítica*. São Paulo: Ideias & Letras, 2008
- _____. *Tempo, trabalho e dominação social: uma interpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.
- _____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- _____. Sobre o impacto popular do fascismo. *Cadernos Cemarx*, Universidade Estadual de Campinas, n. 12, p. 173-188, out. 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11321/6564>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- RAMALHO, Simone Aparecida. *Psicologia de massas do fascismo: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.ibpb.com.br/2013/DissertacaoSimone.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- RAMOS, Diogo. Franz Neumann e o nazismo como a destruição do estado. *Ethic@*, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 199-327, dez. 2012.
- RAPONE, Leonardo. *Trotsky e il fascismo*. Bari: Laterza, 1978.

- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RILEY, Dylan. Foreword. In: POULANTZAS, Nicos. *Fascism and dictatorship: the Third International and the problem of fascism*. 2. ed. Londres: Verso, 2018.
- RIVERA-LUGO, Carlos. *Crítica à economia política do direito*. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. Stalin, história e crítica de uma lenda negra: um livro de Domenico Losurdo. *ODiario.info*, 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/index.php?p=1250>>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo. Franz Neumann: o direito liberal para além de si mesmo. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2008.
- _____. *Fuga do direito: um estudo sobre o direito contemporâneo a partir de Franz Neumann*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- _____. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SAKURAI, Takamichi. A Frommian perspective on the socio-psychological structure of post-fascism in liberal democracies. *Distinktion: Journal of Social Theory*, v. 21, n. 2, p. 178-194, abr. 2020.
- SANTOS, Gisele Silva. *Herbert Marcuse: crítico da sociedade tecnocrática*. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.
- SCHOLZ, Roswitha. Prefácio. In: KURZ, Robert. *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*. Nova York: les atomes de l'âme, 2011.
- SLOTEDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- SOARES, Moisés Alves. *O direito em contraponto a partir do itinerário da teoria geral da hegemonia em Antonio Gramsci*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47567>>. Acesso em: 04 maio 2021.

SOHN-RETHEL, Alfred. Alfred Sohn-Rethel: a commentary after 38 years. *Historical Materialism*, Londres, v. 28, n. 4, p. 249-263, 1º dez. 2020. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/hima/28/4/article-p249_10.xml>. Acesso em: 12 abr.

_____. *The economy and class structure of german fascism*. Londres: Free Association Books, 1987.

STINGL, Elena; BURNFIN, Daniel; ZELDIN, Noah. *Faschismusanalysen: Bataille und Sohn-Rethel. Literaturwissenschaft in Berlin*, jul. 2019. Disponível em: <<https://literaturwissenschaft-berlin.de/faschismusanalysen-bataille-und-sohn-rethel/>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

TERTULIAN, Nicolas. A destruição da razão: 30 anos depois. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 13, ano VII, abr. 2011.

THERBORN, Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012.

TISESCU, Alessandra Devulsky. *Edelman: althusserianismo, direito e política*. São Paulo: Editora Alfa Omega

TROTSKY, Leon. *A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução*. São Paulo: Sundermann, 2019.

TUCKER, Robert C. *Stalin in power: the Russian Revolution from above, 1928-1941*. London: Lume Books, 2018.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação de *A destruição da razão*, de György Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. *A destruição da razão*. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. Revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

VON BRAUNMUEHL, Claudia. *Economy and class structure of german fascism*. *Capital & Classe, S/N*, v. 4, n. 2, p. 144-147, 01 jun. 1980. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030981688001100109?journalCode=cncs>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

WHITEBOOK, Joel. A união de Marx e Freud: teoria crítica e psicanálise. In: RUSH, Fred (Org.). *Teoria crítica*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

WILSON, Colin. *The quest for Wilhelm Reich*. Nova York: Granada, 1981.

WISTRICH, Robert S. Leon Trotsky's theory of fascism. *Journal of Contemporary History*, Londres, v. 11, n. 4, p. 157-184, out. 1976. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/260195?seq=1>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

WOODLEY, Daniel. *Fascism and political theory: critical perspectives on fascist ideology*. Nova York: Routledge, 2010.

ZAGNI, Rodrigo Medina. Decifra-me ou devoro-te: o enigma do nazi-fascismo na obra de Erich Fromm. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – História: por que e para quem?, 23, 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

_____. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.